

# JORNALISMO E GUERRAS DE MEMÓRIAS NOS 50 ANOS DO GOLPE DE 1964

ALLYSSON MARTINS



JORNALISMO E  
GUERRAS DE MEMÓRIAS  
NOS 50 ANOS DO GOLPE  
DE 1964

*Allysson Martins*



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Reitor Ari Miguel Teixeira Ott  
Vice-Reitor José Juliano Cedaro



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

#### CONSELHO EDITORIAL

Presidente Lou-Ann Kleppa  
Ariana Boaventura Pereira  
Carlos Alexandre Trubiliano  
Eliane Gemaque Gomes Barros  
Gean Carla Silva Sganderla  
Leandro Soares Moreira Dill  
Márcio Secco  
Marli Lúcia Tonatto Zibetti  
Pedro Ivo Silveira Andretta  
Ricardo Gilson da Costa Silva  
Xênia de Castro Barbosa

Editora Filiada



Edufro - Editora da Universidade Federal de Rondônia  
BR 364, Km 9,5  
Campus Unir  
76801-059 - Porto Velho - RO  
Tel.: (69) 2182-2175  
[www.edufro.unir.br](http://www.edufro.unir.br)  
[edufro@unir.br](mailto:edufro@unir.br)

# JORNALISMO E GUERRAS DE MEMÓRIAS NOS 50 ANOS DO GOLPE DE 1964

*Allysson Martins*



Porto Velho  
2020

© 2020, by Allysson Martins  
Esta obra é publicada sob a Licença Creative Commons Atribuição-Não  
Comercial 4.0 Internacional.



**Capa:**  
**Jôsy Monteiro Alves**

**Revisão:**  
**Dra. Jeane Mari Spera**

**Projeto gráfico:**  
**Edufro - Editora da Universidade Federal de Rondônia**

**Diagramação:**  
**Guilherme André de Campos**

**Impressão e acabamento:**  
**Seike & Monteiro Editora**

**Aprovado no Edital 01/2018/EDUFRO**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)  
Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UNIR

---

M386j Martins, Allysson.

Jornalismo e guerras de memórias nos 50 anos do golpe de 1964 / Allysson Martins. -  
Porto Velho, RO: EDUFRO, 2020.

253 p.

ISBN: 978-65-87539-25-6 (físico)

ISBN: 978-65-87539-07-2 (digital)

1. Jornalismo. 2. Jornalismo digital. 3. Ditadura militar. 4. Golpe civil-militar. I. Título.  
II. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

CDU 070: 94(81)"1964"

# Sumário

7	UMA CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL E OPORTUNA
13	FRONT DAS BATALHAS MNEMÔNICAS
23	Estratégias de investigação
27	PARTE I – TÁTICAS PARA OS CONFLITOS MNEMÔNICOS NO JORNALISMO DIGITAL
29	1. MEDIAÇÕES PELOS RIOS DAS MEMÓRIAS
32	1.1 Embates entre história e memória
44	1.2 Tensões entre <i>aletheias</i> e <i>lethes</i>
56	1.3 TRINCHEIRAS MNEMÔNICAS
67	2. MEMÓRIAS NOS CAMPOS DAS MÍDIAS
68	2.1 Terrenos midiáticos das memórias
73	2.2 Jornalismo nos campos do passado
79	2.3 Guerras de memórias nas mídias
89	2.4 Golpes e esquecimentos da ditadura
95	3. TRINCHEIRAS DE UM JORNALISMO DIGITAL
97	3.1 Terrenos da produção jornalística digital
102	3.2 Campos da memória no jornalismo digital
113	3.3 Fronteiras para qualificação jornalística
123	PARTE II – GUERRAS DE MEMÓRIAS NOS 50 ANOS DO GOLPE EM ESPECIAIS JORNALÍSTICOS DIGITAIS
125	4. UM GOLPE PARA ALÉM DE MILITAR
126	4.1 Operações civis e militares
134	4.2 Mídia como ator dos embates
143	4.3 Comissão nacional da verdade como agente memorial

155	5. GUERRAS DE MEMÓRIAS NOS ESPECIAIS MULTIMÍDIAS
157	5.1 Folha dos 50 anos do golpe
183	5.2 <i>Estado</i> dos 50 anos do golpe
202	5.3 Portando as notícias dos 50 anos do golpe
222	5.4 Último segundo dos 50 anos do golpe
233	COLAPSOS DAS GUERRAS
241	REFERÊNCIAS
253	SOBRE O AUTOR

## UMA CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL E OPORTUNA

Em décadas recentes o lugar e – de certo modo – a funcionalidade de uma pesquisa doutoral sofreram mudanças fundamentais: de coroamento de uma carreira profissional, o doutorado passou a constituir, quase que universalmente, o requisito mínimo para entrada na docência universitária e na investigação científica. Tal mudança de lugar e funcionalidade foi ocorrendo gradualmente, possivelmente a partir de finais dos anos 60 do século passado, mas teve sua definitiva e incontornável consolidação com o movimento de unificação no sistema acadêmico europeu representado pela Declaração de Bolonha, em 1999, e seus desdobramentos que tiveram efeitos homogeneizantes de caráter global.

A formação universitária constitui hoje um *continuum*, que vai da graduação ao doutorado – algumas vezes incluído aí o pós-doutorado – praticamente sem hiatos, encurtando-se os prazos para cumprimento de cada etapa, uma vez que o título doutoral tornou-se um passaporte necessário para a simples inscrição em um concurso para os primeiros degraus de uma carreira acadêmica.

São múltiplas as razões para tais mudanças. Dentre as mais importantes e positivas está, certamente, a ampliação do acesso às universidades, ainda que em nosso país o alargamento esteja ocorrendo em passo muito menos acelerado que em outras partes do mundo. Crescendo o número de graduados, seria de se esperar que crescesse também a concorrência e a necessidade de maiores qualificações, quando da entrada desses egressos da academia no mercado de trabalho. Some-se a isso o incentivo a esse tipo de formação continuada e sem hiatos como forma de minimizar efeitos do desemprego, especialmente em situações de crise, com a manutenção dos jovens por mais tempo no sistema escolar e, portanto, fora das estatísticas do desemprego. A médio prazo, temos aqui a receita para a criação de uma geração de titulados desempregados no cenário acadêmico.

Tal realidade tem raízes em mazelas de nosso sistema de incorporação de mão-de-obra, no qual os títulos acadêmicos ainda são percebidos

– erroneamente – como formação direcionada quase que exclusivamente ao mundo acadêmico, aos laboratórios das instituições de pesquisa e às cátedras universitárias. Tal percepção é francamente contrariada pela realidade de outros países, onde mestres e doutores são incorporados a uma ampla gama de atividades produtivas. Ressalte-se, sobretudo, sua vasta integração às searas do ensino fundamental e médio, fortalecendo-as e valorizando-as. No Brasil, esses níveis educacionais de vital importância continuam – infelizmente e com raras exceções – a constituir um escoadouro para os que não chegaram ao “Olimpo Acadêmico”, com salários em nível de subsistência, status profissional pouco atrativo e sem planos de carreira compatíveis com a tarefa essencial de formação básica de nossos jovens.

Para além desses efeitos, de caráter econômico e sociológico, a mudança de lugar e funcionalidade do doutorado, como ciclo de formação, trouxe consequências igualmente perceptíveis e negativas no que diz respeito à qualidade média e ao alcance dos trabalhos realizados. O encurtamento dos prazos, a pouca experiência de vida dos candidatos e a sobrecarga dos orientadores inseridos em um mundo acadêmico marcado pelo produtivismo, que vem dando ares de estabelecimento fabril aos espaços universitários, têm levado à simplificação do que se exige de um texto para que seja considerado suficiente para a atribuição de um Doutorado. Teses produzidas quase que para cumprir agenda, com pouca ou nenhuma originalidade e limitada contribuição social, abundam nos repositórios de nossas Universidades, nos quais repousarão *ad aeternum*. Muitas jamais serão consultadas; nada acrescentarão ao avanço do conhecimento científico, em nada contribuirão para a ignição de debates sociais necessários e oportunos.

A tese doutoral de Allysson Martins, por meio da discussão e aplicação do conceito das Guerras de Memórias a uma situação brasileira específica, constitui uma exceção a esse padrão de “cumprimento formal de requisitos”, que vem se tornando a tônica dominante dos doutorados aqui e alhures. Temos, neste caso, a junção de competência e oportunidade. Vejamos, rapidamente, por quê.

Se considerarmos as distintas etapas de desenvolvimento dos Estudos da Memória, torna-se claro que a preocupação com essa temática

existe desde os albores do pensamento humano, evidenciada nos mitos das diferentes culturas e civilizações. Em termos acadêmicos e no âmbito da Cultura Ocidental, podemos falar de precursores tanto na Filosofia quanto, posteriormente, em áreas disciplinares específicas, como a Psicologia, Sociologia, Antropologia. Um elenco desses precursores incluiria de Platão a Santo Agostinho (talvez o inventor da autobiografia em seu sentido atual), passando pela Patrística, por autores ao longo da Escolástica Medieval, chegando ao Iluminismo e à Modernidade. Com deslocamentos graduativos do eixo de atenção da memória pessoal para a memória social, um inventário do percurso intelectual dos estudos da temática teria que, mais recentemente, incluir nomes como Edmund Burke, Alexis de Tocqueville, Nietzsche, Ernest Renan, Freud, Karl Marx, Durkheim, Karl Mannheim, Walter Benjamin, Adorno, Marc Bloch, Roger Bastide, Claude Levy-Strauss, para ficarmos com apenas alguns dos mais conhecidos.

Apesar das transformações trazidas pela Modernidade e seus impactos, e das contribuições ocasionais de pensadores das mais variadas correntes e formações disciplinares, a constituição daquilo a que legitimamente poderíamos chamar o campo acadêmico e disciplinar dos Estudos da Memória teria que esperar pelas primeiras décadas do século XX, com as contribuições de Maurice Halbwachs e, posteriormente, sua consolidação com o monumental trabalho de Pierre Nora, já nos anos 70.

A virada do século XXI marca a abertura de uma nova fase dos Estudos da Memória, que sobrepassa tanto os parâmetros locais (família, religião, região, profissão etc.), quanto o nacionalismo metodológico, caracterizadores das fases anteriores. Os teóricos dessa nova etapa alinham-se na perspectiva de que a memória social transcende fronteiras tão estreitas como a família, a localidade e a nação. Esses estudos passam a ter como balizamento o transnacional, o transcultural, o global e seus remetimentos às especificidades locais.

Com a emergência e consolidação da Internet, um novo e altamente impactante elemento foi colocado em cena. O conceito de Guerras de Memórias vem sendo discutido por historiadores desde algum tempo e, para alguns, o fenômeno – potencializado pelas redes digitais – tornou-se

um elemento fundador do jogo de identidades contemporâneas, nos quatro cantos do mundo.

É nesse ponto da interlocução global na área dos Estudos da Memória que se inscreve o livro de Allysson Martins. Partindo da reconstituição e da crítica dos estágios anteriores, o texto concentra-se na caracterização desta nova etapa das investigações e traz sua contribuição original voltando-se para um estudo específico das Guerras de Memórias, associada à crescente (hiper)mediatização da sociedade contemporânea. À competência com que efetua o movimento de resgate de todo o histórico da temática, junta-se a oportunidade da escolha do campo de controvérsia que ilustra a aplicação do método em seu trabalho: os conflitos em torno da memória coletiva na comemoração dos 50 anos do Golpe Militar no Brasil.

Escapando à fórmula quase usual do “cumprimento de requisitos mínimos”, que teriam sido facilmente alcançados pela capacidade de trabalho e agudeza de espírito de seu autor, o trabalho, que agora podemos apreciar em seu formato de livro, representa deveras uma contribuição original. O texto estabelece com competência os marcos balizadores do estado da arte e traz luz a uma conjuntura histórica específica e amplamente justificadora de sua escolha, uma vez que o debate, ou antes o embate, somente se aguçou no curto período entre a conclusão da tese e sua publicação em livro.

“Em períodos de coerção, em que o uso da força foi empregado e respaldado pelo Estado para manter uma versão única da história, [as] amnésias se tornam mais evidentes, bem como os conflitos que são gerados por causa desses momentos de violência simbólica”, ressalta o autor em um trecho da Introdução do livro.

Vivemos hoje uma situação extremamente conflituosa em que – claramente – estão firmemente estabelecidos campos contrapostos quanto ao significado, desdobramentos e consequências dos fatos em torno da construção e efetivação do que – para alguns – foi o Golpe de 1964 e – para outros – um Movimento Restaurador ou até mesmo uma Revolução Redentora. Não será por demais temerário afirmar que, como sociedade, nunca estivemos tão divididos em torno de uma determinada temática política e de um fato histórico.

Neste momento da história política brasileira, trabalhando com especial ênfase a dimensão (hiper)mediática do fenômeno das Guerras de Memórias, o livro de Allysson Martins vai explorar, em particular, o lugar e o papel do jornalismo na constituição da memória social daquele período e suas atualizações no momento presente. Suas ideias iluminam aspectos pouco discutidos, mas de extrema relevância para a compreensão dos processos de produção das memórias coletivas e somam-se – produtivamente – ao embate em curso nesse palco de guerra em que vemos transfigurada a sociedade brasileira.

Marcos Palacios



## FRONT DAS BATALHAS MNEMÔNICAS

‘A verdade’ é uma composição de uma rede de evidências, testemunhos e argumentos tão firmemente conectada (...) que suas associações não podem ser desfeitas facilmente.

André Lemos

As mídias digitais, já não tão novas, apresentam uma capacidade única de produção e arquivamento dos conteúdos, com seus modos de recuperação entre suas principais inovações, com as ligações possibilitadas pela digitalização e pela convergência dos materiais e, sobretudo, pelos *hyperlinks*. A convergência, a digitalização e a globalização traduzem e subjugam as dinâmicas sociais por um viés midiático, entre elas, as formas de constituição da história e de resgate das memórias individuais, coletivas e, primordialmente, midiáticas.

Com essas mudanças, aponta-se para a existência de uma nova ecologia da memória (*new memory ecology*), uma espécie de passagem da memória coletiva para uma memória midiática ou conectada, uma vez que a associação entre mídia e memória se modifica ao se considerarem as novas maneiras de recordação, silenciamento e esquecimento em um sistema digital e global. As mudanças infraestruturais das memórias em arquivo digital são potencializadas para uma construção que possibilita a aquisição de novas especificidades e acúmulos de conteúdos, um tipo de memória em fluxo (*memory on-the-fly*).

As materialidades tradicionais das memórias são confrontadas agora por elementos de fluidez, reprodutibilidade e transferência, situando novas temporalidades e dinâmicas em uma indexação e organização permanentes, em detrimento do ideal precedente do arquivo, em determinada medida,

estático. Esses documentos digitalizados passam por uma lógica de cauda longa (*long tail*) do passado, de colaboração para a construção da memória coletiva e de dinâmica relacional entre as mídias mais recentes e antigas, auxiliando para a caracterização dessa nova ecologia da memória.

A memória é um processo individual ou coletivo formado por rememorações, silenciamentos e esquecimentos, ou seja, sob risco de amnésia. Em um processo dinâmico de constituição, as lembranças aparecem não mais como sinônimo de memória, mas como uma das suas partes formadoras, do mesmo modo que os esquecimentos. A memória se apresenta ainda como um processo que ocorre no presente, mesmo que se refira aos acontecimentos passados. Os mais de dois milênios de reflexões sobre ela deixaram o consenso de que o processo memorial articula recordações e silenciamentos. Os mecanismos de rememorações se associam às memórias individuais e às coletivas, uma vez que se revelam nas ideias, nos valores e nos sentimentos. Por mais pessoal que aparente ser, uma recordação necessita das construções que ocorrem em sociedade, coletivamente, desde palavras, linguagens e imagens, até pessoas e locais. As lembranças, portanto, não surgem somente de cada indivíduo, mas ainda por meio das evocações coletivas, pois quem se recorda de algo sozinho se assemelha ao esquizofrênico que enxerga algo que apenas ele vê.

Mesmo que possa parecer um processo pessoal, de ordem somente privada, com as vivências únicas, a memória se desenvolve também de maneira relacional com as experiências sociais. A memória coletiva não apenas contém como também estrutura essas memórias individuais, com as duas se interferindo mutuamente; logo, a memória também é social e coletiva, antes de ser apenas um procedimento pessoal. Uma memória totalmente individualizada seria algo impraticável, uma vez que ela depende da articulação de experiências sociais e influências grupais nas quais o indivíduo se insere. Os meios, os modos e os recursos trabalhados socialmente e em grupos não podem deixar de ser evidenciados, pois toda memória, por mais privada que aparente ser, é forjada coletivamente, tendo em vista que os materiais, os mecanismos e os procedimentos das recordações – dos silenciamentos e dos esquecimentos neles contidos – são aprendidos e compreendidos em sociedade.

A disseminação dessas memórias ganha evidência, sobretudo com os meios de comunicação cada vez mais relevantes nas sociedades para a constituição da história e como fontes de um tempo já não mais presente. Essas memórias agora são percebidas não somente como coletivas, mas também midiáticas, pois elas não apenas se utilizam dos meios de comunicação como simples suportes e transmissores, mas também são ou podem ser modificadas por suas lógicas institucionais, principalmente se quiserem circular no espaço público e se favorecerem de seus valores. A mídia se tornou, desde os meios de comunicação de massa, o primeiro contato público que se tem para desenvolver o conhecimento sobre um acontecimento do presente e, cada vez mais, do passado.

Essas histórias compreendem uma construção erudita e oficial do passado, que passa por reflexões críticas baseadas metodologicamente em concepções e teorias historiográficas, a partir da seleção de acontecimentos e de uma narrativa, sendo constituída nas movimentações das diversas memórias. Os depoimentos e os testemunhos, por exemplo, começaram a ser considerados como procedimentos da história oral para que essas recordações auxiliassem na complementação ou no silenciamento da narrativa oficial.

Em uma relação da memória e da história, todavia, não há sobreposição, mas sim complementação. A história aborda de maneira compacta as transformações sociais de determinados períodos temporais e desenvolvimentos, passando de um período a outro, com as alterações praticamente sem explicações complexas e profundas, ou seja, nesses ínterims, muitos silenciamentos são empregados. Dessa forma, diversos indivíduos e grupos não possuem suas perspectivas contempladas na história, possibilitando que as memórias sejam mais conflituosas e divergentes.

Nessa seara, o jornalismo, produção específica em uma mídia, é pensado como primeiro rascunho da história e da memória coletiva, uma vez que os profissionais trabalham, cotidianamente, com o registro e a difusão dos acontecimentos da atualidade, apresentando aquilo que consideram preponderante para determinada sociedade e naquele momento. O passado, isto é, a memória e a história, não é utilizado apenas dessa maneira, mas ainda para tratar dos eventos atuais, sobretudo para que o público tenha

uma compreensão ampla e profunda dos fatos e dos acontecimentos, abordando o máximo da sua complexidade. Os historiadores passam a encarar a mídia, o jornal e as suas produções como fonte histórica e memorial de um espaço e de um tempo determinados. Eles não desconsideram, evidentemente, as intencionalidades de quando foram desenvolvidos esses produtos, uma vez que os agentes dessas produções desejam as cristalizações e as estabilizações de suas perspectivas.

O passado ganha mais atenção no sistema produtivo da informação com a modalidade mais recente do jornalismo – a sua versão digital, (ciber) espaço onde a memória se apresenta em uma nova ecologia, em um novo paradigma. A ligação entre a memória e o jornalismo acontece no ato do processo de produção deste, em sua prática e em seu produto; se o jornalismo enfatiza o atual em sua rotina, não poderia se relacionar mais adequadamente com a memória, pois, mesmo que olhe para o passado, ela é um presente singular e concreto com vistas ao que já não existe.

O jornalismo transforma essa atualidade no primeiro registro do que será, no futuro, um passado. O arquivamento e a indexação diariamente da produção jornalística cotidiana tornam os seus produtos em memórias midiáticas e coletivas de um determinado espaço e tempo. Essas produções passam a ser documentos de um período histórico, uma rede complexa de recordações e esquecimentos desses tempos que já não estão mais presentes.

A sociedade nunca se ocupou com os processos de rememoração como atualmente, pois a memória se torna cada vez mais fácil e rápida de ser acessada, sobretudo nos arquivos jornalísticos que já estão digitalizados. Uma compressão de espaço e tempo das especificidades do ciberespaço ou da internet contribuem para uma maior valorização da memória no jornalismo produzido para esse meio. Dito de outra maneira, de modo geral, a memória nunca possuiu uma função tão preponderante e fulcral quanto nas sociedades contemporâneas, digitais e conectadas, refletindo até na produção do jornalismo digital.

Em constante desenvolvimento desde 1995, quando dos seus primeiros experimentos na internet e na web, o jornalismo digital brasileiro se apresenta como entre os mais bem trabalhados do mundo (Barbosa, 2016).

Os produtos (web)jornalísticos digitais se modificaram, especialmente, devido ao hipertexto, ou seja, dos links que permitem o aprofundamento do assunto por meio das ligações no texto para seus desdobramentos, possibilitando uma abordagem mais detalhada da temática apresentada.

Essas possibilidades abertas pela internet admitem um tratamento mais complexo da lógica da pirâmide invertida – com as informações distribuídas por ordem hierárquica decrescente de relevância, com o primordial primeiro –, que se perverte por meio de uma diluição informativa, isto é, de seu tratamento mais segmentado e personalizado. Esse pensamento organizacional em forma de pirâmide faz que a internet desenvolva um modelo próprio com novas propostas de arquitetura e estrutura das produções, segundo Franco (2008) e Canavilhas (2006, 2014a).

Essa perspectiva aparece de maneira tão predominante que a memória é um dos aspectos mais enfatizados do jornalismo digital, em relação às produções jornalísticas em outros suportes. Aqui, ela é definida, de acordo com Palacios (2002, 2003, 2008, 2014), como múltipla – devido à possibilidade de acesso aos diversos formatos midiáticos –, instantânea – por ser acessível pelo produtor e também pelo leitor rapidamente por meio dos links – e cumulativa – haja vista sua facilidade e seu baixo custo de arquivamento. Se nos outros meios o jornalismo era percebido como efêmero, com curto prazo de validade do seu material, agora os conteúdos estão possivelmente em um presente contínuo. O jornalismo trabalha a memória individual, coletiva ou mesmo midiática de modo cada vez mais estratégico, ao trazer as informações e os documentos passados em uma nova estruturação produtiva.

Por outro lado, mesmo que apareça com novos elementos e mais valorizada no jornalismo digital, cabe salientar que a memória sempre se apresentou como um aspecto nas pesquisas sobre qualidade no jornalismo. Embora essa exata palavra não seja sempre utilizada, expressões similares são observadas, como aprofundar, ampliar, *background*, contextualizar, todas concernentes a essas características do passado e servindo como parâmetro para uma avaliação qualitativa. Palacios (2008, 2011, 2014) chega a dizer que a memória deve ser sempre um dos atributos investigados em qualquer

avaliação e *ranking* para identificar e estabelecer a qualidade dos produtos jornalísticos digitais.

Mesmo com essa valorização das memórias na mídia e no jornalismo, cabe compreender que as versões do passado, normalmente, estão bastante alinhadas às perspectivas dominantes e hegemônicas da narrativa histórica. Por conseguinte, quando passam longos períodos de tempo, os silenciamentos criam lacunas entre a história oficial e o que alguns indivíduos e coletivos se recordam daqueles acontecimentos passados, sobretudo devido aos interesses de estabilização por determinados grupos.

Em períodos de coerção, em que o uso da força foi empregado e respaldado pelo Estado para manter uma versão única da história, essas amnésias se tornam mais evidentes, bem como os conflitos que são gerados por causa desses momentos de violência simbólica e física, como no caso do golpe de 1964 e da ditadura militar (1964-1985) no Brasil. Essas cristalizações são criadas através de leis, museus, livros e, especialmente nos últimos 30 anos, mídias, que aparecem não apenas como catalisadoras, mas como engendradoras da conformação da história, num primeiro momento, e dos embates memoriais, posteriormente.

Essas lacunas entre a história e as recordações, esses silenciamentos manipulados pelo Estado e por seus agentes, criam um ambiente próprio para as guerras de memórias, conceito criado por Daniel Lindenberg (1994) e desenvolvido uma década depois por Benjamin Stora (2007) e por Pascal Blanchard e Isabelle Veyrat-Masson (2008a). A estabilização de uma narrativa histórica silencia diversas outras memórias e visões do passado, amplificando-se, especialmente, pelos documentos e pelas fontes históricas desenvolvidas por aqueles que cristalizam a história. As guerras de memórias representam, portanto, a ausência de espaço das memórias nas narrativas oficiais.

As leis memoriais (Manceron, 2008), que procuram garantir que alguns elementos históricos não sejam silenciados e até esquecidos, surgem em momentos em que essas guerras se tornam mais visíveis, com algumas perspectivas que não estão integradas na história estabilizada pelos grupos dominantes e hegemônicos, ganhando mais evidência e relevância, logo,

obtendo uma escuta pelos atuais governantes, tendo em vista que já são outros tempos. Esses novos consensos propostos nessas leis servem como agentes nesses conflitos memoriais, nesses embates pela narrativa do passado que ocorrem na atualidade.

No Brasil, esse fenômeno pode ser mais bem observado, por exemplo, quando a presidenta Dilma Rousseff, guerrilheira durante o regime autoritário dos militares e torturada por esses agentes do Estado, decretou a Lei nº 12.528/2011, criando a Comissão Nacional da Verdade. A intenção foi reconhecer e revisar a história do período recente mais controverso e violento do país, ao investigar e publicar os crimes contra os direitos humanos cometidos pelos agentes do Estado, de 1946 até 1988, com ênfase na ditadura militar de 1964 até 1985.

As atividades da Comissão da Verdade se estenderam por dois anos, de 2012 até 2014, com a publicação de um relatório contendo os resultados das investigações ocorridas em todo o país. As revelações contidas na obra, contudo, não possuem poder punitivo, somente de reconhecimento e reparação da história ao responsabilizar os agentes oficiais do Estado pelos crimes por eles cometidos. Em 2014, junto com os 30 anos das Diretas Já, comemoram-se os 50 anos do golpe militar, promovido em 31 de março de 1964 e com apoio de civis, políticos, igreja católica, empresários, latifundiários, governo dos Estados Unidos da América (EUA) e grande mídia da época.

Mesmo que a maioria dos pesquisadores não se aproprie das guerras de memórias para realizar trabalhos dessa estirpe sobre o golpe e a ditadura, as concepções basilares desse conceito são facilmente e rapidamente observadas, uma vez que os muitos pesquisadores se valem até de expressões bélicas como guerras, batalhas, conflitos, confrontos e embates para se referirem aos processos memoriais sobre esse período. As produções jornalísticas e midiáticas também apresentam perspectivas conflitantes sobre as ações dos militares, contrapondo, de maneira ampla e abrangente, a perspectiva dos agentes do Estado com a dos militantes e seus familiares.

Os acontecimentos em torno do golpe devem ser evidenciados como distintos da subsequente ditadura militar. Em primeiro lugar, porque a

maioria dos envolvidos na derrubada do então presidente João Goulart não era favorável a uma ditadura das Forças Armadas e não imaginava que isso seria possível. O segundo motivo é porque muitos dos que apoiaram diretamente a deposição de Jango, inclusive clamando pela intervenção dos militares, seriam perseguidos por serem contrários ao novo regime autoritário, desde os políticos – como o udenista conservador de direita Carlos Lacerda – até a imprensa – como o *Correio da Manhã*, que já divulgava alguns crimes cometidos pelos militares, menos de uma semana após a efetivação do golpe. Esse veículo, todavia, publicou os editoriais mais críticos ao presidente, cobrando tanto intervenção dos militares como dizendo aos leitores que “Basta!”, João Goulart já deveria estar “Fora!” do cargo. Em outras palavras, pode-se dizer que, embora o golpe tenha uma responsabilidade mais coletiva, a ditadura é exclusivamente militar, uma vez que esse segmento primordialmente a sustentou.

Os grandes jornais contribuíram diretamente para a preparação de um ambiente propício ao golpe, com exceção do historicamente esquerdista *Última Hora*, de Samuel Wainer. Os jornais diziam que a deposição do presidente não era apenas inevitável, mas necessária; muitos clamaram pelos militares, colocavam-se como incrédulos por as Forças Armadas permitirem que Goulart tramasse contra a democracia e deixasse o país no caos econômico e político. O suporte da imprensa foi primordial para o golpe, pois, sem a mídia, ele seria improvável, não teria legitimidade, possivelmente como ocorrera três anos antes, quando Jânio Quadros renunciou.

Os veículos e até muitos jornalistas hoje respeitados se aliaram aos golpistas, de acordo com Juremir Machado (2014), fazendo parte do grupo de conservadores com a função de desqualificar o presidente – até chamado de bêbado – e suas propostas de reformas de base. Elas eram consideradas antiquadas, impossíveis de serem realizadas, demagógicas, populistas e, principalmente, comunistas – fantasma presente não apenas na época de Karl Marx e de seu manifesto, mas no Brasil de 1964 e mais de cinco décadas depois, afinal, ainda se escutam os ecos de que “nossa bandeira não será vermelha”.

Esse apoio amplo e irrestrito, contudo, não durou muito tempo. Quando perceberam o que haviam feito ao ajudar a derrubar um presidente legítimo, com o surgimento de um regime violento, repressivo e nada democrático, a maioria das grandes empresas jornalísticas se opôs aos militares, sofrendo sanções e censuras cada vez mais rígidas. A posse do primeiro presidente militar, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) com eleição indireta, presidente com total poder, inauguração do bipartidarismo, além das denúncias de torturas e assassinatos fizeram que muitos jornais e jornalistas se arrependessem quase imediatamente. Mesmo assim, muitos jornais da grande mídia aguardaram até a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, para se apresentarem como oposição. A partir desta data, o governo instaurou uma censura mais rígida e pesada nas redações jornalísticas, entre outras ações mais violentas.

Os meios de comunicação, especificamente o jornalismo, contribuíram, portanto, para a criação de um ambiente propício para a deposição do presidente em 1964. Hoje, mais de 50 anos depois, a mídia possui ainda mais relevância nas sociedades contemporâneas, bem como as memórias – agora digitalizadas e em uma nova ecologia, ou seja, com novas especificidades e procedimentos de recorrência. Uma investigação das guerras de memórias sobre a efeméride do cinquentenário do golpe nesse mais recente (ciber)espaço midiático se apresenta com uma conjunção de fatores propícios, sobretudo tendo como estudo de caso os especiais jornalísticos digitais.

Para isso, são selecionadas as produções de sites jornalísticos de veículos já relevantes no período do golpe e da ditadura, como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, ambos apoiadores do golpe, e dois nativos digitais, surgidos já nos anos de 2000: portal G1, do maior grupo midiático do país, que apoiou não só o golpe como a ditadura através dos seus outros veículos, e o *Último Segundo*, setor jornalístico do portal iG, um dos principais do país na atualidade, mas sem tradição no ramo da informação, ainda que tente homenagear, ao menos em nome, o veículo esquerdista *Última Hora*. Dessa maneira, este livro busca responder a seguinte pergunta: qual é o papel da mídia e de que maneira ela conduz à estabilização da história nos períodos e processos das guerras de memórias, em um (ciber)espaço de

novas configurações do jornalismo e da memória, tendo como base para investigação as produções dos especiais do jornalismo digital sobre a efeméride dos 50 anos do golpe?

Esse questionamento demanda uma série de respostas que norteiam a produção desta obra. O desenvolvimento ainda embrionário da metodologia de investigação orientada pelo conceito das guerras de memórias exige desta pesquisa, portanto, um escrutínio voltado, principalmente, para os seus métodos, tendo em vista que se valem de mecanismos de observação e descrição de maneira pouco organizada e sistematizada. A não existência de roteiros pré-programados ou semiestruturados acarretam uma baixa operacionalização desses conhecimentos produzidos em torno dos conflitos memoriais. Aqui, não se procura tornar o conceito e seus métodos de análise rígidos, mas delinear possíveis caminhos que servirão para os trabalhos sobre as guerras de memórias em diversas circunstâncias e situações, bem como em mídias distintas.

Os conflitos do que se recorda e se esquece do passado são o ponto inicial para os estudos das guerras de memórias, que se realizam na lacuna entre o que está na constituição da narrativa oficial e o que está nas memórias individuais, coletivas e até midiáticas que não possuem espaço nessa história, evidente no caso de perspectivas de militares e de militantes que não têm espaço nas histórias sobre o golpe e a ditadura. As guerras de memórias enfatizam a mídia como campo e território relevante, onde acontecem esses embates, pois as lembranças, os silenciamentos e os esquecimentos integram e sofrem interferências das lógicas da mídia, quando pretendem se beneficiar dos seus valores. Os meios de comunicação, portanto, são primordiais não apenas para publicizar esses embates, mas ainda como fontes documentais.

As guerras de memórias exigem uma observação e descrição de três aspectos nesses conflitos para a constituição da história, isto é, do passado: atores, armas e territórios ou campos de batalha (Blanchard; Veyrat-Masson, 2008a). Os atores compreendem tanto personagens humanos quanto documentos, fontes e demais artefatos tecnológicos; os territórios de batalha representam as temáticas e os vieses das contradições; e as armas são as

estratégias dos atores para apresentação dos assuntos, legitimando ou não as perspectivas já existentes, porém, buscando aceitação, reconhecimento e estabilização das suas memórias. Os campos são os locais onde acontecem os embates que visam à inclusão na narrativa oficial, complementando-a ou até mesmo a negando; neste livro, os campos são os sites jornalísticos.

A intenção é rastrear esses embates das memórias em novas articulações e configurações do jornalismo e das memórias em momentos de tensão, para a consolidação da história. Os produtos midiáticos são investigados como legitimadores das perspectivas defendidas, seja para ratificar ou mesmo corrigir alguns acontecimentos passados, seja como arquivos e documentos históricos, uma vez que estão em lugares privilegiados para constituição da narrativa oficial.

Essas observações e descrições extensas dos especiais sobre os 50 anos do golpe nos sites jornalísticos objetivam uma preservação dessas construções e guerras de memórias que pretendem cristalizar e estabilizar algumas perspectivas, ratificadoras ou retificadoras. Portanto, os atores, as cronologias, os assuntos e, sobretudo, as expressões são mantidos da forma como se apresentam nos especiais, aparecendo até entre aspas. Os formatos midiáticos históricos e memoriais, as estruturas da narrativa, as estratégias textuais para as estabilizações, as referências e as fontes documentais, os arquivos históricos, além das produções midiáticas e jornalísticas são também destacados e evidenciados.

### **Estratégias de investigação**

O livro está dividido em duas partes, com três capítulos na primeira, os quais se detêm nos elementos da memória, da história e dos processos memoriais conflituosos na sociedade, ao evidenciar suas relações com a mídia e o jornalismo digital. Os caminhos, os procedimentos e os métodos são apresentados neste primeiro momento, enquanto a segunda parte, em dois capítulos, traz um estudo de caso, apresentando o golpe e a ditadura militar, bem como o papel dos meios de comunicação, no pré-golpe, e da Comissão Nacional da Verdade, na pós-ditadura, além da avaliação dos especiais do cin-

quentenário da deposição de João Goulart em quatro sites jornalísticos, sendo dois de veículos já consagrados, desde antes do golpe, e dois nativos digitais.

As reflexões iniciais sobre a memória, a história e sua constituição, desde a Grécia antiga, são realizadas no Capítulo 1. As semelhanças e distinções sobre memória e história, isto é, aquilo que as aproxima e as afasta, ganham destaque no primeiro subcapítulo, tendo em vista que se trabalha, neste livro, com essas duas expressões abundantemente. A compreensão do conceito de memória exigiu um tratamento dos elementos que o constituem e o campo ao qual pertence, com ênfase no surgimento desse campo e em quão abrangentes são essas áreas que se dedicam a estudá-lo. As partes constitutivas de qualquer processo memorial são trabalhadas com esmero, ao se associar noções como rememorar, lembrar, recordar, comemorar, celebrar, esquecer, apagar e deletar. Por fim, procedeu-se a uma tipificação da memória entre individual e coletiva.

O Capítulo 2 avança na distinção dos tipos de memória desenvolvidos no final do capítulo anterior, ao adiantar a discussão sobre os estudos das memórias nas mídias. A proposição de uma nova ecologia da memória com a guinada das tecnologias digitais, por exemplo, exige uma reflexão sobre as potencializações e as rupturas de uma memória que se consolida como múltipla, instantânea e cumulativa, ou em fluxo. É destacada ainda a interface história-mídia-memória, a partir do conceito de guerras de memórias, definido aqui através de sua historiografia, suas apropriações e seus caminhos de investigação, não sem antes salientar as suas aproximações com a realidade brasileira do golpe e da ditadura militar.

O jornalismo digital é abordado no Capítulo 3, a fim de embasar a investigação sobre suas produções. Depois da explicitação do histórico e do desenvolvimento dessa modalidade jornalística no país, tendo em vista que os produtos analisados neste livro refletem essas questões contemporâneas, a memória é apresentada e entendida como um critério para aferição de qualidade do jornalismo, sobretudo nesse (ciber)espaço. É na confluência desses três capítulos que surgem os aportes teórico-metodológicos para avaliar os especiais sobre a comemoração do cinquentenário do golpe nos

sites jornalísticos digitais da *Folha de S. Paulo*, *d'O Estado de S. Paulo*, do portal de notícias G1 e do *Último Segundo*, do portal iG.

Os acontecimentos mais reconhecidos para a constituição do golpe de 1964, com ênfase na contribuição efetiva dos conglomerados midiáticos da época, iniciam o Capítulo 4 e a segunda parte desta obra. Os elementos relevantes dos mais de 20 anos da ditadura militar, instaurada depois da deposição de um presidente legítimo, são apresentados sem uma pretensão de narrativa histórica complexa sobre o regime autoritário. Essas ações militares não compõem esta investigação, mas apenas a comemoração atual nos especiais sobre os 50 anos do golpe de 1964. Antes das avaliações, no Capítulo 5, são debatidos os elementos essenciais da Comissão Nacional da Verdade, compreendendo-a como agente memorial, e se revelam algumas das suas descobertas, esclarecimentos e sugestões, não sem primeiro identificar como essas conclusões interferem nessa lógica de reconhecimento e reparação histórica vivenciada no Brasil.

O último capítulo aborda a avaliação do que foi apresentado anteriormente, das comemorações em torno do cinquentenário do golpe nos especiais dos sites jornalísticos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, portal G1 e *Último Segundo*. Esses produtos aparecem como um estudo de caso notável para a investigação das guerras de memórias em tempos de novas caracterizações jornalísticas e memoriais, sobretudo porque três desses veículos são de grupos que já se mostravam relevantes e preponderantes no período de deposição do presidente, apoiando e criando ambiente e clima favoráveis para a implementação do golpe de 1964, sendo dois deles versões digitais dos jornais impressos daquela época. Os procedimentos teórico-metodológicos das guerras de memórias permitem uma investigação por meio de observações e descrições minuciosas desses embates de perspectivas históricas.



PARTE I – TÁTICAS PARA OS  
CONFLITOS MNEMÔNICOS NO  
JORNALISMO DIGITAL



# 1. MEDIAÇÕES PELOS RIOS DAS MEMÓRIAS

O esquecimento pode vir com a memória.  
Quando não se pode apagá-la, deve-se saturá-la.

Juremir Machado

Os gregos foram os primeiros a formular pensamentos mais sistematizados sobre a memória, na tradição filosófica ocidental. Guiadas por filósofos como Hesíodo, Parmênides, Platão e Aristóteles, as reflexões giravam em torno de Mnemosyne, divindade que personifica e representa a memória na mitologia grega. Hesíodo, no século VII a.C., afirmou que a divindade da memória possuía a capacidade de reter os acontecimentos, sendo uma das deusas da primeira geração divina no mito da criação do Olimpo, juntando-se a Zeus para a geração de nove musas. As lendas e os mitos revelam que a memória (*mnemon*) acompanha o herói ajudando-o a se lembrar da ordem divina, a fim de evitar não cair no esquecimento, ou seja, na morte. Aquele de que nada se lembra, em dias atuais, não estaria em situação tão melhor.

A divindade da memória, dessa forma, preservaria não somente as lembranças dos acontecimentos, mas a própria vida, uma vez que na Grécia o esquecimento guiaria para a morte. Um poeta, alguém com domínio artístico da língua, era considerado naquele espaço e tempo “suporte e mestre da verdade”, ao não permitir que os ocorridos fossem esquecidos, presentificando, de alguma maneira, o passado. Esse artista das palavras daria vida através da sua poesia. A verdade, chamada de *aletheia*, opunha-se à *lethe*, que representava o esquecimento.

Hoje, lembrança e esquecimento são considerados componentes essenciais da memória, uma vez que ela não seria apenas o processo de reminiscência, mais bem explicado mais à frente. Para os gregos, esquecimento é sinônimo de morte e contrário à verdade, ao conhecimento, à lembrança.

Lethe designava o mitológico rio grego do esquecimento, enquanto Mnemosyne se referia não somente à divindade, mas também ao rio que serve de antídoto contra a *lethe*; portanto, qualquer indivíduo que se banhasse no rio do esquecimento teria como único caminho a morte imediata.

A única forma de o sujeito alcançar a sabedoria da verdade e da alma, para Platão, seria através da recordação, logo, aprendendo e (re)conhecendo. Essa memória, apenas relacionada à lembrança, seria a forma de se obter conhecimento de verdade. O que se aprende é uma maneira de se relembrar das realidades, das essências da vida e do que cerca cada pessoa. O discípulo de Sócrates enxergava na escrita uma espécie de morte prematura da humanidade, pois a técnica guiava todos os seres ao esquecimento.

Com essa perspectiva catastrófica, o filósofo defendia que a mente humana se sentia mais livre para não mais memorizar os acontecimentos como outrora, à medida que aumentava a confiança na escrita. Mais de dois mil anos depois, não apenas com a escrita, mas também com a digitalização dos registros em texto, imagem, áudio e vídeo, além dos aparelhos digitais móveis como *notebook*, *smartphones*, *tablets* e leitores digitais, as lembranças – apenas mais um componente da memória – estão relegadas às tecnologias, em papel ou em tela.

Fedro, na obra de Platão (2000), reclama de Sócrates porque o filósofo não permitiu que ele fizesse uma “experiência de memória”, em referência à lembrança que tinha do discurso de Lísias. Fedro queria relembrar e proferir aquelas palavras, não apenas lê-las. Ao longo do diálogo entre os dois, desenvolveu sua concepção sobre a memória. Platão, utilizando-se da “voz” do seu mestre, foi além da associação da memória com a reminiscência, ao explicar que é somente através dela que se chega à perfeição e à vida eterna. Ao pensar na alma, a memória se transforma em algo transcendente, uma vez que é por meio de um uso correto das recordações que alguém pode se tornar “verdadeiramente perfeito”. Todavia, essa capacidade é reservada apenas a alguns homens, especialmente os filósofos.

A escrita modificou toda a sociedade e as implicações nela inseridas. Uma perspectiva negativa apareceu por causa dos deslocamentos e das alterações que a disseminação das escrituras provoca tanto na cultura e nas

formas de viver em sociedade como na própria absorção e aprendizagem de novos conhecimentos. Platão resistiu e desconfiou dessas transformações, pois o livro seria como um mestre que profere seu discurso, mas não responde às indagações dos seus alunos, uma das causas para o filósofo preferir a oralidade. Após passagem pelo Egito, todavia, defendeu que a escrita é uma arte criada pelo deus Thoth, para quem ela poderia fortalecer a memória dos homens, uma auxiliar para sua sabedoria.

O discípulo de Sócrates usava as palavras de seu mestre para dizer que o deus Tamuz (ou Amon) rebateu imediatamente o pai da escrita, ao afirmar que ele estava entusiasmado demais com a própria criação e que ela causaria exatamente o oposto do que defendera. “Tal coisa tornará os homens esquecidos, pois deixarão de cultivar a memória; confiando apenas nos livros escritos, só se lembrarão de um assunto exteriormente e por meio de sinais, e não em si mesmos. Logo, tu não inventaste um auxiliar para a memória, mas apenas para a recordação”, escreveu Platão (2000, p. 119). Com essa perspectiva apocalíptica, o autor difere memória de recordação, a partir do questionamento de Amon.

Ainda assim, Platão foi um dos primeiros a adotar a técnica da escrita para transmissão de conhecimento, perpetuando ao longo dos anos as concepções de seu mestre Sócrates, ao perceber, posteriormente, que ela preservava as ideias de modo que a oralidade não possibilitava, sendo mais sólida. Platão, sempre por meio do mestre, expôs que a escrita serve como acúmulo de recordações para aqueles que chegam à velhice: primeiro porque os velhos sempre esquecem – em mais uma relação, desta vez indireta, entre morte e esquecimento, pois os velhos estão mais perto disso; segundo porque a escrita ajuda na recordação, considerada como simples e vazia, nunca um transporte aprofundado de um assunto ou conteúdo.

Em outras palavras, nas culturas orais, a memória devia ser treinada e renovada constantemente, além de ter indivíduos específicos e selecionados para (re)contar e preservar as histórias da sua comunidade. Ironicamente, Platão usou a escrita para criticá-la como meio de comunicação. De acordo com Gregory Crane (2007), o filósofo grego não estava sozinho com sua crítica à escrita, pois os egípcios compartilhavam do mesmo pensamento,

evidenciando que o deus Thoth oferece a escrita como uma droga à memória, enquanto, para o rei Thamos, a escrita não fortalece a memória, ao contrário, torna os indivíduos preguiçosos e diminui a capacidade de internalizar o conhecimento, ou seja, de aprender.

Alguns aspectos e elementos sobre a memória merecem uma atenção detalhada, tendo em vista a sua centralidade neste trabalho. Antes de apresentar as similaridades e as distinções entre história e memória, uma vez que esses dois termos são abordados de modo abundante, expõe-se brevemente como seus primeiros pensadores, os gregos, referiam-se à memória. A definição do que é memória e o que ela compreende se juntou às discussões sobre a qual campo pertence, de que modo surgiu e quão abrangente é o campo destinado aos seus estudos. As explicações e relações entre lembrar, comemorar, esquecer, apagar e deletar foram realizadas com cuidado, antes da apresentação das memórias individual e coletiva.

### **1.1 Embates entre história e memória**

Em Aristóteles, a memória não é um sinônimo de lembrança. A primeira, memória propriamente dita – ou *mneme* – conserva o passado, enquanto a recordação, a reminiscência – ou *mamnesi* – invocaria voluntariamente o que já passou. Para o sucessor de Platão, só as criaturas vivas conscientes da passagem do tempo podem lembrar, pois a memória implica essa percepção. Como característica da recordação aristotélica, observa-se uma possibilidade de busca (ou invocação) pelo passado, com a intenção de exatidão, fidelidade e verdade, distinguindo algo antes perceptível na tradição filosófica: a equivalência entre memória e imaginação (Smolka, 2000; Silva, 2002).

Na visão de Heródoto, a história passa a ser testemunho, pois se narra o que se viu ou ouviu, afastando-se ainda mais da parte mítica e imaginativa da memória. Tucídides, diferentemente de Platão, via na escrita algo positivo, como uma técnica que serve para fixar os acontecimentos e que usa sua imutabilidade para ser o mais fiel possível, iniciando uma espécie de política de memória ao delimitar os aspectos de um novo campo de

conhecimento histórico. Os romanos absorveram vários aspectos da cultura grega, como seus ensinamentos e suas perspectivas teóricas, porém, no que diz respeito às reflexões sobre a memória, pouco avançaram. Cícero foi um dos seus representantes, traduzindo as principais discussões sobre memória do grego para o latim, seguindo a filosofia platônica. A história derivaria da comunicação, a partir da escrita, nascendo “contra a memória”, uma vez que esta “mídia” liberaria os processos de recordação e esquecimento, na mesma medida em que desvaloriza a memória.

Com o domínio da Igreja Católica sobre o pensamento e as investigações científicas, durante a Idade Média, nomes como Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e, posteriormente, René Descartes dedicaram algo dos seus pensamentos sobre a memória. Tomás de Aquino chega a formular três preceitos mnemônicos: existe um elo entre memória e corpo por meio de sensações e imagens; a memória é a ordenação e a lógica da razão; e a memória é hábito de anamnese através de meditação. Roger Silverstone (1999) define isso como o processo consciente para recordar os fatos. No século XVIII, David Hartley surgiu com a teoria da vibração da memória, Zanotti relacionou as forças elétricas com as atividades cerebrais e Bonnet se deteve acerca da flexibilidade das fibras do cérebro. A partir do século seguinte, as inovações no campo científico, especialmente na área das Ciências Biológicas, permitiram avanços importantes nos estudos da memória.

O século XX trouxe um avanço tecnológico e científico. Não se questionava mais, por exemplo, que a memória se localiza no cérebro e não no coração ou na alma. Na década de 1950, pesquisas bioquímicas perceberam que o ácido ribonucleico influencia diretamente na percepção e na capacidade de lembrança. Em outra vertente do estudo da memória, enfatiza-se o esquecimento, agora, um componente da memória junto às rememorações; um processo inverso ao que se havia estudado durante todos esses anos.

As pesquisas de Biologia compreendem mais profundamente o funcionamento da memória no cérebro, com a identificação dos locais que devem ser estimulados para que as lembranças cotidianas mais profundas, aquelas das situações mais comuns e rotineiras, possam ser resgatadas. O que se denomina hoje de *memory studies* teve origem nas décadas de 1970 e

1980, quando a memória ganhou evidência em estudos nas áreas de Artes, Comunicação, Literatura e Museologia.

A memória teve importância no século XX não apenas nas pesquisas científicas. Em 1945, Vannevar Bush, consultor de ciência do presidente estadunidense Franklin Roosevelt, buscava desenvolver o *memex*, um sistema suplementar da memória pessoal que armazenava informações para depois serem consultadas com velocidade e flexibilidade. Steven Johnson (2001) explica que o *memex* visava à organização das informações de modo mais intuitivo, não tendo como parâmetro os arquivos organizados em gabinete, porém, as formas tradicionais de desenvolver um raciocínio ao seguir pistas e ao realizar conexões através dos rastros do pensamento.

Aqui, não se pode confundir história com memória, tendo em vista que as duas palavras dão conta de aspectos distintos, embora se orientem para um mesmo período de tempo: o passado. O passado é visto sobre múltiplas experiências e diferentes momentos no tempo, com um conhecimento que possibilita a historicização, para Yannis Hamilakis e Jo Labanyi (2008), das subjetividades. A história procura registrar e problematizar o passado, de modo crítico e reflexivo, por meio de uma narrativa do que não está mais presente. Como uma ciência, conforma um campo sobre o passado humano por meio de reconstruções baseadas em documentos, encarando um dilema: “quer fazer reviver e só pode reconstruir” (Le Goff, 2013 [1988], p. 25), sem uma objetividade inocente e submissa aos fatos.

Desenvolvedor da concepção de memória coletiva, Maurice Halbwachs (2006 [1950]) explica que a história tem como objetivo ser uma ponte entre o passado e o presente, restabelecendo alguma possível continuidade interrompida. Em um primeiro momento, essa definição poderia parecer vaga, se não considerasse o aspecto do contínuo e cronológico, próprio da história, uma vez que a memória pretende algo nesse sentido.

A história apresentaria os aspectos que distinguem um período de outro, não se restringindo somente à sucessão cronológica de acontecimentos e datas, ainda que os livros e as narrativas oficiais apresentem estruturas incompletas. Pierre Nora (1993 [1984]), discípulo de Halbwachs, defende que a história está sempre associada às continuidades temporais e às evoluções

sociais. A história seria um resumo do desenvolvimento da sociedade com o destaque de alguns períodos temporais e de poucas evoluções pontuais, fazendo acreditar que, de um período ao outro, tudo se modificou e se renovou sem explicação. Nos intervalos entre os períodos, a história faz parecer que nada acontece, sem revoluções, sem rupturas, mas também sem alterações gradativas. “Uma vez que, para a história, tudo está ligado, cada uma dessas transformações deve reagir sobre as outras partes do corpo social, e preparar, aqui ou lá, uma nova mudança” (Halbwachs, 2006 [1950], p. 88).

A história da América, por exemplo, estaria diretamente associada à Europa até o século XIX, em que o continente, especialmente a América do Sul, parecia não existir, estava apagado para uma história e uma narrativa mundial mais oficializada. Como o seu pensamento foi produzido ainda na primeira metade do século XX, apostava que a história se interessava somente pelo que é “verdadeiramente o passado”, isto é, o que não estava mais representado nos pensamentos e nas memórias dos grupos atuais. Já no século XXI, a pesquisadora francesa Isabelle Veyrat-Masson (2006, 2008) aponta que essa perspectiva se alterou sobretudo nos anos de 1990, com as comemorações históricas acontecendo de dez em dez anos, diferente de antigamente, em que ocorriam em um período de tempo mais espaçado.

De maneira retrospectiva, percebe-se o que ocorreu com a Guerra Fria – simbolizada em seu fim pela destruição do Muro de Berlim –, a Guerra do Golfo Pérsico, a Guerra do Iraque e, em território nacional, a ditadura militar. Hoje, com as tecnologias digitais e as mídias sociais, um ano já merece a comemoração de alguns acontecimentos, tendo em vista as configurações da memória no ciberespaço e o surgimento de uma nova ecologia mnemônica, apresentados posteriormente de maneira mais detalhada. O problema na história é que ficam de fora grupos e pessoas com perspectivas distintas da narrativa oficial difundida por ela, e é nessas ocasiões que as memórias divergentes surgem de maneira mais pungente. A história não poderia desconsiderar os conflitos das memórias diante de um processo histórico injusto, sendo, dessa forma, uma tributária da memória, quase uma prisioneira.

De fato, existem inúmeras memórias, tantas quanto os grupos formados. Enquanto a história tem uma vertente universal, não pertencendo a ninguém especificamente, a memória é, por natureza, múltipla, plural, cumulativa, coletiva e individualizada, enraizando-se em alguma materialidade concreta no espaço, na imagem e no objeto. A história é impessoal, pois não tem, em *lato sensu*, nenhum grupo como apoio e dedica sua atenção aos registros e aos documentos. Por outro lado, a memória é um elemento sempre suspeito para a história e, segundo Nora (1993 [1984]), com o objetivo de destruí-la e repeli-la.

A história se vê como uma vítima da memória e sempre se esforça para que esta não a desestruture, por isso, criou a historiografia: a história da história. A historiografia pensa nos conflitos e desacordos a partir de cima, das formações históricas, não especificamente das memórias, embora reconheça essas recorrências ao passado. A história seria uma construção erudita baseada em discursos críticos da seleção dos fatos e de uma estrutura narrativa, constituída também da memória, enquanto a memória sacraliza as recordações, sob o risco da amnésia, do esquecimento e do silenciamento. A história deve se adaptar enquanto questiona e considera os movimentos das memórias. Segundo Le Goff (2013 [1988], p. 110), a história ajuda as memórias a retificarem os seus erros, uma vez que se perfazem como “elementos paralelos”, isto é, um “material – relativamente suspeito – da história”.

Os testemunhos passam a ser centrais para a história, uma vez que essas recordações das memórias pessoais contribuem para fortalecimento ou debilitação ao complementar o que já se sabe ou não de um acontecimento, isto é, apresentando essas visões para construção da narrativa histórica oficial ou mesmo para contradizê-la. Contudo, nesse processo não haveria escravo e servo, mas uma complementaridade, sem nenhuma se sobrepor à outra.

O conceito de guerras de memórias parte da premissa de que não há memória sem história e se alinha pela relação antagônica entre esses dois polos, na qual a memória pode ser “monopública” – representar pequenos grupos, comunidades ou pessoas –, enquanto a história não escapa de seu dever mais universalista e abrangente. As duas dimensões se entrecruzam, nutrem-se e se confrontam, mas sem possuir barreiras intransponíveis.

E foi exatamente nesse entrecruzamento que surgiram as guerras de memórias. Com essa distinção e relação, os embates parecem sempre iminentes, pois podem reivindicar as memórias e o lugar na história oficial transmitida, da qual se foi excluído; a memória seria um modo particular de preservação do passado. História e memória estão em constante interação, uma se nutre da outra, com uma relação mais direta entre as memórias e a tessitura da história, ainda que possa servir para a construção de outras narrativas históricas e controversas.

A história aqui é tratada como uma representação do passado constituída também por uma confluência de memórias, que possuem relação entre si, e realizadas por agentes autorizados, enquanto a memória seria uma referência ao passado no presente, uma consciência virtual do passado no tempo presente, uma tentativa – nem sempre alcançada – de recordar algo que está ausente. A memória não procura continuidade e cronologia do passado, uma vez que se baseia nas lembranças e nos esquecimentos de indivíduos ou coletivos, preconizando uma recordação que se manifesta por algo vivido através de algum suporte social, a fim de existir coletivamente. Para isso, ela é estabilizada e fixada em “quadros de memória”, estando sempre em atualização – porque é dinâmica, viva e afetiva. Para Anna Reading (2011), a memória existe no cérebro e nas coisas materiais e tangíveis, manifestando-se por meio da interação entre o cérebro, os objetos e a cultura.

A essência seletiva da memória, de acordo com Ana Ribeiro e Danielle Brasileira (2007), torna-a sempre conflituosa, sendo resultado de enquadramentos sociais pelos quais se observa, vivencia, interage e constrói o mundo. Formada ainda por silenciamentos e esquecimentos, a memória carrega consigo conflitos iminentes, isto é, guerras de memórias por causa de interesses e ideologias que disputam entre si o privilégio de transmitir sua mensagem, verdadeira ou não, para as próximas gerações. Esses embates mnemônicos existem porque a construção virtual do passado é sempre alvo de manipulações políticas e ideológicas. A manipulação não deve ser compreendida de uma perspectiva moral e até maniqueísta, mas, na concepção de Alberto Sá (2011), como uma dinâmica de elementos ativos e passivos, estimulados e desenvolvidos por agentes e instituições.

As resistências podem aparecer individualmente e até adquirir grandes proporções em períodos de acirramentos e conflitos sociais, bem como de (re)discussão da narrativa histórica, como houve, no Brasil, com a Comissão Nacional da Verdade, ainda que os debates em torno do golpe e da ditadura militar não se restrinjam a ela. A polissemia e a possibilidade de olhar um fenômeno de diversos ângulos e pontos de vista possíveis tornam árduo o trabalho de se julgar uma mensagem transmitida como verdadeira ou falsa. O que se considera hoje como primordial e até heroico pode não sê-lo em um espaço e tempo distintos, apresentando-se como secundário e até questionável, por vezes, silenciado.

A memória é sempre um lugar de embate, mas não só entre memórias oficiais e pessoais. Existem, de fato, brigas internas entre elas, e, sempre que algum fato ou acontecimento é lembrado, a memória o modifica. Isso poderia parecer um defeito, caso ela fosse concebida apenas como repositório, no entanto, parece ser uma virtude, ao se pensar nela como uma prática, um trabalho no sentido de reformulação. A memória é um espaço para brigas (amargas) pela identidade e pela posse do passado. Ela pode ser utilizada para refazer o passado de modo a beneficiar a sociedade, embora também possa reescrevê-lo de modo a esconder algumas mazelas sociais, justificando a violência e a repressão dos tempos de outrora. O pesquisador Luiz Ferraz (2010) define a memória como um processo em constante perturbação, pois um novo acontecimento pode desmanchar a sua regularização.

A memória associa o passado no tempo presente – dependente e orientado por este – através das lembranças, ainda que também se constitua por silenciamentos e esquecimentos, conscientes ou não. Jacques Le Goff (2013 [1988]) explica que a memória é uma propriedade para conservar informações e que permite atualização das imprecisões e conhecimentos passados, ou representados como passados, portanto, é praticamente inútil acreditar em um passado deslocado ou independente do presente, no qual é constituído. As escrituras da história não podem ser consideradas neutras e separadas das questões que influenciam no presente, no momento em que estão sendo inscritas ou mesmo abertas, descobertas ou reabertas.

A memória poderia ser compreendida como a capacidade de armazenar dados passados ou como as lembranças dos tempos idos que brotam no pensamento de cada indivíduo, no momento presente. Le Goff (2013 [1988]) vincula as reminiscências com a memória, entendida como essa capacidade de guardar informações antigas, uma espécie de repositório; aqui, todavia, interessa a sua capacidade de lembrar-se e de esquecer-se dos tempos idos que brotam no momento presente. Pierre Nora (1993 [1984]) divide a memória entre espontânea e deliberada, falando ainda em “memória verdadeira” e “transformadora” – mais precisa, material, concreta e visível.

Esses arquivos memoriais são afetados pelo presente na mesma medida em que também interferem no passado; contudo, para que exista um sentimento de que algo passou, deve haver uma lacuna entre o presente e o passado, para que exista um antes e um depois. Ainda assim, essa separação ocorreria mais num intervalo temporal em que se está filiado – como determinado calendário – do que numa distinção radical experimentada. Para Le Goff (2013 [1988]), o funcionamento da sociedade em quadros temporais é uma forma de domesticação do tempo natural, que é contínuo e sem divisões; por exemplo, a própria divisão em século só se tornou corriqueira a partir do século XVI.

Essa relação entre memória e história é complexificada por Halbwachs (2006 [1950]) ao se referir ainda a uma “memória histórica”, que diz respeito aos acontecimentos continuados de uma narrativa histórica da qual ainda existem lembranças conservadas, embora não represente o que denominou “memória coletiva”. De modo geral, a história aborda o passado de forma contínua ao buscar, na maior parte das ocasiões, estabilizá-lo pela figura do historiador e pela visão universalista, enquanto a memória traz o passado de modo descontínuo – com buracos e sem ligação –, por ser advinda de uma enorme variedade de indivíduos, sem necessidade de profissionalização, e com perspectivas pontuais de pessoas e grupos. A história é uma representação do passado, reconstrói algo que já não está mais presente, enquanto a memória é atual, um elo do (eterno) presente com o passado. A memória se refere ao passado, ao que foi vivido e não volta mais,

ao que de Almeida Filho (2011, p. 11) denomina “reino das sombras”, pois as recordações não são completamente transparentes.

Os historiadores não podem, para Benjamin Stora (2007), ser encarados como guardiões dos templos do passado, pois as questões históricas também são políticas e, pode-se acrescentar, culturais, econômicas, sociais, religiosas e, mais do que nunca, midiáticas. O dever do historiador seria de “exumar os cadáveres” dos acontecimentos que já não existem, e não desejar estabelecer e reclamar para si o direito pela verdade científica sobre os eventos passados. A preocupação sobre a manipulação circunda, de fato, os historiadores, que questionam a noção de independência e de liberdade da própria história (Roediger III; Wertsch, 2008), tendo em vista que os fenômenos podem ser retratados de maneiras completamente diferentes, dependendo da perspectiva do autor – mesmo com fontes afins.

É necessário mais do que historiadores para descobrir, descrever, compreender, sentir e fazer durar o passado. O historiador possui um olhar crítico sobre o passado para apreender e compreender profundamente a complexidade e as condições dos acontecimentos históricos a partir das ações e das intenções dos atores e personagens envolvidos, pois, como explica Delgado (2010), os documentos históricos, pretensamente neutros, ainda são suas principais fontes, mesmo em comparação com a reconstituição pela oralidade. Esses documentos que aparentam menos interesses quando foram forjados também têm as suas condições de produção minuciosamente avaliadas, afinal, “nenhum documento é inocente. Todos devem ser julgados” (Le Goff, 2013 [1988], p. 108). Nessa lógica, até os documentos falsos são considerados históricos, pois representam interesses de determinado grupo.

Esses profissionais, na contemporaneidade, buscam avaliar e interpretar o mundo que os rodeia, não apenas colecionar as informações e as dispor como se pudessem se distanciar totalmente dos acontecimentos. O desafio, na verdade, é estar presente para reconstituir o mais fielmente possível, à medida que se distancia para distinguir a originalidade desses eventos. Se, de um lado, os historiadores trabalham sob influência das memórias individuais, coletivas e midiáticas, de outro, elas se alimentam do trabalho dos historiadores. Na perspectiva de Ricoeur (2007), o historiador não deve

apenas estabelecer os fatos, mas atribuir valores distintos a cada um deles, conforme a sua interpretação.

Ao desenvolver o pensamento sobre a memória coletiva de Maurice Halbwachs (2006 [1950]), mais de três décadas depois, Pierre Nora (1993 [1984]) aborda um então novo aspecto memorial na França: os lugares de memória, que dialogam com a perspectiva da historiografia – uma espécie de pensamento da história sobre si mesma – e com a tradição memorialista. Esses lugares de memória contribuem para os elementos de reconhecimento e de pertencimento dos grupos em uma sociedade que busca homogeneizar e padronizar os indivíduos cada vez mais. O objetivo desses espaços memoriais é evitar os esquecimentos e os silenciamentos, por meio de uma fixação material de questões presentes e passadas, a fim de parar e imortalizar o tempo. Os lugares de memória são materiais – pelo conteúdo demográfico –, funcionais – a fim de consolidar e transmitir as recordações – e simbólicos – ao caracterizar os acontecimentos pela experiência e vivência de grupos e indivíduos.

A proliferação dos lugares de memória no século XIX permite denominá-lo, para Alberto Sá (2011), “século da História”, graças à instituição e à legitimidade da memória e ao reforço da identidade coletiva dos Estados-Nação, por meio da memória social. Todo acontecimento e fato deviam ser rememorados, pois eram merecedores de ascender à memória pública, por isso, proliferaram-se os museus, arquivos, túmulos, eventos e diversos outros espaços destinados à celebração e à rememoração.

O sentimento de nostalgia pode ser percebido nesses lugares de memória, como museus, arquivos, cemitérios, festivais, aniversários, tratados, coleções, monumentos, santuários, tornando-se testemunhos de uma época. Eles contribuem para a cristalização das memórias de formas diversas, como arquivos, bibliotecas, exposições, estátuas, museus e até comemorações. Esses lugares incluem expressões que não são unicamente espaciais ou materiais, mas até rituais, comemorações e toponímias.

O passado apresenta diversas possibilidades de escrita e de narrativa para o presente histórico, possibilitando, no instante presente, uma intersecção das experiências passadas e das expectativas futuras, e os lugares de

memória traduzem essas tensões e radicalidades, com esses espaços incorporando tanto as vivências próprias como aquelas transmitidas por outras pessoas. Os sentidos que se adquirem do passado são múltiplos, existindo uma infinidade de modelos que podem ser seguidos, isto é, de narrativas sobre o passado a serem consideradas.

As cidades são carregadas de memórias, consideradas até arquivos com os quais se interage cotidianamente (Silva et al., 2008; Hetherington, 2013). Ao se deslocar de um ponto a outro, expõe-se às memórias diversas que remetem a distintos períodos históricos e que podem ser, por vezes, contraditórias. A cidade é um lugar de aprendizagem de onde e como olhar e ler aquele espaço, enquanto o mapa é uma lupa com a mesma intenção, porém mais restrito. A própria rememoração do passado permite um bloqueio dos simbolismos presentes na cidade ao se criticar a estruturação urbana, abrindo espaços para uma organização futura alternativa, em outras palavras, a própria cidade pode fazer despertar para uma perspectiva distinta do passado ao revelar o que ele diz para o presente e sobre o futuro.

Qualquer cidade reflete um determinado ponto de vista sobre a estrutura e organização de territórios e lugares, revelando algo também sobre aquele que o produz. A divisão de ruas e praças, a instituição de monumentos e a preservação de lugares de memória refletem as práticas políticas e histórico-culturais de uma sociedade. A definição de nomes de ruas é, possivelmente, a forma mais explícita de refletir sobre essa questão, uma vez que apontam para o que era significante para aqueles que desenvolveram a estruturação do espaço público. As representações dominantes do espaço urbano permitem compreender as intenções de seus padrões e formas, isto é, a intencionalidade daqueles que contribuíram para o seu desenvolvimento organizacional.

A própria elaboração de mapas para representação cartográfica está condicionada às intenções dos seus criadores. No Ocidente, os mapas-mundi apresentam em primeiro plano o continente europeu, uma herança do processo de colonização do “Velho Mundo”. A criação de uma representação cartográfica – sempre intencional e alusiva a determinadas interpretações – requer a escolha de um espaço e de um período temporal.

Essa decisão já carrega uma série de sentidos. A apresentação de um mapa a partir dessas convenções e discursos oficiais, com foco em um determinado território, com características demográficas ou naturais correspondentes a um período específico, oferece algumas leituras possíveis. Do ponto de vista da memória, essas representações seriam fontes de recordações e silenciamentos, pois, ao conservarem os “traços do período ao qual se reportam” (Halbwachs 2006 [1950], p. 101), podem evidenciar contradições memoriais nas homenagens, como já identificado em outras investigações (Martins; Migowski, 2016; Martins; Farias; 2018; Martins; Silva, 2018).

A conservação de determinadas lógicas espaciais reflete a ocorrência de acontecimentos e suas marcas históricas, ainda que possa ocultar outras. A vida é regida por formalizações quanto ao espaço e ao tempo, como forma de convencionar e padronizar as referências compartilhadas socialmente. Pode-se mencionar, nesse sentido, a organização do espaço em continentes, países, estados, cidades, bairros, avenidas, ruas e vielas; do tempo em anos, meses, semanas, dias e horas. As formas de representação espacial e temporal podem ser diversas, a depender dos interesses e das medições desejadas.

A experiência de diferentes grupos (étnicos, ideológicos, políticos, religiosos, profissionais e familiares) pode ser igualmente projetada no espaço e no tempo. Elas requerem, por consequência, representações distintas. Sobre os nomes de ruas em uma cidade, uma figura homenageada, porque regida por relações de poder em um momento específico, revela apenas parte da história daquele território e de seus habitantes, de um determinado ponto de vista. Um acontecimento comum e compartilhado pode afetar as pessoas de modo diferente, uma vez que há tantas compreensões sobre o que foi a ditadura militar no Brasil quanto existem pessoas para se recordar desse período histórico, e o mesmo se pode dizer do atentado de 11 de setembro, nos Estados Unidos, ou de outro acontecimento.

## 1.2 Tensões entre *aletheias* e *lethes*

Mesmo com o estudo e a reflexão sobre a memória recuando até os tempos da Grécia Antiga, nas Ciências Humanas, a temática detém a atenção de quase todos os campos de conhecimento, sobretudo Filosofia, História, Literatura e Psicologia. Recentemente, pode-se citar Antropologia, Arquitetura, Ciência Política, Direito, Economia, Educação, Sociologia e, evidentemente, Comunicação/Mídia. Ainda mais atualmente, a Museologia e as Ciências da Informação podem ser citadas, isso para não se partir para as Ciências da Saúde. O campo e a área destinados aos Estudos da Memória (*memory studies*) nasceram nas décadas de 1970 e 1980, evidenciando-se após a mudança no foco da sua questão central, como explicam Neiger, Meyers e Zandberg (2011), de um entendimento sobre “o que nós sabemos” (*what we know*) para “como nós lembramos” (*how we remember it*).

Em 2008, a revista *Memory Studies* foi criada para trabalhar com o tema da memória de maneira multi e transdisciplinar, a fim de legitimar e consolidar, institucionalizadamente, o campo nas mais diversas disciplinas que se interessem pelo tópico. Em seu número de lançamento, disponibilizou um texto dos pesquisadores Roediger III e Wertsch (2008, p. 9, tradução nossa), demonstrando que as pesquisas dessa área ainda não incluem nomeadamente o campo da Comunicação/Mídia: “O campo multidisciplinar dos Estudos da Memória combinam correntes intelectuais de vários domínios, incluindo (mas não limitando) Antropologia, Educação, Literatura, História, Filosofia, Psicologia e Sociologia”.

Alguns aspectos que ajudariam no desenvolvimento do campo, sobretudo no que tange à memória coletiva, são apontados por Jeffrey Olick (2008), tendo em vista que a grande variedade de disciplinas que se detêm sobre a área é apontada como negativa – devido à baixa substancialidade dos conceitos, aos conflitos na sua aplicabilidade e ao encapsulamento de cada ciência em seus conhecimentos, sem reconhecer seus limites. Um processo de tradução das pesquisas para o inglês proporcionaria uma maior inserção na literatura e cultura anglo-americana. Um segundo fator de apoio seria uma real interdisciplinaridade, que não ocorre por causa dos contínuos

preconceitos acadêmicos e teóricos – advindos da ciência que se estuda – e das leituras superficiais e referências recíprocas. O desejo e a necessidade sobre uma transdisciplinaridade seriam abundantes, no entanto, ela é observada apenas nas referências. Por fim, a visibilidade e os investimentos em estudos sobre a memória contribuiriam para um maior desenvolvimento e consolidação do campo.

O conceito de memória não possui uma sistematicidade, de acordo com Nildo Viana (2006), nem mesmo na Psicologia, a ciência que mais teria se dedicado ao campo. Apesar dessa dificuldade, existe um esforço intelectual e sensível para delimitar e cercar a memória de conceitos e premissas, vislumbrando aproximar o máximo possível do que se entende pelo termo. Inicialmente, sobretudo na mitologia grega, pensava-se que memória era sinônimo de recordação (ou celebração – conforme distinção posterior) e que o esquecimento era seu oposto. A memória seria o conhecimento atual do que passou, sendo, ao mesmo tempo, saber e lembrança. Contudo, a memória se diferencia da recordação porque esta é uma de suas partes – completada ainda pelo esquecimento –, sendo pensada no presente.

Os mais de dois mil anos de estudos já tornaram praticamente consenso que lembrar e esquecer são processos que constituem a memória, não a memória em si. Esta não se refere simplesmente à recordação e é dependente de diversas variáveis – social, cultural e política –, inclusive pessoais. As memórias da Guerra do Vietnã, da primeira caminhada do homem na Lua ou do atentado de 11 de setembro de 2001 seriam produtos da interação de noticiários, filmes, testemunhos, conversas com amigos e familiares, entre outros.

Uma discussão mais aprofundada sobre a memória exhibe uma relação com a perspectiva da realidade passada e a consciência atual dessa realidade. A memória não constrói – ou reconstrói – o passado no presente, mas (re)apresenta aquilo que não está mais na atualidade. Nela, nunca se encontra o passado em si mesmo, o inatual, somente o atual. Essa consciência do passado é presente e atual ao criar uma virtualidade do próprio passado e ao possuir como conteúdo as lembranças e os seus modos de ativação e de evocação, sendo, dessa maneira, recuperada na medida em que é interpretada

por uma consciência ativa, real e concreta (Viana, 2006; Leong et al. 2009). Existiria, por conseguinte, uma interpenetração do concreto com o abstrato, desenvolvendo o espaço e o tempo vividos. A mútua relação dos espaços abstrato e concreto formaria esse espaço vivido compartilhado e desenvolvido socialmente a partir não apenas do aspecto físico e concreto, mas ainda das abstrações e representações simbólicas.

A memória é uma consciência virtual do passado no tempo presente – ou atual – por isso, não pode ser compreendida como conhecimento e saber objetivo, sempre sendo uma forma de os indivíduos ou os coletivos sociais tentarem recordar algo que já não está presente para mostrar-se e defender-se. A memória não consegue garantir fidelidade e autenticidade de nenhum relato, uma vez que é frágil, volátil, imprecisa e enganadora quando seleciona, interpreta e busca reconstruir aquele passado que não mais está presente. Sobre essa perspectiva da seleção, ressalta-se que ela perpassa especialmente pelos interesses das classes dominantes, pois possuem a hegemonia cultural na sociedade; dessa maneira, tem-se, em grande medida, conhecimento das versões da história pela visão dos vencedores, dos heróis, dos reis, dos catequizadores, dos autorizados, pois eles, normalmente, impõem a narrativa oficial a partir dos seus interesses.

Uma recordação é mais confiável, na visão de Luana Leal (2012), quando faz parte da memória de vários integrantes de um grupo, uma vez que só uma pessoa recordar é menos confiável do que diversas. Essa perspectiva se coaduna com o que foi exposto anteriormente, com as memórias pessoais e individuais – ou mesmo grupais e coletivas – não representando fontes ingênuas, sendo mais um recurso para a construção da narrativa histórica.

Essas assertivas podem fazer cair em uma angulação demasiadamente quantitativa, ainda que a precisão de uma história relembada por várias pessoas possa ser maior do que quando é rememorada por apenas um indivíduo, pois se tem como cruzar e confrontar informações. Quanto mais coeso for um grupo, possivelmente menos polissêmico (ou polifônico) e confiável será seu discurso. A lembrança de várias pessoas acerca de um fato, ainda assim, não o legitima como verdadeiro, tendo em vista que

variáveis distintas entram em cena para influenciar, como os traumas, os constrangimentos, o tempo e até a mídia.

As formas de lembrar e esquecer são processos constituintes da memória. A seleção não é realizada pela memória em si, isso está destinado à recordação dos fatos ou à evocação das lembranças. Metaforicamente, lembrar seria uma junção de imagens, um trabalho de imaginação necessário à psiquê, enquanto esquecer seria uma droga que alivia a dor da lembrança, um remédio de cura e de ajuda, o fármaco mais poderoso que possibilita o fim ou, como os gregos diziam, a morte. Smolka (2000) destrincha o sistema de recordação em dois atos: no primeiro momento, existe a lembrança e o surgimento de imagens da memória; enquanto, posteriormente, há a organização dessas imagens em locais ou lugares de memória.

O processo de rememoração acontece através de mecanismos de seleção, encontrados nos valores e nos sentimentos dos indivíduos, bem como nos constrangimentos sociais e na relação de ideias. Esses mecanismos, a propósito, não se aplicam somente à memória individual, mas também à coletiva, pois tudo o que se lembra existe na associação das ideias, valores e sentimentos. Em outras palavras, por mais individual que pareça uma recordação, ela depende da construção coletiva de palavras, linguagem, imagens, pessoas e locais (Teer-Tomaselli, 2006; Viana, 2006).

A recordação não parte somente de indivíduos, pois é impossível que ela ocorra de modo apenas pessoal, senão através de evocações na sociedade e coletivamente, pois alguém que se lembra sozinho de um acontecimento que mais ninguém recorda se assemelha a um esquizofrênico que vê algo que ninguém mais enxerga. As rememorações podem ser efeito do lugar importante que alguém ocupou na vida de outrem, mesmo que essa pessoa não saiba. Maurice Halbwachs (2006 [1950]) acredita que um sentimento como o amor permite que alguém se lembre das declarações, dos momentos e das promessas mais do que aqueles que nada sentiam, ou que possuíam sentimentos menos intensos.

Os períodos mais brandos, nos quais as tensões sociais estão arrefecidas, fazem as recordações coletivas perderem espaço para as individuais, que agora surgem para trazer perspectivas distintas. Essas memórias pessoais

estariam enraizadas nos acontecimentos que demandam engajamento e reaproximam contingências momentâneas. As datas mais pessoais, como os aniversários de nascimento e de casamento, são recordadas mais pela sua importância social, não somente por sua individualidade e particularidade, uma vez que se pensa nos eventos que atingem a sociedade, de maneira mais ampla, ou os grupos sociais. Ainda assim, por vezes, o indivíduo só se recorda da data do fato, não do acontecimento em si – como o aniversário de nascimento.

As lembranças passam a ser válidas quando participam de algum conjunto memorial, embora as divergências ainda existam porque as recordações são coletivas em alguma medida, mesmo aquelas mais pessoais, lembradas não apenas por cada um, mas também pelos grupos de que se participa. “Essas lembranças que nos parecem puramente pessoais, e tais como nós sozinhos as reconhecemos e somos capazes de reencontrá-las, distinguem-se das outras pela maior complexidade das condições necessárias para que sejam lembradas; mas isto é apenas uma diferença de grau” (Halbwachs, 2006 [1950], p. 48).

A capacidade de lembrar-se só aparece quando se é partícipe de um ou mais grupos, situando-se em algum coletivo social, uma vez que algo ou alguém pode ser lembrado a partir de outros. A memória coletiva prescinde dessa necessidade, uma vez que evoca um passado, em alguma medida, coletivo. O pensamento parte da lógica que se vive sempre em sociedade e em coletividade, por exemplo, quando, em um filme, assiste-se a uma cena e se recorda exatamente da análise ou da sensação de outra pessoa, de como ela descreveu aquilo. Apesar de a obra não ter sido vista anteriormente, é como se a estivesse rememorando a partir de uma memória coletiva, de uma relação que se tem com outra pessoa, mesmo que o contato com a produção tenha sido somente agora.

O acontecimento mais constrangedor que se vivencie, e mesmo que só uma pessoa esteja envolvida, é de alguma maneira coletivo pelos valores que se desenvolvem para atribuir a ele esse caráter, além dos próprios pensamentos e dos atos de quem o experienciou, produtos sempre confinados dentro de uma sociedade. Esse fator, para o qual tudo é social, retira,

mesmo que de modo paradoxal, essa ideia como algo específico, uma vez que é compartilhada com tudo que se possa pensar. Poder-se-ia dizer ainda, de modo oposto, que tudo é individual, pois qualquer experiência ou situação vivida é única para cada pessoa. Ainda assim, é reconhecido o elemento acolhedor dessa perspectiva que enfatiza as formas coletivas e sociais, que até as recordações que aparentam ser mais pessoais podem adquirir.

A memória sempre representa uma época e todos os tempos afetam, uma vez que a historiografia contida nas recordações e nos esquecimentos é mais forte do que se imagina, continuando a sofrer interferências e contaminações, mesmo que se esteja afastado do espaço e do tempo do acontecimento, arquivado no cérebro ou em alguma exteriorização. Isso acontece especialmente porque as localidades resistem às forças que buscam modificá-las, permitindo identificar até que medida as memórias individual e coletiva possuem seu alicerce no imaginário especial. Além das motivações internas aos indivíduos – porém, construídas por meio das associações coletivas e grupais –, a lembrança pode ascender à memória por forças externas, de pressão social.

A constante tentativa de recordar pode levar os indivíduos a um ciclo vicioso, no qual a busca para lembrar e (re)construir um fenômeno passado gera a rememoração de outros, como observado principalmente na internet por meio das reminiscências contidas nos hiperlinks. A duração de uma ocorrência na memória também pode estar condicionada à duração da memória de um grupo. Segundo Leal (2012), ela será mais longa na medida em que são mantidas e preservadas as ligações entre os membros, especialmente quando há uma maior coesão interna.

A memória seria quase dependente da formação e da manutenção dos grupos, uma vez que é mais fácil os indivíduos recuperarem e perpetuarem suas lembranças quando participantes de coletivos ativos. Não se pode negar, todavia, que é maior a possibilidade de consolidação de uma memória quanto mais laços e elos existirem entre os componentes de um grupo, porém, as forças dessas ligações também devem ser identificadas. Por vezes, grupos menores são mais coesos do que os maiores, mantendo a memória mais evidente e duradoura.

Quatro fatores na construção da notícia influenciam diretamente na memorização dos acontecimentos, seja em período imediato seja anos depois; são eles: tamanho e impacto do evento; negatividade e sua natureza contínua; personalidades e países envolvidos; proximidade geográfica e cultural (Teer-Tomaselli, 2006). No cérebro humano, o sistema de rememoração organiza tudo em categorias de modo dinâmico, acrescentando e retirando informação com o tempo, não havendo lembrança armazenada de modo estático. Dessa forma, lembrar requer algum nível de esforço – nem que seja externo –, não é um procedimento automático.

A recordação não é uma reprodução mecânica de um acontecimento passado, mas a capacidade de (re)construí-lo. Pensando na lembrança não apenas de modo particular – no cérebro de cada indivíduo –, mas coletivamente, Alberto Sá (2011) defende que ela serve para manutenção do bem-estar pessoal e social. O autor não considera tensões, contradições e contrariedades que podem surgir dessas memórias, como no caso brasileiro das memórias dos militares sobre a ditadura, causando revoltas e reações dos opositores.

Os diferentes aspectos de lembrar/rememorar/recordar e comemorar/celebrar exigem uma distinção adequada. De modo geral, a rememoração compreende um trabalho de construção individual, enquanto comemorar diz respeito a um processo de elaboração coletiva; comemorar é, então, reviver coletivamente a memória de fatos passados. A comemoração se refere à apresentação e à articulação pública e, tangivelmente, a memória coletiva, através de textos escritos, músicas, símbolos icônicos, monumentos, santuários, livros de história, museus e rituais. A rememoração, nas palavras de Ricoeur (2007, p. 73), é “o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido”.

As práticas e, principalmente, os artefatos mnemônicos, desenvolvidos pelos agentes sociais da memória, devem ser distinguidos daqueles que são enunciados quase involuntariamente. Vinitzky-Seroussi (2011) denomina essa relação de comemoração banal. A expressão – desenvolvida como resposta à crítica pela ênfase ao formal, ao festivo e às formas intencionais

de comemoração – refere-se às épocas em que a memória não seria utilizada naturalmente, ainda assim, um evento comemorativo ou pessoa seriam mencionados. A comemoração banal compreende os espaços e os tempos em que um indivíduo ou um acontecimento são mencionados sem relação com a sua memória, podendo aparecer de duas formas: por um lado, planejada pelos agentes da memória que possuem uma agenda de eventos mnemônicos e capacidade de levá-los adiante; por outro lado, pode-se referir a um evento passado ou a uma menção de um indivíduo do passado.

A comemoração de datas e feriados nacionais demonstra que os fatos inaugurais – ou ao menos assim creditados – possuem uma função puramente simbólica, haja vista que, no fundo de todas as celebrações, encontram-se as noções de tempo associadas ao passado da história e ao presente da memória. Em panorama oposto às visões otimistas, Hamilakis e Labanyi (2008) enfatizam que toda comemoração é sobre esquecimento, pois as práticas e os rituais humanos são apenas um traço de lembrança, com o restante dedicado ao que não se recorda.

As lembranças e os esquecimentos não estariam em polos separados, uma vez que ambos os processos envolvem diversos tipos de materiais, como autobiografias, monumentos e memoriais, documentos, práticas de comer e cozinhar, livros escolares, romances e histórias em quadrinhos. O esquecimento é relacionado ainda à repressão social, isto é, à incapacidade de relacionar e ordenar conteúdos e formar categorias com eles. Tanto a memória coletiva – na cultura – como a individual – no corpo – desempenham a função seletiva do esquecimento, sendo este considerado, ao lado da recordação, como condutor da memória.

Além do esquecimento, são percebidos outros fatores que modificam a memória individual, como as doenças e lesões (orgânicas), a imaginação, a ficção, os traumas e os sonhos. Esses esquecimentos podem ser fundamentais para a saúde (mental) do humano e da sociedade. Para o bem ou para o mal, o esquecimento contribui para a reprodução e a facilita. Embora existam visões positivas e negativas acerca da não recordação, a memória permite a formação do conhecimento e do pensamento, apesar de uma ameaça contínua da amnésia. Nas palavras de Ricoeur (2007, p. 450), “é o

esquecimento que torna possível a memória, (...) a lembrança só é possível na base de um esquecer, não o contrário”.

Ainda assim, pode-se dizer que não seja “apesar” do esquecimento, porém, em alguma medida, até por causa dele que, desde os tempos gregos, a memória – pelo viés das reminiscências – se relacione com a sabedoria. O ato de esquecer faz, então, parte da constituição do homem, pois é uma maneira de se tornar apto a receber e consumir novas experiências e conteúdos; por isso, para evitá-lo, a memória realiza rituais repetitivos. É necessário, todavia, distinguir os esquecimentos necessários – após os acontecimentos trágicos – daqueles perversos – criados para armazenar uma narrativa imaginária – e até midiáticos – produzidos imediatamente para difundir conhecimentos ligados aos processos para além do debate sobre uma memória tradicional e das narrativas históricas oficiais.

Nesse âmbito, existem as memórias que são recordadas quando se deseja e aquelas que não atendem as vontades do indivíduo. As primeiras seriam compartilhadas por um grupo, enquanto as outras são vividas e mantidas por uma pessoa só (Halbwachs, 2006 [1950]). Ainda assim, essa é uma distinção frágil, pois pode haver lembranças facilmente recordáveis por uma pessoa – caso exista carga emotiva envolvida –, embora ela tenha vivido a situação sozinha, enquanto haveria lembranças mais difíceis de se recordar em grupo, quando existe um esforço para silenciar e esquecer determinadas situações.

Nas Ciências Médicas, o esquecimento é uma doença – identificada desde 1906 por Alois Alzheimer – e um mal que deve ser combatido. Almeida Filho (2011) afirma que a memória possui uma farmácia que desenvolve antídotos contra o esquecimento, seja para a memória individual seja para a coletiva, afinal, deixam-se diversos símbolos de recordação em lugares de memórias – ainda que não utilize essa expressão – em ruas, praças, pontes, monumentos, bibliotecas, museus e até em caixas de sapatos com fotografias de família, hoje substituídas pelas pastas em aparelhos digitais ou nas nuvens da internet.

Em seus trabalhos sobre a memória jornalística, Marcos Palacios (2009a, 2014) ressalta a importância do que é esquecido e não apenas do

que é lembrado pelos meios de comunicação, uma vez que tão importante quanto o que se publica na mídia impressa, analógica e digital, para a (re) construção do passado, é aquilo que não se publica, o indizível, ou seja, o dito e o interdito. O ato de esquecer, no entanto, é, algumas vezes, referido como apagar e deletar. O primeiro termo se refere geralmente ao cérebro humano, ao seu sistema biológico, enquanto deletar – ainda um neologismo na Língua Portuguesa – é usado para os sistemas baseados em tecnologia digital, e apagar se destina ao processo de esquecimento do modo analógico. O sistema paradoxal da memória é que ela se conserva no tempo e contra esse próprio tempo, guiando as informações ao esquecimento. O processo da vida é esquecer, mais do que lembrar.

Essa passagem temporal é um caminho mais complexo do que pode aparentar. Na filosofia pré-socrática, Chronos é a entidade responsável pela quantificação do tempo, pela medição dos seus períodos e estações, porém, não se detém sobre sua qualidade, nem sobre as diferentes temporalidades e as sensações temporais. A filosofia kantiana considera o tempo com apenas uma dimensão, sequencial e ordenado, tendo em vista que a realidade compreende sequências de unidades do tempo. Com o filósofo, o tempo se torna ordenado, cíclico e linear – Deus seria o início e a eternidade seria o fim – e insubordinável aos eventos. Esse tempo não permitiria repetição, uma vez que nada volta a ser exatamente como era; a repetição é destinada à volta dos acontecimentos que não são idênticos às suas representações, uma vez que qualquer re-encenação não é a própria encenação original. Em outras palavras, qualquer recordação de um fato não é o fato original.

Os estudos sobre memória contribuem para uma (re)conceituação do tempo, sobretudo do processo multitemporal da vida humana. O tempo sempre foi um conceito geral através da história, ganhando novos contornos na internet. Na modernidade, dois estilos opostos de temporalidade são considerados, de acordo com Leong et al. (2009). Primeiro, tem-se a temporalidade humana, social e vivida. O outro modelo é uma projeção anacrônica surgida devido à expansão e à consolidação dos meios de comunicação, com uma característica desumana e instrumental de temporalidade, porém, estabelecendo-se como primária e primordial – seria a

temporalidade do relógio, das horas e das marcações. A distinção não está, contudo, na separação (ilusória) entre o tempo do relógio e o tempo vivido, mas na intensidade com que os indivíduos experimentam esses horários, isto é, considera-se a sensação da passagem do tempo, uma vez que ele não pode ser jamais uma totalidade homogênea, externa e imutável. As noções de temporalidade, na verdade, são construídas juntamente aos outros elementos que o constituem.

As recordações consideradas como completamente baseadas na realidade, para Halbwachs (2006 [1950]), juntam-se também às outras fictícias, tornando-se, de fato, as lembranças da vida de um indivíduo. Mesmo que se tenha experienciado de fato um acontecimento, existem situações que não são recordadas e que podem se reconstruir na mente de cada um. As imagens inseridas por outros podem passar de lembranças falsas a reais, preenchendo as lacunas memoriais. Ainda que com todas as peças do quebra-cabeça para afastar o esquecimento, nem sempre elas são suficientes para se constituir em recordação, pois devem fazer sentido para a pessoa, além de permanecer resquícios na mente.

Como representação de coisas anteriormente percebidas, a memória tem como obrigação a luta contra o esquecimento, fazendo que as recordações se sobressaiam, pois precisa evitar o apagamento definitivo ou provisório dos rastros do passado. Paul Ricoeur (2007) acredita que a memória se aproxima da imaginação, quando é reduzida ao seu aspecto de recordação. Os acontecimentos da infância são, possivelmente, os momentos em que as lembranças são mais constituídas por relatos de terceiros, geralmente, do grupo familiar. A formação da memória é exatamente o binômio lembrar/esquecer, e a criança tende a preencher esses espaços vazios, por isso, a memória da infância é tão problemática, pois possui vários enxertos. Quando uma criança tem medo do escuro, ela o preenche com a sua imaginação, sendo ainda nessa época que surgem os amigos imaginários e as brincadeiras em lugares ermos e perigosos – a imaginação é a tônica.

As recordações exigem uma reconstrução do passado com a contribuição de terceiros, por meio de dados emprestados para que, no presente, seja traçado aquilo que não está mais entre as pessoas. As informações

terceirizadas já passaram por outras recriações e as lembranças são conservadas com duvidosas autenticidades e forjadas com depoimentos falseados. O que foi criado, imaginado e vivido passa a se confundir, sendo mais difícil distinguir cada uma dessas recriações do que desenvolver essas lembranças. As recordações se alteram não apenas por causa dos esquecimentos.

A memória pode ainda apresentar um lado considerado problemático: os abusos da memória, que se referem aos excessos de recordações, e os abusos de esquecimento, associados à insuficiência de memória (Ricoeur, 2007). Em um nível individual, tem-se a memória impedida, que compreende os abusos causados por patologias, doenças e traumas ao impossibilitar totalmente o acesso às lembranças ou ao fazer com que o indivíduo se recorde apenas de partes do acontecimento. Como trauma, pode apresentar-se como um movimento sem sucesso em busca do esquecimento, pois o indivíduo quer esquecer e não consegue.

O uso consciente da seletividade em memórias caracteriza um abuso de memória manipulada. Esses abusos, trabalhados no nível prático e no cotidiano, resultam da manipulação natural das lembranças e dos esquecimentos; a partir de ideologias, a realidade é distorcida para legitimar o sistema de poder. “A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa, [...] contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação” (Ricoeur, 2007, p. 98).

No nível ético-político, tem-se a memória obrigada, aquela imposta, armada pela história oficial, autorizada, ensinada, aprendida e celebrada publicamente. Ela age em prol da função de recordar, ao serem criados marcos, datas, estátuas, entre outros; dessa forma, a memória obrigada se relaciona com os lugares de memória. Com caráter coletivo, tenta atingir a memória individual. É uma obrigação lembrar. O esforço de recordação luta contra o esquecimento. Esses esquecimentos podem resultar não do apagamento das memórias, mas do impedimento de acessá-las. Nesse caso, o abuso de esquecimento e a memória impedida fazem que se busque uma lembrança e não se encontre nada, ou ainda que se encontre outra em seu lugar. “Esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na

escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz” (Ricoeur, 2007, p. 455).

O esquecimento na memória manipulada possui estratégias para alteração das narrativas de um acontecimento, suprimindo informações, deslocando ênfases e maquiando os protagonistas. Como “estratégia de evitação, de esquiva, de fuga, trata-se de uma forma ambígua, ativa tanto quanto passiva, de esquecimento” (Ricoeur, 2007, p. 456). Por outro lado, o esquecimento comandado lida com os abusos associados à memória obrigada, em outras palavras, com aquelas dos processos legais e institucionais, como a anistia, uma espécie de amnésia (da memória) coletiva. Anistia e amnésia, não coincidentemente, possuem uma mesma raiz, ambas advindas da palavra inglesa *amnesty* (Martins; Migowski, 2016).

A anistia põe fim a violências e desordens políticas que afetam a vida civil, entretanto, enquanto esquecimento institucional, relaciona-se de forma mais profunda com um passado definido como proibido. “Trata-se mesmo de um esquecimento jurídico limitado, embora de vasto alcance, na medida em que a cessação dos processos equivale a apagar a memória em sua expressão de atestação e a dizer que nada ocorreu” (Ricoeur, 2007, p. 462). No Brasil, foram anistiados todos os que cometeram crimes políticos e eleitorais no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Concedeu-se o perdão aos que tiveram direitos políticos suspensos em função de Atos Institucionais e Complementares, mas também permitiu que desaparecimentos, torturas e mortes fossem deixados para trás, sem investigar ou punir os responsáveis. Apesar de conceder aos torturadores o perdão por seus crimes, a Lei da Anistia foi importante para a redemocratização do país (Fico, 2005).

### 1.3 TRINCHEIRAS MNEMÔNICAS

O hábito é um comportamento aprendido e automatizado que dispensa atenção para ser realizado. Essa é uma forma de memória naturalizada na sociedade: a memória-hábito ou natural, ou seja, uma memória

enraizada de tal maneira no cérebro que se manifesta pela repetição mecânica, não necessitando de lembranças ou referências passadas. Essa ideia de memória-hábito pode ser imprecisa, pois compreenderia apenas a própria noção de hábito, daquilo que é habitual ou natural do cotidiano, distinguindo-se das memórias mediada, indireta ou até mecânica. Segundo Ricoeur (2007), a memorização, que compreende os distintos modos de se aprender, é uma forma de expressão dessa memória-hábito.

Em sua tese, Alberto Sá (2011) observa a diferença de três memórias: protomemória, de baixo nível; memória propriamente dita, de alto nível; e metamemória. A primeira refere-se ao hábito, à socialização e à espontaneidade, ou seja, à rotina, aos rituais e aos processos sociais. Nesse nível de memória, a construção “recordo-me como” exemplifica o processo. A memória de alto nível compreende a lembrança ou o reconhecimento e também o esquecimento; sua formação é expressa pela construção “recordo-me que”. Por fim, a metamemória trabalha com as representações que se faz das próprias memória e vivência, em outras palavras, do próprio conhecimento. Ainda citada, tem-se a memória-prótese, que não possui base orgânica, mas pode ser “vívda” por aqueles que não a experimentaram, pois circula na cultura ao compor as lembranças e as experiências individuais e coletivas.

A memória é referenciada de tantas maneiras, ao longo dos anos, que Roediger III e Wertsch (2008) defendem haver mais de 250 “tipos” distintos, abarcando nomenclaturas em trabalhos acadêmicos e no cotidiano dos “indivíduos comuns”; somente nas pesquisas científicas, observaram mais de duas dezenas de tipificações. A atenção desequilibrada a termos e conceitos como memória individual, pessoal, privada, coletiva, social, cultural, pública, midiática, jornalística, evidentemente, depende do campo e da área de conhecimento em que o estudo e o pesquisador se encontram. Os cientistas cognitivos e os biólogos, por exemplo, focam seus estudos na memória individual, desprezando alguns avanços do conceito de memória coletiva, enquanto pesquisadores sociais e culturais tendem a absorver pouco da vertente cognitiva e privada da memória.

A atenção demasiada inicial apenas à memória individual é o resultado, por exemplo, de um tardio desenvolvimento do conceito de memória

coletiva. Lembrar-se de algo traz automaticamente à mente a ideia de um acontecimento e, principalmente, de um ator. Bourdon (2011) esclarece que “eu lembro” (*I remember*) é a forma como se estrutura qualquer narrativa de história de vida, demonstrando o caráter pessoal, individual e mesmo particular que a expressão possui. Neiger, Meyers e Zandberg (2011), por sua vez, dizem que a memória privada armazena e recupera informações em um nível neural e fisiológico, sendo a capacidade de registrar, possuir e recuperar dados.

Dois elementos podem caracterizar a memória como eminentemente individual – ou de ordem privada, como prefere Silva (2002): a memória é intransferível e integrante das experiências de apenas uma pessoa e atesta a progressão temporal de cada indivíduo. A memória coletiva, contudo, contém e estrutura a memória individual ou privada, em alguns casos, com ambas se instaurando e se cruzando mutuamente, ou seja, antes de ser somente um processo de interiorização pessoal, a memória é um fenômeno social e coletivo. Essa perspectiva aponta para a não existência de uma memória pessoal por excelência, pois ela seria uma combinação das experiências e influências dos diferentes grupos nos quais o indivíduo se insere, como família, trabalho, amigos, entre outros, com as situações íntimas e particulares. A memória no homem, na condição de indivíduo, não é uma função isolada, portanto, devem-se considerar os meios, os modos e os recursos desenvolvidos socialmente e em grupo.

Ainda que pertença a um ou mais coletivos, cada indivíduo distingue seu próprio passado, na medida em que permite que a memória coletiva englobe a memória dos grupos e dos seus componentes. A relação entre ambas as funções mnemônicas ocorre de tal forma que a memória privada é constituída na sociedade, e a memória social é a manifestação coletiva das lembranças dos coletivos. Toda memória individual é forjada coletivamente, uma vez que os materiais, mecanismos e procedimentos de recordação são apreendidos em sociedade, logo, as memórias individuais e coletivas não são totalmente distintas e separadas.

As memórias pessoais são mediadas pelas representações e narrativas prevalecentes na arena pública, segundo Neiger, Meyers e Zandberg (2011).

Ainda assim, a memória individual não deixa de existir, apesar de toda a sua relação e dependência com a memória coletiva e social. Na internet, a memória de massa e global, coletiva, dá lugar às expressões da memória pessoal e local. As memórias pessoais estão enraizadas em diversos contextos sociais, com a participação de outros indivíduos, tornando permeável seu caráter particular, à medida que se direciona para uma memorização compartilhada e coletiva.

É natural a memória individual ser o ponto de partida para se discutir esse fenômeno, tendo em vista que o corpo seria, por excelência, o lugar da memória, como defende Almeida Filho (2011). Esse tipo de memória seria o que Alberto Sá (2011) chama de memórias de incorporação – referentes às mensagens comunicadas através do corpo do indivíduo –, em oposição às memórias de inscrição, que se detêm à transmissão por meio de propriedades espaciais. Aqui, não se pode estar em consonância completa com essa assertiva, pois existem vários lugares de memória mais legitimados e reconhecidos socialmente.

Desde o início da existência como seres culturais, são externalizadas a memória e as formas de lembrar, como os petróglifos ou as pinturas em paredes de cavernas. Lucia Santaella (2007) diz que não apenas a sobrevivência guiou para esse caminho de exteriorização da memória, mas que a própria espécie humana evoluiu no sentido de ecoar os conteúdos e as linguagens desenvolvidas. Susannah Radstone (2008) explica que a memória que excede o caráter pessoal é pensada, inicialmente, por meio de termos como cultural, pública e social, na tentativa de contemplar a complexidade, recentemente desenvolvida, da relação entre passado e presente.

Essa preocupação com a memória externa teve início ainda em Platão. Como já explicitado, o filósofo fez uma feroz crítica à escrita, uma vez que a representação da linguagem e do pensamento para partes duráveis e exteriores ao seu cérebro faz surgir novos problemas sociais para os indivíduos. À medida que os meios de produção capazes de armazenar, conservar e recuperar signos e informações fora do cérebro se consolidam, aparentemente, existiria uma inutilidade dos sistemas neurais de memória. Essa crítica não cessou no apogeu da sociedade grega, e esse debate se

alastra pela história, uma vez que até hoje muitos criticam a velocidade com que se aprimoram os modos de representações verbais, sonoros e visuais das tecnologias digitais, como se roubassem a memória.

A transmissão por meio da oralidade já é uma forma de artificialização (ou exteriorização) da memória humana, muito antes das marcas em pedra. A transmissão oral também poderia ser considerada uma primeira forma de produção externa e artificial de memória, pela repetição ritual de fórmulas mágicas, ritos de passagem, recitação de poemas etc., em concomitância e eventual combinação – uma vez que não é necessariamente superada – com outras, desde a pintura rupestre até os desenvolvimentos da escrita e da digitalização com as tecnologias recentes (Santaella, 2003, 2007; Palacios, 2009a, 2014).

Nas sociedades ágrafas, a memória coletiva se desenvolve através de três vertentes: a identidade coletiva, a genealogia das famílias respeitáveis e o saber técnico, com o processo de transmissão dessa memória destinada aos “homens-memória”. A individualização desses processos memoriais não permite uma delimitação dos aspectos componentes da memória coletiva, retirando-lhe os caminhos definidos para transmissão e objetividade. Cada momento dessa transmissão mnemônica se torna único e irrepetível, pois a história contada depende dos engajamentos do narrador e do espectador. Isso pode ser aplicável à memória em outras plataformas para além da oral, pois cada contato e situação entre indivíduos são singulares. As suas condições de exteriorização fazem que se expandam novas técnicas e ferramentas de registro e de transmissão, como a escrita e, posteriormente, a imprensa.

A memória impulsionada pela publicação individual, na cultura escrita, possui características de seletividade, pluralidade e inovação. Em seus processos mais atuais, de impressão e em rede, sua dimensão social é reforçada com as celebrações coletivas, as legislações e as políticas de memória, além das publicações editoriais escritas (Sá, 2011). No início da escrita, a técnica era utilizada apenas como suporte de apoio à memória de cada indivíduo, mas o cenário começou a mudar com a criação da imprensa por Gutenberg. A memória coletiva surgiu desse fenômeno, tendo em vista

que, anteriormente, os meios eram apenas um apoio mnemônico. A instauração da imprensa possibilitou uma maior circulação de livros, diminuindo sua característica de apoio à memória ao desempenhar um papel de memória coletiva estruturada e móvel. A partir do século XVIII, os dicionários e as enciclopédias ampliaram a circulação e a propagação do conhecimento, facilitando ainda sua pesquisa pela organização por tópicos.

Muito longe de ser algo somente subjetivo e individual, a memória deve ser entendida como social – importante para compreender uma época, um povo e uma cultura. Ainda que nas culturas orais o conhecimento fosse passado de maneira coletiva e pública, a invenção da escrita ajudou a memória a se exteriorizar e se automatizar, materializando-se em plataformas manuscritas e em monumentos. Com os computadores, e antes com os meios de comunicação de massa, a exteriorização e a transmissão da memória ganharam abrangência e velocidade, de um modo que os processos manuais de escrita não fizeram, e os impressos ensaiaram.

Um dos temas mais comuns nos estudos da memória, o trauma faz uma ponte entre a memória social e a individual ao criar associações entre muitos fenômenos socioculturais. Em diversas ocasiões, o trauma, quando não incorporado de maneira cuidadosa, é uma variável que serve para explicar praticamente tudo nos estudos sobre a memória, desde os padrões de comportamento mnemônico até os desvios. Um dos motivos para enfatizar a memória e as lembranças como um esforço voluntário é a recorrência ao trauma, especialmente como resultado dos estudos em torno do Holocausto (Silverstone, 1999; Hamilakis; Labanyi, 2008; Radstone, 2008). A influência desse acontecimento para as sociedades ocidentais é tamanha que se defende que todos precisam de um evento semelhante para justificar os sentimentos e as dores presentes. No caso brasileiro, tem-se, em alguma medida, a escravidão e, mais recentemente, a ditadura militar.

A criação das expressões memória cultural, social e pública está relacionada à necessidade de demonstrar que as pesquisas sobre memória estavam avançando, principalmente no tangente ao seu cunho pessoal e individual. A invenção ou imaginação dessa memória cultural, social e pública está associada ao desejo de desvelar continuamente o caráter político

de questões que poderiam ser relegadas ao nível mais particular, individual e até familiar de uma recordação (Horta, 2008; Radstone, 2008). O caráter social (cultural ou público) dessa memória deixa explícito que ela é coletiva, sendo a memória pessoal (individual ou privada) uma manifestação particular dessa coletividade. A memória social modifica a ação dos agentes culturais (em potencial, de todos), pois fornece modelos de representações coletivas por meio dos quais a realidade cotidiana é interpretada.

O mundo é configurado para aparecer sob a forma de interpretação, porém, torna-se um universo virtual, pois esse texto que fala do mundo não é mais o mundo, abre-se à pluralidade e à polifonia (Barbosa, 2007). O problema maior de estudar a memória coletiva é o fato de seu conceito ser posto como óbvio, geralmente como oposição à memória pessoal ou como memória não individual, logo, não sendo explicado ou problematizado. A memória coletiva é um conceito tentador, pois busca refletir o mundo em suas constantes modificações, preocupando-se com o passado real ou imaginado. Tudo se torna mais problemático, quando se compreende o funcionamento e as implicações de premissas da memória coletiva para além dos modos clichês de recordação e dos acontecimentos considerados significativos pela mídia, uma vez que impactam a coletividade de forma geral em determinado momento (Hoskins, 2011a, 2011b; Vinitzky-Seroussi, 2011).

O termo memória coletiva foi cunhado por Hugo Van Hofmannsthal em 1902, mesmo que a relevância e o reconhecimento tenham vindo pelas ideias de Maurice Halbwachs (2006 [1950]), que rejeitava a separação de uma memória individual e social. A melhor maneira para identificar a existência e a influência das memórias coletivas é pela apresentação e compreensão das percepções compartilhadas do passado. O primeiro patamar da memória coletiva é constituído pela lembrança que um grupo possui de uma experiência partilhada. A principal ação para criar memórias coletivas não está fincada na construção, mas na seleção de informações e de acontecimentos. Durante o século XVIII, surgiram e se expandiram os dicionários e as enciclopédias, decisivos para o alargamento dessa memória.

A memória coletiva se apresenta como construção e remodelação do passado e da própria imagem pelos coletivos sociais, a fim de criar

identificações ao defini-los e separá-los dos outros grupos a partir das suas memórias, tanto as recordações como aquilo que esqueceram – deliberadamente ou não. Essa formação possui algumas expressões sinônimas ou ao menos aproximadas – como memória social, popular, cultural e oficial –, sendo todas compartilhadas por pessoas comuns, elites sociais e políticas, além dos pesquisadores de várias áreas de estudo, situadas entre a memória individual, a história e a autobiografia.

As duas acepções mais comuns para memória coletiva se referem tanto à memória partilhada na sociedade como no interior de alguns grupos, ao definir as relações entre o indivíduo e a comunidade a que pertence, além de permitir que dê sentido à sua existência. Segundo Neiger, Meyers e Zandberg (2011), existem cinco especificidades dessa memória: construção sociopolítica, que não é o passado autêntico, mas uma versão; processo contínuo e multidirecional, construção dinâmica e contingente, não linear ou lógica; funcional, pois toda recordação possui uma finalidade; concretizada, uma ideia abstrata concretizada e materializada em artefatos, documentos, estruturas e lugares; narrada, transmitida e contada através de narrativas, geralmente familiares a quem recebe.

A visão de Halbwachs (2006 [1950]) sobre os esquecimentos dos atores e dos acontecimentos na memória coletiva pode parecer um pouco simplista e ideológica, uma vez que eles aparecem não por má vontade, repulsa ou indiferença, mas quando os grupos e os coletivos não possuem mais laços suficientemente fortes para se manter e acabam desaparecendo. A memória coletiva, na verdade, não consegue explicar todas as recordações particulares nem os fatores que levam até elas, pois exigem esforço – apesar do caráter social até das memórias individuais, tendo em vista que se enxerga pelos prismas sociais perpassados pela subjetividade dos grupos sociais.

As lembranças dessas memórias são evocadas pelos mesmos mecanismos de seleção da memória pessoal: valores, sentimentos e pressão ou constrangimento social, logo, sua constituição é social (Viana, 2006). Mesmo sem contemplar todas as rememorações, a memória individual traz a memória coletiva para ratificar e legitimar algumas recordações, preenchendo as lacunas e as brechas deixadas pela passagem do tempo, podendo,

como consequência, confundir-se com essas memórias compartilhadas. As lembranças pessoais não se baseiam apenas nas lembranças dos outros, mas em pontos de referências fixados na sociedade para além de cada um, isto é, na noção de produções de ideias e discursos anteriores sobre fatos mais antigos, limitadas no espaço e no tempo em que foram criadas.

A memória coletiva depende dos marcos temporais, ou desempenharia somente um papel de coadjuvante na fixação das lembranças e no engendramento dos esquecimentos. As lembranças precisam de algum lugar para se agarrar, pois as superfícies do esquecimento são bastante lisas. A organização e a duração do tempo são fenômenos sociais próprios da vida em grupo, especialmente em uma sociedade estruturada. Por isso, as pessoas se ajustam aos marcos temporais, ao tempo social e às suas durações e convenções, com esse tempo social se modificando para lugares, pessoas e épocas. Dessa perspectiva, de modo simplista, os notívagos – aqueles que popularmente “trocam a noite pelo dia”, que fazem suas atividades em horários pouco convencionais – possuem essa vida também para se diferenciar dos outros.

O tempo passa a ser totalmente qualificável, social. A percepção é que as crianças pensam no futuro, enquanto os pais se focam no presente e os avós, no passado. Segundo Halbwachs (2006 [1950]), à medida que se envelhece, o ritmo da vida fica mais lento e aquilo que impressiona e desperta atenção aparece em um número muito menor, enquanto uma criança possui, em somente um dia, um alto número de acontecimentos que desperta múltiplos sentimentos, em outras palavras, para os infantes, as novidades são constantes. Ainda assim, existem diversas formas de mensuração do tempo, mesmo dentro de uma mesma sociedade, como a brasileira, em que sequer os calendários coincidem, pois são percebidas divisões religiosas (dia de santo), econômicas (dia de pagamento), sociais (aniversários de personalidades), culturais (feriados diversos), entre outros.

Uma vez que adquire a vivacidade e a consciência de grupos do passado, através de momentos irregulares e incertos – diferentemente da história, em que essas cronologias são separadas por épocas e períodos –, a memória coletiva representa uma linha de pensamento contínuo nada

artificial. Outro aspecto de diferenciação entre as duas é que a história busca uma narrativa única mais universalista, enquanto as memórias coletivas são plurais, existindo tantas quanto forem os grupos, não conseguindo uma uniformidade, pois não há memória universal, senão calcada em determinado espaço e tempo. As implicações causadas pelas dominações não podem ser desconsideradas, como no caso da escrita suméria, base para os processos escritos da história humana ocidental.

A memória tende a ser mais forte quanto mais fortes e mais duradouros são os seus laços (Halbwachs, 2006 [1950]). Ainda assim, outros fatores devem ser considerados, para além das ligações apenas, como o impacto na vida de cada pessoa e até a repetição de atividades, pois existem casos em que a formação de laços e grupos não é preponderante, embora essa fortificação contribua para diversas lembranças. Ao dizer que a força da rememoração estaria na quantidade, na cabeça do “maior número de seus membros”, desconsideram-se as hierarquias internas, as disputas de força. A memória – aqui incluídos recordações e esquecimentos – de dois integrantes pode prevalecer em comparação com a de vinte.

As memórias coletivas são multiplicadas na mesma proporção em que surgem os distintos grupos, em diferentes espaço e tempo, para Halbwachs (2006 [1950]), sem nenhum se impor em relação aos outros. Essa perspectiva não considera a influência e a relevância que alguns desses coletivos e suas memórias adquirem em determinado período histórico e sociedade. Uma visão imperialista e capitalista reina hoje em detrimento de outras que fogem da conjuntura padrão dominante; do mesmo modo, as memórias dos grupos de familiares e vítimas da ditadura militar brasileira se sobrepõem em detrimento daquelas dos militares e seus apoiadores. A colonização na América do Sul suprimiu os calendários dos Maias e outras divisões de tempo, sem contar as próprias memórias coletivas das etnias indígenas neste continente, todas dizimadas em nome de um grupo dominante.

Ainda que se valorizem os grupos e suas relações mnemônicas, deve-se compreender que cada indivíduo forma em sua mente memórias próprias, pontos de vista distintos, uma vez que cada memória individual é uma perspectiva da memória coletiva, modificando-se não apenas pelo

lugar que o indivíduo ocupa e pelo período temporal em que está, mas ainda pelas relações com o que e com quem ele estabelece. Caso defenda que todos são iguais, deve-se acrescentar, em uma paráfrase a George Orwell, que uns são mais iguais do que outros.

As lembranças se mantêm de formas distintas. Ainda que os grupos contribuam para que as recordações permaneçam – pois há mais de uma pessoa para ajudar na rememoração –, eles ajudam nos esquecimentos – porque são elencados alguns tópicos e momentos específicos para recordação, enquanto os outros são silenciados e não merecem ocupar lugar na memória coletiva. Por outro lado, mesmo um grupo bem formado pode possuir esquecimentos que alguém que não faz parte dele lembra.

Depois das distinções sobre história e memória, este capítulo abordou ainda a constituição desta, suas definições e suas tipificações. O capítulo seguinte avança na diferenciação dos tipos de memória, com ênfase na mídia, nas tecnologias digitais e nas inovações mnemônicas no (ciber) espaço. Ao fim, as constituições das guerras de memórias são trabalhadas pela sua historiografia e suas apropriações, aproximando-as do golpe de 1964 e da ditadura militar no Brasil.

## 2. MEMÓRIAS NOS CAMPOS DAS MÍDIAS

Entre o mnemonista de Luria, que não consegue esquecer, e os doentes de Alzheimer, que não conseguem lembrar, o que fica?

Ana Smolka

A pesquisa que se detém na interface dos meios de comunicação e memória possui cinco eixos: primeiro, os estudos que possuem uma perspectiva factual; posteriormente, aqueles que preferem ver as mudanças e estruturas dos meios informativos como variáveis de modificação da história; em seguida, os que focalizam os jornais como portadores de discursos políticos e ideológicos; um quarto eixo dá conta do contexto social, mas desconsidera a lógica interna do sistema comunicacional; por fim, existem pesquisas que consideram a história e a comunicação como um sistema, no qual o conteúdo, o emissor e os modos de recepção ganham relevo (Barbosa, 2007).

Evidentemente, os meios de comunicação não devem ser a única variável considerada, ainda que possuam um papel importante na formação da dinâmica memória individual e coletiva. A composição das memórias é contínua e relaciona diferentes instâncias em conflito, isto é, da seleção até a reconstrução do passado, existem jogos de poder culturais, econômicos, políticos e sociais, bem como agentes distintos disputando o lugar legítimo de apresentação do passado na arena pública. Para Patrick Charaudeau (2006), apesar de não pertencerem, as mídias querem se incluir na categoria de museu ou de “lugar patrimonial”, o principal representante da “memória da cidade” – nas palavras de Montenegro e Silva (2005).

Este capítulo desvela as associações entre memória e mídia, por meio de uma nova ecologia da memória que surge em virtude das tecnologias digitais. Os conflitos mnemônicos que se desenvolvem, entre outros, nos meios de comunicação são apresentados com base no conceito das guerras

de memórias, evidenciando sua historiografia e suas apropriações, sobretudo nos casos brasileiros do golpe e da ditadura militar.

## **2.1 Terrenos midiáticos das memórias**

Os conteúdos dos meios de comunicação já se tornam, praticamente, patrimônio cultural da sociedade – ou mesmo do mundo, dependendo da relevância do material e do grupo midiático – no momento da sua publicação e veiculação. Essa relevância permitiu às mídias desenvolverem estratégias próprias de preservação e de acesso, tendo em vista que, com a digitalização e com a internet, os documentos produzidos diariamente pelos meios de comunicação se tornam produtos da memória de uma determinada sociedade acessíveis de modo mais barato, fácil e rápido, através de uma organização e estrutura de base de dados proporcionada pelas tecnologias digitais. Os estudos sobre memória midiática, de acordo com Mônica Nunes (2001), compreendem os suportes da mídia que realizam gravação, duplicação, armazenamento, transmissão e acesso, em que se podem adicionar as funções de registro, organização e reprodução.

Os jornais funcionam como uma memória coletiva de uma cidade, um país ou mesmo do mundo, no armazenamento e na indexação diária do seu material. Esse fenômeno é facilitado também pela digitalização de conteúdos, que, através da interligação entres os meios, fomenta uma inter-relação até então inédita entre os materiais jornalísticos ou para além deles, superando os limites tradicionais de arquivamento e recuperação. Os indivíduos estão dependentes das representações criadas pelos meios de comunicação, que se tornaram os principais desenvolvedores dos imaginários do passado e da contemporaneidade, transformando a mídia no lugar de memória mais legitimado e autorizado das sociedades.

A mídia adquire essa posição de relevância porque as memórias são transmitidas por ela, agindo como o primeiro veículo para transmissão de conhecimento e percepções sobre o passado e o presente. Se a era da comunicação de massa foi a era da memória coletiva, conceitualmente e experimentalmente, hoje se vive em uma época de memória conectada e digital,

não apenas coletiva. A memória midiática contribui para uma organização individual, social e até do tempo, com sua grade de programação diária, semanal, mensal, sazonal, anual ou com qualquer período previsto.

Nessa seara, Neiger, Meyers e Zandberg (2011) estabelecem dois papéis que os meios de comunicação possuem na consolidação do entendimento e conhecimento do passado. Por um lado, fornece um espaço público para inserção de agentes que disputam entre si pelo direito de narrar os passados coletivos. Por outro, os profissionais da mídia e suas plataformas específicas atuam como agentes memoriais que buscam consolidar suas próprias leituras e perspectivas sobre o passado coletivo.

A diversidade de conteúdos da programação midiática, contudo, esconde uma pluralidade de memórias individuais e até coletivas, mesmo que considerando os programas históricos. Os programas contribuem para distorções históricas, pois atores e personagens da vida real se mesclam, tendo em vista que até as difusões sobre o passado buscam entreter o público, apagando algumas marcas temporais. Com esse movimento na porção ocidental do mundo, Veyrat-Masson (2006) observa que a duração desses materiais é maior do que o tempo que se teria para eles serem expostos em salas de aula, com os produtores não se preocupando com a capacidade de ensino e aprendizagem que poderiam adquirir.

Os estudos sobre memória e mídia compreendem a investigação sistemática dos acontecimentos passados e narrados pelos meios de comunicação, através deles e até mesmo sobre eles. A memória midiática enfatiza, de maneira multidimensional, o modo como a mídia opera como agente de memória, a cultura em que os processos acontecem e as inter-relações entre mídia e outras atividades e instituições sociais. Ana Horta (2008) põe em destaque, com uma perspectiva distinta, a relação entre o esquecimento e o que é produzido e veiculado pelos meios de comunicação, ao contribuírem com o estabelecimento de uma agenda pública e coletiva dos principais assuntos e problemas de uma sociedade, isto é, aqueles que merecem destaque. É através da mídia que se tem contato não apenas com os delineamentos dessas temáticas, mas também com os agentes autorizados

e legitimados para narrar a versão oficial – constituindo-se também em um desses atores.

Os meios de comunicação se tornam ainda construtores das memórias, não apenas seus difusores. Eles possuem, nas sociedades ocidentais contemporâneas, uma função essencial na produção e na manutenção da história e das memórias – até individuais –, sendo, possivelmente, o lugar de memória mais legitimado e prestigiado. Esses lugares compreendem o sentimento de que não existe atividade mnemônica espontânea, pois é preciso desenvolver, organizar e manter arquivos, celebrações, rituais fúnebres, entre outros, haja vista que as recordações não são processos somente naturais.

O passado incide, na forma de arquivo e acervo documental, na maneira como a mídia atribui relevância para sua própria memória, uma vez que a digitalização modifica a lógica de preservação e de acesso. Com a consolidação da internet e do ambiente digital, os espaços legitimados para armazenamento e reprodução do passado são ampliados. Há um alargamento desses locais, que agora são produzidos por todos que possuem os produtos tecnológicos minimamente necessários, por meio das enxurradas de conteúdos nas redes sociais, sobretudo nos blogs – os diários digitais que ampliaram sua utilização ao longo dos anos. Os espaços gratuitos para manifestação na internet são muitos, e entre os mais utilizados estão: Facebook, Instagram, LinkedIn, Snapchat, Twitter, WhatsApp e YouTube.

A disseminação das memórias não é mais uma condição natural de compartilhamento, uma vez que se passou a remeter mais à troca de dados e de informações pelos muitos indivíduos nas sociedades complexas (Canavilhas, 2004). Se antes a memória midiática – isto é, a memória coletiva que serve aos pesquisadores vindouros como base para entender a sociedade e a cultura – era apenas produzida por personagens autorizados do discurso, o cenário agora é outro. Não apenas um lado difunde, mas se pode cada vez mais compartilhar experiências e deixar registrado o que se considera relevante.

A primeira mudança no direito de narrar ocorreu quando deixou de ser reservado apenas às elites intelectuais/acadêmicas e políticas, alargando-se aos meios de comunicação, como imprensa, televisão e filmes.

A historiografia da memória revela que houve mudanças na tutela da recordação, uma vez que, até a Idade Média, estava restrita aos religiosos, passando, posteriormente, para os governos e hoje para a mídia (Neiger; Meyers; Zandberg, 2011; Sá, 2011). Ainda que os meios de comunicação de massa, ou tradicionais, tenham seu papel diminuído no tocante à legitimação e à formação da memória social, devido às mídias e às tecnologias digitais, eles permanecem como principal fonte histórica. Porém, como as mídias digitais proporcionam uma multiplicação das memórias, Le Goff (2013 [1988]) defende, por exemplo, uma maior necessidade de mediadores semiprofissionais.

A influência das novas tecnologias e seus fluxos comunicacionais mais acelerados, com sua quantidade de informações, pode, por um lado, diminuir a luz da Mnemosyne ou, por outro, fortalecer as memórias, tendo em vista a velocidade das reproduções dos produtos culturais (Nunes, 2001; Neiger; Meyers; Zandberg, 2011). As transformações sociais e tecnológicas exigem, então, um posicionamento distinto nas pesquisas da memória midiática, pois a internet interfere na forma como se lida com as informações e nos próprios processos memoriais. Os aspectos de “glocalização”, as evoluções tecnológicas e o crescente acesso aos produtos digitais atualizariam os debates sobre a relação entre memória e mídia, uma vez que os esforços para a recordação são transferidos para a facilidade de acesso aos conteúdos nas tecnologias digitais, perspectiva análoga à de Platão há mais de dois mil anos sobre a escrita.

A concepção de uma nova ecologia da memória (*new memory ecology*) é descrita por Anna Reading (2011), Andrew Hoskins (2009, 2011a, 2011b) e Neiger, Meyers e Zandberg (2011) como uma mudança da memória coletiva para a conectada. Nesse novo ecossistema, a relação entre memória e mídia é transformada, exigindo uma mudança de paradigma sobre o que se considera ter um caráter memorial, pois se modifica o paradigma da memória mediada por causa de uma característica “glocal”. Os próprios meios de comunicação passaram por uma mudança em sua infraestrutura, causada pelas modificações na forma e no potencial do arquivo em sua versão digital, denominada de *memory on-the-fly*, ou memória em

fluxo (Hoskins, 2009), uma espécie de versão construtiva da memória que permite adquirir novas especificidades e acumular informações.

A materialidade tradicional foi contrariada pela fluidez, pela reprodutibilidade e pela transferência dos arquivos digitais, fazendo que surjam temporalidades mais fluidas e dinâmicas em um arquivamento permanente das informações, no lugar da concepção de arquivo estático, próprio da noção da memória em fluxo contínuo. Além desses aspectos dos conteúdos digitalizados, a concepção de cauda longa (*long tail*) do passado, os novos modos de participação na memória pública (ou coletiva) e a dinâmica transmídia das mídias analógicas e digitais contribuem também para a formulação de uma nova ecologia da memória. A metáfora da cauda longa descreve o processo das mídias digitais, enfatizando os eventos passados e mediados pelos meios de comunicação tradicionais, da era pré-internet, condicionados agora pelos elementos e limites tecnológicos dessas mídias.

O campo de globalização e digitalização da memória, ou seja, sua característica *globital* (Reading, 2011), abrange quatro dimensões: no primeiro, memórias particulares dominam; o segundo defende memórias múltiplas com fluxos múltiplos; memórias criadas amplamente por indivíduos dão conta do terceiro modelo; por fim, o poder se encontra nas mãos das instituições de memória pública, que protegem as memórias compartilhadas.

Para Bourdon (2011), a era da mídia fragmentada, desde a seletividade da TV a cabo até a internet, permite que cada indivíduo ou grupo desenvolva sua memória pela sua apropriação midiática, algo que Santaella (2003, 2007) pensa a partir do *narrowcasting*. Essa formulação seria distinta daquela dos usuários das mídias predecessoras, que necessitam, por exemplo, de uma reunião coletiva em volta da televisão. Apesar da múltipla escolha possibilitada pela TV a cabo, não se considera que o processo de consumo ainda é o mesmo das televisões sem sinal a cabo. Portanto, é necessário enfatizar que a ecologia da memória, por outro lado, está diretamente associada às evoluções tecnológicas, pela lógica da conexão.

## 2.2 Jornalismo nos campos do passado

A relação do jornalismo com a memória acontece no seu ato, na sua prática, tendo em vista que a memória é uma atualidade e um presente singular vivido e calcado no concreto, no espaço, na imagem e no objeto, transformada em produção jornalística, que no futuro se tornará um passado relatado, conforme Palacios (2003, 2009a, 2014). Ainda que a real preocupação do jornalismo não seja com o passado, mas com a atualidade, o seu trabalho com a cobertura do presente se torna uma eficiente memória social. O presente é o tempo perseguido pelas produções jornalísticas, ainda que seu desafio seja dar densidade ao presente articulando o passado e prolongando – ou premeditando – o futuro.

A estudiosa sobre memória jornalística Barbie Zelizer (2008) defende que diversos historiadores confiam e valorizam a perspectiva dos jornalistas como um tratamento orientado do presente, mais preocupados em fixar uma narrativa do passado durável, confiável e precisa do que com as variações e as contradições que surgem ao longo de todo o processo de registro informativo. Para Dalmonte e Ferreira (2008), o ponto fulcral do jornalismo está nessa passagem do acontecimento para sua representação, em outras palavras, de algo passado para sua presentificação. Se a mídia continua com seu potencial influenciador nas narrativas históricas através das memórias individuais e coletivas, o jornalista aparece como principal agente dessa construção, que ocorre não pelas suas próprias memórias, mas pela seleção das memórias pessoais ou grupais que serão disseminadas, ou seja, a memória produzida pelos jornalistas se insere na memória midiática, mais ampla e abrangente.

O jornalismo é considerado um “primeiro rascunho” da história e da memória coletiva, um registro inicial do que é considerado relevante socialmente pela perspectiva de uma instância de produção comunicativa em um espaço e tempo específicos. Os jornalistas não oferecem apenas o primeiro rascunho, mas utilizam o passado para explicar os fenômenos contemporâneos. Na perspectiva de Walker (2006), as referências históricas permitem interpretar a realidade atual sob alguma ótica específica. As comemorações

do decenário dos ataques às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, são distintas não apenas pela língua e pela linguagem jornalística, ao considerar-se a imprensa brasileira e estadunidense, mas pelas fontes usadas para trazer diferentes memórias e histórias nacionais.

Antes da primeira metade do século passado e durante muito tempo, as pessoas se interessavam apenas pelos acontecimentos que ocorriam dentro de suas províncias, portanto, qualquer ocorrência para além desses limites seria desconsiderada. Quase sete décadas depois, ainda que se perceba que os jornais de diversas partes do mundo tenham se interessado pelas comemorações em torno dos dez anos do 11 de setembro, fica patente o desejo pela produção daqueles que estavam mais próximos a esse acontecimento histórico, uma vez que os jornais estadunidenses são os que mais se debruçam sobre o fato (Martins, 2013a, 2013b). A proximidade ainda está entre os principais critérios de interesse (do) público.

A memória midiática, quando pensada especificamente para o jornalismo, subdivide-se em dois tipos: “arquivo do jornal” e “arquivo de coleção do jornal” (Fidalgo, 2004). O segundo diz respeito a todo o conteúdo veiculado pelo jornal – na web, seria mais correto dizer disponibilizado; enquanto o primeiro conta com os arquivos de necropsia (materiais pré-formatados de pessoas que poderão morrer em breve), conteúdos que não foram veiculados e – pode-se acrescentar, devido a essa configuração da memória midiática no ciberespaço – matérias que os jornais decidiram não transpor/convergir para o público ter acesso. Portanto, o “arquivo do jornal” se referiria a um material acessível apenas pelos produtores da informação, e o “arquivo de coleção do jornal” também pelos leitores ou, em alguns casos específicos, pelos assinantes.

A palavra arquivo deriva da raiz da palavra grega *arkhe*, que significa governo e regra, e *arkheion* representa o conjunto do edifício do governo – aqui, mantém-se a concepção de arquivo como registros de transações. A popularização do acesso aos arquivos e aos acervos dos jornais, anteriormente restritos a consultas dificultadas pela distância e pelo trabalho de reminiscência, concede possibilidade de se relacionar a realidade com as atividades que permitem suas modificações, e o ciberespaço possibilita

o acesso ao conhecimento para essa finalidade por meio de um conteúdo digitalizado. Dessa perspectiva, arquivo pode ser definido como um espaço onde se guardam e se armazenam as ações sociais e institucionais, relacionando a memória com um documento.

O arquivo seria uma representação do passado graças à preservação e ao armazenamento da memória e das informações socialmente relevantes em contexto e época determinadas, pela externalização da memória humana com técnicas e tecnologias cada vez mais avançadas – denominada no jornalismo de “morgue”. A internet quebra a lógica tradicional do arquivo, com a inclusão de hiperlinks e atualização dos conteúdos que, antes, uma vez gravados na memória, não podiam ser alterados. O arquivo compreendia um repositório estático de conteúdos e artefatos, com a dinamicidade apenas relegada às marcas temporais que neles se acometiam.

Os arquivos são tão importantes, de acordo com Combe (2008), que a primeira lei memorial na França surgiu a partir do acesso aos arquivos públicos do país, uma vez que o acesso restrito ou nulo aos arquivos facilita a construção de mitos e lendas que se alimentam e se desenvolvem na memória coletiva. As primeiras histórias em torno de Vichy, referentes ao período em que o país foi dominado pela Alemanha nazista, por exemplo, foram largamente e facilmente desconsideradas quando os historiadores estrangeiros acessaram os arquivos dos alemães. Embora os arquivos não possuam o poder de colocar fim às guerras de memórias, é certo que retê-los facilita a criação de histórias nacionais mais amenas e harmônicas, que servem para silenciar diversas memórias que não participam da narrativa histórica oficial.

O jornalismo e a memória são, nas sociedades contemporâneas, praticamente impossíveis de dissociar. O jornalismo necessita da memória para relatar os acontecimentos e fatos públicos, bem como a memória precisa da prática jornalística para fornecer um esboço público sobre o passado. A potencialização dos recursos mnemônicos no texto jornalístico já se tornou ordinário e comum, como se eles fossem inseparáveis. Esse papel do jornalismo é tão fundamentalmente próprio que, mesmo havendo falsificação e contradição de informações, a produção continua a existir e edifica,

ainda assim, a memória cotidiana. Para Ribeiro e Ferreira (2007), uma das funções da mídia e do jornalismo é apontar aquilo que deverá ser recordado no futuro, ou seja, entre todos os acontecimentos atuais, apenas alguns são escolhidos como tendo relevância histórica.

No jornalismo digital, isso acontece, inclusive, pelo remetimento automatizado com as produções temáticas semelhantes, veiculadas anteriormente e mantidas na base de dados do jornal, podendo ser de origem digital ou mesmo de outra mídia, através da digitalização e da convergência do conteúdo. Ainda assim, como já verificado (Martins, 2013a, 2013b), por vezes, essa relação ocorre de modo automático, algorítmico, pouco eficiente e inovador. A recorrência ao passado agrega qualidade ao conteúdo jornalístico, mas não modifica a rotina e o trabalho do profissional, em função da automatização.

O jornalismo digital coloca a memória em maior evidência, tanto que, ao dedicar mais atenção ao sistema jornalístico de produção de informação, percebe-se que, em diversos momentos, a memória se faz presente de maneira óbvia. Barbie Zelizer (2008) se preocupa porque, apesar da evidente interligação, estudos sobre memória não reconhecem facilmente que o tratamento presente realizado pelo jornalismo inclui também um aspecto mnemônico. A associação ocorre de maneira natural e durante o processo rotineiro da produção diária, não somente em conteúdos especiais e comemorativos. A memória está não somente nos obituários e nas comemorações jornalísticas, quando essa relação se torna mais patente nos materiais. Ela está presente na produção jornalística cotidiana de maneira recorrente, quase natural. De uma maneira ou de outra, no processo ordinário de rotina ou na construção de conteúdos especiais e de comemoração, o passado é um rico repositório para os jornalistas.

Essa valorização da memória pelos jornalistas em sua rotina é tão evidente que qualquer avaliação sobre os produtos jornalísticos revela que a memória é recorrentemente utilizada na feitura do noticiário presente, realizado cotidianamente. Tal prática vai de encontro ao estereótipo do “jornalismo sem memória” ou de que a prática jornalística teria uma “memória-curta”, pois não utiliza costumeiramente seus arquivos na construção

noticiosa. Para Roger Silverstone (1999), em vez de ausência, observa-se muito da história na produção jornalística e midiática.

Ainda que o próprio jornalista não perceba, a memória é uma característica inerente à sua prática, e o olhar do profissional sempre se volta ao passado, de maneira mais superficial ou profunda. O passado serve não apenas como um momento para comparação, analogia e nostalgia, porém, funciona como um convite para a reparação desses acontecimentos que se foram. A produção jornalística apresenta, naturalmente, algumas presenças do passado, ainda que o profissional não reconheça sua existência.

O jornalismo sempre focado no aqui e agora (*here and now*) está atualmente engajado na construção do passado, o que Neiger, Meyers e Zandberg (2011) e Carolyn Kitch (2011) denominam *keepsake journalism* (jornalismo de lembrança). Os meios de comunicação não só preservam as informações de uma determinada época e lugar, colaborando para a constituição de um patrimônio histórico e social de valor inestimável, como também ajudam a valorizar a memória. Essas duas funções contribuem para a tradução identitária de um jornal através de sua linha editorial e para a ilustração de algumas narrativas históricas e memórias de uma sociedade de determinado período temporal.

O caráter factual e a objetividade do jornalismo permitiram a sua consolidação como rascunho da história, ou seja, como espaço importante para a investigação do passado pelos historiadores, principalmente pela falsa impressão de neutralidade e imparcialidade que ambos os conceitos transmitem. Essa objetividade ajudaria a interpretar e reinterpretar o passado pelas novas (re)construções e reforçaria o seu estatuto profissional, por meio de uma institucionalização e de uma legitimidade prática. Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 10), “os periódicos são fontes magníficas para os historiadores que quase sempre os utilizam, com abundância, quando fazem suas pesquisas”.

Os jornalistas seriam, então, os profissionais capacitados para narrar e relatar os acontecimentos atuais e passados exatamente da maneira como eles ocorreram, uma vez que a objetividade está no *ethos* orientador da profissão e que a modificação do passado por esses profissionais não pareceria

algo provável, sendo coibida e censurada pela comunidade dos jornalistas. O *ethos*, segundo Muniz Sodré (2002), é o local onde são encenadas, organizadas e ritualizadas as ações cotidianas, compreendendo desde os aspectos normativos até as ações costumeiras.

Os jornalistas se diferenciam de outros atores sociais que lidam com a memória graças aos processos próprios da profissão, que compreendem suas rotinas e rituais, além de seu foco estar no presente, mais especificamente, na atualidade e nos acontecimentos atuais. Existe também uma distinção entre os jornalistas e os historiadores e os demais profissionais que lidam com o passado, por causa do desejo e dos critérios de noticiabilidade, além do ritmo frenético de produção, linguagem e gramática específicas. Luiz Ferraz (2010) aponta a memória jornalística como uma memória interdiscursiva, pois é constituída por meio de formulações já existentes no universo midiático, que fazem parte de discursos anteriores e que, por sua vez, interpretam acontecimentos mais antigos.

As modificações tecnológicas incidem no jornalismo produzido em rede de modo a alterar o lugar da documentação e da memória, partindo de um simples complemento da informação e se tornando uma fonte noticiosa direta. Independentemente do alcance que a memória tenha com a internet e seu aspecto glocal, ela não pode ser desvinculada do seu contexto de espaço e tempo, com a glocalização reforçando essa necessidade de se olhar para o local, mesmo aparentando ser mais globalizado. A memória, a depender de seu crescimento e alcance global, necessita primariamente de um envolvimento com o passado através da sua experiência local. A internet modifica algumas funções e potenciais da memória, em comparação ao que ocorria nas outras mídias e tecnologias, conferindo, principalmente, dinamicidade ao conteúdo, antes, um repositório estático.

A principal mudança na lógica estrutural do arquivo jornalístico, para Elias Machado (2001), ocorre porque o processo de documentação e de indexação se torna vital no fazer diário, algo que ficou relegado por mais de cem anos à vontade dos diretores das empresas. Todo o conteúdo passa a ser armazenado e organizado no momento da publicação, não sendo mais uma parte separada do esquema produtivo, com as vantagens e

desvantagens que isso implica. Hoje, cabe aos próprios jornalistas – não só aos arquivistas – a definição das palavras-chave e dos resumos no momento da publicação e da indexação, necessitando que mais uma função seja aprendida e aprimorada pelos profissionais da imprensa. As produções e as informações, quaisquer que sejam, propagam-se numa pretensa eternidade e infinitude do ciberespaço.

### **2.3 Guerras de memórias nas mídias**

A história não é construída de modo inocente ou espontânea, sem interesse. As memórias tendem a ser corrompidas em alguma instância, pelo seu caráter dialógico entre recordação e silenciamento ou, em nível mais profundo, pelos interesses dos atores que buscam a constituição e a estabilização de alguma perspectiva. A memória dificilmente pode ser concebida como neutra – mesmo a daqueles que não parecem possuir interesse direto na constituição da história oficial –, pois é sempre um processo dinâmico e seletivo. Qualquer memória, não importa de onde advenha, procura satisfazer alguma necessidade, sendo ainda parte de um procedimento produtivo mais complexo, dificilmente unificada.

O conhecimento (das versões) da história é obtido, normalmente, pela visão dos heróis, dos reis, dos catequizadores, dos autorizados, ou seja, dos vencedores, ainda que essa perspectiva não possa ser verificada em sua completude no período da ditadura militar brasileira (Rollemberg, 2006). Le Goff (2013 [1988]) diz que os vencidos reagem às “histórias racionais” dos vencedores através de uma “tradição como meio de recusa”, de uma “história lenta”, isto é, de uma forma de oposição e resistência. Os conflitos mnemônicos, interesses e ideologias colidem para se transmitir uma mensagem para as próximas gerações, verdadeira ou não. A intenção é cristalizar suas memórias ao torná-las oficiais, a única história autêntica e possível. Na visão de Blanchard e Veyrat-Masson (2008b), a memória deve ser encarada como uma arma política que visa à fixação das perspectivas de mundo e ideológicas.

Apesar de a memória possuir essa característica mutante e dinâmica, fazendo surgir conflitos e embates em torno da história oficial, essa

especificidade faz que longos silêncios se esfaçem e não permite que se tornem esquecimentos eternos. Ainda assim, não se pode negar que, em algumas ocasiões, essas amnésias se tornam mais longas, especialmente quando o controle social ocorre por meio da coerção administrada ou respaldada pelo Estado, com o primeiro modo de alcançar as estabilizações por meio das leis, além de formas tradicionais como museus, livros e meios de comunicação.

A mídia aparece, nessa perspectiva, como principal catalisadora e engendradora das memórias, cumprindo um papel central na constituição de imaginários, histórias e caixas-pretas, especialmente no tocante às controvérsias mnemônicas. Para Stora (2007, 2008a, 2008b), o cinema traria um discurso que “toca a razão e o coração”, um espaço onde existem não apenas conflitos ideológicos, mas ainda afetos, lugares próprios da realidade. Esses embates existem porque se busca uma interação com o passado, um sentido com o presente e um desvio da angústia futura, sendo dever da história escutar constantemente as memórias em movimento e questionar suas constituições. Hoje, vive-se uma fase de confrontação, e, para construir o futuro, é necessário não ficar somente rememorando o passado, mas ainda obter compensação e reparação. Essas guerras existem, portanto, através de uma construção virtual do passado, sempre alvo de manipulações políticas e ideológicas.

A utilização do termo guerras de memórias teve início com o artigo de Daniel Lindenberg (1994), que se refere às guerras ou às controvérsias das memórias (duas expressões que utiliza no texto) nas comemorações em torno da Revolução Francesa, da Primeira Guerra Mundial e do pós-guerra – da perspectiva comunista e anticomunista –, da França comandada pelos nazistas (“França de Vichy”). Segundo Le Goff (2013 [1988]), a Revolução Francesa inaugurou as festas nacionais para conservar as memórias dos mortos.

O acontecimento mais evidente para esses embates mnemônicos, entretanto, é a guerra pela independência da Argélia, com os primeiros trabalhos de Benjamin Stora (2007), que, na década seguinte, começou a estruturar mais sistematicamente essa ideia. A obra organizada por Pascal Blanchard e Isabelle Veyrat-Masson (2008b) estreitou a relação história-mídia-memória e trouxe diversas abordagens e apropriações desse conceito,

desenvolvendo-o devido aos vários embates sobre a conformação da história e da memória nacional na França, sobretudo, por causa dos profundos conflitos de identidade na história do país.

A ideia de batalhas, conflitos e embates está presente em várias produções, acreditando-se na existência de uma memória desenvolvida pelo Estado – especificamente, com as leis memoriais –, em tensão com as memórias fragmentadas que emergem dos espaços marginalizados e silenciados na narrativa histórica oficial. O caminho é abordar as guerras de memórias em perspectivas históricas, memoriais e midiáticas. Essas leis memoriais não devem ser confundidas com as dos Estados Unidos, onde se homenageia a vítima de algo que se tornou, posteriormente, prevista em lei por causa daquele fato.

Em 1990, os franceses viram emergir a Lei Gayssot, que pune aqueles que negam a existência de crimes contra a humanidade, como atos racistas, xenófobos ou antisemitas. Em 2001, surgem: em janeiro, a lei sobre o genocídio armênio, na qual a França reconhece o massacre desse povo em 1915; e, em maio, a Lei Taubira, que põe como crime contra a humanidade o tráfico e a escravidão dos negros. Essas leis não são percebidas unanimemente como um crime contra a democracia ou contra a autonomia, no ensino e na pesquisa, sem perseguição ou restrição às funções dos historiadores e educadores, como a próxima lei.

A lei de fevereiro de 2005, por conseguinte, não deve ser encarada da mesma maneira que essas três anteriores, uma vez que impõe um olhar oficial sobre o passado, obrigando que sejam divulgadas perspectivas positivas da colonização, como se a descolonização não fosse necessária. Antes de ser recusado, seu artigo 4º impunha a transmissão dessa perspectiva até pelos programas escolares, porém, uma mobilização advinda especialmente das Antilhas contribuiu para a sua não continuidade. Stora (2007), entretanto, expõe que os grupos de esquerda, hoje defensores da descolonização, até 1920 não se mostravam contrários à exploração pela metrópole francesa. Desde antes da Primeira Guerra Mundial, os já anarquistas eram contra a colonização, seguidos pelos comunistas, a partir de 1920, e, só mais recentemente, pelos socialistas franceses.

Essa lei da colonização positiva se tornou o marco para a rediscussão sobre as guerras de memórias na França, graças ao seu caráter autoritário de rememoração e de esquecimento, possuindo uma perspectiva única e enviesada do passado. Neste ano de 2005, pesquisadores e historiadores franceses lançam o texto “Liberdade para a história” (*Liberté pour l’histoire*) em 13 de dezembro de 2005, no jornal *Libération*, para discutir e rejeitar não apenas a lei de fevereiro de 2005, mas todas que abordam questões históricas, pois tendem a direcionar o olhar sobre os fatos passados, cerceando a liberdade dos pensadores. Stora (2007) e Manceron (2008), por outro lado, não concordam que todas as leis memoriais restrinjam a liberdade de historiadores e pesquisadores, como defendia o texto publicado no jornal francês, especialmente porque as três primeiras leis dão conta de um reconhecimento e uma reparação de fatos históricos. Com essa perspectiva, a lei do papel positivo da colonização estimulou a criação de outra petição, publicada em 25 de março de 2005 no *Le Monde*, com ataques apenas à lei de fevereiro de 2005.

O primeiro texto sobre guerras de memórias foi influenciado pela Lei Gayssot, de 1990, e pelas manifestações francesas, em 1992, contra a “descoberta” da América por Cristóvão Colombo. No Brasil, manifestações semelhantes também ocorreram em decorrência dos 500 anos dessa conquista do território pelos portugueses. As obras seguintes, por outro lado, foram uma resposta direta à lei da colonização positiva e ao espírito da sociedade francesa, que, em 1998, realizou uma grande manifestação em Paris para celebrar os 150 anos do fim da escravidão – influente para a criação da Lei Taubira.

Em 1999, chega-se a substituir a expressão “Guerra da Argélia”, em celebrações, por “operações efetuadas no norte da África”, amenizando as ações na ex-colônia africana, como se fossem necessárias mais suavizações, pois os atos cometidos em colônias não são considerados crimes contra os direitos humanos, a humanidade ou mesmo de guerra. Antes de se tornar presidente da França em 2012, François Hollande declara em seu livro de 2006 que os franceses ainda devem desculpas ao povo argelino, mesmo que,

no ano anterior, em 2005, o país europeu tenha enviado um tratado de amizade, reconhecendo que cometeu um erro ao colonizar a Argélia, em 1830.

O modo mais adequado para se expressar sobre aquele momento histórico tem sido debatido, tendo em vista que a Guerra de Argélia traz uma perspectiva francesa, com a expressão Guerra da Independência (argelina) sendo adequada. Na Argélia, diz-se simplesmente Guerra da Libertação Nacional ou Revolução Argelina. Esse período serviu não apenas para fundar sua nação, mas para a formação de um sentimento nacional, com as memórias midiáticas desenvolvendo uma imagem do outro e de si através de rompimentos e reformulações, ao se reafirmar essa nova identidade do seu povo (Stora, 2007).

Os principais motivos para o surgimento das guerras de memórias são, desta forma, o esquecimento e a manipulação criados e incentivados pelo Estado; em outras palavras, a lacuna entre a história oficial e as lembranças silenciadas, que nunca travam um diálogo possível. A conformação da história contribui para apagar algumas memórias, tornando-as redundantes com as narrativas fixas e as fontes documentárias. O conflito mnemônico seria, então, uma reação ao fato de não se ter espaço na narrativa oficial da história e de não se estar representado pelas narrativas constituídas na atualidade.

As guerras de memórias são uma reação à frustração por não ter as suas memórias, ou a sua versão da história, nas narrativas históricas oficiais. Há, portanto, um sentimento de injustiça, pois aquilo que se conta (e que se acredita como real e verdadeiro) não condiz ou coincide com o que alguns grupos e indivíduos se lembram daquela época ou momento. As guerras de memórias compreendem a ocasião em que grupos ou indivíduos possuem lembranças contraditórias sobre o passado, em relação à memória coletiva oficial.

Os grupos dominantes sempre pretendem se tornar senhores da memória e, segundo Le Goff (2013 [1988], p. 390), “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”; por isso, ela deve servir para libertação e não servidão. O controle desta memória facilita o domínio social porque ela se torna

instrumento e objeto do poder. Apesar dessa tentativa de homogeneização, de adequação da memória coletiva com a história oficial, duas histórias precisam ser consideradas: a dos historiadores e a da memória coletiva, não sendo sempre concordantes. Como alerta Ricoeur (2007, p. 455), “o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizado, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial”.

As guerras de memórias aparecem de maneira pungente na sociedade francesa porque, segundo Veyrat-Masson (2008), alguns eventos memoriais importantes para grupos de esquerda estavam ausentes nas televisões, um de seus principais catalisadores e engendrados. Algumas perspectivas nas guerras de memórias tendem não apenas a trazer uma nova visão ao que se narra na história oficial, mas a rejeitar toda uma tradição. Elas servem para revelar e fazer surgir novas alianças e estratégias em torno da conformação da memória coletiva e oficial (Merzeau, 2010), e é o momento para apresentação de novas perspectivas e visões sobre a história.

Esses conflitos, portanto, representam sempre uma conjuntura perigosa, com o desenho dos meandros culturais, econômicos, históricos, militares, políticos e sociais, devendo ser discutidos à medida que ganham evidência. Esses combates se tornam perigosos quando negam as lembranças de outros indivíduos, especialmente ao se assistir à construção de comunidades memoriais que não buscam ouvir, compreender e se solidarizar com a história do outro, mas apenas registrar e contabilizar os seus mortos. Stora (2007, p. 74, tradução livre) acredita que se vive um período em que todos querem expor sua dor e seus sofrimentos, “todo mundo quer mostrar, revelar e provar suas feridas”.

Os grupos e coletivos possuem o desejo e até a necessidade de reencontrar um passado que é particular para eles e de reivindicar seu lugar na narrativa histórica oficial, propagada pelo Estado. Todavia, existe o perigo de essas reivindicações continuarem restritas e nunca se transformarem em memórias compartilhadas. A extensa produção de conteúdo na sociedade para os diversos meios de comunicação praticamente não permite que alguma memória seja, de fato, esquecida e silenciada totalmente.

Mesmo que permaneça marginalizada durante um período, ela deve conseguir se difundir, em maior ou menor extensão, no espaço público.

A memória não deve ser entendida como uma prisioneira do passado, que repete os conflitos de outra época, pois a maturidade, o passar e o decorrer do tempo fazem que se imponham questões mais complexas e densas sobre os assuntos. Além disso, quando qualquer produção midiática é veiculada, outras podem desmascará-la ou ao menos lançar uma versão particular dos fatos, pois as “violências das reações” (Blanchard; Veyrat-Masson, 2008a) tornam vivas as guerras de memórias. As memórias não entram em conflitos apenas entre elas, mas também para ter lugar no espaço público, que hoje é o mesmo que dizer no espaço midiático. Elas nascem, crescem e morrem com as disseminações midiáticas em uma relação de mútuo interesse, fazem parte de uma interação presente entre conhecimento histórico, demanda social e elemento midiático (Blanchard; Veyrat-Masson, 2008a).

Nos últimos dez anos, o passado e a história nunca estiveram sob tanta vigilância, nunca se abordou tanto o assunto e em nível mundial, ainda que cada sociedade possua questões de conflitos de memórias específicos. Os países colonizados, por exemplo, reivindicam uma identidade fundada sobre sua própria história, não estando de acordo com a narrativa oficial das antigas metrópoles. Nesses casos, pode-se perceber uma censura – compreendida muitas vezes como positiva – que vem de baixo e não de cima, como no caso dos filmes sobre a Guerra da Argélia – produzidos por argelinos ou franceses –, que não colocam jamais o comportamento e a visão dos colonizadores. Esse processo ocorre de maneira diferente dos programas de rádio, que trazem as perspectivas dos franceses que nasceram na Argélia – uma vez que a nacionalidade nessa relação Europa e África é menos definida pelo local de nascimento do que pela cultura e ambiente em que se vive.

As questões debatidas sobre as guerras de memórias não são exclusivas da França; elas ocorrem em níveis mundiais. Blanchard e Veyrat-Masson (2008a, 2008b), Ferro (2008) e Stora (2007) apontam para as guerras de memórias como fenômenos internacionais, uma vez que as políticas públicas memoriais, isto é, os usos políticos da memória e do passado,

tornaram-se difundidas não apenas na Europa, mas em todos os continentes, em especial na América, ainda que tenha expressões evidentes na África, na Ásia e na Oceania. Entre os principais elementos enfatizados mundialmente, ganham destaque: colonização e escravidão; ditaduras e regimes autoritários; genocídios e massacres.

Nesses movimentos mundiais, as guerras de memórias se evidenciaram mais recentemente no Brasil por causa do golpe de 1964 e da ditadura militar, especialmente em 2012, com a Comissão Nacional da Verdade, e em 2014, com os 50 anos do golpe, avançando para além de uma visão dicotômica entre o bem e o mal, entre direita e esquerda. Essas reaberturas e reconhecimentos, no entanto, podem não constituir um elemento terapêutico e reconciliador, mas, ao contrário, fazer crescer ódios e ressentimentos, sobretudo por causa da ausência de punição no país. Para Marc Ferro (2008), reconstituir as memórias silenciadas e esquecidas traz as compensações de um passado que, na verdade, não passa.

As guerras de memórias não existem sem o processo de mediação e transmissão (ou esquecimento) pelos meios de comunicação, que ampliam e criam esses embates, com a responsabilidade de ser o espaço público primordial onde ocorrem esses embates. Os processos de transmissão e difusão da mídia amplificam as guerras de memórias, permitindo que se compreenda, finalmente, como são produzidos os esquecimentos e as recordações das memórias. A mídia possui, então, um papel fundamental para catalisar e engendrar esses conflitos, mesmo que não sejam as únicas instituições que cumpram essa função.

Os meios de comunicação não devem ser encarados somente como caixas de ressonâncias ou de canais por onde passam as memórias, sem nada modificar ou criar. Ao contrário, antes de simplesmente refletir essas memórias como espelhos, eles tornam visíveis os embates que as encenam, além de desenvolvê-las e estimulá-las. As abordagens das guerras de memórias consideram essa centralidade ao problematizar a relação história-mídia-memória, tendo em vista que elas não se fazem presentes sem a lógica da transmissão midiática. Nesse processo de dependência de visibilidade pública, as memórias são exemplares, pois cada agente busca

estratégias para recepção de sua visão de mundo. Os meios de comunicação são importantes, ao se pensar nas brechas (memoriais) das histórias oficiais, porque sempre haverá incompletudes, permitindo e estimulando a existência de mais guerras de memórias.

Os processos (não mais tão) atuais de digitalização e de convergência, pelos quais passa a sociedade, dificultam a não publicitação das guerras de memórias, tendo em vista que cada indivíduo, com um computador conectado à internet, possui a capacidade de divulgar o conteúdo de seu desejo, contendo histórias ficcionais ou documentais, suas ou de outros. É a nova mirada da ecologia da memória, que, não apenas midiática, perfaz-se em fluxo. Esse “reino de instantaneidade” (Blanchard; Veyrat-Masson, 2008b) das tecnologias digitais abrem um novo espaço para o arquivamento, a difusão e a conservação dessas memórias que, muitas vezes, tinham seus conflitos inéditos no espaço público criado e mantido pelas mídias predecessoras. A internet permite, por conseguinte, o cruzamento de diversas memórias, com cada indivíduo ou coletivo expondo a sua visão de determinado acontecimento.

A memória na internet possui essa lógica contínua e em fluxo até na Wikipédia, com essas guerras nas edições sobre o verbete “Regime militar no Brasil” (Pereira, 2015). Nessa rede de colaboração, uma perspectiva só era aceita quando adquiria um prova considerada imparcial e verificável, com a apresentação de documentos, oficiais ou não, como no caso de matérias jornalísticas, como se estas não pudessem ser falseadas e não possuíssem os interesses de toda a instância produtiva. Na Metapédia, uma enciclopédia on-line de extrema direita, o verbete golpe não existe, com a “contrarrevolução” se referindo ao “contra-golpe de 1964” e apresentando um revisionismo com justificativa e até negação.

Os processos de mediação e transmissão dos meios de comunicação são, portanto, essenciais para as guerras de memórias, pois ampliam a crise e os conflitos das lembranças (e silenciamentos). A mídia se comporta como um catalisador e engendrador dos embates, tornando-se o local de memória primordial para esses conflitos, com a internet possibilitando a expressão das memórias das minorias e dos dissidentes, antes relegadas ao

esquecimento e ao silenciamento, às margens da narrativa histórica oficial. Os modos de registro e de disseminação desse meio concedem um espaço antes exclusivo à mídia de massa.

O passado pode nos conduzir a um esquecimento, embora Michael Pollak (1989) acredite que as fronteiras entre o dito – recordado – e o não-dito – silenciado e reprimido – estão em constante deslocamento, não sendo estanques. Os silenciamentos podem ser apenas formas de resistência de uma sociedade impotente diante da opressão do Estado, que altera sua narrativa histórica, quando as memórias resistem acuadas por um tempo. Por isso, Ricoeur (2007, p. 48) defende que “amanhã será preciso não esquecer... de se lembrar”.

Um silenciamento muito longo, para calar os envolvidos diretamente com o fato, não impede seus sucessores ou descendentes de tomarem seu lugar nessa guerra, denominada por Blanchard e Veyrat-Masson (2008b) de memória transgeracional. Esse tipo de memória é tão relevante que, na primeira vez que se refere ao termo guerras de memórias em seu livro, Stora (2007) afirma que elas nunca cessam porque sempre estarão vivas, ao menos nos segredos familiares, como no caso dos filhos dos imigrantes franceses que trazem a memória anticolonial de modo pungente.

As guerras e os massacres tendem a levar a um tempo de silenciamentos e de aparentes esquecimentos, ainda que os atores se calem por medo ou desejo de esquecer as atrocidades. As leis memoriais, contudo, reabrem as discussões e os embates que estão em latência na sociedade, afinal, elas buscam fixar um consenso; porém, quando procuram cristalizações distintas das que estão impostas, tornam-se agentes primordiais para a (re)abertura dos conflitos mnemônicos. Desse modo, as leis memoriais nascem por causa das batalhas engendradas na sociedade, apresentando-se como atores nos processos de rompimento das narrativas e das memórias oficiais, da história.

## 2.4 Golpes e esquecimentos da ditadura

Ainda no período da ditadura militar no Brasil, em agosto de 1979, a Lei nº 6.683, ou Lei da Anistia, permitiu o retorno dos brasileiros exilados e condenados, não possibilitando a punição a qualquer indivíduo que tenha cometido crimes políticos ou afins, a contar de três anos antes do golpe de 31 de março de 1964. A lei se estende a todos os cidadãos do país, dos militares até os presos e os perseguidos, diferentemente do que ocorreu em outros países latino-americanos que viveram anos de repressão militar, como Argentina, Chile e Uruguai, com o primeiro condenando, inclusive, um presidente. Nesses três países, os agentes dos governos autoritários foram punidos pelos atos cometidos durante o período em que estiveram comandando, como sequestros, torturas e mortes. Os crimes contra os direitos humanos não ficaram impunes por lá.

As guerras de memórias em torno da ditadura militar no Brasil possuem cinco grandes discursos conflituosos, que contêm ainda distinções internas: do governo, dos militares, dos militantes e das vítimas, dos especialistas e dos meios de comunicação (Pereira, 2015). Os discursos de negação e revisionismo imperam nos conflitos memoriais em torno desses períodos, especialmente por causa da impunidade em função da Lei da Anistia ampla e irrestrita, perdendo os crimes tanto dos combatentes como dos agentes do Estado.

A distorção, a dissimulação e as justificativas dos acontecimentos passados estão presentes em suas lembranças, e não a negação absoluta do que acontecia, mesmo que isso apareça em alguns momentos em relação à tortura, aos assassinatos e aos desaparecimentos. A negação e o revisionismo contribuem, portanto, para repressão, falseamento, silenciamento e esquecimento dos acontecimentos provocados pelos militares através de sua contestação. Isso ocorre atualmente, sobretudo, por causa de: memórias digitalizadas e difundidas na internet; presença de um partido de esquerda por mais de dez anos no poder, liderado por um sindicalista e, depois, por uma ex-guerrilheira torturada na ditadura; e do movimento de reparação acompanhado da Comissão Nacional da Verdade.

Uma forma de revisionismo, isto é, de justificativa para o golpe de 1964, é dizer que ele era a única alternativa para se evitar a implantação de uma ditadura comunista, ou seja, de um golpe que partisse do então presidente João Goulart. O golpe teria sido, na verdade, um contragolpe – ou contrarrevolução – em que os militares salvaram o Brasil dos comunistas terroristas. Se houve, de fato, esse movimento contrário de precaução, como defendem os militares, o governo de Goulart seria ilegítimo e as reações da luta armada estariam corretas, inclusive, com a declaração de vacância ilegal da Presidência, uma vez que Jango ainda estava no país, exilando-se no Uruguai apenas no dia 4 de abril.

No tocante às leis, considera-se, todavia, que foi apenas recentemente que uma norma brasileira se tornou uma real agente das guerras de memórias: a lei para a criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528/2011), ainda que a Lei de Acesso a Informações Públicas (Lei nº 12.527/2011) também seja relevante para perspectivas históricas e memoriais. As leis foram sancionadas pela presidenta Dilma Rousseff no final de 2011, mas regulamentadas e em vigor apenas em 16 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.724, com a Comissão sendo instalada. Enquanto a Comissão Nacional da Verdade (CNV) investiga e publiciza as violações de direitos humanos cometidas pelos agentes do Estado no Brasil de 1946 a 1988 – com atenção especial ao período da ditadura militar (1964-1985), a Lei de Acesso a Informações Públicas acaba com o sigilo eterno de documentos públicos, estabelecendo o prazo máximo de 50 anos para que eles sejam acessíveis a qualquer pessoa, mesmo aqueles considerados ultrassecretos em virtude de ameaça à soberania nacional, integridade do território e risco às relações internacionais.

Com a instalação da Comissão Nacional da Verdade, percebe-se um momento propício para um estudo das guerras de memórias, sobretudo numa época em que os meios de comunicação ganham destaque e relevância na sociedade. Em 2014, além da celebração dos 50 anos do golpe militar e dos 30 anos das Diretas Já, a Comissão lançou um livro sobre as descobertas realizadas nesses dois anos de implementação. O relatório, que deveria ser entregue até maio de 2014, foi adiado para dezembro com a

conclusão de todas atividades, conforme o artigo 25 da Medida Provisória nº 632/2013. Essa obra da Comissão Nacional da Verdade serve como uma “escuta” (Pollak, 1989) para todos que vivenciaram esse período conturbado recente da história brasileira.

A memória pode ser utilizada para refazer o passado, reescrevendo-o, com base na intenção e nos desejos dos envolvidos. No caso da ditadura militar brasileira, de um lado, militantes omitem ações que para alguns não seriam legítimas, como sequestros e atividades de guerrilha, ainda que justificadas; de outra perspectiva, os militares tendem a silenciar informações como torturas, sequestros e assassinatos, como ocorreu, inclusive, nas oitavas da CNV, salientado até no especial dos 50 anos do golpe da *Folha de S. Paulo*.

Os estudos sobre guerras de memórias no Brasil enfatizam o período da ditadura militar, ainda que a maioria dos autores não se aproprie exatamente desse conceito, mas de algumas das suas concepções basilares, como são os casos de Cardoso (2012), Fico (2004), Martins Filho (2012), Pereira (2015), Rollemberg (2006), Schmidt (2007) e Tedesco (2012). Os autores chegam até a usar expressões para se referir a esses processos memoriais como guerras, batalhas e confrontos. O jornalismo e os demais produtos midiáticos trazem perspectivas conflitantes sobre o golpe militar, opondo a visão governamental dos agentes militares às das vítimas e dos seus familiares. O papel dos jornalistas se tornou tão fundamental que os livros do jornalista Elio Gaspari estão entre os mais comentados nos anos recentes, sendo reeditados, inclusive, no ano de 2014.

A passagem de apenas um ano, para Heiko Pääbo (2008), é suficiente para se compreender quais discursos e narrativas que circulam na sociedade estão mais próximos da realidade passada. Essa visão parece equivocada, pois, no caso brasileiro, ainda que o golpe de 1964 complete 50 anos, discursos conciliadores estão longe de dominar, embora atualmente um grupo – dos militantes – possua mais legitimidade em suas memórias. Esse período apresenta a peculiaridade de que os militares não conseguiram impor sua versão da história e sua memória como a oficial, ainda que tenham desestruturado os grupos de esquerda desde o início, especialmente até a Lei da Anistia, de 1979.

Com os militares percebendo e acreditando que a esquerda venceu esse confronto das lembranças, muitas de suas produções são destinadas à contraposição das publicações dos militantes. As estratégias dos militares para legitimidade ocorrem através do suporte dos relatos em documentos, fotografias, notícias geradas pelos próprios agentes ou seus apoiadores, como percebido nas investigações de Lucileide Cardoso (2012). Fica evidente, portanto, que os militares procuram legitimar suas memórias com uma oposição, com um confronto direto às lembranças dos militantes. Em alguma medida, toda lembrança é uma espécie de “invenção” do passado, mesmo que os documentos e as provas pareçam ser irrefutáveis e as fontes, as mais confiáveis e fiéis possíveis. A invenção possui um papel relevante no trabalho do historiador, pois a imaginação também contribui para a reconstrução histórica, com as imagens possuídas pelas memórias, de alguma forma, ficcionais (Nunes, 2001; Barbosa 2007).

A abertura política vivenciou uma espécie de “surto memorialístico”, com extrapolação das denúncias, polêmicas e recordações, dando início à vitória memorial dos militantes. Esse fenômeno contemporâneo dá lugar a cada vez mais conflitos e possibilidades de resgate de possíveis leituras sobre o passado no presente. Essa presente obsessão pelo passado reflete uma sociedade temerosa em relação ao esquecimento, com uma “tirania da memória” (Nora, 1993 [1984]; Huyssen, 2000; Stora, 2007; Cardoso, 2012). As produções possuem uma lógica de que tudo deve ser lembrado, permitindo que a memória daqueles que foram derrotados se dissemine na sociedade, vencendo, ao menos, o conflito das narrativas históricas. A lógica, portanto, inverteu-se, pois os vencedores perderam as guerras memoriais.

Os militares acreditam que, após a derrota da esquerda, os militantes se esforçaram para vencer, ao menos no campo das letras – isto é, na propagação das memórias e na constituição historiográfica da ditadura militar –, o que perderam na arma. A memória vencedora – dos militantes – possui ainda recordações esquecidas, silenciadas, sendo algumas até contraditórias, embora o principal já tenha sido extraído. Os vencedores das guerras de memórias tiveram uma pluralidade de memórias silenciadas e esquecidas, pois, embora publicadas, não foram incorporadas à narrativa histórica oficial.

No caso da ditadura militar, a história ressaltou a memória dos marginalizados e das minorias, opondo-se à memória que normalmente é a oficial, a dos vencedores do embate bélico. Os vencidos têm sua história esquecida, enquanto os vencedores perpetuam sua perspectiva. Porém, no caso brasileiro, ocorreu o inverso, no qual se pode verificar o embate, de maneira ampla e geral, de duas perspectivas diferentes: de um lado, os militares procuram o esquecimento e o silenciamento dos fatos, procuram “virar a página”; já os militantes deixam a “cicatriz aberta”, sempre que possível relembando os acontecimentos dos tempos idos (Martins Filho, 2002; Rolleberg, 2006; Schmidt, 2007; Tedesco, 2012).

Os vencedores buscam esquecer, e os vencidos, recordar. Esquecer concilia. Os militares buscam o esquecimento, sobretudo, das torturas, dos assassinatos e da violação dos direitos humanos. Os regimes autoritários e totalitários, normalmente, temem a memória dos vitimados, fazendo que adotem o máximo de rituais possíveis a fim de criar uma identidade nacional. Com os 50 anos do golpe de 1964, a instalação da Comissão Nacional da Verdade e a proliferação das memórias dos militantes, o esquecer para conciliar dos militares – observado principalmente após a finalização da ditadura – parece ter se modificado. A ordem agora não é mais esquecer, mas mostrar que existem outras perspectivas memorialísticas – não apenas a da esquerda –, como se esses agentes do poder militar não tivessem imposto uma versão da história durante os 21 anos do seu regime autoritário.

As guerras de memórias são observadas em três instâncias: atores, armas e territórios ou campos de batalha (Blanchard; Veyrat-Masson, 2008a). A intenção neste livro é investigar como se encontram esses três aspectos nos especiais jornalísticos sobre os 50 anos do golpe de 1964, com uma descrição detalhada dos atores – pessoas ou tecnologias envolvidas –, dos territórios de batalha – levantamento dos assuntos e das contradições – e das armas – como são apresentados os assuntos pelos atores, legitimando ou não o seu discurso, contribuindo ou não para a estabilização das suas perspectivas. Os campos de batalha são os locais onde ocorrem essas disputas. Em paralelo ao momento analítico, verificam-se como os meios de comunicação estão implicados como arquivos e documentos históricos nessas

produções, principalmente como elementos legitimadores, para ratificação ou retificação. Os conteúdos desses produtos se revelam lugares de constituição de sentido, de desmascaramento de ideologias, pela explicitação de suas condições de produção, das suas inscrições.

Após um embasamento das relações entre memória e mídia, ao enfatizar as produções jornalísticas, os aspectos da memória na internet e as guerras de memórias, o próximo capítulo aborda detalhadamente o jornalismo digital, através do desenvolvimento dessa modalidade jornalística no Brasil. Os especiais jornalísticos avaliados neste livro refletem seus aspectos mais inovadores, com a memória como um critério para medição da qualidade no jornalismo, especialmente no (ciber)espaço.

### 3. TRINCHEIRAS DE UM JORNALISMO DIGITAL

Vivemos num tempo maluco em que a informação é tão rápida que exige explicação instantânea e tão superficial que qualquer explicação serve.

Luis Fernando Verissimo

O jornalismo digital, em sua versão na web, começou a se desenvolver há mais de 20 anos, tendo seu aparecimento em meados de 1995. O *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, foi o primeiro veículo jornalístico do país a possuir oficialmente um site e a disponibilizar seu conteúdo na web, sendo também um dos pioneiros da América Latina. Isso não quer dizer, segundo Marcos Palacios e Elias Machado (1997) e Suzana Barbosa (2016), que eles tenham inaugurado o jornalismo digital no Brasil, uma vez que, ainda em 1994, o *Jornal do Comércio*, de Pernambuco, já enviava arquivos textuais por meio do protocolo *Gopher*, uma forma de distribuição de documentos na internet.

Anterior ao *Jornal do Brasil*, o Grupo Estado, em fevereiro de 1995, disponibilizou o conteúdo da sua Agência Estado na internet, obtendo uma experiência inaugural do jornalismo digital brasileiro. Antes mesmo do surgimento da web, entretanto, alguns boletins informativos eram enviados para e-mails de assinantes das agências de notícias, bem como os releases eram encaminhados para os editores dos jornais de diversos meios. Porém, foi a experiência inaugural do veículo impresso carioca, de convergir e produzir conteúdo para a web, que influenciou os outros grandes jornais brasileiros, como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de Minas*, *Zero Hora* e *Diário de Pernambuco*. Essas empresas que migraram do mundo físico para o mundo digital – ou virtual – foram denominadas inicialmente de *brics-and-clicks*.

A divergência em relação a qual foi o primeiro produto jornalístico na web se deve ao pioneirismo da Agência Estado, que surgiu antes mesmo

dos jornais impressos convergidos. Pollyana Ferrari (2003), por exemplo, não aponta o Grupo Estado como primeiro material de jornalismo na web, desconsiderando que as agências de notícias são, como diriam Nilson Lage (2001, 2006) e José Pinho (2003), empresas especializadas na produção e distribuição de informações jornalísticas, sendo, por conseguinte, agências de jornalismo.

As agências de notícias, inclusive, modificaram a forma de produção jornalística no século XIX ao tornar os textos mais objetivos e universalistas, uma vez que queriam alcançar todos os tipos de veículo e de público com suas produções. Em outras palavras, elas contribuíram para a inauguração do jornalismo moderno. Segundo Schudson (2008 [1978]), até 1830, esperava-se uma imprensa mais partidária, com textos opinativos e literários. O mercado internacional de hoje é comandado basicamente por apenas três agências: a estadunidense Associated Press, de 1846; a francesa France Press, de 1944, ainda que tenha advindo da Agência Havas, de 1835; e a inglesa Reuters, de 1851.

Apesar de se celebrar hoje uma certa forma de democratização da comunicação com as tecnologias digitais e a internet, haja vista que é possível se valer do meio com quase nenhum gasto e pouco conhecimento de informática para produzir conteúdo, foram os grandes conglomerados de mídia que saíram na frente na habitação desse (ciber)espaço. As grandes empresas midiáticas se mantêm ainda como os maiores canais de comunicação até nesse novo ambiente, tanto no aspecto da audiência como da receita de publicidade, através, por exemplo, dos grupos Estado, Folha e Globo, além da Editora Abril. É bem verdade que hoje existe uma gama sem precedentes de informação circulando e recirculando, sobretudo nas mídias sociais, e que aqueles que desejam produzir conteúdo podem criar um site ou – mais facilmente e sem necessitar de conhecimento de programação digital – um blog, um canal de vídeo, um podcast ou uma conta em qualquer rede e mídia social para escoar sua produção.

O jornalismo digital, nessa seara, é pesquisado com vistas a seu histórico, aos seus aspectos específicos e ao seu desenvolvimento ao longo dos anos no Brasil. As inovadoras estruturas narrativas e jornalísticas também

são enfatizadas, uma vez que os especiais avaliados neste livro refletem esses elementos atuais, com a memória apresentada como um critério para aferição de qualidade do jornalismo (digital).

### **3.1 Terrenos da produção jornalística digital**

O jornalismo digital está em constante desenvolvimento desde seus primeiros passos na internet e, especialmente, na web. No início deste século, a pesquisadora Luciana Mielniczuk (2003) observou três gerações do que chamou webjornalismo, com a primeira fase de transposição, a segunda de metáfora e, por último, a própria fase do webjornalismo. Em produções mais atuais, contabilizando até uma década depois, Suzana Barbosa (2009, 2013) acrescentou duas fases evolutivas do jornalismo digital. O surgimento de uma nova etapa, por outro lado, não descartaria a anterior, e também não excluiria a possibilidade de que ambas aconteçam simultaneamente, em um mesmo site, empresa ou até no jornalismo brasileiro.

A primeira geração do jornalismo digital assente na web, ou fase de transposição, reflete a reprodução dos conteúdos e formatos impressos no espaço virtual, com os veículos disponibilizando na web apenas algumas das principais manchetes publicadas na versão impressa. A atualização era feita após um dia inteiro, vindo a se renovar com o fechamento da nova edição impressa, não havendo nenhuma evidência de inovação para o ambiente virtual e se restringindo apenas à ocupação do espaço digital, mas sem, de fato, explorá-lo. Quando existia essa transposição, podia-se manter o layout do veículo impresso, pois, diferentemente do que muitos imaginam, como defende Mike Ward (2006), existem diversos leitores que preferem que a página na web seja exatamente igual àquela publicada na versão impressa; não apenas o mesmo conteúdo, mas o mesmo estilo e a mesma estrutura noticiosa, com a identidade do veículo bem evidenciada.

Com o aprimoramento tecnológico e as experimentações sucedidas no âmbito da produção e do desenvolvimento das linguagens próprias, o jornalismo digital possuía modificações paulatinas. Como, de aproximadamente de 1994 até 1998, se observa ainda esse primeiro momento, na

segunda fase, a transposição ainda é a base dos produtos, mesmo que já estejam presentes os hiperlinks para outros conteúdos, a personalização, além de uma maior interatividade e participação de leitores, apontando para o nascimento da metáfora.

Essa geração da metáfora surge, portanto, com o desenvolvimento no acesso à internet e com uma tentativa de rompimento com o modelo padrão do impresso. Os produtos exploram as características da web, como a interação, a personalização e a hipertextualidade para ligar conteúdos. A utilização do e-mail com o intuito de mediar a comunicação entre os leitores e jornalistas e a exploração de fóruns para auxiliar na produção de conteúdo também marcam essa fase. A multimídia, que explora a junção de diversos formatos midiáticos como som, imagem e texto, entra em destaque na geração seguinte, facilitando o acesso de conteúdo de uma plataforma para outra.

Os portais começaram a ser desenvolvidos após a transposição de conteúdo e a mescla com a produção específica para o meio, dando origem a um material exclusivo. Esses sites buscam oferecer mais de um serviço, por exemplo, quando se conjuga a transposição de conteúdo para outros meios com a produção específica para a internet, ou quando há combinação desse material inédito (ou transposto) com fóruns, chats, provedor de internet, espaços de comércio digital. O termo “portal” surgiu com o significado de porta de entrada, em 1997. Um ano depois, os portais passaram a adicionar notícias nas páginas principais, pois funcionavam inicialmente como sites de buscas, passando, posteriormente, a oferecer bate-papo, e-mails gratuitos, acesso à internet e principalmente informações jornalísticas, não se resumindo somente à transposição de conteúdo do impresso para a web, mas, principalmente, com produções próprias e de parceiros.

O portal iG, que possui o jornal *Último Segundo*, avaliado neste livro, foi o primeiro portal com provedor de acesso gratuito no Brasil, nascido em janeiro de 2000. Ainda assim, esse portal não foi a empresa estreada de acesso à internet grátis no país, sendo precedido pelos bancos Bradesco e Unibanco (Ferrari, 2003). Outro portal investigado nesta obra é o G1, “O portal de notícias da Globo”. Como surgiu em 2006, é distinto desses

outros portais no tocante à disponibilização de mais de um serviço, tendo em vista que a peculiaridade do veículo nativo digital do Grupo Globo está na aglutinação das produções jornalísticas da Central Globo de Jornalismo, advindas dos meios tradicionais – impresso, rádio e TV –, além da realização de material jornalístico exclusivo para o portal.

É na terceira fase, aproximadamente a partir de 2002, especialmente após o aumento da velocidade da internet com banda larga, que o jornalismo digital se desenvolveu de modo amplo, procurando suas especificidades próprias e produzindo conteúdos inéditos, formatados especialmente para a internet, com os jornais nativos digitais contribuindo para isso. Aqui, tem-se início a identificação de uma produção específica, com aprimoramento da multimídia como um dos fatores mais relevantes e das características já utilizadas nas fases anteriores. A partir daqui, encontram-se todas as especificidades dessa modalidade jornalística à época.

Uma nova geração, a partir de aproximadamente 2007, emergiu com a banda larga e a generalização da base de dados, que funciona para estruturar toda a rotina de produção noticiosa (Fidalgo, 2004; Barbosa, 2009). Nessa fase, é evidente o surgimento de uma linguagem e gramática específicas para o jornalismo digital praticado na web, com equipes mais especializadas – os cursos de jornalismo já começam a formar profissionais com *expertise* para essa modalidade – e uso amplo de blogs. Como o desenvolvimento dos produtos é feito por profissionais capacitados especificamente para esse meio e com veículos nativos digitais – o G1, por exemplo, é até hoje um dos sites jornalísticos que melhor traduzem as características do jornalismo digital –, as produções passam a ser automatizadas com metadados, geolocalização e *streaming*.

Desde 2012, aponta-se para o que seria a quinta geração do jornalismo digital, com a concepção de especiais em modelo de narrativas multimídias, mais bem produzidas depois do especial *Snow Fall* do *The New York Times*, ganhando destaque nas premiações nacionais e internacionais (Normande, 2014; Barbosa; Normande; Almeida, 2014). Elas são compreendidas pelos pares – jornalistas e demais profissionais da comunicação – como aquilo que de melhor está sendo realizado no âmbito do jornalismo digital.

No Brasil, regularmente a *Folha* publica narrativas multimídias na seção denominada Tudo Sobre, enquanto o *Estadão* os produz sob a alcunha de Infográficos. O *Zero Hora* e o *Jornal do Commercio*, além do já citado G1, também realizam especiais nessa estrutura constantemente.

Essas novas formas de produção não apenas usam os formatos midiáticos de modo complementar – como acontece desde a terceira geração –, mas estruturam todo seu especial com maior inovação ao conjugar interação, multimídia e hipermídia. Essas três características cumprem o que Daniela Bertocchi (2006) chama de tríplice exigência para qualificação de uma produção jornalística digital, que deve explorar esse recurso de “multilinguagem” para incorporar as especificidades de maneira funcional. A interação ganha evidência e novos contornos com as mídias sociais e com outras plataformas, como tablets e smartphones, além do aprimoramento dos modelos de negócio para os jornais digitais. Com a popularização desses dispositivos móveis, emergem aplicativos jornalísticos específicos para eles e a produção passa a ser de *continuum* multimídia ao explorar uma narrativa multiplataforma.

Como o público é, primordialmente, o foco das empresas jornalísticas e de seus profissionais, suas estratégias para alcançar e manter a audiência nunca devem ser entendidas como inocentes. É inegável que a rotina jornalística diária se altera com a inserção de mais possibilidades de participação do leitor nos tempos de jornalismo contemporâneo, mesmo que o conteúdo elaborado pela população seja relegado, usualmente, às páginas criadas especificamente para tal propósito e separadas do material produzido editorialmente pelos jornalistas da empresa, seja nos grandes veículos de comunicação seja nos de pequeno porte.

A rotina no processo de produção jornalística, portanto, não é afetada de forma impactante, tendo em vista que a participação e a colaboração, isto é, o excedente cognitivo dos usuários, influenciam tangencial e marginalmente – por vezes com integração nula – os conteúdos produzidos pelos jornalistas. As ferramentas favoráveis à participação e à colaboração não garantem também a adesão direta dos atores sociais, ou seja, dos leitores

que podem se interessar apenas pelo consumo e não pela produção de fato, ainda que estes tenham seu consumo monitorado em alguma medida.

Na atual configuração do jornalismo digital, algumas características são marcantes na mídia. John Pavlik (2001), no início deste século, defendia que o “jornalismo contextualizado” possuía cinco dimensões básicas: ampla variedade de comunicação, hipermídia, intensificado envolvimento da audiência, conteúdo dinâmico e customização. De maneira mais completa, no Brasil, Mielniczuck (2003) e Palacios (2002, 2003) perceberam seis aspectos que caracterizam o jornalismo digital assente na web: interatividade; personalização; atualização contínua, memória, hipertextualidade e multimídia (ou convergência). Barbosa (2009, 2013), posteriormente, aponta a base de dados como mais uma dessas especificidades. João Canavilhas (2014b), por outro lado, aponta sete características que fazem diferença para essa modalidade jornalística, contudo, no lugar da base de dados, cita ubiquidade. Essas especificidades, ainda assim, não são próprias da internet e do jornalismo, podendo ser observadas em alguma instância nos outros meios. No jornalismo digital, na verdade, elas são continuações ou potencializações daquelas encontradas nas mídias tradicionais, com poucos aspectos carregando uma real ruptura para a produção.

As produções no jornalismo digital se transformam, sobretudo, por causa do hipertexto, com os links que permitem uma ampliação e um aprofundamento da temática abordada. As reportagens, que detalham um acontecimento de diversas perspectivas, são agora estruturadas de modo próprio, com as ligações aumentando o tratamento dos assuntos, permitindo uma personalização maior aos consumidores com as divisões acessíveis pelos links no material. A internet aprimorou a lógica da pirâmide invertida – em que as informações são apresentadas por ordem hierárquica decrescente de importância, com o essencial primeiro –, alterando-a por uma diluição da informação, em outras palavras, de sua subdivisão para um tratamento mais personalizado.

A pirâmide invertida possui hoje três níveis, com apenas o último exclusivo para a internet, ou seja, para o jornalismo digital: básica – tradicional, com o lide desenvolvido nos dois primeiros parágrafos; temática

– subdivido por temas específicos dentro da produção; flutuante – com uma abertura e desdobramentos por meio dos links (Franco, 2008). Para Canavilhas (2006, 2014a), as estruturas da produção no jornalismo digital provocam uma mudança na lógica da pirâmide invertida, surgindo a pirâmide deitada, ao iniciar com uma abertura com menos informação até possuir maior desdobramento dos conteúdos por links.

Essa construção da pirâmide deitada com hiperlinks se alia às outras especificidades do jornalismo digital para uma produção mais qualificada desde o início do século. E, mais recentemente, essa lógica de estrutura piramidal própria se ajusta às narrativas multimídias – os especiais que estruturam todo seu conteúdo com maior inovação ao trabalhar de forma integrada as características do jornalismo digital.

### **3.2 Campos da memória no jornalismo digital**

O paradigma atual da memória, se assim se puder referenciar a sua nova ecologia, faz surgir um novo tipo de marginalia – uma espécie de anotação e recurso mnemônico realizado pelo leitor de um texto. No jornalismo, a marginalia pode ser observada pelos comentários das matérias – as conhecidas “Cartas do leitor” –, das opiniões em fóruns ou dos espaços criados para manter as participações e as colaborações dos usuários, segundo Palacios (2010, 2014). Como a configuração da web possibilita inserir não só o que uma empresa permite, cabe questionar se uma produção compartilhada e comentada nas redes e mídias sociais é uma forma de marginalia ou mesmo de interação – não tão direta ou autorizada pela empresa que produziu a informação.

O uso da marginalia está associado a duas intenções específicas: as anotações servem para o seu próprio criador ou são direcionadas para outros leitores do mesmo texto. No jornalismo digital, a marginalia é produzida para o segundo caso, tendo em vista que a clipagem do conteúdo jornalístico substitui os rabiscos para uso próprio. Nesse caso, novos modelos de prática profissional são observados, como um aumento na interação, e mesmo participação e colaboração, da audiência no produto noticioso.

Embora o material produzido pelos leitores fique em espaços menos acessíveis, o conteúdo gerado de maneira independente pelos leitores não pode ser ignorado pelas empresas da mídia ou mesmo pensado como um modismo passageiro. Ainda no início do século, a produção da empresa jornalística, antes independente do consumidor, não só aceita interferência no seu produto pelos usuários – pela interação – como também publica o conteúdo criado por eles (Machado, 2001; Palacios, 2009b). Essa produção é indexada e organizada do modo quase semelhante àquela realizada pelos jornalistas.

Outra distinção feita é em relação à intenção dos comentários, que podem ser, de modo geral, de dois tipos: “espontâneos” às notícias, na forma de produção de uma agenda pública secundária, filtrada e mediada, claramente, pela agenda proposta pelo veículo em questão – ainda que esses comentários já possam sofrer um filtro para serem publicados na página; ou “induzidos”, por meio, por exemplo, da criação de fóruns e de chats pela própria empresa, determinando o assunto a ser discutido.

Caso se entenda o direcionamento da agenda midiática pela relevância que a empresa emprega a um tema, o aspecto quantitativo da marginália como comentário nas publicações pode ser um aspecto relevante para compreender e discutir os processos de seleção e valorização da informação jornalística. Em outras palavras, pode-se entender a agenda pública social (não apenas midiática) e o que é considerado importante pela população, destinando, desse modo, mais atenção aos estudos de recepção. A marginália jornalística, quando tomada por história, torna-se relevante para a compreensão de determinada cultura e sociedade.

Com lugar da memória em tempos líquidos e rápidos, a marginália jornalística – diferentemente de outros produtos da internet – aparece como um elemento salutar para a história porque é uma “memória estabilizada”, contrapondo-se ao conteúdo que pode ser modificado, como nas enciclopédias digitais com a lógica de colaboração Wiki, uma memória em fluxo. A memória nunca teve um papel tão relevante, central e valorizado quanto nos tempos de internet, refletindo até na sua produção jornalística digital. Marcos Palacios (2009a, 2014) concorda com essa perspectiva ao defender

que nunca a sociedade esteve tão envolvida e ocupada com os processos memoriais, especialmente de recordação, cada vez mais fáceis e rápidos de serem acessados no caso dos arquivos jornalísticos já digitalizados.

As propriedades da internet, como a maior compressão do espaço e do tempo, ajudam o jornalismo a ter uma nova valoração, sobretudo no que tange à memória. No ciberespaço, o espaço em si deixa de ser muito problemático, diferente dos outros meios, em que é necessário que ocorra redução da produção para se trazer um arquivo. Rubens Silva (2002, 2006) acredita que o conteúdo em ambiente digital não é informação, mas sua representação, que pode ser entendida como um “dado”. Esses dados digitais se referem a um complexo de conteúdo e servem de base para resolver um problema ou complementar algum assunto. Os conteúdos antigos na web, por exemplo, podem continuar em outras páginas, acessados por meio de alguns recursos, como hiperlink, republicação, sistema de busca e *tags*. Embora o jornalismo digital esteja sob a alcinha da atualização constante, a relevância da memória na internet tende a modificar o trabalho dos jornalistas.

Há mais de uma década, Santaella (2007) defendia que o consumidor exige uma matéria não muito extensa, haja vista que era impraticável ler textos extremamente longos na tela do computador, sendo os curtos bem mais confortáveis, apesar de o espaço para produção noticiosa ser praticamente ilimitado. Anos depois, é fácil observar que os leitores dos jornais digitais não gostam de textos longos aos moldes das produções jornalísticas impressas, pois são mídias distintas com linguagens e gramáticas próprias. Por isso, o jornalista deve se valer mais dos recursos da memória para torná-la visível através de uma estrutura própria, a fim de que a matéria principal não seja extensa demais.

O profissional tem de oferecer um maior conteúdo àquele navegante que deseja mais informação e conhecimento. O jornalismo digital dispõe de um espaço virtualmente ilimitado, no tocante ao volume de informação acessível ao público, dissolvendo-se as delimitações de tempo e espaço que os jornalistas teriam como empecilho do material noticioso que desenvolvem. Aqui, não se defende que a memória esteja diminuída nos outros meios, porém, ela ganhou novos contornos e abrangência na internet.

No jornalismo impresso, por exemplo, a publicação de pesquisas fundamentadas em informação de arquivo e de documentos antigos sempre ajudou a complementar, ampliar ou ilustrar as notícias. As emissoras de rádio e TV preservam seus arquivos de modo acessível para que sejam utilizados na concepção do produto jornalístico ou documental. Porém, na web, o acesso evoluiu de maneira a dar novos significados ao passado, principalmente pela agilidade e facilidade que caracterizam os hiperlinks. O acesso aos conteúdos digitais, sejam eles produzidos para esse meio ou digitalizado para ele, possibilita maneiras distintas para se compreender e trabalhar com o passado.

A memória na TV aparece em vídeos de matérias antigas; no jornal, com a reutilização de fotos produzidas para outras notícias, entre diversos outros exemplos. Contudo, na web, a memória é potencializada, devido à facilidade, ao barateamento e à simultaneidade da veiculação do conteúdo com o armazenamento. Com a convergência de conteúdos, a memória na internet não se restringe somente ao material que é produzido para esse meio, mas, ao contrário, acumula as produções agora digitalizadas, desenvolvidas para os meios anteriores à web e à própria tecnologia digital.

A relação entre memória e jornalismo não surgiu com a criação da web, ou mesmo da internet. Ainda que seja uma característica do jornalismo digital, existem exemplos dessa correlação desde o jornal impresso. Na verdade, as especificidades propostas para aquela relativamente recente modalidade jornalística são observadas nos suportes jornalísticos anteriores, como impresso, rádio e TV, mas ganham novos contornos com seu atrelamento à internet. A memória se configura de uma maneira específica em cada meio, porém, aparece no jornalismo digital como um elemento de distinção, ou seja, ela adquire novos contornos e possibilidades de utilização na web, sendo mais fácil e rapidamente armazenada e acessível.

A memória é uma das características do jornalismo digital que proporciona realmente uma ruptura, em relação ao jornalismo realizado em outros meios, definida como múltipla, instantânea e cumulativa (Palacios, 2002, 2003, 2008, 2014). Múltipla por permitir acesso aos formatos midiáticos, graças à multimidialidade (conjugação de texto, imagem, áudio, vídeo,

infográfico e link); instantânea porque pode ser recuperada rapidamente, tanto pelo produtor da notícia quanto pelos seus leitores; por fim, a propriedade cumulativa se deve à facilidade e ao baixo custo de estocagem de materiais, ganhando evidência especialmente quando os meios se valem da convergência.

Como nos meios tradicionais o arquivo não estava acessível instantaneamente, na internet, toda informação parece imediata, graças ao fato de a indexação e o armazenamento se aliarem à computação de dados. Existe uma sensação de que o passado ainda está presente. Essa forma de preservação na web faz que a memória adquira novas especificidades, requerendo maior capacidade na recuperação e preservação de conteúdos, tendo em vista que se transforma em um ambiente propício para a retroalimentação e o desenvolvimento de novos materiais. Ainda assim, é impraticável que todos os registros, documentos e artefatos sejam armazenados de modo adequado. Em todo o processo, as perdas naturais com o decorrer do tempo e os resquícios da falha humana são observados, mesmo com o esforço para se conservar os arquivos dos jornais, preocupação com a possível perda dessa memória.

As novas tecnologias digitais contribuem para a preservação da memória de uma cidade, além de permitir um acesso mais rápido e fácil dos arquivos jornalísticos, tanto para a comunidade interessada como para os pesquisadores e os estudiosos da mídia. Esse fenômeno é facilitado pela digitalização de conteúdos – característica que ajuda a distinguir a internet dos meios predecessores. Esse processo permite a quebra dos limites físicos, possibilitando a apropriação de um espaço praticamente ilimitado para disponibilização on-line de conteúdos – não importando ainda o formato – anteriormente produzidos e armazenados em espaços físicos dos meios de comunicação predecessores, através de acervos digitais com sofisticados sistemas de indexação e acesso.

A digitalização de conteúdos e, por conseguinte, o armazenamento maior dessa memória na internet trazem vantagens não apenas aos jornalistas, mas ao seu público, que tem acesso mais amplo aos conteúdos antigos. Esses arquivos antigos são, com a progressão do tempo, digitalizados,

indexados e tornados públicos e acessíveis a todos os cidadãos, um aspecto positivo tanto para os usuários como para os produtores da informação. O processo de digitalização faz que a acumulação de conteúdo seja barata, além de acessível, rápida, eficiente e global.

Quando essa digitalização para os meios de comunicação digital ocorre, os materiais estocados, sustentados e disseminados são manipulados no mesmo instante em que seus originais estão guardados e preservados de maneira mais eficiente, sem degradação pelo toque. Muitos veículos impressos, por exemplo, permitem que os seus arquivos de edições anteriores, logo, físicos, sejam consultados pelos públicos e pesquisadores, além de estarem à disposição de editores e jornalistas, no processo de construção noticiosa.

A digitalização dos materiais informativos, além da multiplicação e da sofisticação da base de dados, pode ser percebida através da memória em quatro aspectos: rotinas produtivas, com a informação passada servindo de contexto e aprofundamento à cobertura; modelos de negócios, desenvolvimento de produtos que possuam repercussão positiva, a fim de atrair e fidelizar o público; produção de novas narrativas, por meio da incorporação da memória à notícia (*background*, contexto e contraposição) e dos diversos formatos possíveis, como texto, imagem, áudio, vídeo, infográfico, animação e link; por fim, interação com os leitores, que possuem agora ferramentas e recursos para pesquisar, no próprio site do jornal ou na internet, aspectos da história do fenômeno ou do tema noticiado (Palacios, 2009a, 2014).

As empresas de mídia migram para a internet tencionando, especialmente, oferecer informações sem cessar, durante as 24 horas do dia. Entretanto, um jornal pode ter seu conteúdo transposto para a web visando, ainda, a atingir uma “comunicação total”, descrita por Erick Felinto (2006) como a forma suprema da comunicação digital: sem limites, fronteiras ou ruídos, além da intenção de preservar seus arquivos. Os pesquisadores Jorge Abreu e Vasco Branco (1999) acreditam que, possivelmente, a maior vantagem da internet seja a independência de espaço e de tempo – por meio de suas características remotas de acesso, a qualquer momento,

e de globalização, com abrangência e ampliação geográfica –, além das possibilidades de interação.

Com essa perspectiva em vista, muitos jornais transportaram seu conteúdo para a web, tanto para seus espectadores acompanharem sua publicação – quando eles não puderem fazê-lo no formato primordial – quanto para terem acesso de forma fácil, ágil e barata ao seu próprio arquivo. Em alguns jornais, a memória é comumente incorporada à produção (web) jornalística diária para contextualizar e ampliar o assunto abordado, ou mesmo utilizada em especiais e dossiês. A informação na internet deve ser compreendida como um processo que possibilita um aprofundamento e uma ampliação do conhecimento. Como na internet o arquivo digital se torna vivo – em fluxo – e descentralizado, novas técnicas de indexação e de organização possibilitam um acesso e uma recuperação dos conteúdos mais fácil e rapidamente, a fim de contextualizar o material jornalístico publicado.

Uma das distinções para o uso da memória na internet é que ela pode ser recuperada não apenas pelo produtor da informação, mas, ainda, pelos leitores, através de sistemas de busca que possibilitam diversos cruzamentos, como palavras-chave, períodos temporais, editorias, formatos midiáticos, entre outros. Os motores de busca se juntam aos agregadores e aos portais para garantir segurança, legitimidade e orientação no ciberespaço, tendo em vista que são dispositivos que fornecem informação sobre a organização e arquitetura da informação – isto é, permitem que os leitores se localizem no fluxo comunicacional em que se movem e agem. Mesmo com essa disponibilização dos conteúdos no meio digital, há que se reconhecer que o jornal não disponibiliza todo o seu acervo para os leitores – conforme a lógica de “arquivo do jornal”. Apesar dessas facilidades, alguns jornais têm de entender que paradigmas antigos são rompidos na medida em que novas lógicas surgem.

A memória, sobretudo no jornalismo digital, possibilita essa maior valoração da prática jornalística. Se anteriormente a produção era salientada pelo seu nível efêmero – curto prazo de validade das matérias –, a informação no ciberespaço passou a estar potencialmente em um presente contínuo, com equivalência de tempo e espaço. Há uma estratégia nessa

práxis jornalística, na qual o jornalista não transporta a memória individual, coletiva ou midiática inocentemente. Ao contrário, a instância produtiva adiciona e acomoda os conhecimentos e materiais ao seu dispor em uma estrutura própria, fazendo que as recordações estejam virtualmente presentes através de um trabalho de memória.

Como a práxis jornalística era tida como produtora de conteúdo em nível efêmero, devido ao curto período em que uma notícia é consumida e à irreversibilidade das notícias no rádio e na TV, agora a informação está no presente contínuo. A preservação do arquivo, que passa a ser indexado, armazenado e organizado no instante da publicação, procura evitar que essa memória coletiva se torne obsoleta e efêmera. Essa valoração à memória na internet se intensifica em comparação às mídias anteriores, principalmente por causa dos processos (não sistemas) de buscas desses meios, que eram vagarosos, mais falíveis e limitados, obrigando os interessados a se deslocarem para o local em que o conteúdo está arquivado e guardado.

A quantidade de informação e sua rápida inserção na internet não contradizem a valorização que a memória recebe nesse meio, pois, em algum momento, necessita-se parar e olhar para trás. A velocidade da contemporaneidade ocorre de tal maneira que se deseja guardar todos os momentos para uma visita futura, em um período mais calmo, mesmo que isso seja apenas uma ilusão e esse momento nunca se concretize. As tecnologias digitais e da internet são formas de mediações que permitem mais a recordação, tendo em vista que, positiva e negativamente, tornou-se mais custoso o esquecimento. Uma vez na internet, é difícil de ser esquecido.

A memória computacional deve ser encarada de maneira paradoxal, pois os processos de esquecimento nas sociedades (digitais) parecem mais áduos e dolorosos, tendo em vista a fácil e barata estocagem de conteúdo, a sua expansão global e o seu rápido acesso, embora possa desaparecer após o desligar ou defeito do equipamento; é, portanto, também efêmera e volátil. Quando a memória está entrelaçada às tecnologias digitais, há uma tecla bastante utilizada e presente nos aparelhos: delete.

A memória na internet, de fato, está sujeita ao esquecimento ao simples toque de uma tecla, que apagaria todas as informações e os dados

registrados nos rastros digitais. Essa função é fundamental porque o dilúvio de informações a cada acesso à internet deve ser apagado (ou deletado) com alguma frequência – ao menos da mente –, a fim de dar espaço para que se consumam outros conteúdos e que assuntos desejados não retornem a todo momento.

Um arquivo de dados na internet se torna uma entidade viva, dinâmica e mutável, um elemento fundamental para fornecimento de informação. Com a facilidade do uso da memória na internet, a contextualização detém relevância devido à característica hipertextual da internet, permitindo-lhe enriquecimento de dados e informações. Uma produção remete, através de uma inclusão bem distribuída de hiperlinks – evitando o excesso, que fica ao dever do jornalista –, para informações anteriores que abordam direta ou indiretamente a temática ou acontecimento em questão. Uma das principais características do hiperlink é permitir um aprofundamento da informação, por meio do oferecimento de dados complementares, bem como explicando abreviações, termos técnicos e conceitos em voga – um nível de pirâmide deitada que permite essa profunda e completa contextualização com auxílio dos hiperlinks.

A memória utilizar as mídias para arquivamento de seu conteúdo não é algo novo. A distinção da memória na internet para a existente em outros meios está fincada, sobretudo, na possibilidade de o documento ser imediato e global, realizando uma compressão do espaço e do tempo em apenas um instante. As potencialidades trazidas pelas novas tecnologias não se traduzem necessariamente em novos experimentos e aspectos explorados pelos veículos. Um arquivo pode continuar sendo estático – como ocorria nos meios tradicionais de massa –, não possuindo elos, interligações e abertura para um uso dinâmico e integrado dos recursos mnemônicos. Ainda que o acervo possa parecer estático, existe a possibilidade de se ampliar o conhecimento pela fruição dessas informações e de se desenvolver uma maior capacidade de ação com vistas às próprias necessidades. A intenção é que os leitores se apropriem do conteúdo dos arquivos e dos documentos.

A memória humana e a memória de silício (não humana) possuem semelhanças e diferenças. Entre as semelhanças estão o esquecimento –

forma fisiológica de apagar conteúdos na memória – e a catalogação, isto é, a organização do material arquivado e recolhido. Entre as diferenças, a primeira observada seria a representação espacial da linha do tempo, pois, na internet, a lacuna temporal entre o instante do acontecimento e o momento da pesquisa é comprimido, enquanto em outros espaços se torna mais fácil delimitar o presente e o passado. Segundo Le Goff (2013 [1988]), a memória humana é mais instável e maleável do que a das máquinas, ainda que esta também seja editável, sobretudo com a memória digital e em fluxo.

Outra distinção é a relação importância/duração, tendo em vista que, na mente, o fato aparece desordenado cronologicamente e não se tem a percepção exata de sua duração, diferente de como acontece na internet (Canavilhas, 2004). Pode-se apontar ainda três níveis oferecidos por uma mídia eletrônica: nível de apresentação ou interface do utilizador – com sistema de navegação, botões e mapas; nível estrutural – por meio de nós e ligações da rede; e nível de base dos dados – que está aparentemente oculto, mas permite que os dados apareçam no sistema de busca. Evidentemente, não é só pelo sistema de busca que a memória retorna, pois este é um dispositivo da memória na internet, como o hiperlink, a republicação e as *tags*.

A relevância da apropriação da memória na internet se torna mais evidente quando a internet se distingue dos outros meios de comunicação, a partir do momento em que a memória está inclusa e representa uma ruptura. Se a internet é propícia para uma construção da memória e cada conteúdo colocado na rede só faz acumular a informação possivelmente acessível, a ideia de dilúvio informacional se torna cada vez mais patente. Para navegar nesse mar informativo, o papel dos mediadores é necessário, tendo em vista que ninguém se interessa por todas as informações do mundo o tempo inteiro. Dito de outro modo, quanto mais informações, possivelmente, mais necessidade de profissionais como os jornalistas, que servem para filtrar, organizar e priorizar os acontecimentos. As pessoas não querem ser seu próprio editor a cada novo dia.

Existem experimentações no jornalismo, principalmente o produzido na internet, as quais põem diretamente os usuários como produtores de informação. Ainda assim, a função do jornalista como moderador de

conteúdo é essencial para se manter a confiabilidade e a credibilidade do material, afinal, o jornalismo é um campo institucionalizado e legitimado socialmente para relatar e informar a população. Alberto Sá (2011) reforça a necessidade dos jornalistas na sociedade, mesmo – ou principalmente – em épocas de comunicação em rede, pois é também uma exigência dos leitores, sobretudo dos jovens, que se queixam: dos excessos da informação, nesse dilúvio informacional que é a internet; dos detalhes, matérias muito extensas; da opção simultânea de leituras; da cobertura de temas triviais e irrelevantes; além das funções não compreendidas fácil e intuitivamente.

O uso adequado e qualificado da memória na internet encontra quatro aspectos que podem se constituir como um obstáculo: longevidade do suporte, acesso, ferramentas de pesquisa para informação não textual e usabilidade (Canavilhas, 2004). O problema da longevidade do suporte ocorre porque este ficará obsoleto daqui a alguns anos, tendo em vista que a tecnologia evolui muito rápido; logo, o desenvolvimento tecnológico pode conduzir a uma obsolescência do suporte em um período curto de tempo, em menos de uma década.

O segundo obstáculo, o acesso, dá-se devido a uma ausência de controle sobre a utilização e o acesso de conteúdos, acarretando problemas como difícil identificação de fonte, privacidade e até plágio. O terceiro problema compreenderia as ferramentas de pesquisa para informação não textual, pois é complicado encontrar, por exemplo, uma foto ou um vídeo, já que a pesquisa para isso se baseia no nome que é dado ao arquivo, não ao conteúdo e ao significado que dispõe – ainda que esses reconhecimentos se tornem cada vez mais corriqueiros, sobretudo com o Google. Por conseguinte, embora Nogueira (2003) acredite que o trabalho de pesquisa exige menos esforço no ciberespaço, isso não pode ser considerado em sua totalidade, pois se sabe o que é relevante e confiável no dilúvio informacional e as ferramentas ainda não estão completamente aprimoradas.

O último obstáculo seria a usabilidade, para que o internauta não se perca no meio da navegação. Para que isso ocorra, uma base de dados deve ser estruturada a fim de responder quatro perguntas essenciais: onde estamos, para onde podemos ir, como chegamos a outros lugares e como

voltamos para os pontos anteriores; caso contrário, a usabilidade se torna difícil e maçante. Segundo José Pinho (2003), a usabilidade deve articular técnicas e processos com a finalidade de ajudar os indivíduos a realizarem suas atividades, enquanto para a jornalista Pollyana Ferrari (2003), ela advém das especificidades de um produto ao se revelar o nível de interação com seu usuário.

Essa base de dados não tem muita serventia se os usuários não conseguem utilizá-la, especialmente de forma amigável. Sobre a memória em si, humana ou não, Canavilhas (2004) defende que se deve separá-la em dois tipos: memória-arquivo e mecanismo que permite a busca. Enquanto a primeira se refere ao *hardware*, a memória como mecanismo diz respeito ao software. *Hardware* e *software* aqui são utilizados para se referir ao corpo humano por meio da mesma lógica da computação, uma vez que essa distinção é tanto fisiológica como mecânica e tecnológica.

Existem ainda alguns problemas latentes no tocante ao arquivo dos jornais, como: armazenamento – problemas físicos de espaço, diminuído, mas não extinto com as tecnologias atuais; extração da informação – localização rápida e fácil das unidades específicas de informação; e acessibilidade – deslocamento ao local onde se encontram as informações (Sá, 2011). Os suportes de registro possuem mais empecilhos e questões negativas para quem mantém seus arquivos, como: curta vida, rápida degradação (do *hardware* ou *software*), dificuldades de acessos aos documentos antigos, inconstância dos endereços on-line (podem não estar mais acessíveis) e ausência de legislação e regulamentação específicas. Além do mais, a crescente confiança na tecnologia pode causar uma amnésia coletiva, devido aos perigos iminentes de uma excessiva incumbência.

### **3.3 Fronteiras para qualificação jornalística**

As pesquisas sobre qualidade no jornalismo perpassam questões que buscam compreender o que é qualidade e como garanti-la. Os critérios e os métodos de medição também são estudados ao se refletir se seriam específicos à análise do jornalismo digital (em situações mais atuais) ou se possuem

um alcance maior em sua aplicação e sua concepção, abarcando a produção em outras mídias, ainda que se resguardem as propriedades, os processos, as lógicas e os constrangimentos de cada uma.

Mas o que é qualidade? Como defini-la? De que maneira garanti-la? Existe uma régua para medir a qualidade no jornalismo? Quais critérios devem ser levados em consideração para realizar essa análise? Esses aspectos podem ser aplicados ao jornalismo produzido em qualquer mídia ou se deve considerar o suporte no qual a produção está assente? Qual é o papel da memória para aferição dessa qualidade jornalística? Essa característica se perfaz em um diferencial informativo? Essas são algumas perguntas que pairam frequentemente nas mentes de estudantes, profissionais, professores e pesquisadores de jornalismo.

De etimologia latina, qualidade advém de *qualitas*, tradução para a palavra grega *poiotes*. *Qualitas* exige a distinção entre o quão bom ou ruim é um produto. Na língua chinesa, o caractere utilizado para se referir a qualidade é usado para definir o que é da “alta classe”. Já com uma visão empírica, Guerra (2010c) afirma que a qualidade considera as melhores práticas e produções de uma organização e empresa. Joncew (2005) e Ziller (2011) apontam quatro sentidos para se pensar na qualidade: hábitos e disposições; capacidade ou incapacidade natural; afeições e suas consequências; formas ou determinações geométricas.

As investigações sobre a qualidade de um produto estão relacionadas à Revolução Industrial, que exigia padronização na sua produção em larga escala – logo, que os produtos fossem semelhantes e tivessem um nível mínimo de qualidade entre eles. A aplicação desses estudos nas organizações aconteceu apenas no início do século XX. Os modelos para gestão de qualidade geralmente são estruturados em dois níveis: num primeiro momento estão os princípios e fundamentos; num segundo, os requisitos e critérios (Guerra, 2010b).

A preocupação em torno da qualidade da informação remonta, na verdade, a meados da Segunda Guerra Mundial e, ainda assim, não traz uma caixa de conhecimentos fechada para a discussão. Na área da Ciência da Informação, começou-se a discutir a qualidade da informação com

mais força a partir da década de 1950, sob uma perspectiva da excelência administrativa, ainda que Ziller (2011) e Ziller e Moura (2010) encontrem resultados apenas a partir dos anos de 1970, com uma crescente até o final do século.

Hoje, pode-se falar de cinco tendências sobre a discussão da qualidade da informação: na transcendência, pelo valor universal da informação; no usuário, relacionada à satisfação e às necessidades do receptor; no produto, que mensura especificidades identificáveis; na produção, que verifica se a informação é completa para o leitor; e na qualidade como valor próprio da informação. Todavia, a memória pode seguir dois vieses de estudo, nos quais essas cinco vertentes se acomodam: voltado à subjetividade – relacionado ao usuário – e à informação – relacionado ao produto (Ziller, 2005).

Na Administração – não muito diferente das outras áreas –, a qualidade compreende dois campos de estudos distintos: a adequação a padrões já estabelecidos pela organização e pela empresa e a equiparação entre as necessidades e as expectativas dos usuários; e a percepção destes acerca do produto produzido e serviço prestado (Guerra, 2010a, 2010c). Ainda que existam iniciativas para se medir e garantir a qualidade – por exemplo, manuais, criação de ferramentas e aplicativos específicos, organização empresarial e divisão do trabalho –, não existe no jornalismo uma cultura de mensuração da qualidade de sua produção. O problema reside nas ferramentas, nos critérios e nas metodologias corretas para se analisar a qualidade noticiosa dos meios de comunicação.

A qualidade jornalística apresenta três caminhos para estudo: como uma especificidade da organização e do produto, como serviço público e como investimento (Guerra, 2010b). Para avaliar a qualidade da produção jornalística, dois aspectos podem ficar em destaque: um genérico – relativo ao contexto das empresas – e outro específico – concernente aos resultados dessas organizações. O pesquisador deve, porém, considerar diversas instâncias do processo comunicativo, uma vez que os estudos sobre a qualificação do jornalismo envolvem não apenas o profissional e suas produções, mas ainda as lógicas e rotinas dentro da própria organização jornalística, e a relação entre ela e as outras instituições públicas, os anunciantes e o público.

Carina Benedeti (2009) se refere a dois tipos de qualidade: uma intrínseca ao fato – revelando uma qualidade de categoria –, outra que se relaciona ao produto jornalístico – ao fazer e ao resultado da atividade profissional, baseado na legitimação e aceitação social da profissão. A pesquisadora Gislene Silva (2005), por sua vez, acredita que os critérios de noticiabilidade devem refletir a qualidade dos acontecimentos e não da produção jornalística. Delimitar a noção dos critérios de noticiabilidade no território dos eventos não significa, entretanto, ignorar a presença do jornalista, o sujeito (enunciador) que constrói a notícia. Os valores-notícia ajudariam a identificar a qualidade intrínseca ao fenômeno noticiado, sem deixar de se nortear pela interferência da instância de produção, a saber, os agentes diretamente envolvidos na produção do material jornalístico.

No que concerne especificamente à avaliação da qualidade no jornalismo digital, Jorge Pedro Sousa (2001) e Marcos Palacios (2008, 2014) avisam que essas produções são penalizadas porque as pesquisas não se valem das características e potencialidades da internet. Há problemas patentes em transpor para a internet critérios de análise de qualidade, metodologias e ferramentas aplicáveis e desenvolvidas em outros meios, pois são deixadas de fora as características do veículo digital, por mais que as ferramentas atuais para avaliação da web sejam de caráter genérico. Ainda que seja um problema mais geral nas pesquisas sobre qualidade no jornalismo, a maior dificuldade de se estudar qualidade no jornalismo digital é a não existência de critérios exatos para a sua medição.

Carina Benedeti (2009), Luiz Cerqueira (2010), Rogério Christofletti (2010), Adelmo Genro Filho (1987), Josenildo Guerra (2003, 2005, 2010a, 2010b, 2010c) e Carlos Franciscato (2003) trabalham, em alguma medida, com qualidade no jornalismo com base no seu papel legitimado socialmente e na sua evolução histórica, isto é, do que a institucionalização representa e do que se exige do profissional e da prática, pois a qualidade é um atributo relativo às responsabilidades assumidas pela organização.

Renato Lima (2010), Pedro Sousa (2001), Joana Ziller (2005), Joana Ziller e Maria Moura (2010) e pesquisadores do Grupo de Jornalismo Online (GJOL) da UFBA e da Universidade da Espanha, cuja produção foi

organizada por Marcos Palacios (2011) e atualizada em recente organização de Martins e Palacios (2016), verificam a qualidade pelas características do próprio meio – no caso desses estudos, o jornalismo digital –, acreditando que as experimentações das especificidades da cibercultura, da internet e da web traduzem a eficiência dos produtos comunicacionais e jornalísticos.

Esses autores procuram verificar de que forma as características próprias da mídia interferem na qualidade da produção, provavelmente porque o foco de estudo é o jornalismo digital. Apesar de existir esse interesse evidente sobre os estudos da qualidade quando as tecnologias digitais entram em cena, procura-se não perder a possibilidade de avançar a discussão ao se enfatizar apenas o superficial da ferramenta e da técnica. Palacios (2011) organizou uma obra com ferramentas para análise da qualidade no jornalismo digital, a partir das características do que denomina meios ciberdigitais: interatividade, multimídia, hipertextualidade, memória, além da inclusão de base de dados, blogs e design gráfico. Martins e Palacios (2016) fizeram uma atualização do livro ao reproduzir exemplos de utilização das fichas de avaliação, aperfeiçoando, em alguns casos, essas ferramentas.

Com o jornalismo digital em perspectiva, Marcos Palacios (2002, 2003, 2014) defende que nem todas as características desenvolvidas são próprias da internet e explica que, em sua maioria, elas proporcionam apenas uma continuação ou potencialidade do meio anterior, ou seja, que poucas carregam realmente uma ruptura para o modo de produção. A memória seria um exemplo dessa ruptura, sendo apontada como múltipla, instantânea e cumulativa.

Apesar dessa maior relevância em tempos digitais, a memória já era evidenciada nos estudos sobre a qualidade jornalística. Schudson (2008 [1978]), Genro Filho (1987), Sousa (2001), Fidalgo (2004), Palacios (2008, 2011, 2014, 2017a, 2017b), Barbosa (2008), Benedeti (2009), Christofolletti (2010), Guerra (2010b), Palacios e Ribas (2011) e Ziller (2011) percebem de que forma a memória traz qualidade ao jornalismo, através da análise ou da contextualização, ao falar de *background*, profundidade, ampliação e outras expressões que competem àquela característica do passado no presente.

O jornalismo apreende a realidade por meio de três categorias: singular, particular e universal (Genro Filho, 1987). O primeiro seria o específico e superficial; o caráter particular, por sua vez, refere-se ao contextual e ao conjuntural; por fim, o universal, à profundidade e à qualidade de verdadeiro. O jornalismo deveria relacionar as informações, pois qualquer forma de conhecimento precisa de bases associativas, variando o nível de amplitude e de profundidade dessas relações. Ainda que próprio da singularidade, a universalidade e a particularidade não estão desvinculadas da informação jornalística.

A notícia jornalística reproduz o fenômeno enquanto tal, resguardando sua aparência e forma singular, ao mesmo tempo que insinua a essência no próprio corpo da singularidade, enquanto particularidade delineada em maior ou menor grau e universalidade virtual. A informação jornalística sugere os universais que a pressupõem e que ela tende a projetar. É na face aguda do singular e nas feições pálidas do particular que o universal se mostra como alusões e imagens que se dissolvem antes de se formarem (Genro Filho, 1987, p. 123).

O nível de singularidade no jornalismo de *hard news* é altíssimo, pois recorta o fato ao extremo, não contextualizando com informações mais gerais e amplas. Ainda assim, essa produção singular não fica totalmente destituída da particularidade e da universalidade, tendo em vista que um conhecimento em comum deve ser compartilhado para que determinada notícia ou matéria seja veiculada. Essa é a diferença de uma reportagem, que assume um tratamento distinto na particularidade do fato ou do acontecimento, não sendo apenas o contexto para significação do singular, quando se busca discutir mais o contexto daquela realidade do que o caso específico.

Embora o singular impere, o particular e o universal estão em qualquer produção jornalística, porém, seria a ênfase em um ou em outro aspecto que concederia um grau e nível qualitativo maior ou menor ao produto. O campo do jornalismo emergiu exatamente pela disputa desses dois tipos de jornais: o sensacionalista ou popular e o sóbrio ou *quality papers*, os jornais de qualidade (Ferreira, 2002).

O jornalismo impresso foi muitas vezes colocado como um espaço para um tratamento com mais qualidade da informação, subentendido no contrato tácito firmado com a audiência. O jornalismo impresso endossa essa suposta ideia de que produzem informação com profundidade, enquanto o jornalismo digital estaria mais afeito à superficialidade. Essa assertiva não se sustenta não apenas pelas próprias especificidades do jornalismo digital, mas ainda pelas novas estruturas que elas proporcionam, com essa visão não podendo parecer mais equivocada, por causa da recente fase do jornalismo digital com suas narrativas multimídias. A disseminação dessa ideia, segundo Benedeti (2009), servia para que os leitores continuassem nos veículos impressos, ou voltassem para eles, tendo em vista os modelos de negócio ainda não suficientemente desenvolvidos dos sites jornalísticos. Os jornais buscavam a manutenção do seu público que migrou para os seus sites, um espaço onde o retorno financeiro ainda não é tão extenso e evidente como no impresso.

Como o jornalismo produz informações em nível superficial, fenomênico, sua característica mais marcante como forma de conhecimento é a factualidade. Ainda assim, existem outros caminhos para a produção, que não apenas enfatizando esse tipo de conteúdo. Através da prática, o jornalista extrapola o factual e expressa o contextual, dependendo da amplitude dada à realidade, com o profissional não devendo ser julgado pelo seu nível de reflexão sobre todos os fenômenos da atualidade, mas pela sua capacidade e competência nos processos de mediação. Os jornalistas medeiam os conhecimentos que circulam na sociedade com ética e linguagem acessível, através de recortes da realidade histórica e contemporânea.

A investigação sobre qualidade de webjornais de Pedro Sousa (2001) no início deste século considerou: conteúdo (adaptação à internet), design (ergonomia – adaptação ao usuário) e navegação (interatividade com o jornal). O primeiro critério compreende 13 tópicos, um deles se refere à informação de *background* – associado à memória. Um jornal digital de qualidade, devido ao meio específico, possui algumas obrigações, como: atualizar continuamente; divulgar informação contextual através de links; produzir textos concisos, claros e precisos; possuir base de dados e diversos formatos

midiáticos; utilizar não apenas hiperlinks; permitir interação e colaboração; design agradável e navegação multimídia.

A qualidade dos jornais digitais englobaria também duas questões: uma primeira sobre a qualidade intrínseca desses jornais e outra acerca dos valores percebidos – e, em outra instância, a forma como as percepções afetam a produção de conteúdo. Para um jornal ter qualidade na web, deveria, obrigatoriamente, considerar as características e aproveitar as potencialidades da mídia, especialmente, interatividade, multimídia e hipertextualidade; a junção definida por Daniela Bertocchi (2006) como tríplice exigência, isto é, a combinação de três especificidades do jornalismo digital para o conteúdo traduzir eficiência e qualidade.

O jornalismo digital deve prezar ainda pela atualização constante, pela inclusão de informação de *background* (acessível por meio de links), com textos próprios para a internet, além de uma base de dados, multimídia e livre acesso dos usuários a esses arquivos. Apesar de todas as possibilidades de construção noticiosa na internet, o ritmo acelerado de produção de conteúdo nas redações jornalísticas, em relação aos outros veículos, dificulta o aproveitamento dessas potencialidades, de maneira quase paradoxal.

Na qualidade da informação sob a ótica da Ciência da Informação, quatro critérios são recorrentes: atualidade, completude, exatidão e relevância, que possuem como objetivo se valer dos elementos característicos da internet (Ziller, 2011). Como as pesquisas sobre qualidade nessa área são extremamente quantitativas, Ziller e Moura (2010) partem de três grandes grupos de qualidade: intrínseca (apresentação da informação, implicando o suporte), contextual (contexto no qual a informação é utilizada) e reputacional (origem e posição da informação). E a memória perpassa duas dessas lógicas (intrínseca e reputacional) pela sua dimensão contextual.

A memória parece ser, por conseguinte, um aspecto recorrente nas pesquisas e nos estudos sobre a qualidade no jornalismo, ainda que, muitas vezes, o termo não seja empregado. Mesmo sem trabalhar necessariamente com a memória enquanto característica e critério para um jornalismo qualificado, existem tópicos e expressões – aprofundar, ampliar, *background*, contextualizar – que concernem a essa especificidade e que são tratados como

se trouxessem qualidade ao produto. Na web, a memória é um elemento necessário como atributo a ser averiguado em qualquer medição e *ranking* para se estabelecer a qualidade nas produções digitais.

A compreensão do acontecimento, de acordo com Rogério Christofolletti (2010), deriva da quantidade de informações que o público possui. Em outras palavras, o leitor poderá ter uma visão mais ampliada de determinado fenômeno, pois a quantidade de informação possibilitará uma quantidade maior de leitura daquele caso específico, envolvendo questões como polifonia e verdade. Os meios de comunicação devem atuar informando os cidadãos de maneira mais contextualizada; quanto mais contextualização, mais relevante se torna a temática e mais se fornecem opções para que os leitores se interessem, contribuindo na promoção e na fundamentação de um debate mais amplo.

A memória adquire essa dupla função nos estudos de qualidade, perpassando as pesquisas sem que a expressão seja empregada ou, especificamente no jornalismo digital, ganhando um lugar de destaque perante as outras características. Segundo as definições no Dicionário Michaelis, existem ao menos cinco acepções para o termo qualidade, sendo que a última – alteração da substância sem modificação da essência – se perfaz como ensejo para estudar a qualidade nessa nova modalidade jornalística. Ou seja, a memória não alteraria a matéria ou a essência do jornalismo, mas lhe atribuiria modificações.

A preocupação em oferecer maior contextualização, mais informações, é uma constante para quem pesquisa jornalismo, principalmente porque se possibilita maior polifonia e pluralidade sobre o acontecimento. Suzana Barbosa (2008) deixa transparecer essa visão quando reflete sobre algumas possibilidades do que denomina jornalismo convergente, uma vez que a junção das redações dos diferentes meios, nas empresas jornalísticas, permite a produção de conteúdos mais diversificados, contextualizados e multimídias. No contexto de produção jornalística digital, a base de dados aparece como um de seus diferenciais, uma das suas funções para permitir maior contextualização das informações jornalísticas. O jornalismo em base de dados integra os processos de construção de notícia, facilitando a

gestão, a recuperação e a apresentação dos conteúdos, ao estruturar a rotina jornalística em todas as etapas: produção, redação, edição e até mesmo consumo e circulação.

Com um jornalismo assente em base de dados, as informações são mais facilmente recuperadas pelos consumidores da informação, agregando contexto e aprofundamento ao material. Esse jornalismo atribui contexto e complementação às produções. O salto qualitativo está nas possibilidades de arquivamento, indexação e recuperação de dados, realizadas de maneira mais eficiente e eficaz. Com as informações jornalísticas indexadas e organizadas pela lógica da base de dados, acede-se a diversos assuntos mais rapidamente.

A primeira parte deste livro finaliza com o histórico e o desenvolvimento do jornalismo digital, ao refletir sobre a memória como um critério para medição de qualidade do jornalismo nesse (ciber)espaço. A parte dois inicia com o próximo capítulo abordando os acontecimentos que possibilitaram a efetivação do golpe de 1964, ao enfatizar o papel da grande mídia impressa do período. Os principais aspectos da ditadura militar são trabalhados até o momento mais recente de conciliação memorial, com a Comissão Nacional da Verdade.

PARTE II – GUERRAS DE MEMÓRIAS  
NOS 50 ANOS DO GOLPE EM  
ESPECIAIS JORNALÍSTICOS DIGITAIS



## 4. UM GOLPE PARA ALÉM DE MILITAR

Passado meio século de tantos enganos, releituras e novas narrativas, chegou a hora da exumação dos restos mortais da imprensa de 1964. Alguns jornalistas daquela época ainda andam por aí como espectros vangloriando-se do que nem sempre foram.

Juremir Machado

O golpe de 1964 foi organizado durante três anos, especificamente, desde 1961, com a renúncia de Jânio Quadros. Porém, desde 1953, já existia certa perseguição a João Goulart, quando era ministro do Trabalho e convenceu o presidente Getúlio Vargas a oferecer um aumento de 100% do salário mínimo. Ainda que na década de 1950 João Goulart começasse a ser desacreditado como ministro e posteriormente como vice-presidente de Juscelino Kubitschek, é inegável que, a partir de 1961, diversos setores se juntaram para desacreditar o futuro presidente, criando um ambiente e clima desfavoráveis para o seu governo. Jango (como Goulart era chamado) conseguiu assumir apenas para ser deposto, ainda que isso tenha demorado três anos.

O golpe de 1964 representou uma união de forças de militares, políticos brasileiros e estadunidenses, empresários, proprietários rurais, Igreja Católica, setores conservadores da sociedade e grande mídia. Se o golpe foi civil-militar, midiático-civil-militar, empresarial-civil-militar, eclesiástico-civil-militar, não se pretende apontar aqui um veredito, porém, é inegável que essas outras instâncias contribuíram para sua conclusão e, mais certo ainda, que sem os militares essa ruptura não seria possível.

O golpe é apresentado neste livro como militar, a fim de não diminuir o papel dos militares e não dividir o seu protagonismo com outros atores. As Forças Armadas dividem um pouco a responsabilidade pela deposição de João Goulart, mas não pela ditadura que assolou o país por mais

de duas décadas. Mesmo com o apoio, para sua manutenção, de poucas empresas da grande mídia, a virulência do regime autoritário de 1964 até 1985 só aceita um agente principal e uma nomenclatura: ditadura militar. Esses agentes do Estado foram responsáveis por cassações, prisões, exílios, torturas, assassinatos e demais atos contra os direitos humanos.

Este capítulo aborda brevemente os acontecimentos mais relevantes para a constituição do golpe de 1964, com especial atenção para o apoio da grande mídia da época. Trata-se ainda de alguns apontamentos esquemáticos de mais de duas décadas da ditadura militar instaurada após esta ruptura, mesmo sem uma pretensão de narrativa histórica e didática completa sobre o período, pois não se pretende realizar uma investigação detalhada do período dos governos militares, senão da comemoração atual dos jornais. Por fim, expõem-se aspectos da Comissão Nacional da Verdade como agente memorial ao revelar suas principais descobertas e esclarecimentos. Esses fatos são pertinentes para avaliação dos especiais sobre os 50 anos do golpe militar realizada no capítulo seguinte.

#### **4.1 Operações civis e militares**

A produção historiográfica sobre João Goulart, a sua trajetória política e o golpe que o depôs não são tão vastos em comparação com os trabalhos referentes à ditadura militar (Ferreira, 2003; Delgado, 2010; Reis; Ridenti; Motta, 2014). O golpe em si e os acontecimentos que levaram à sua execução ainda são pouco explorados em comparação com elementos específicos das duas décadas de ditadura militar, embora eles sejam fundamentais para se compreender hoje o Brasil, sobretudo a sociedade civil, as suas classes sociais e as saídas aceitas por cada uma nos momentos de supostas crises, conforme explica Carlos Fico em entrevista para Bruno Leal (2014).

A historiografia sobre o governo de João Goulart e o golpe de 1964 era binária, com uma tendência a culpar: as estruturas que determinam o destino das coletividades ou a mirar apenas em Jango – para a direita, ele era corrupto, inepto e subserviente aos comunistas; para a esquerda, ele era

burguês e fraco por não resistir ao golpe. A unanimidade parece ser que o presidente era populista e sofreu uma “grande conspiração” por parte de militares golpistas, políticos reacionários, empresários, latifundiários, igreja tradicionalista, Estados Unidos da América (EUA) e mídia.

Na última década, após os 40 anos do golpe, contudo, observam-se cinco vertentes se desenvolvendo em torno do golpe e do governo de Jango: estruturalista, em decorrência dos conflitos sociais, políticos e ideológicos; preventiva, pois o presidente e seus aliados dariam um golpe comunista, transformando o Brasil em uma Cuba; conspiratória, em que diversos setores se juntaram para depor o presidente em uma ação orquestrada; conjuntural, com os conservadores dizendo que defendiam a democracia, ainda que tenham acabado com ela; e documentação inédita, ao enfatizar que não houve conspiração, mas desestabilização de setores da sociedade (Koshiyama, 1988; Fico, 2004, 2005; Ferreira, 2003; Delgado, 2010; Ferreira; Gomes, 2014; Reis; Ridenti; Motta, 2014; Reis, 2014; Ridenti, 2014).

O golpe não deve ser pensado como o dia de instauração da ditadura militar, uma vez que, naquela época, até os envolvidos não imaginavam que isso ocorreria, tendo em vista, sobretudo, que estava prevista uma eleição no ano seguinte, em 1965. Mesmo que desejassem a deposição de João Goulart, isso não implicava exatamente apoio ao governo dos militares, como observado posteriormente, com políticos e jornais que contribuíram para o golpe sofrendo cassações e sanções diretas. Na verdade, compreendem dois acontecimentos distintos, ainda que contínuos, pois houve um processo para o golpe se transformar em uma ditadura, por isso, embora o golpe seja militar, mas com o suporte de diversas instituições e instâncias, a ditadura é predominantemente militar.

O ano de 1961 é normalmente colocado como o marco inicial dos planejamentos para o golpe de três anos depois. Em 1953, todavia, João Goulart era ministro do Trabalho de Getúlio Vargas quando foi sentenciado pela primeira vez em nível nacional como comunista, afinal, convenceu o presidente a conceder um aumento no salário mínimo de 100%, algo considerado absurdo pelos conservadores e opositores, sobretudo a União Democrática Nacional (UDN), que jamais o perdoaria.

A UDN foi um partido extremamente conservador de direita criado pelo jornalista e político Carlos Lacerda em 7 de abril de 1945, posicionando-se como principal opositor de Getúlio Vargas e João Goulart. Dessa forma, Jango também foi criticado quando vice de Juscelino Kubitschek, de 1956 até 1961, e depois de Jânio Quadros, em 1961 até sua renúncia (Ferreira, 2003; Ferreira; Gomes, 2014). O partido serviu como principal articulador político, dentro do Congresso Nacional, para o golpe de 1964, sendo ainda um embrião para a Arena, partido oficial dos militares durante a ditadura, mesmo que Lacerda tenha rompido com os militares após eles suspenderem as eleições de 1965, quando tinha pretensão em ser presidente. Em 1966, lançou com Juscelino e Jango a Frente Ampla, para combater a ditadura.

Os conservadores tentaram dar um golpe, por conseguinte, desde 1953, duas vezes ainda no governo de Juscelino e uma com a renúncia de Jânio, em 1961, como contabiliza Ferreira (2003). Portanto, a desqualificação de João Goulart não aconteceu apenas a partir de 1961, uma vez que seus opositores começaram a se juntar contra o futuro presidente quando ele ainda era ministro. O golpe de 1964 foi forjado durante alguns anos e não improvisado, mesmo que seu ápice tenha sido aparentemente precipitado e sem uma grande causa, não apresentando um planejamento estruturado para a deposição de Jango, ao menos não exatamente naquela data.

O suporte estadunidense aos golpistas, por exemplo, começou ainda em 1959, quando o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, nacionalizou por um Cruzeiro (Cr\$ 1,00 - moeda nacional à época) a energia elétrica da empresa *Bond and Share* e quando, em 1962, fez o mesmo com uma companhia telefônica, filial da *Internacional Telephone and Telegraph Corporation*. Os governantes dos EUA contribuíram financeiramente, por exemplo, com a campanha de Carlos Lacerda (Ferreira; Gomes, 2014; Reis; Ridenti; Motta, 2014).

Dois anos depois de os Estados Unidos aumentarem seu interesse no Brasil, Jânio Quadros assumiu a Presidência tendo uma vassoura como símbolo, uma vez que varreria a corrupção do país, que seria a maior de todos os tempos, de acordo com a imprensa da época. Ao renunciar meses após a posse, o presidente esperava voltar pela aclamação popular através

de uma jogada política que deu errado, pois o seu vice, João Goulart, estava na China aprimorando as relações internacionais do Brasil, tudo em acordo com o então presidente. O estabelecimento de relações amigáveis com a China e com a União Soviética, em 1961, acirrou os ânimos internamente, com os três ministros militares de Jânio deixando seus cargos vagos e começando a tramar um golpe, desta vez, buscando apoio popular e militar.

Como os militares e os políticos conservadores não queriam que o vice fosse empossado, tentaram impedi-lo de retornar ao país. Naquela ocasião, negociar com aqueles países era a prova mais do que suficiente de que o novo presidente seria de fato comunista. Segundo os militares, só não houve intervenção e verdadeira tomada de poder político ainda naquela época porque a função das Forças Armadas é acompanhar o desejo da maioria da população brasileira (Cardoso, 2012). Essa perspectiva, ainda que não verdadeira, dá a entender que o golpe de 1964 aconteceu porque havia unanimidade no apoio da sociedade.

A Campanha da Legalidade foi criada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado do vice-presidente, para garantir o retorno de Goulart ao país e a sua posse como presidente. Com a pressão do Congresso Nacional e das Forças Armadas, Jango só poderia assumir se o país alterasse seu sistema para o parlamentarismo, visando à diminuição dos seus poderes decisórios. João Goulart assumiu a Presidência da República, durante uma grave crise militar e política, uma economia deficitária e um país endividado, sem nenhuma possibilidade de implementar suas reformas, pois a conjuntura e o parlamentarismo implantado às pressas para limitar suas ações não ajudavam.

Jango já assumiu derrubado, era só uma questão de tempo e mais planejamento. De acordo com Juremir Machado (2014), os militares precisavam que a mídia apoiasse de fato a deposição e contribuísse na construção de um imaginário favorável a isso, e o presidente seria, então, atacado constantemente. Júlio de Mesquita Filho, diretor e proprietário de *O Estado de S. Paulo*, publicou uma carta, em 20 de janeiro de 1962, sobre como seria a derrubada do presidente, com todo o roteiro da “revolução”. No documento, já se falava da permanência dos militares no poder por

tempo indeterminado, criticado só por quem preferia um tempo limite de cinco anos; Mesquita, entretanto, preferia não colocar qualquer prazo.

Com essa aparente e iminente ameaça comunista, o embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, enviou uma carta ao então presidente dos EUA, John Kennedy, dizendo que João Goulart planejava um golpe de esquerda com seus movimentos nacionalistas, sugerindo que organizassem os militares para reduzir o poder de Jango e, caso fosse necessário, afastá-lo. A decisão foi de desenvolver um sentimento anticomunista nos políticos do Congresso Nacional, nas Forças Armadas, nos grupos católicos e na imprensa. Essa contribuição resultou na orquestração da Operação Brother Sam, que deixou de prontidão, em caso de resistência do presidente em 1964, navios petroleiros, porta-aviões, destróieres, cruzadores e demais apoios logísticos e bélicos.

Em 1962, quando Jango defende que Cuba não deveria sofrer interferência estadunidense, a direita conseguiu avançar em seu projeto de golpe, estabilizando o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado um ano antes para influenciar a sociedade através da propagação de suas ideias anticomunistas, desde publicação de livros e realização de filmes até patrocínio de palestras e viagens. A influência do IPES se estendia para além de cartuns e charges nos grandes jornais conservadores, chegando até a possuir publicações no maior jornal de esquerda da época, o *Última Hora*.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), de 1959, também serviu para deteriorar a imagem do presidente e das suas propostas, com mais de 300 programas diários nas principais emissoras e nos melhores horários do país. O IPES e o IBAD faziam uma campanha e propaganda político-ideológica com apoio até no Congresso Nacional, além de ajuda material e financeira para passeatas, manifestações e produções visuais e audiovisuais.

João Goulart passaria a ser cobrado, de outro lado, pela própria esquerda, que exigia a aprovação das reformas de base, não apenas agrária, mas ainda administrativa, bancária, eleitoral, fiscal, política, tributária, universitária e urbana, que melhorariam as estruturas econômicas, sociais e políticas, promovendo uma maior e mais ampla justiça social. Brizola tentava

convencer Jango a fechar o Congresso Nacional, por causa da instalação do parlamentarismo de modo irregular, com os futuros golpistas agindo ilegalmente ao tentar impedir a posse de um vice-presidente. As reações de Brizola e Jango fizeram que Carlos Lacerda alardeasse mais uma vez um iminente golpe da esquerda, com John Kennedy se negando a vir ao Brasil, algo acordado pessoalmente com o próprio Goulart, pois agora observava “sinais de esquerdização”.

O presidente necessitava que o sistema anterior fosse restabelecido, para fazer as mudanças que desejava. Para tanto, promoveu uma campanha para que o povo votasse a favor do presidencialismo no plebiscito de 6 janeiro de 1963, antes previsto apenas para o final do seu mandato em 1965. Goulart obteve apoio da população e conseguiu praticamente 80% dos votos contra o parlamentarismo. Os apoiadores acreditavam que a população entendia que ele precisava de liberdade e de poder para realizar as suas reformas, como ele enfatizou durante os quase dois anos de limitação, mesmo que a votação demonstre de modo evidente apenas que a população não queria o parlamentarismo. Foram praticamente nove milhões e quinhentos mil votos a favor do antigo sistema contra dois milhões contrários.

Esse processo foi como uma nova eleição para Jango, ao ratificar sua ampla aceitação popular, quando começou a procurar uma maior governabilidade através das alianças no Congresso Nacional. Essa conciliação, especialmente no plano econômico, fez surgir o conservador Plano Trienal que seguia a Cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) para estabilizar a moeda e diminuir a inflação, com Luís Carlos Prestes e até Leonel Brizola se tornando críticos daquela política econômica reacionária. Após desistir do Plano Trienal, o presidente partiu para a implementação da reforma agrária, tentando aprovar uma emenda constitucional para não ter de pagar pela desapropriação, a ser recompensada apenas com os títulos da dívida pública. Naquele período, até seus aliados históricos da esquerda o abandonaram, pois Jango havia feito uma tentativa de governo muito conciliador, visto como acovardado e traidor.

Ao se ver isolado, a partir de dezembro de 1963, começou a aprovar reivindicações históricas da esquerda. Uma esquerda mais moderada lançou

a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, com seu ministro San Tiago Dantas na liderança, com vistas a conseguir a manutenção do mandato e do governo pelas vias democráticas. Esse movimento era menos radical do que a Frente de Mobilização Popular, de Leonel Brizola e Miguel Arraes, que organizava comícios e passeatas com sindicalistas que ameaçavam fazer greve geral caso os parlamentares não aprovassem ao menos a reforma agrária. Ao perder a votação, a Frente ficou com receio de se tornar refém de militares após um golpe, com a oposição crescendo com os governadores de São Paulo, Ademar de Barros, e da Guanabara, Carlos Lacerda.

Os trabalhadores e as organizações sociais obtiveram mais espaço nas decisões do país, aumentando a ojeriza ao presidente pelos setores mais conservadores da sociedade, que já orquestravam a sua deposição: militares, políticos, empresários, latifundiários, Igreja Católica e conglomerados midiáticos – especialmente as famílias Marinho, do Grupo Globo, Frias, do Grupo Folha, e Mesquita, do Grupo Estado. Jango falava, em plena Guerra Fria, sobre modificações profundas em diversas instâncias da sociedade com suas reformas de base, transparecendo para os conservadores que a ameaça comunista era real.

Esse período opunha não apenas Estados Unidos e União Soviética, capitalismo e socialismo, mas também bem e mal, cristianismo e ateísmo. Os que não pensavam em Goulart como um comunista, inimigo do bem, rotulavam-no de administrador incompetente, incapaz de gerenciar as disputas políticas da época. Esse ambiente belicoso no qual João Goulart circulava foi se acirrando desde 1961, com intervenção estadunidense, campanhas anticomunistas e difamatórias do IPES e do IBAD, articulações das Forças Armadas e manobras de políticos conservadores. Os empresários, a Igreja Católica e os meios de comunicação entraram em cena, porém, depois de alguns momentos decisivos. Alice Koshiyama (1988) enumera três dos acontecimentos que fizeram o golpe possuir apoio e legitimidade suficientes: Comício das Reformas, em 13 de março; Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março; Revolta dos Marinheiros, em 26 de março. Jorge Ferreira (2003) fala ainda do discurso no Automóvel Clube, em 30 de março.

O golpe começa a bater às portas do presidente, de fato, após o seu famoso Comício das Reformas na Central do Brasil, com as presenças de José Serra, líder da União Nacional dos Estudantes, Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e Leonel Brizola, agora deputado federal, que clamou pelo fechamento do Congresso Nacional. A reação ao comício veio através da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, unindo as alas conservadoras, com apoio da religião católica, para criticar Jango e seus aliados, com participação ativa de Auro de Moura Andrade, presidente do Senado que declarou vaga a Presidência da República. Dias depois, o presidente apoiou a Revolta dos Marinheiros, que exigia melhores condições de carreira e democracia dentro do exército, manifestação que fez o ministro da Marinha exigir a prisão dos revoltosos. Quando ouviu a negativa de Goulart, demitiu-se, com os militares bradando que o presidente apoiava a subversão à hierarquia dentro das Forças Armadas.

Essa revolta é apontada muitas vezes como o ponto fulcral para o golpe, junto do discurso contundente de Jango aos sargentos no Automóvel Clube, quando defendeu a possibilidade de eles se candidatarem aos cargos legislativos, exigência já manifestada e repercutida em setembro de 1963 com a Revolta dos Sargentos. Nas palavras de Almeida (2014, p. 88), “não se deve interpretar a ‘grande rebelião’ apenas como um problema institucional de hierarquia e disciplina. Para a compreensão desse acontecimento histórico, temas como cidadania e direitos humanos se tornam de suma importância”.

O dia de 31 de março iniciou com o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* pregando a deposição de Jango, com Auro de Moura Andrade exigindo apoio das Forças Armadas para restaurar a ordem do país, através de uma intervenção contra o presidente. João Goulart teve conhecimento da movimentação das tropas do general Olímpio Mourão Filho, de Juiz de Fora, no meio da tarde, quando a locomoção nas ruas estava restrita, com os transportes públicos paralisados, uma vez que os golpistas controlavam ferrovias, rodovias e aeroportos.

Se a esquerda não cedesse, teria de enfrentar ainda os EUA com seu poder bélico, que estavam prontos para deflagrar a Operação Brother Sam

na costa brasileira, planejada há anos. O presidente não aceitou as negociações e viajou no dia seguinte até Brasília e depois para Porto Alegre, alardeado como uma fuga pelos opositores. A oficialização do golpe para o país aconteceu em 2 de abril, com a declaração de Auro de Moura Andrade de vacância do cargo de presidente, em virtude do “abandono” do governo pelo chefe de Estado, empossando Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, e criando uma Junta Militar para garantir que os opositores não se insurgissem contra o novo governo.

Os conservadores de diversos setores da sociedade, segundo Alice Koshiyama (1988), usaram as armas para acabar com os sonhos e os discursos reformistas da esquerda, embora considerem que Goulart e seus apoiadores poderiam dar um golpe por causa dos seus ideais. Tudo se justificaria pela ameaça da ditadura comunista, da iminente onda vermelha, orquestrada sobretudo pela figura de Arraes, Brizola e Jango. Para Carlos Fico (2004, 2005), houve três motivações para os militares implementarem o golpe: a desordem administrativa e a política proporcionada pelo presidente; o perigo comunista e esquerdista em geral; e os ataques à hierarquia e à disciplina dos militares, especialmente à moral e aos bons costumes, com conivência de João Goulart. Tudo isso sob a circunstância das transformações estruturais do capitalismo brasileiro em um contexto de Guerra Fria, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcavam o governo de Jango, além da propaganda política pelo IPES e IBAD e da própria índole dos militares, pois, apesar da importância da desestabilização, nada seria possível sem eles.

#### **4.2 Mídia como ator dos embates**

O golpe começou a ser articulado desde 1961, especialmente com a grande mídia apoiando os conservadores golpistas ao preparar um ambiente favorável para isso, ou seja, acusando o presidente de deixar o país em meio a uma crise econômica e política, além de planejar o fim da democracia com um golpe comunista iminente, com exceção do veículo esquerdista *Última Hora*, de Samuel Wainer. Quando o golpe aconteceu, em 1964, os meios de

comunicação já haviam desenvolvido um clima no qual era não apenas inevitável, mas necessária para a deposição do presidente (Koshiyama, 1988; Delgado, 2010; Ferreira; Gomes, 2014; Machado, 2014; Ridenti, 2014).

A posição dos veículos jornalísticos contra Jango estava incrustada tão fortemente que não se modificou após a sua derrubada e exílio, mas apenas quando faleceu em 1976, na Argentina. O rádio foi o primeiro veículo a trabalhar com discursos políticos articulados contra o presidente e suas reformas, através da Rede da Democracia, que reunia Roberto Marinho, da Rádio Globo, Nascimento Brito, da Rádio Jornal do Brasil, e João Calmon, da Rádio Tupi. Das ondas do rádio, essa propagação difamatória foi parar nas páginas dos jornais desses e de outros empresários da mídia.

Em uma investigação minuciosa dos editoriais e dos textos opinativos dos grandes jornais no período de 1961 até 1964, Juremir Machado (2014) defende que o golpe de 1964 não pode ser expressado como militar ou civil-militar, mas como midiático-civil-militar, uma vez que, sem o trabalho da imprensa, a deposição do presidente não teria legitimidade. Esse ambiente propício foi construído diariamente ao se falar à população o que pensar sobre Jango e suas propostas, enfatizando tudo que havia de negativo e até inventando o que não existia, com jornalistas chegando ao ponto de chamá-lo de bêbado para desqualificá-lo. A mídia, de modo geral, acusava João Goulart e seus aliados de terem exagerado na propaganda e provocado os militares. Em livre analogia, o autor supracitado diz que seria o mesmo que culpar uma mulher violentada por vestir-se com uma minissaia, como se ela estivesse provocando o estuprador e isso justificasse o crime, e afirma ainda que existia quem defendesse tal absurdo na proporção em que os meios de comunicação sustentaram o golpe.

Após anos de desqualificação, a reação dos aliados do presidente veio tardiamente e de modo inadequado, no dia 1º de abril, com fuzileiros janguistas impedindo a circulação dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*. Os conservadores foram mais enfáticos ao depredarem o *Última Hora*, único jornal apoiador de Jango e de seus ideais, tendo em vista que surgiu no período de Getúlio Vargas como reduto da esquerda na imprensa. A pouca profissionalização dos jornalistas na época contribuiu para o

apoio e a estruturação do golpe (Machado, 2014). No início da segunda metade do século XIX, os jornais eram compostos por literatos, artistas e “pseudofilósofos”, que se viam como intelectuais com a função de ensinar a população por meio da perspectiva dominante. A mídia não podia suportar um presidente que legalizaria o Partido Comunista, que permitiria que os analfabetos votassem e que aumentaria o ingresso de jovens na universidade, além de realizar as reformas de base profundas na sociedade. Essas ações “comunistas”, evidentemente, criariam um caos social.

Mesmo que seja inegável que a imprensa colaborou ativamente com a deposição do presidente em 1964, no período de repressão da ditadura militar, muitos se mantiveram na oposição desde os primeiros momentos, com praticamente todos se voltando contra os militares após a censura e a violência impostas pelo AI-5. A obra de Thereza Alvim, “O golpe de 1964: a imprensa disse não”, de 1979, tenta apagar um passado que se tornou doloroso para os jornalistas atualmente renomados, que se tornaram balaútes da profissão justamente por terem criticado ferrenhamente o regime autoritário durante sua execução, como Alberto Dines, diretor do *Jornal do Brasil*, Antonio Callado, Carlos Castello Branco, diretor da sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília, e Carlos Heitor Cony, do *Correio da Manhã*. Juntaram-se a eles escritores renomados como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga e Rubem Fonseca, que participou até do IPES.

Em poucos momentos da história, jornalistas e intelectuais comprometidos com a democracia e “campões da resistência” elogiariam nessa medida a derrubada de um presidente legítimo, tornando-se “serviçais do golpe militar”, em expressão de Juremir Machado (2014). Enquanto Alberto Dines exaltava os primeiros dias heroicos do novo presidente, Antonio Callado errava sua previsão ao defender que as Forças Armadas respeitariam os mandatos dos atuais políticos, a soberania do Congresso Nacional e as exigências do poder civil, que estariam ameaçados por João Goulart, o legítimo presidente que foi deposto. Callado errou rudemente em tudo. Os militares fecharam o Congresso, cassaram direitos políticos, acabaram com a eleição direta e prenderam, exilaram, torturaram e assassinaram diversos civis, cerceando, inclusive, diversas liberdades.

Mesmo durante a ditadura, quando se tornaram críticos e opositores, os veículos jornalísticos justificavam o injustificável, ou seja, suas atitudes anteriores ao desmerecer Jango e seu governo. Por vezes, retornaram à ideia de que o presidente poderia dar um golpe, que ele estava transformando o país semelhante demais a Cuba, que o comunismo batia à porta da frente do Brasil, pelas mãos do presidente.

Carlos Heitor Cony, que considerava o primeiro ditador, Castello Branco, “simpático” e a esquerda “um aglomerado de imbecis”, admitiu que aquele recente governo fracassara, pois condenava todos sem direito à defesa, algo que não acontecia nem em Cuba – embora enfatizasse que não defendia o regime imposto por Fidel Castro. Ainda em 1964, entretanto, Cony pediu que os militares voltassem aos quartéis para que o povo pudesse ir às urnas. Dessa vez, ele não foi ouvido. Por causa dele e dos seus colegas de profissão, que se eximiram da culpa, foram necessários 25 anos para isso. Segundo Machado (2014, p. 100), em referência aos escritores e aos jornalistas, “com uma resistência assim não há ditadura que se preocupe”.

É verdade que alguns jornais e jornalistas se tornaram oposição após perceberem que o golpe apoiado por eles estava se tornando uma inevitável ditadura militar, um regime autoritário e não democrático, com: a posse do primeiro presidente militar, Humberto Castello Branco; o AI-2, que promovia, entre outras decisões, a eleição indireta para presidente da República que passava a ter poderes totais e a extinção dos partidos políticos ao inaugurar o bipartidarismo; as denúncias de torturas, assassinatos e outros crimes pelos agentes do Estado. Porém, foi com o AI-5, que oficializou, quatro anos depois, a censura nas redações jornalísticas, que as empresas jornalísticas e seus profissionais se opuseram aos militares e começaram a construir uma nova narrativa sobre suas ações nesse período.

Os jornalistas, portanto, aliaram-se aos militares, aos políticos, aos empresários, aos latifundiários, aos católicos e aos setores conservadores da sociedade brasileira para desqualificar o presidente Goulart, especialmente pelas suas propostas de reformas de base, consideradas: antimodernas, inexecutable, demagógicas, populistas e, sobretudo, comunistas. Os veículos jornalísticos da época, com destaque para os jornais impressos e as emissoras de

rádio, criaram um ambiente favorável aos golpistas, e contrário ao presidente e aos seus aliados, com a propagação do perigo iminente de um golpe comunista liderado por Jango e suportado por Arraes e, sobretudo, por Brizola. Até hoje, existem os ecos de que “nossa bandeira não será vermelha”. Dois séculos depois do Manifesto Comunista, o fantasma do comunismo ainda está presente no Ocidente e assombra os conservadores.

Um dos jornais mais ferrenhos apoiadores dos golpistas, o *Correio da Manhã* publicou os famosos editoriais “Basta!” e “Fora!”, embora, logo após a deposição do presidente e o início da ditadura, o jornalista Márcio Moreira Alves tenha iniciado uma série de denúncias contra as ações repressoras e opressoras dos militares, com o veículo divulgando diariamente listas e reportagens sobre presos e torturados. A imprensa não realizou ampla cobertura da repressão e do totalitarismo contra todos os que se opunham à ditadura militar, com exceção do *Correio da Manhã*, que perderia publicidade e fecharia ainda durante esse período.

O jornal foi seguido, no apoio ao golpe, pelos outros grandes veículos da época: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* estão entre os jornais que perderam os “escrúpulos” ao usar suas páginas para insultar cotidianamente o presidente e a esquerda. Valia tudo, como mentir, caluniar, difamar, deturpar, manipular e até brigar com os fatos; e, para Machado (2014), a mídia sempre acredita nas mentiras que ela mesma cria e dissemina. Ainda que o *Correio da Manhã* tenha produzido os textos mais repercutidos nos últimos dias pré-golpe, em apoio aos militares e aos conservadores que desejavam a deposição de Jango, os demais jornais não podem se eximir da culpa que possuem, pois foi uma orquestração midiática em nível nacional, com todos atacando o presidente e suas reformas. De maneira mais espúria, até cobraram dos militares uma intervenção dita como necessária para salvar o país ou colocar ordem nele.

O jornal *Tribuna da Imprensa* era do político e jornalista Carlos Lacerda, fundador da UDN e principal opositor de Jango desde a época em que criou o veículo para combater o getulismo – e Vargas era o padrinho político de João Goulart. Em seu jornal, Lacerda chegou até a mentir, como

quando disse que o presidente era o maior latifundiário do país, embora defendesse a reforma agrária, e que havia comprado mais de 500 mil hectares de terras, equivalentes a praticamente cinco vezes o estado da Guanabara, hoje cidade do Rio de Janeiro.

Durante a ditadura militar, a *Folha de S. Paulo* ainda ficou marcada pelas suas caminhonetes incendiadas em 1971, emprestadas aos militares para carregar civis e militantes para prisão, onde eram interrogados, torturados e assassinados. O proprietário do jornal, Otávio Frias de Oliveira, em 22 de setembro de 1971, defendeu a ditadura, que já tinha sete anos, e negou não apenas a existência de torturas e assassinatos no país, mas também de presos políticos. Ainda em 1956, o jornal apoiou os militares desejosos por impedir a candidatura e a posse de Juscelino Kubitschek.

Se o veículo não se ajudava anteriormente, hoje, não está muito diferente. Em editorial de 17 de fevereiro de 2009, ao atacar o governo de Hugo Chávez na Venezuela, disse que o Brasil passou por uma “ditabranda” por ter vivenciado disputas políticas com acesso à justiça de 1964 até 1985. A reação de intelectuais e militantes fez que o jornal admitisse o erro 20 dias depois, em 8 de março, ainda que reiterasse algumas críticas. Considerando apenas o viés político e somente em 1964 – e não os atos contra os direitos humanos durante as duas décadas de truculência e violência militar –, o saldo do golpe apoiado pela *Folha*, apenas nesse ano, contabiliza: mais de 400 mandatos cassados, os três últimos presidentes exilados e sem direitos políticos, seis governadores e mais de 50 deputados federais despojados do cargo, além da posse ilegítima do presidente. Mais de 4.400 pessoas aposentadas, quase 1.500 demitidas do serviço público e três mil punidas com alguma sanção. Os números são de somente um ano de “ditabranda”.

O jornal *O Globo* foi um dos mais entusiastas do golpe de 1964, pois levaria o país para uma verdadeira democracia, um retorno à legalidade que estava sendo perdida devido às “ameaças comunistas” do presidente e dos seus apoiadores. A retratação, no entanto, veio apenas quase 50 anos depois, em 30 de agosto de 2013, mesmo que o jornal tente justificar a posição que escolheu, por causa da invasão à redação pelos fuzileiros janguistas e da instabilidade política proporcionada pelos apoiadores de João Goulart.

A “revolução”, nomenclatura que usavam à época, passa a se chamar “golpe”, e o novo editorial enfatiza isso como um avanço que demorou cinco décadas. O texto expõe que Roberto Marinho, proprietário do Grupo Globo no período, em seu editorial de 1984 que ainda reforçava o apoio ao golpe e à ditadura militar, enfatizava que a “revolução” não deveria chegar ao fim porque era necessário expurgar alguns subversores. O editorial, por outro lado, tenta contextualizar a posição do patrão, que apostou nas benfeitorias econômicas do regime autoritário, que foi defensor dos jornalistas de esquerda oprimidos no período e que atuou historicamente a favor da legalidade, como contra Getúlio Vargas em 1930 e a favor da candidatura e da posse de Juscelino Kubitschek em 1955.

A participação de *O Estado de S. Paulo*, segundo Machado (2014), estaria em qualquer antologia universal produzida pelo jornalismo com caráter de infâmia, ridículo ou patético, pois evidenciava diariamente como o país só poderia melhorar com João Goulart afastado e como o veículo faria de tudo para isso, isto é, ajudaria da melhor maneira possível a evitar que se consumasse toda a ameaça que o presidente encarnava. O golpe só podia representar o otimismo e a confiança no futuro para o mundo inteiro, uma vez que 1964 representava o fim de uma ditadura, e não 1945, em referência ao Estado Novo proclamado por Getúlio Vargas, padrinho político de João Goulart. As páginas em branco, as receitas e os poemas publicados durante a ditadura militar revelariam que erraram em excesso.

Os veículos estadunidenses *The New York Times* e *Washington Post*, pressionados pela cúpula do governo do seu país, também criticaram João Goulart e seus planos de governo, contudo, não deixaram de apontar os excessos, os erros e os crimes da ditadura militar recém-instaurada. Entre os motivos para a deposição de Jango disseminados, estariam caos e inflação crescente, quebra de hierarquia dos militares, avanço comunista e ampliação exagerada dos benefícios populares, além do seu exacerbado populismo – getulismo ou janguismo.

Mesmo assim, havia uma diferença entre o que os jornais pregavam e o que o público entendia, como nos casos da reforma da Constituição Federal para eleição de sargentos; da iminente ameaça e golpe comunista;

da quebra de hierarquia nas Forças Armadas; do apoio às greves sindicais e às reformas de base, especialmente a agrária; da reeleição de João Goulart; da exigência de uma intervenção por parte dos militares contra o governo de Jango. Porém, a imprensa foi fundamental para difundir, alicerçar e legitimar o golpe ao reforçar o pensamento dos grupos golpistas conservadores.

Em determinada medida, não só os militares buscam virar a página para esquecer e apagar; muitos jornalistas também não gostam de recordar seu apoio e contribuição direta na derrubada de um presidente legítimo. Segundo Dias (2013, 2014), os grandes veículos jornalísticos apoiadores do golpe aproveitaram os momentos de rememoração para se apresentarem como defensores da democracia. A mídia hoje não apenas reconstitui os acontecimentos que não estão mais presentes, mas reescreve a sua história no que já passou, editando aquilo que não deseja ver conhecido ou disseminado. “A mídia não narra a história, tenta escrevê-la antes, durante e, principalmente, depois dos acontecimentos, (...) não canta os resistentes e suas tragédias, mas os donos de poder e suas glórias interessadas” (Machado, 2014, p. 149).

Nos primeiros dias após o golpe, houve alguns acontecimentos relevantes para a ditadura militar. Em 2 de abril, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, decretou vaga a Presidência da República e empossou o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, como interino. Dois dias depois, João Goulart se exilou e se refugiou no Uruguai, não retornando mais em vida para o país. Em 9 de abril, dez dias após a deposição de Jango, o primeiro Ato Institucional foi promulgado e, seis dias depois, Castello Branco foi empossado como o primeiro dos cinco presidentes militares da ditadura de mais de duas décadas. Em 1968, a promulgação do AI-5 deflagrou o enrijecimento do golpe, com o fechamento do Congresso Nacional, totais poderes ao presidente e censura aos meios de comunicação e aos produtos culturais, além da censura à propagação das torturas, desaparecimentos e assassinatos.

Os agentes apoiadores da ditadura militar, ao menos boa parte deles, defendem que aquele era para ser um período transitório, que acabou se estendendo por causa dos militantes de esquerda (armada), identificados

como terroristas e guerrilheiros. Esses defensores chegam a dizer que o período de maior violência ocorreu como uma resposta às ações das esquerdas que cresciam no país, embora essa assertiva não possa ser considerada completamente, pois as violações de direitos humanos existiam desde 1964. Os galpões do regime autoritário não se restringiram a curto período violento. O próprio Carlos Lacerda, antes apoiador e fomentador do golpe, criticaria o modo como a ditadura seria administrada, não sendo mais temporária, frustrando suas pretensões de ascender à Presidência da República.

Essa perspectiva ameniza o ato da deposição de João Goulart e a própria ação dos militares, que só endureceriam o regime autoritário por causa da guerrilha e da luta armada, desconsiderando que pessoas eram agredidas e mortas. Em 1964, já existiam cassações, prisões, exílios, torturas, desaparecimentos, assassinatos e diversas formas de violações contra os direitos humanos, que ficaram marcadas como representativas das mais de duas décadas da ditadura militar. O que houve foi que o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, comandou o país por 13 dias, de 2 a 15 de abril, quando Castello Branco foi eleito pelo Congresso Nacional de maneira indireta, permanecendo até 14 de março de 1967. Depois, sucederam-se no comando Arthur da Costa e Silva, que fica no governo por dois anos, de 1967 até 1969; Emílio Garrastazu Médici, de 1969 até 1974; Ernesto Geisel, de 1974 até 1979; e João Figueiredo, de 1979 até o fim da ditadura militar, em 14 de março de 1985.

Machado (2014) revela que no Rio Grande do Sul, em Itaqui, até um campo de concentração foi construído para colocar os comunistas brasileiros julgados pelos militares. E isso ocorreu antes do AI-5, portanto, antes da luta armada, das guerrilhas e de todas as formas de resistência e reação ao terrorismo imposto pelos militares. Essas reações surgiram por causa das repressões militares e não o inverso; em outras palavras, a ditadura não se tornou mais autoritária por causa da (re)ações da esquerda e dos militantes, mito amplamente divulgado pela imprensa. Carlos Fico (2004, 2005) explica que, longe de ser um “golpe dentro do golpe” por causa da crescente esquerda, o AI-5 representou o amadurecimento natural do processo, que vinha desde a deposição do presidente.

### 4.3 Comissão nacional da verdade como agente memorial

Em 1979, foi decretada a Lei nº 6.683 ou da Anistia, que permitia o retorno ao país dos brasileiros exilados e condenados, sem julgamento, além dos que cometeram crimes políticos e afins, desde três anos antes do golpe, fossem militares ou militantes presos e perseguidos. Até hoje, somente os torturados foram naturalmente punidos no Brasil sem nenhuma justiça ou possibilidade de defesa, enquanto os torturadores estão impunes, não podendo ser julgados devido à Lei da Anistia ampla e irrestrita. Assim como os crimes contra os direitos humanos dos militares, Machado (2014) defende que os erros dos veículos jornalísticos cometidos por ideologia ou apuração duvidosa também não deveriam prescrever. Hoje, 50 anos depois, a mídia ainda não foi julgada pelos seus crimes, sequer publicaram uma manchete coletiva: “ERRAMOS”. Isso não anularia ou apagaria, todavia, a tragédia de mais de duas décadas que ajudaram diretamente a estabelecer e a perpetrar.

Em 18 de novembro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.527, de Acesso a Informações Públicas, e a Lei nº 12.528, para a criação da Comissão Nacional da Verdade. Em 16 de maio de 2012, o Decreto nº 7.724 regulamentou as leis, sendo assinado pela presidenta e com a CNV instalada. Essas podem ser consideradas leis memoriais, tornando-se, especialmente a última, reais agentes e atores nas guerras de memórias, juntas, em alguma medida, à Lei da Anistia, que concede perdão amplo e irrestrito a todos que cometeram crimes em decorrência de ideologia e política de 1961 até o dia de sua promulgação.

A Lei de Acesso a Informações Públicas visa pôr fim ao sigilo eterno de documentos públicos, estabelecendo o tempo máximo de 50 anos para que toda informação seja acessível por qualquer indivíduo, mesmo aquelas classificadas como ultrassecretas – existentes em três situações: ameaça à soberania nacional, integridade do território e risco às relações internacionais. A proposta, enviada ao Congresso Nacional ainda na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009, padroniza o acesso a informações públicas no país, obrigando as instâncias federais, estaduais e municipais a

disponibilizarem os documentos requisitados por todo cidadão brasileiro. Os estados e municípios tiveram 180 dias – desde a publicação da lei até o seu decreto de regulamentação – para estarem aptos a garantir o acesso a essas informações públicas quando solicitadas. Observa-se uma relação próxima dessa lei com a Comissão da Verdade, pois nenhum material contendo violações dos direitos humanos, inclusive da ditadura militar, deve ser mantido sob sigilo em nenhuma circunstância.

A Comissão Nacional da Verdade, por sua vez, investigou e tornou públicas as violações contra os direitos humanos, de 1946 e 1988, cometidas pelos agentes do Estado no Brasil. A primeira proposta para sua implantação foi realizada ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, em dezembro de 2009. Até sua aprovação no final de 2011, o texto teve várias transformações, sobretudo por causa dos militares, que exigiam a inserção dos atos da luta armada pelos movimentos de esquerda na averiguação da CNV e temiam um revanchismo e uma visão unilateral dos fatos.

Formada por sete membros nomeados pela presidenta Dilma Rousseff, com advogados, escritores, ex-ministros, professores e psicanalista, a Comissão produziu um relatório das violações descobertas ao final de dois anos de trabalho, previsto para ser publicado em maio, mas adiado para dezembro de 2014, quando as suas atividades foram concluídas. A intenção era efetivar o direito à memória nacional e à verdade histórica, apenas no âmbito da investigação e divulgação dos dados, não tendo poder punitivo – nem sugestivo para punição. Durante os dois anos de averiguação, os integrantes tiveram acesso a todo documento em poder do Estado, além de convocar para depor, mesmo não obrigatoriamente, qualquer cidadão.

No dia 10 de maio de 2012, seis dias antes da instalação e efetivação da comissão, a presidenta revelou os seus sete integrantes: Cláudio Lemos Fonteles, procurador-geral da República de 2003 e 2005; Gilson Lagaro Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça de 1998 até 2014; José Carlos Dias, advogado e ministro da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso; José Paulo Cavalcanti Filho, advogado, escritor e ministro da Justiça no governo de José Sarney; Maria Rita Kehl, jornalista e psicanalista;

Paulo Sérgio Pinheiro, professor e pesquisador de Ciência Política da Universidade de São Paulo; e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada, escritora e professora da Universidade Federal Fluminense. Fonteles renunciou em 17 de junho de 2013, sendo substituído por Pedro Dallari, advogado e professor da Universidade de São Paulo.

Em 10 de dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade publicou o relatório final em três volumes, sem poder punitivo, porém, com reconhecimento e reparação histórica das violências perpetradas pelos agentes oficiais do Estado, sobretudo durante a ditadura militar. O relatório foi dividido em três volumes: o primeiro em 976 páginas, com cinco partes e 18 capítulos, sobre aspectos estruturais e conjunturais da CNV e dos períodos em que os crimes foram cometidos pelos agentes do Estado, com seus métodos e práticas detalhados; o segundo, com nove textos temáticos em um total de 416 páginas; e o terceiro, com praticamente duas mil páginas sobre os mortos e desaparecidos políticos.

Foram divulgados cassações, prisões, exílios, torturas, desaparecimentos, mortes e ocultações de cadáveres, além de identificadas circunstâncias, estruturas, instituições e locais relacionados às violações desses direitos humanos, modificando, dessa maneira, partes da história oficial encobertas pelos militares, no caso da ditadura de 1964 até 1985. Entre os dados principais, constam 434 civis, desaparecidos e mortos, e 6.591 militares perseguidos, sendo 3.340 da Aeronáutica e 2.214 da Marinha, com 230 locais para essas violações, sendo 39 no Rio Grande do Sul e 38 no Rio de Janeiro.

O primeiro volume trata, inicialmente, da CNV, desde a sua criação até as suas atividades, ainda que a ênfase esteja nos crimes contra os direitos humanos. A estrutura do Estado e o histórico em que essas violações aconteceram são detalhados na identificação dos locais e das instituições e dos órgãos do Estado que proporcionaram os crimes, com relações e conexões internacionais, especialmente com os Estados Unidos. O relatório detalha os métodos e as práticas dos agentes públicos, desde tortura, desaparecimentos, execuções e violências sexuais até crimes específicos contra crianças e adolescentes. Por fim, alguns casos emblemáticos são apresentados,

com um capítulo apenas para a Guerrilha do Araguaia e outro para a atuação do Poder Judiciário na época da ditadura militar.

O volume seguinte apresenta textos temáticos sobre essas violações dos direitos humanos ao relacionar: militares, trabalhadores, camponeses, igrejas cristãs, povos indígenas, universidades, homossexuais, além dos civis que colaboraram com a ditadura e daqueles que resistiram, com ênfase aos movimentos artísticos, culturais, estudantis, religiosos, sindicais e trabalhistas. As censuras aos livros e, sobretudo, aos jornais e às revistas de caráter alternativo também são mencionadas. O terceiro volume do relatório possui detalhes sobre os 434 desaparecidos e mortos, desde 1950, por motivações políticas e ideológicas, com especial atenção ao período da ditadura militar, uma vez que apenas os 11 primeiros aconteceram antes do início do golpe de 1964. Nas quase duas mil páginas, existem informações básicas, como nome da vítima e de seus pais, data e local de nascimento e de morte ou desaparecimento, atuação profissional e organização da qual fazia parte, além de uma imagem da vítima.

Com média de quase cinco páginas para cada desaparecido ou assassinado, o livro traz a biografia, as informações sobre o crime até o início da CNV, as circunstâncias da morte, o local do desaparecimento ou da morte, a identificação da autoria após os trabalhos recentes de investigação e as fontes principais consultadas. Apresenta ainda documentos, as mais de 600 pessoas ouvidas nas mais de 100 audiências e sessões públicas, além dos relatórios preliminares; por fim, as conclusões e as recomendações da equipe.

No último capítulo do primeiro volume do relatório, que identificou praticamente 400 agentes do Estado envolvidos em alguma medida nesses crimes contra os direitos humanos, a CNV fez 29 recomendações para que violações dessa natureza não ocorram novamente, entre as quais: reconhecimento pelas Forças Armadas de sua responsabilidade; julgamento criminal, civil e administrativo dos agentes públicos; proibição de eventos oficiais em celebração ao golpe e à ditadura; promoção da democracia e dos direitos humanos nos currículos das escolas civis, para crianças, jovens e adultos, e militares; desmilitarização das polícias estaduais; criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura; preservação das memórias dessas violações;

abertura total dos arquivos da ditadura militar; prosseguimento das localizações e identificações das vítimas; além das mudanças e revogações de algumas normas, como a Lei da Anistia e a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, ou Lei de Segurança Nacional.

A sétima recomendação exigia um posicionamento para correção dos óbitos e causas de morte das vítimas. Os presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart tiveram seus casos reabertos nesse período. A morte de Kubitschek ainda é uma controvérsia, uma vez que a CNV publicou no relatório final que foi acidental, pois não há provas suficientes para afirmar e confirmar o inverso, enquanto a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, da cidade de São Paulo, defende que os documentos permitem responsabilizar os agentes militares pelo acidente de carro que vitimou o ex-presidente em 22 de agosto de 1976.

O presidente João Goulart morreu em 6 de dezembro de 1976, na Argentina, vítima de um ataque cardíaco. Essa versão oficial, contudo, nunca foi completamente aceita. Em 27 de janeiro de 2008, uma reportagem (Goulart..., 2008) da *Folha de S. Paulo* trouxe uma entrevista com Mario Neira Barreiro, ex-agente do serviço de inteligência do governo uruguaio, revelando que Jango foi envenenado a pedido do governo brasileiro. A Comissão Nacional da Verdade, após fortes indícios de envenenamento do presidente pelos militares, solicitou a exumação do seu corpo, que aconteceu em 13 de novembro de 2013. O resultado foi inconclusivo, tendo em vista que a substância já teria se deteriorado.

O desaparecimento de Rubens Paiva esteve entre os casos investigados, uma vez que o deputado federal foi cassado logo após o golpe de 1964. A Comissão Nacional da Verdade revelou que o político foi assassinado no DOI-CODI do Rio de Janeiro e seu corpo jogado em um rio. A oculação teve a participação de diversos militares na ação, como os já falecidos Júlio Miguel Molinas Dias, ex-comandante do DOI-CODI do Rio de Janeiro, e o agente Antônio Fernando Hughes de Carvalho, além do coronel da reserva Raymundo Ronaldo Campos, que confessou a participação na oculação do corpo, do coronel Ronald Leão e do major José Antônio Nogueira Belham, então diretor do DOI-CODI, que negou em depoimento

a participação, uma vez que estava de férias, ainda que um documento do Ministério do Exército revele que o militar cancelou as férias e recebeu diárias para uma viagem de caráter sigiloso no dia da morte de Paiva. O Ministério Público Federal denunciou, ainda em 2012, quatro militares, além de Belham e Campos, os irmãos e ex-sargentos Jacy e Jurandyr Ochsendorf, adicionando, em 2014, o nome do coronel Rubens Paim Sampaio, ex-integrante do Centro de Informações do Exército.

A estilista internacional Zuzu Angel, mãe do militante Stuart Angel, desaparecido e morto em 1971, faleceu em um acidente de carro na madrugada de 14 de abril de 1976. A versão oficial foi contestada, inclusive pelos EUA, em documento de 10 de maio de 1976, e revelado apenas em 2013. Cláudio Antônio Guerra, ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, publicou um livro em 2014 em que confessou a participação na morte da estilista e apresentou uma foto do falecido coronel Freddie Perdígão Pereira próximo ao suposto acidente. A imagem foi utilizada pela CNV como prova da ligação dos militares na morte de Zuzu.

O coronel reformado do exército Paulo Malhães admitiu a participação em tortura, assassinato e ocultação de cadáver – inclusive de Rubens Paiva –, além de revelar que essas práticas eram de total conhecimento dos militares com alta patente. O ex-major do Corpo de Bombeiros Valter da Costa Jacarandá confessou que participou de torturas com choque elétrico e pau de arara. O escrivão da polícia Manoel Aurélio Lopes, de 1969 até 1978, revelou que as torturas eram constantes no DOPS e no DOI-CODI de São Paulo, com os presos forçados a se equilibrar em latas de leite e electrocutados na “cadeira de dragão”.

Outros dois militares bastante acessados pela Comissão Nacional da Verdade foram o major da reserva Sebastião ‘Curió’ Moura, sobretudo por causa dos seus documentos sobre a Guerrilha do Araguaia, que ajudou a aniquilar, e Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido como violentador em diversas ocasiões, chegando a ser condenado como sequestrador e torturador em 2008. Durante seus depoimentos à CNV, gritou e defendeu que as mortes aconteceram em combate e que não houve tortura, ao menos não com seu conhecimento.

O caso mais emblemático é o do jornalista Vladimir Herzog, que se tornou o “marco da resistência política” (Dias, 2015). Enforcado com o próprio cinto, morreu no DOI-CODI de São Paulo em 25 de outubro de 1975. A versão oficial de suicídio nunca convenceu, não só porque seus familiares e amigos relataram que Herzog nunca demonstrou predisposição física e mental para tal ato, nem mesmo durante a prisão, e ainda tendo em vista que o jornalista estava com os joelhos no chão, impossibilitando o suicídio. Em 24 de setembro de 2012, o registro de óbito foi retificado, passando a constar que a “morte decorreu de lesões e maus-tratos” e explicitando exatamente o local: “em dependência do 2º Exército-SP”, conforme pedido da Comissão Nacional da Verdade. A Justiça reconheceu a culpa dos militares em sua morte, alterando a história oficial e realizando uma revisão desse recente passado trágico.

Em trabalho anterior (Martins; Moura, 2014), verificou-se como dois dos maiores jornais do país, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, posicionaram-se discursivamente sobre o caso da mudança de óbito do jornalista Vladimir Herzog, o mais emblemático da ditadura militar e um dos primeiros acontecimentos a compor esse momento de reparação histórica ao se (re) discutir o passado recente mais controverso do Brasil. Antes dos trabalhos da CNV, a *Folha de S. Paulo* publicou “O instante decisivo”, em 5 de fevereiro de 2012, uma reportagem com Silvaldo Vieira, o fotógrafo da célebre imagem de Herzog morto.

O caso do jornalista Vladimir Herzog sempre pareceu interessar ao jornal de São Paulo. Dias (2015) aponta, por exemplo, que o veículo não emitia opinião desde poucos anos após o início da ditadura militar, inclusive, suprimindo o espaço antes destinado ao editorial. Todavia, após um ato ecumênico em homenagem a Herzog, voltou a publicar um texto opinativo, em 1º de novembro de 1975. O caso do jornalista ainda seria lembrado anualmente pelo jornal até 1981, lembrando a morte do jornalista em 1985, 1995 e 2005.

O engajamento fez que o veículo publicasse 18 textos, no período de 2012 até 2014, nos quais Herzog aparecia como assunto principal, três vezes mais do que o jornal carioca. A *Folha de S. Paulo* assumiu posições

claras e opiniões contundentes, enquanto *O Globo* produziu efeitos de sentido de objetividade, sobretudo com seus títulos informativos. O veículo de São Paulo criou uma narrativa na qual, além de enunciador, era também engendrador e partícipe da reparação e construção da história; a estratégia de legitimar o discurso das fontes era também uma forma de reforçar a sua credibilidade.

Esses processos de reconhecimento, revisão e reparação da história do golpe e da ditadura militar, mesmo que se intensifiquem nos últimos anos, existem e são manifestados ainda durante o período de repressão. O Grupo Tortura Nunca Mais, por exemplo, surge de forma clandestina ainda em 1976, três anos antes da Lei da Anistia, com a intenção de evidenciar as torturas, os desaparecimentos e as mortes daqueles que eram contra o regime autoritário e de fazer que o Estado se responsabilizasse pelos crimes dos seus agentes. Porém, foi apenas 11 anos depois da sua criação que o grupo foi registrado, com a sua utilidade pública reconhecida, passando a defender a legitimidade dos movimentos sociais de esquerda que combateram os militares, evitando a criminalização deles.

Em 1995, a Lei nº 9.140, dos Desaparecidos, foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para reconhecer oficialmente as prisões, os sequestros, os exílios, as torturas, os desaparecimentos e as mortes, durante a ditadura militar, como responsabilidade dos agentes do Estado. A lei propiciou ainda a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), sobre a investigação dessas violações com motivações ideológicas e políticas. Ainda assim, as vítimas eram identificadas com o auxílio dos familiares, não obrigando o Estado a realizar essas pesquisas, ou mesmo culpando os responsáveis. Após essas comprovações pelas vítimas e pelos familiares, o CEMDP indenizou mais de 300 pessoas.

A exigência por admissão e, principalmente, reparação da narrativa histórica ampliou o entendimento de que devem ser revistos os resquícios da ditadura militar em nossa sociedade. Um dos aspectos que denotam especial atenção são as alterações dos nomes de cidades, bairros, ruas, escolas, praças, pontes e demais espaços públicos, além da destruição de estátuas e de monumentos que homenageiem os militares e seus apoiadores. Durante

as revisões conduzidas por comissões da verdade ou transições de regimes políticos, disputas e negociações emergem com as versões silenciadas do passado. Os lugares de memória passam a ser questionados e até destruídos – como a estátua de Stalin em Praga e a ressignificação no Brasil dos lugares consagrados aos personagens repressores da ditadura militar.

Com base nos dados do Censo Escolar de 2012, o portal UOL aponta que 717 escolas no país homenageiam ditadores militares (Rodrigues, 2014), das quais apenas 20 são privadas e 697 são públicas, com Castello Branco em primeiro, com 347 instituições em seu nome, Costa e Silva com 209, Médici com 120, Geisel com 23 e Figueiredo com 18. Os estados da Bahia e do Maranhão possuem, respectivamente, 138 e 99 escolas em homenagem aos ditadores. Os nomes de resistência ao regime autoritário, como João Goulart e Vladimir Herzog, têm, respectivamente, 27 e 3 instituições de ensino em seu nome. Getúlio Vargas, presidente do país em duas ocasiões, nomeia 336 escolas.

Antes dos 50 anos do golpe, o Colégio Estadual presidente Emílio Garrastazu Médici, inaugurado em 1972 na cidade de Salvador, mudou seu nome, no dia 14 de fevereiro de 2014, para Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighella (Machado, 2014), em homenagem ao principal guerrilheiro e opositor da ditadura, assassinado pelos militares em 4 de novembro de 1969. Até o momento da mudança, apenas duas escolas no país recebiam o nome de Marighella, que, na instituição de ensino na capital baiana, concorreu contra o geógrafo Milton Santos para a escolha da alteração do nome, vencendo com quase 70% dos mais de 400 votos de professores, funcionários, estudantes e pais dos alunos.

Em 2015, o estado do Maranhão alterou o nome de dez instituições de ensino (No Maranhão..., 2015). O governador Flávio Dino propôs o rebatismo das escolas estaduais que reverenciavam os presidentes militares, considerados pelo político como violadores dos direitos humanos, com o novo nome escolhido pelos membros da escola. Entre os homenageados estão: o poeta e músico Vinicius de Moraes, o pedagogo Paulo Freire e o ex-governador do estado Jackson Lago.

Esse reconhecimento parte da concepção de que as cidades são os arquivos impregnados de história com os quais se interage cotidianamente, territórios carregados de memórias individuais e coletivas. Os oprimidos na ditadura militar, no caso brasileiro, normalmente, aparecem em lugares de visibilidade restrita, sem muita identificação ou informação de quem seria aquele indivíduo que o nomeia. Essas organizações, para autores como Alderman (2002) e Halbwachs (2006 [1950]), revelam as práticas políticas e histórico-culturais de uma sociedade. Os locais em que cada nome é encontrado demonstram ainda a importância que se concede a determinado personagem, pois essas distribuições marcam uma representação intencional ao preservar uma leitura histórica específica.

Em trabalho anterior (Martins; Migowski, 2016), dois mapas digitais colaborativos foram investigados, pois tratavam dos resquícios da ditadura militar em momentos de revisão histórica, o Memórias da Ditadura e o Roteiros da Consciência. Enquanto o primeiro, promovido pelo estímulo do Estado, possui três camadas distintas de conteúdos relacionados ao regime autoritário, o último, criado pelas iniciativas sociais autônomas, coloca em primeiro plano ruas que receberam nomes de mortos e desaparecidos durante a violência militar.

Esses mapas digitais, mais do que denunciar os espaços destinados aos repressores, funcionam como “lupas” ao ampliar a visibilidade daqueles que recebem menos destaque na narrativa oficial da história, com informações sobre a sua associação com a ditadura militar. As reparações, através dessas formas cartográficas específicas, concentram-se nas regiões Sul e Sudeste, com penetração no Nordeste, mas com o Norte e o Centro-Oeste aparecendo como pontos fora do eixo nessa discussão. O lastro de debates acerca da história, das memórias e das ações em torno da ditadura nesses espaços cria uma lacuna, uma hegemonia e um monopólio das regiões mais influentes geopoliticamente no país em relação às demais.

Após o preâmbulo do golpe, da ditadura e das suas ligações com a mídia da época, ao enfatizar os acontecimentos históricos e memoriais de antes e depois desses eventos, como a Comissão Nacional da Verdade, o capítulo seguinte parte para a investigação das comemorações do cinquent-

nário do golpe realizado pelos sites jornalísticos da *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, portal G1 e *Último Segundo*. O estudo de caso se perfaz em uma condição de espaço e tempo primordiais para a avaliação dos conflitos mnemônicos em um período de preponderância midiática, especialmente porque três desses sites são de grupos que já eram relevantes e apoiaram o golpe de 1964, sendo dois deles versões digitais de jornais que sustentaram o acontecimento de mais de 50 anos.



## 5. GUERRAS DE MEMÓRIAS NOS ESPECIAIS MULTIMÍDIAS

Ler o mundo na chave das conexões não elimina as distâncias geradas pelas diferenças nem as fraturas e feridas da desigualdade.

Néstor García-Canclini

Os principais jornais do país desenvolveram um ambiente propício para a derrubada de João Goulart em 1964. Cinco décadas depois, a mídia adquiriu ainda mais relevância nas sociedades, como também as memórias, com especificidades e procedimentos inovadores no espaço digital. Uma obra sobre as guerras de memórias dos 50 anos do golpe no ciberespaço aparece com uma conjunção de fatores propícios, especialmente com as produções jornalísticas digitais como estudo de caso. O objetivo principal é investigar qual é o papel da mídia e como ela cristaliza a história durante as guerras de memórias, com base nas produções do jornalismo digital nos 50 anos do golpe.

O cinquentenário foi comemorado desde o governo, com a Comissão Nacional da Verdade, e os políticos, em seus discursos no Congresso Nacional, até a mídia, de forma mais ampla, e o jornalismo, mais especificamente. Os sites jornalísticos não ficaram de fora, com alguns se valendo das possibilidades do jornalismo digital e da memória, com novas características no ciberespaço. Para isso, foram selecionados especiais de dois veículos já renomados no período do golpe e da ditadura e nos dias atuais, como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, e dois sites jornalísticos nativos digitais, sendo um deles o portal de notícias G1 – do maior grupo de comunicação do país, o Grupo Globo, uma vez que os conteúdos deste estariam disponíveis para utilização – e o *Último Segundo*, veículo jornalístico de domínio de um dos principais portais brasileiros, o iG, sem tradição e conteúdos do passado sob seu domínio.

As guerras de memórias pressupõem os conflitos de assuntos passados no presente para a conformação e constituição de uma história a partir das memórias individuais, coletivas, midiáticas e até jornalísticas. As recordações e os silenciamentos integram essas instâncias, influenciados pelas lógicas da mídia, sobretudo em comemorações históricas e conflituosas como o golpe e a ditadura militar. A investigação dessas disputas sociais é realizada por extensas observações e descrições pelas quais se obtém uma compreensão mais completa e fidedigna dos fenômenos e dos acontecimentos midiáticos.

Os procedimentos de observação e descrição são o ponto fulcral das guerras de memórias, que procuram dar conta de três aspectos, por meio de extensos detalhamentos: atores, que compreendem tanto os personagens humanos como os documentos e os demais artefatos não humanos; armas, que são as estratégias utilizadas para apresentação de uma perspectiva ou memória que visa à estabilização e à inserção na narrativa histórica; e territórios, que apresentam os assuntos e os motivos pelos vieses que são abordados. Esses territórios seriam, inicialmente, tratados como sinônimo dos campos de batalha, que, nesta obra, referem-se a outra instância: o local onde ocorrem disputas, conflitos ou guerras de memórias que visam à inclusão de sua visão de mundo na narrativa oficial. Entre os espaços para esses embates, consideram-se desde a própria política até as mídias e os jornais, de modo mais específico, neste livro, os especiais digitais em torno dos 50 anos do golpe militar.

A observação e a descrição buscam uma preservação fidedigna ao serem mantidos os acontecimentos, os atores, as cronologias e as expressões – entre aspas – do mesmo modo como foram apresentados nas produções dos especiais. Os formatos midiáticos, especialmente os históricos e os memoriais, partiram de uma descrição das estratégias desde os textos – através dos tons e dos aspectos passados – até as imagens, os áudios, os vídeos e os infográficos – com o destrinchar do conteúdo (retratação, posicionamento, narração, trilha e imagens), duração e fontes. Entre as referências e fontes, ainda foram destacados e evidenciados os jornais como agentes de memória e suas atuações naquele período e na atualidade.

## 5.1 Folha dos 50 anos do golpe

Fundado em fevereiro de 1921, o vespertino *Folha de S. Paulo*, nomeado inicialmente *Folha da Noite*, propunha a criação de textos curtos, claros e minimamente opinativos, destinados às classes trabalhadoras, uma oposição explícita a *O Estado de S. Paulo*, mais conservador e elitista (Institucional..., s./d.). Após quatro anos de publicação, foi lançado o matutino a *Folha da Manhã*. Com a mudança de proprietário, devido a Getúlio Vargas, que não queria uma imprensa de oposição, o advogado José Nabantino Ramos assumiu e realizou algumas inovações nas décadas de 1940 e de 1950. Em sua história, ficou conhecido por concursos públicos para contratar profissionais, cursos internos de jornalismo, premiação por desempenho, controle interno de erros, manual de redação e política editorial.

Na década de 1960, os três jornais foram fundidos, surgindo apenas o *Folha de S. Paulo*. Ainda assim, em 1962, a empresa foi novamente vendida. Essa nova gestão trouxe ao Grupo Folha equipamentos modernos de produção e de distribuição advindos dos Estados Unidos. Em 1968, tornou-se o primeiro veículo da América Latina a ser impresso em *offset*, e, em 1971, o jornal realizava a composição a frio pelos moldes de chumbo. Cláudio Abramo, que havia trabalhado em *O Estado de S. Paulo*, fez uma primeira reformulação gráfica em 1976. Nesse período, o grupo foi acusado pela luta armada de esquerda – posteriormente confirmado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV..., 2014) – de emprestar seus carros aos militares, o que causou a queima de três caminhonetes e ameaças ao dono do jornal, que publicou alguns editoriais em resposta ao “banditismo” – expressão para se referir aos integrantes da luta armada contra a ditadura militar.

Na década seguinte, o jornal foi pioneiro no Brasil na instalação de computadores e na informatização da redação, na utilização de infográficos em suas publicações, na edição, em 1984, de um manual de redação – compondo um conjunto de normas e compromissos que guiam os profissionais do veículo, sendo o primeiro também a disponibilizá-lo ao público, tornando-se referência para jornalistas, estudantes e curiosos da área – e, na contratação, em 1989, do primeiro *ombudsman* – profissional encarregado

de criticar o próprio veículo, percebendo os erros nas publicações e ouvindo e explicitando as reclamações da audiência. Em 1986, tornou-se o jornal de maior circulação do país, liderança que mantém desde então. Em 1994, ultrapassou a venda de mais de um milhão de edições com o lançamento, aos domingos, do *Atlas Folha/The New York Times*.

Criado em 1995, inicialmente com o nome de *Folha Web*, o site do veículo é o “primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa”, com objetivo de criar, produzir e desenvolver conteúdo jornalístico on-line, além de realizar serviços com destaque para áreas de interatividade. Com esse nome até 2000, tornou-se *Folha Online* e, em 2010, incorporou a denominação *Folha.com*, quando unificou as redações do jornal impresso e on-line e lançou aplicativos para dispositivos móveis e para plataformas WAP e SMS, para celulares em geral.

O site está associado ao portal UOL, do *Grupo Folha*, e hoje publica cerca de 500 notícias por dia. O compromisso é produzir conteúdo na internet com a mesma qualidade do veículo impresso, seguindo os mesmos princípios editoriais: pluralismo, independência, jornalismo crítico e independente. Com um grupo sempre inovador, o *Folha.com*, em julho de 2011, passou a publicar os conteúdos da *Folha Internacional* em espanhol e inglês, e adotou, em junho de 2012, o modelo de cobrança de conteúdo semelhante ao do *The New York Times*, limitando a 20 publicações o acesso aos não assinantes. Atualmente, possui quase 20 editorias e uma audiência de 17 milhões de visitantes únicos e 173 milhões de páginas vistas por mês.

\*\*\*

A narrativa multimídia “Tudo sobre a ditadura militar”<sup>1</sup> é uma produção com características próprias do jornalismo digital de última geração, que inicia com um texto grifado ao descrever a recente democracia brasileira como “incapaz de pacificar as controvérsias do período” e com a apresentação de ex-presidentes envolvidos diretamente no combate à ditadura,

---

1 Tudo sobre a ditadura militar. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

como Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, esquecendo-se de José Sarney, primeiro presidente após o governo dos militares e que tinha relação direta com o regime autoritário.

Com uma equipe de praticamente 30 pessoas, a reportagem trata os 21 anos de repressão através de um menu com oito seções, além de um expediente e de uma lista extensa de fontes e referências – com indicação dos livros e links para os áudios das entrevistas e suas transcrições em inglês. A navegação ocorre de duas maneiras: verticalmente, em que se passa obrigatoriamente pelas oito seções – sendo que, ao final de cada uma, deve-se clicar em uma seta para seguir até a subsequente –, ou pelo menu, no canto superior direito, em que se pode acessar diretamente a seção que mais interessa, a saber: Introdução; A crise; A ditadura; A economia; A abertura; O acerto de contas; E se...; Artigos.

A “Introdução” relaciona com o período do golpe os até então candidatos à Presidência em 2014: Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos – este falecido em acidente de avião antes do pleito. As cinco seções subsequentes iniciam da mesma maneira, com uma animação e colagem de imagens históricas. Em “A crise”, contudo, a página abre com um discurso de João Goulart ao fundo, como uma trilha sonora.

Ao final da “Introdução”, 12 pessoas depõem em vídeos, com duração de 15 segundos até 1 minuto e 35 segundos, para responder “Por que Jango foi deposto em 1964?”. Entre eles, militantes (Ivan Seixas), militares (Lúcio Maciel), intelectuais (Daniel Aarão Reis; Francisco de Oliveira; Marcelo Ridenti), jornalistas (Carlos Heitor Cony; Clóvis Rossi) e políticos (Almino Affonso; Célio Borja; Delfim Netto; Fernando Henrique Cardoso; Plínio de Arruda) com visões e vivências distintas, porém, todos envolvidos em alguma instância com o período de repressão, com apenas o militar da reserva Lúcio Maciel chamando a ação militar de “revolução” ou “contrarrevolução”, sendo o restante “invenção” dos “comunas”.

Os depoimentos eram baseados nas memórias individuais dos depoentes, não de documentos ou outros arquivos. As principais justificativas para o golpe de 1964 são elencadas abaixo. Esses motivos não representam,

todavia, a realidade para muitos dos entrevistados, mas o que creditam como justificativas advindas dos militares:

1. Temor por um golpe comunista e do presidente (Borja, Cony, FHC, Maciel e Rossi);
2. Propostas reformistas de Jango (Cony, Borja, FHC, Reis, Ridenti e Seixas);
3. Situação econômica desfavorável do país (Affonso);
4. Problemas com governo estadunidense (Affonso, Arruda, Oliveira e Seixas);
5. Incapacidade de organização e desconfiança do governo (Borja, Netto e Ridenti).

“A crise”, subsequente à “Introdução”, traz uma animação e colagem de imagens com Jango fazendo um discurso, audível assim que a página abre por completo. O mote desse discurso levou o general Olympio Mourão Filho, ainda de “pijama”, em Minas Gerais, a telefonar para os militares de outros estados, informando que enviava suas tropas ao Rio de Janeiro a fim de depor o presidente, mesmo que todos os militares não fossem apoiadores e favoráveis àquela ação. As informações históricas, não contrariadas, dão conta do processo de deposição de João Goulart, com início em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Além do discurso do presidente deposto, vê-se o trecho de um filme produzido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), em 1963, para atacar o governo e o comunismo.

No centro da extensa seção, tem-se um infográfico com Jango ao meio e, em uma organização não aleatória, seis aliados à esquerda e sete opositores à direita. Abaixo da foto de cada um, um texto indica seu papel no apoio ou deposição do presidente, além da ocupação que tinha à época, com informações generalistas. Logo abaixo, os dados das crises políticas no governo de Jango são complementados com um infográfico sobre as propostas de reformas de base do presidente, um vídeo sobre reforma agrária produzido em 1963 pelo governo, uma campanha radiofônica pedindo para que se vote “não” pela volta do presidencialismo, um gráfico sobre os

partidos na Câmara dos Deputados e uma reportagem em vídeo de 1963 mostrando o encontro de João Goulart com os trabalhadores.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fala em vídeo de 50 segundos sobre o medo que se tinha de Jango e do endurecimento pós-golpe, que inicialmente só estava em “busca de ordem”. Após a entrevista, há cinco fotos históricas: a chegada das tropas para reprimir a rebelião dos sargentos em 1963; o comício em que Jango discursava sobre as reformas de base no centro do Rio Janeiro; a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo; a anistia dos marinheiros concedida pelo presidente; e o discurso de Jango na associação dos sargentos.

A parte final da seção narra como foi o comício de 13 de março de 1964, no centro do Rio de Janeiro, e as reações posteriores – como a Marcha da Família –, culminando no golpe de 31 de março de 1964. As informações são complementadas com um infográfico da avaliação do governo, um vídeo de 40 segundos de Almino Affonso, ex-ministro do Trabalho de Jango – sobre as manobras de militares, empresários, imprensa e Igreja para derrubar o presidente –, um áudio do senador Auro de Moura Andrade e um infográfico interativo sobre os “Diálogos na Casa Branca”, em que os presidentes estadunidenses John Kennedy e Lyndon Johnson demonstravam preocupação com o Brasil e em como conter uma possível ameaça de revolução comunista como em Cuba, culminando na Operação Brother Sam para apoio de força naval e manutenção do golpe, ao aceitar o novo governo e desconsiderar as repressões.

A seção seguinte, “A ditadura”, tem início com uma animação e colagem de imagens de momentos repressivos, com jovens sendo presos pelos militares. Já abaixo da imagem, no subtítulo, o texto deixa evidente a ligação da direita com os militares e da esquerda com a luta armada, culminando em uma repressão ainda mais ferrenha e no endurecimento do regime. A primeira frase coloca os militares praticamente como inocentes que lutaram para combater o mal, afinal, “chegaram ao poder sem saber direito o que fazer”, embora logo em seguida os denomine “golpistas”, linha que segue por todo o especial.

As primeiras ações do governo são apresentadas, como eleição de presidente, cassação de mandatos e de direitos políticos, prisões e instauração dos Atos Institucionais, com infográficos do AI-1. O texto, escrito de forma histórica e didática, isto é, pouco jornalístico, informa que, em Recife, “um veterano militante comunista, Gregório Bezerra, foi amarrado pelo pescoço, espancado por um coronel do Exército em praça pública e arrastado pelas ruas da cidade até a cadeia”, revelando intransigências e crimes cometidos pelos militares.

A escolha do militar “moderado” Humberto Castello Branco como primeiro presidente, todavia, é posta com confiança e garantia de “uma rápida devolução do poder aos civis” – algo que jamais ocorreu. O contrassenso é exposto quando o militar defendia que “a legitimidade do novo regime dependia da manutenção de uma fachada democrática convincente”. Como confirmação dessa ideia, tem-se o AI-2, também em infográfico, que extinguiu os 13 partidos ao instaurar o bipartidarismo – com a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), este uma oposição consentida –, cancelou as eleições diretas e concedeu poderes praticamente irrestritos ao presidente.

Uma reportagem em vídeo de 50 segundos do Arquivo Nacional apresenta como foi noticiada a eleição do segundo militar na Presidência, Artur da Costa e Silva. A morte desse presidente que comandou por apenas três meses é amparada por oito fotos de acontecimentos no governo dos dois primeiros presidentes militares, como: espancamento do militante Gregório Bezerra, arrastado até a cadeia em Recife, no ano de 1964; posse de Costa e Silva e assinatura do AI-1; aceno do ex-presidente Juscelino Kubitschek, quando teve seu mandato de senador cassado; cena do show Opinião, com Zé Keti e Nara Leão; morte pela polícia do estudante Edson Luís, em 1968, durante ocupação em restaurante universitário; uma das imagens mais icônicas da ditadura, para representar as repressões extremamente violentas em 1968, em que um homem cai durante perseguição policial; Passeata dos Cem Mil com artistas como Caetano Veloso, Chico Buarque e Gilberto Gil, no centro do Rio de Janeiro, em 1968; prisão de estudantes em 1968, durante congresso em Ibiúna, interior paulista.

As ações de grupos conservadores e grupos de esquerda são contadas como em uma narrativa histórica, a fim de explicar as justificativas dos militares para a implementação do AI-5, o ato que durou uma década e foi o mais repressor de toda a ditadura militar, ainda em governo de Costa e Silva. Em infográfico, é explicado que ao presidente eram dados totais poderes e, em áudio, pode-se ouvir o voto de completo apoio do então ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho. O AI-5 “inaugurou a fase mais repressiva da ditadura militar”, com mais de 300 militantes de esquerda mortos e quase dois mil punidos por decreto, pois, “nos primeiros dois anos de vigência da medida, presos políticos processados nas auditorias da Justiça Militar denunciaram mais de 2.200 casos de tortura”.

Um infográfico interativo demonstra melhor o que eles chamaram de “A escala da repressão”, com a quantidade total de punições políticas (5.248), tortura (6.016), mortos (216) e desaparecidos (140), segundo publicação conjunta da Câmara dos Deputados, do projeto Brasil: Nunca Mais e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Enquanto os três últimos tiveram maior incidência na primeira metade da década de 1970, as punições tiveram seu auge nos primeiros meses do golpe, com demissão (1.784), aposentadoria (1.167), reforma de militares (752), cassação de mandato (566) e suspensão de direitos políticos (509), entre outras ações.

Apesar de reconhecer os excessos dos militares, diz-se que a esquerda, especialmente os ligados à Ação Popular, com “treinamento em Cuba”, já fazia luta armada antes mesmo do endurecimento com o AI-5, especificamente, desde 1966, com a implantação de uma bomba no aeroporto de Recife, na ocasião da chegada de Costa e Silva à cidade. O oficial da Marinha Nelson Fernandes e o jornalista Edson Régis morreram com a explosão. As informações são do historiador Jacob Gorender. “A primeira turma enviada para treinamento em Cuba pelo líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella, desembarcou na ilha em 1967”. É trazida em seguida a justificativa dos militantes que participaram da luta armada, ao defender que era a única opção para exigências e combates à

ditadura, ainda que documentos revelem que a ideia era implementar uma “ditadura socialista”.

O sociólogo Marcelo Ridenti, em vídeo de 1 minuto e 15 segundos, explica que muitos militantes ajustaram seu discurso para o posicionamento que possuem hoje, uma vez que existia muita incongruência dentro dos próprios movimentos de oposição. O historiador e ex-guerrilheiro Daniel Reis, em vídeo de 55 segundos, acredita que um dos erros foi não buscar apoio do povo no tocante à luta armada.

A reportagem explica que a maioria das guerrilhas procurava condições para sobreviver através de assaltos a bancos, ainda que a ação mais efetiva e reconhecida tenha sido o sequestro do embaixador dos EUA no Brasil, Charles Elbrick, em setembro de 1969, por guerrilheiros da ALN e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). A exigência era que o governo soltasse 15 presos políticos. O registro de cinco fotos das ações mais efetivas das guerrilhas é disposto abaixo dessas informações, motivando ações mais repressivas dos militares, como mostrado em três fotos, com a morte de Carlos Marighella, de Carlos Lamarca com José Campos Barreto, e de guerrilheiros no Araguaia.

Com a fragilidade de saúde de Costa e Silva e até do próprio regime autoritário, medidas mais repressivas foram realizadas, como criações de aparatos e órgãos, bem explicitados em infográfico interativo “A engrenagem”, além da escolha para a Presidência de Emílio Garrastazu Médici, considerado o mais linha dura dos presidentes militares. O general e ex-presidente Médici foi reconhecidamente o responsável pela ampliação das torturas nos Destacamentos de Operações de Informações e Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), porém, o general Ernesto Geisel, sucessor conhecido por dar início à abertura, falava explicitamente: “esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser”. Evidencia-se ainda a crueldade naquelas unidades, ao descrever o instrumento de tortura chamado “cadeira do dragão”, em que os presos políticos eram amarrados e eletrocutados.

Lício Maciel, tenente-coronel que ajudou a exterminar a Guerrilha do Araguaia, revela em depoimento de vídeo de 15 segundos sua atuação

como matador, pois era “bom atirador” e as mortes eram “irrelevantes”. O general Adyr Fiúza de Castro, chefe do CODI do Rio de Janeiro nos anos de 1970, em entrevista de 1993 para a Fundação Getúlio Vargas, demonstrou a virulência das ações: “O método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la”.

Faz-se ainda uma ressalva quanto às “vítimas” proporcionadas pela “esquerda armada”, que “não tiveram nem de longe a dimensão que os assassinatos e a tortura praticada nos porões tiveram”, uma vez que “a responsabilidade da esquerda é duvidosa” em muitas das mortes de policiais e militares. A seção termina com o infográfico interativo “Cinco tons de cinza”, em que são detalhados os perfis dos cinco presidentes militares e suas atuações: período no governo, punições políticas, militantes mortos e desaparecidos, denúncias de tortura, dias com Congresso Nacional fechado e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Os dados são novamente da publicação conjunta da Câmara dos Deputados, do projeto Brasil: Nunca Mais e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

“A economia” no período da ditadura militar é o tema da quarta seção do especial que tem no topo uma animação e uma colagem de imagens com vitrine de loja com TV, carro e Delfim Netto, ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento, representando o poder de compra que se dizia ter no período do “milagre econômico”. O subtítulo deixa evidente que o crescimento econômico era justificado para legitimar o governo, ainda que criasse “desequilíbrios que só puderam ser corrigidos muito tempo depois, com a volta da democracia”. Com o infográfico que compara os “Novos ricos” no Brasil e nos EUA, com a *Penn World Table* como fonte, fica explícito que a média de renda no país aumentou principalmente por causa da sua concentração.

“A maneira como os militares conduziram a economia enfraqueceu as finanças do país e minou sua capacidade de sustentar por mais tempo o ritmo de expansão dos anos do milagre”. Um infográfico sobre “O avanço nas cidades” explica, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como o país se tornou urbano, com mais de dois terços

morando nesta área, logo após o final da ditadura militar. Hoje, apenas 16% moram na zona rural. Como é comum em produções jornalísticas sobre economia, observa-se mais um infográfico, dessa vez interativo, no qual se pode entender o processo “Do milagre à bancarrota”, com base em PIB, inflação, dívida externa, comércio exterior e desigualdade, tendo como fontes IBGE, Banco Central, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e IpeaData.

A primeira reforma, com Castello Branco, foi a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), a fim de equilibrar as contas, controlar a inflação e desenvolver o mercado de crédito. O infográfico sobre o PAEG explica as ações no plano da correção monetária, reforma tributária, reforma bancária, política salarial e política habitacional. O surgimento do Banco Central contribuiu para a consolidação dessas propostas.

Os dez principais responsáveis pela condução dessas mudanças econômicas são apresentados em infográfico interativo, com Delfim Netto no centro, principal articulador do “milagre econômico”. No total, são sete ministros dos governos militares, o primeiro presidente do Banco Central, Dênio Nogueira, o presidente do BNDE, Marcos Vianna, e outro presidente do Banco Central, a partir dos anos de 1980, Carlos Langoni. Diz-se que “ninguém mandou tanto na economia como” Delfim Netto, ele “era um ministro poderoso, que vivia bajulado pelos empresários e dava aos militares argumentos para rebater os críticos do seu modelo econômico”. O próprio Delfim possui depoimentos em vídeo no especial, com dois nesta parte, ao reconhecer que não houve “milagre” e que “a distribuição de renda piorou”.

Carlos Langoni, economista ligado aos militares, reconhecia que um dos problemas para a desigualdade de renda estava nos baixos níveis de escolaridade, sugerindo melhora da educação básica. Os militares, no entanto, se preocupavam mais com analfabetismo e universidades, sendo preciso “esperar a volta da democracia para que o problema fosse atacado e os níveis de escolaridade da população melhorassem de forma significativa”. As informações são explicadas em infográfico com os dados do IBGE sobre taxa de analfabetismo e anos de estudo, ambos dos anos de 1960 até o início da década de 2010.

O “controle do estado” era tão grande na economia que os militares preferiam investir em empresas estatais. Um infográfico, baseado em obra de Hamilton Corrêa, aponta que 274 dessas empresas surgiram durante a ditadura militar, sendo 99 apenas no governo de Médici. Foi nesse período a criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e outras construções importantes, como demonstrado em seis fotos históricas, sendo as duas primeiras apresentando o fracasso, como a Rodovia Transamazônica, que foi inaugurada por Médici, mas nunca levou progresso à região, e a Ferrovia do Aço, que demorou 15 anos para ser construída e se tornou símbolo de desperdício. Entre as construções de valor positivo, aparecem: a Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá), a usina nuclear Angra 1, a Ponte Rio-Niterói e o Pólo Petroquímico de São Paulo. Porém, a “hora de pagar a conta” chegaria ainda no governo do último presidente militar, João Figueiredo.

O ministro do Planejamento durante o governo Médici, João Velloso, em vídeo de 1 minuto, defende que “não houve herança maldita” para ninguém, justificando sua atuação por 10 anos no Ministério, até a entrada de Figueiredo. O presidente do Banco Central à época, Carlos Langoni, em citação direta, colocou-se como descrente das propostas do novo ministro do Planejamento, Delfim Netto. Com a vitória da oposição no início da década de 1980, é revelado que o governo pegou dinheiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

“A abertura” tem como fundo uma imagem com as ruas cheias de manifestantes e o político Ulysses Guimarães sobreposto. “Lenta, gradual e segura” é a famosa expressão do ex-presidente Ernesto Geisel para o modo como a ditadura militar faria a transição para a democracia, como se ouve em seu discurso disponibilizado em áudio, do Arquivo Nacional. Poucos se lembram, entretanto, de sua “ameaça”: “se os opositores do governo tentassem acelerar o processo, poriam tudo a perder”. Agora, sem a esquerda armada e com uma economia em vias de ruir, os militares voltavam a discordar internamente; por isso, Geisel endureceu o regime, antes de promover o início da abertura, especialmente com o crescimento do partido de oposição, o MDB.

As três imagens históricas subsequentes apresentam momentos simbólicos como derrota dos militares: o deputado e líder do MDB, Ulysses Guimarães, barrado na Bahia durante a campanha de 1978; a vitória em 1974 da oposição no Congresso Nacional; e uma reprodução de TV que revela a imposição do tempo encurtado para propaganda eleitoral. Os avanços do MDB na Câmara dos Deputados culminam com o aumento do eleitorado e sua participação, segundo infográfico com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ulysses, na verdade, apoiou a Marcha da Família em 1964 e votou a favor de Castello Branco, voltando-se contra o governo somente com a obrigação do bipartidarismo, chegando até a se lançar presidente em 1973.

Mesmo com a derrota, no ano seguinte, em 1974, o MDB conquistou 44% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 16 das 22 cadeiras do Senado, como melhor compreendido no infográfico interativo “O avanço da oposição”, baseado nas obras de Maria Gil Kinzo, Senado Federal e TSE. O crescimento da oposição pega carona não apenas nas repressões, mas no colapso econômico. “Em vez de simplesmente fazer discursos contra a ditadura, eles passaram a discutir o custo de vida, a desigualdade social e outras questões ligadas ao dia a dia da população”. Em vídeo de 50 segundos, Fernando Henrique Cardoso falou sobre essas atuações e estratégias políticas de Ulysses Guimarães, a fim de corroborar as histórias do criador da “Constituição Cidadã”.

Antes de citar as pressões que Geisel sofreu dos grupos mais radicais dos militares, que defendiam a continuidade do regime, mesmo sem a luta armada e com a crise econômica, há três fotos representativas da ditadura militar brasileira: a do jornalista Vladimir Herzog, morto após tortura, mas em cena forjada de suicídio; a cerimônia em homenagem a Herzog com milhares de pessoas protestando contra o governo na Catedral da Sé, em São Paulo; e a do futuro presidente Lula liderando uma reunião sindical no final dos anos de 1970. Ainda em seu governo, Geisel viu panfletos anônimos o atacarem nos quartéis, chamando-o de traidor e até com suspeita de que fosse socialista por se aproximar da China para negócios.

Em 1979, começa a campanha pela anistia dos presos políticos – já na Presidência de João Figueiredo –, com uma imagem representando a manifestação, seguida de outra que registra o retorno de Leonel Brizola; uma imagem com a volta de Luís Carlos Prestes, um dos líderes comunistas mais renomados do país; mais uma fotografia célebre, a do carro-bomba durante show no Riocentro, mostrando “até onde a direita militar estava disposta a chegar para frear o processo de abertura”, pois o atentado foi plantado pelos militares.

O período se destacou não somente pelas greves sindicais lideradas por Lula como também pelas manifestações dos estudantes, além das discussões sobre os militantes mortos e desaparecidos, representados por um cartaz de 1989 do Grupo Tortura Nunca Mais e um infográfico nomeado “Terror à direita”, com dois livros como fonte de informação sobre os ataques atribuídos aos grupos de direita durante a ditadura militar, entre eles, bombas em bancas de jornais e depredação de prédios e organizações, e a famosa bomba no carro durante show do Dia do Trabalhador. A foto abaixo já revela o fim da ditadura com as pessoas nas ruas exigindo por eleições “Diretas Já” e uma seguinte com Leonel Brizola, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e o então senador e futuro presidente Fernando Henrique Cardoso na passeata. Um pouco abaixo, a reportagem em vídeo de 45 segundos da TV Cultura mostra o primeiro grande comício pelas eleições “Diretas Já”, em 1984.

Com a derrota dessa campanha, Tancredo é eleito em 1985, de forma indireta, por deputados federais e senadores, como apresenta a imagem posterior. Mesmo que o presidente só tenha sido escolhido de forma direta na eleição seguinte, os governadores participavam do pleito mais democrático em 1982, com o infográfico “O poder nos estados” apontando para a derrota não numérica, mas de importância, dos partidos conservadores naquele ano. A seção finaliza com um infográfico interativo sobre “A volta dos políticos”, com destaque para Ulysses Guimarães, mas com figuras importantes, como Antônio Carlos Magalhães, Luiz Inácio Lula da Silva, Tancredo Neves, José Sarney, Paulo Maluf entre outros.

“O acerto de contas” com a ditadura militar tem como fundo uma colagem de militantes presos e desaparecidos durante os 21 anos do regime autoritário e repressivo do país. A Lei da Anistia é colocada, já no subtítulo, como mecanismo para “perdoar ex-guerrilheiros” e “garantir proteção a ex-torturadores”, especialmente porque até hoje falta “esclarecimento dos crimes” dos militares, aumentando cada vez mais “pressões para sua revisão”. Em dezembro de 2013, por exemplo, foi devolvido simbolicamente, pela presidenta Dilma Rousseff, o mandato, interrompido no dia do golpe, de João Goulart, representado pelo seu filho, João Vicente Goulart. Segundo a reportagem, na ocasião, “quase todos aplaudiram, a exceção foram os três comandantes das Forças Armadas que acompanhavam a sessão”. O general Enzo Peri, o almirante Julio de Moura Neto e o brigadeiro Juniti Saito começavam a carreira militar quando Jango foi derrubado e só chegaram a cargos de relevância em 1995, dez anos após o retorno à democracia. Ainda que não falem e não deixem suas opiniões evidentes sobre o período, as ações recentes dirimem um pouco a margem para dúvidas.

O texto acusa a presidenta Dilma Rousseff de falta de sintonia com seus subordinados, uma vez que, na Argentina e no Chile, “a restauração da democracia estimulou oficiais de alto escalão a se desculparem por erros do passado”, permitindo “investigar e punir violações de direitos humanos”, diferentemente, por exemplo, da Lei da Anistia brasileira, ampla e irrestrita. A citação direta de uma passagem da obra de Anthony Pereira, cientista político estadunidense que realizou um estudo comparado nos três países, corrobora essa perspectiva, detalhada em infográfico com fontes como a Secretaria de Direitos Humanos, o projeto Brasil: Nunca Mais e a Comissão Presidencial para Desaparecidos do Chile.

Na Argentina, mais de 500 apoiadores do golpe foram punidos, inclusive o general Jorge Videla, que governou o país no período de maior repressão e violência, sendo sentenciado à prisão perpétua e morrendo em 2013. Se na Argentina aproximadamente 30 mil pessoas foram mortas ou desapareceram, no Chile o número é de pouco mais de três mil, com 76 condenados por violações de direitos humanos. O general Augusto Pinochet, governante do Chile por 17 anos e falecido em 2006, não foi processado

pelas autoridades devido à fragilidade de sua saúde. No Brasil, 365 estão, desde 1995, oficialmente mortos e desaparecidos. O número de presos políticos aqui foi de 25 mil, na Argentina 30 mil e no Chile 60 mil, com o número de exilados por aqui sendo de 10 mil e, no Chile, 40 mil. Na Argentina, a quantidade chega a meio milhão.

Após a análise comparativa nos três países, há o infográfico interativo “Mortos na contramão”, com informações de todos os 356 mortos (216) e desaparecidos (140) no Brasil. Além do nome completo, ano do desaparecimento ou morte e idade, tem-se conhecimento se a vítima participava de alguma organização, valor em que o governante deve indenizar os familiares, com o ano da decisão e com esse montante atualizado para janeiro de 2014. Ao se identificar os mortos pela cor vermelha e os desaparecidos pela cor verde, pode-se navegar por cinco categorias: todos (em ordem alfabética, sendo o primeiro morto Abelardo Rausch de Alcântara e a última morta Zuleika Angel Jones, a estilista Zuzu Angel, famosa por procurar incansavelmente seu filho Stuart Edgar Angel Jones, desaparecido, segundo o infográfico, mas hoje reconhecidamente assassinado pelos militares); sexo (318 desse grupo eram homens e 38 mulheres); idade (o mais novo morto tinha 15 anos e o mais velho, 72); ano (com 20 mortos em 1964 e um em 1985); organização (69 do PCdoB, 13 do MR-8 e 108 de grupos desconhecidos ou sem participação em organizações).

Se na Argentina e no Chile o processo de punição daqueles que cometeram crimes contra os direitos humanos foi totalmente diferente de como ocorreu no Brasil e sua Lei da Anistia, o caso da Espanha foi semelhante ao daqui, uma vez que ficaram impunes tanto aqueles que apoiavam o general ditador Francisco Franco como aqueles que o combateram. Quando a reportagem fala que a lei daqui “permitiu a libertação de milhares de presos políticos, a volta dos exilados e a reintegração à vida do país de pessoas atingidas pelos atos institucionais”, enfatiza que “ela também garantiu a impunidade dos agentes responsáveis por mortes e atos de tortura ao estabelecer que o perdão seria estendido aos crimes ‘conexos’”, com um discurso que evidencia o erro com a liberação dos militares.

Essas concessões foram “muito importantes para as pressões que a direita fazia”, especialmente com o partido da Arena com maioria no Congresso Nacional, embora tenha criado uma “situação de desigualdade, ao garantir que os militares jamais seriam investigados ou julgados por seus crimes, ao contrário do que havia ocorrido com a maioria dos anistiados, que já tinham sido presos e processados pela ditadura”. O texto coloca como injusta a Lei da Anistia, ao tratar igualmente militantes e militares, guerrilheiros e torturadores e assassinos, uma vez que os primeiros reagem a uma situação imposta e ditatorial dos militares.

Os militantes e as vítimas dos militares querem deslegitimar a Lei, uma vez que se tratou mais de uma “autoanistia” de uma “sociedade ditatorial”, conforme Pedro Serrano, professor da USP citado na produção. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal rejeitou, entretanto, a revisão desse processo de anistia desigual e injusto, negado até pelo relator Eros Grau, ministro já aposentado que foi preso e torturado durante a ditadura.

Apesar de os militares desejarem que o passado fique para trás, para que todos “virem a página”, alguns procuram rediscuti-lo para trazer à tona fatos e histórias desconhecidos. A primeira ação a ganhar amplo destaque foi o projeto Brasil: Nunca Mais, criado por pesquisadores no começo dos anos de 1980 e pelo arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, para divulgar os processos sobre crimes políticos na Justiça Militar, com publicação ainda no ano de 1985. Embora a obra contenha denúncias de tortura com diversas identificações dos torturadores, a Lei da Anistia resguardava o direito de eles não serem julgados e responsabilizados.

Dez anos depois, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos foi o primeiro passo do governo para rediscussão sobre o período, com o Estado assumindo a responsabilidade pelos mortos e desaparecidos. Além de várias mortes esclarecidas, as famílias ganharam direito à indenização. Segundo a reportagem, “o processo de reparação foi ampliado em 2002, quando o governo decidiu pagar compensações financeiras a todos que tivessem sofrido perseguições e violências durante o regime militar”.

As ações recentes, com pedidos de revisão da Lei da Anistia ao STF, ganharam mais força desde 2010, quando a Organização dos Estados

Americanos (OEA) “condenou o Brasil pela morte dos guerrilheiros do Araguaia, determinou que o país puna os responsáveis e declarou que a Lei da Anistia não pode ser usada para impedir que isso ocorra”. O procurador Marlon Weichert, citado diretamente e com discurso apropriado pelo especial, afirma: “tenho convicção de que vamos chegar lá e fazer justiça”. A demora faz que diversos militares morram “sem nunca admitir responsabilidade pelos atos de violência cometidos no período”, explica em tom de quase lamentação.

O infográfico interativo “Hora da reparação” ajuda a compreender essas lutas recentes, através de categorias – “reconhecimento”, “ampliação”, “anistia” e “Comissão da Verdade” – e de gráficos, ao evidenciar, por exemplo, que, dos 475 casos analisados para indenização de mortos e desaparecidos, 362 foram reconhecidos, com o governo pagando R\$ 40 milhões aos familiares. Por outro lado, 40.300 pessoas foram indenizadas em caso de tortura, prisão e perseguição, de um total de 63.733 e de 22.952 de indeferimentos. As fontes principais são a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e o Diário Oficial da União.

Um infográfico mais crítico é o “Donos do porão”, com 12 militares e policiais diretamente envolvidos em torturas e repressões de militantes e guerrilheiros icônicos. A produção, com foto, nome completo, anos de nascimento e de morte, além de função e cargo no período da ditadura, traz algozes punidos até pelos próprios militares, como Eduardo D’Ávila Mello, ao centro do infográfico, que foi comandante do 2º Exército em São Paulo, morto ainda em 1984 e colocado na reserva pelo presidente Ernesto Geisel, após uma tortura que terminou em morte, no DOI-CODI, do operário Manoel Fiel Filho. Adyr Fiúza de Castro, fundador do Centro de Informações do Exército (CIE) e morto em 2009, sempre defendeu a tortura mesmo que tenha admitido ser uma luta desigual: “Foi a mesma coisa que matar mosca com um martelo-pilão”.

Milton Tavares de Souza, chefe do CIE nos governos de Médici e Geisel, e morto em 1981, tinha visão semelhante: “inimigo é inimigo, guerra é guerra”. Humberto de Souza, comandante do 2º Exército em São

Paulo e morto no auge da repressão, em 1974, disse a um delegado no DOI-CODI: “Matem os terroristas, matem os carteiros que entregam suas cartas. Os familiares, os amigos, seja o que for”. Carlos Alberto Brillhante Ustra, um dos torturadores mais conhecidos da ditadura militar e falecido em 2015, negou, em depoimento à CNV em 2013, que mais de 50 militantes morreram nas dependências do DOI-CODI, que ele comandou de 1970 a 1974: “Todos foram mortos em combate. De arma na mão”.

Sérgio Fleury, delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), morto em 1979, ficou notório pelo cerco a Carlos Marighella, um dos principais opositores à ditadura militar. José Antônio Nogueira Belham, chefe do DOI-CODI do Rio de Janeiro, comandava o departamento na ocasião do desaparecimento do deputado Rubens Paiva. Aparecido Laertes Calandra era delegado da Polícia Civil em São Paulo e estava de plantão no DOI-CODI quando Vladimir Herzog foi torturado e assassinado, ainda que tenha dito que nada viu. Nilton Cerqueira comandou a última fase da operação contra a Guerrilha do Araguaia e a operação que matou o guerrilheiro Carlos Lamarca.

Sebastião Curió é um dos coronéis mais reconhecidos por ter combatido a Guerrilha do Araguaia, além de sequestrar e prender guerrilheiros que desapareceram posteriormente. Nos anos de 1990, Marival Chaves revelou detalhes sobre torturas e mortes no DOI-CODI. O primeiro a admitir a prática de tortura foi Marcelo Paixão de Araújo, ex-tenente do Exército, que torturou mais de 20 pessoas em Belo Horizonte. Em 1998, ele revelou à revista *Veja*: “achava que era necessário. É evidente que eu cumpria ordens. Mas aceitei as ordens”.

A Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012, segundo a reportagem, “foi festejada como um passo histórico para o esclarecimento dos crimes cometidos na ditadura, mas o grupo encontrou várias dificuldades para avançar”, especialmente porque muitos envolvidos morreram e as Forças Armadas não contribuíam, além das divergências internas sobre prioridades e métodos de trabalho. Um vídeo de 30 segundos de Brillhante Ustra reafirmou o que disse em 2013, quando confrontou a CNV por ser responsabilizado pelas mortes, e não o Exército Brasileiro, segundo citação

direta, complementando: “estou aqui porque os terroristas foram eleitos, dentro da democracia que preservamos”.

O general Álvaro Pinheiro disse para a Comissão Nacional da Verdade que alguns guerrilheiros no Araguaia se renderam, embora essa versão nunca tenha sido confirmada, pois todos desapareceram. Após a contradição, o especial coloca uma citação direta do militar acerca dos corpos das vítimas: “podem ficar procurando pelo resto da vida, não vão encontrar coisa nenhuma”. Antes da última seção, há um mosaico com 12 vídeos, em que intelectuais, jornalistas, políticos, militantes e militares falam sobre o presente, 50 anos após o golpe, praticamente com os mesmos personagens da introdução. Entre os apoiadores do golpe, aparecem Lúcio Maciel, Delfim Netto, Nilton Cerqueira e Célio Borja. O tenente-coronel Lúcio Maciel recorda como contribuiu para a manutenção da ditadura, sempre “pronto para a guerra”, especialmente impedindo a tomada da Praia Vermelha pelos militantes.

As palmas de vários minutos para o presidente Médici no Maracanã, ao sair do governo, demonstram que a população deu suporte à ditadura, segundo Delfim Netto, ministro da Fazenda (1967-1974) e do Planejamento (1979-1985) durante a ditadura militar. O general Nilton Cerqueira celebrou a anistia ampla e irrestrita a todos, dizendo que as Forças Armadas cumpriram isso, enquanto a esquerda implantou a Comissão Nacional da Verdade para quebrar o pacto. Para Célio Borja, ex-presidente da Câmara dos Deputados (1975-1977), a CNV se opõe à Lei da Anistia, acabando com a pacificação do país ao esconder a intenção dos militantes em transformar o Brasil em um regime semelhante ao de Cuba, afinal, a ditadura militar não foi “ditadura nenhuma”.

Entre os políticos contrários ao regime autoritário, estão Almino Afonso, Fernando Henrique Cardoso e Plínio de Arruda Sampaio. Almino Afonso, ministro do Trabalho de Jango, lembra-se de que João Goulart não via perigo nas marchas de Mourão Filho no dia do golpe de 1964, tendo a dimensão real do que ocorreu apenas ao final do dia. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fala de como Jango conseguiu fazer o país retornar ao presidencialismo, embora sem êxito no diálogo com o Congresso Nacional, culminando no golpe. Plínio de Arruda Sampaio se recorda de

quando as tropas de Mourão Filho chegaram para dar o golpe e Jango e seus aliados não acreditavam que isso aconteceria.

Por fim, são encontrados militantes, jornalistas e intelectuais envolvidos diretamente contra a ditadura. Ivan Seixas, ex-presos político, lembra-se de como seu pai chegou alterado porque a esquerda não se preparou para o combate, enquanto o historiador e ex-guerrilheiro Daniel Aarão Reis acredita que a ditadura mancha a história dos militares, sobretudo quando as Forças Armadas não fazem autocrítica sobre o episódio. O jornalista e escritor Carlos Heitor Cony lembra-se de um militar que deu um tiro para o alto e chutou um operário que saudava Leonel Brizola; essa é a imagem que representa a ditadura militar vivenciada por ele e pelo também escritor Carlos Drummond de Andrade.

O historiador Jorge Ferreira explica que a ditadura foi perniciosa à sociedade brasileira, não importa em que sentido seja analisada, e que o único ganho foi que a população percebeu que a democracia é essencial para as decisões políticas. O sociólogo Marcelo Ridenti alerta que a sociedade brasileira precisa estar sempre atenta, especialmente com a radicalização política advinda das desigualdades, apesar de as condições hoje serem diferentes daquelas que irromperam o golpe 50 anos atrás.

As alternativas e possibilidades de alguns acontecimentos que poderiam ter sido diferentes, desde antes do golpe até momentos cruciais durante a ditadura militar, são discutidos por Ricardo Mendonça na seção “E se...”, apenas em texto, sem nenhum recurso multimídia. Primeiro, ele indaga: “E se os militares não tivessem dado o golpe?”. O mandato de Jango teria chegado ao fim em janeiro de 1966 e, como não havia reeleição, ele poderia continuar na Presidência com um “golpe de esquerda”, ainda que o autor diga que historiadores duvidem disso, pois “nunca acharam qualquer evidência de que algo assim tenha sido planejado”. Mendonça cita diretamente o cientista político Marcelo Ridenti, para quem a eleição provavelmente ocorreria em 1965, com Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda como as principais forças políticas da época. A vitória deste último poderia levar a algo semelhante ao que os militares fizeram, mas com “um autoritarismo civil”. Por fora, correria Leonel Brizola.

“E se Jango tivesse resistido ao golpe?”. As respostas são: ou haveria confronto – vencendo quem reunisse mais força militar – ou “os golpistas poderiam recuar”. Para o sociólogo Francisco de Oliveira, citado diretamente, “no primeiro momento haveria um empate”, pois Jango tinha muito apoio bélico. Outro ponto chave foi a doença de Costa e Silva, em 1969. E se não tivesse ocorrido? Carlos Chagas, jornalista e seu secretário de imprensa, acredita que a ditadura teria sido mais branda, mesmo que o presidente tenha sido apoiado pelos militares da “linha dura”. Chagas acredita que o AI-5 teria sido extinto, pois “Costa e Silva não queria entrar para a história como um tirano”.

Se esse Ato Institucional não fosse promulgado, haveria luta armada? “Sim. Não há dúvida a respeito disso. Até porque a luta armada já existia”, especialmente pelos grupos Polo e Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). O PCdoB começou a ir ao Araguaia em 1966 e a Aliança Libertadora Nacional fez treinamento em Cuba no ano seguinte. Segundo Mendonça, o AI-5 foi criado por um suposto “perigo vermelho”, “mas o que esses militares da chamada ‘linha dura’ não diziam é que a luta armada era muito pequena naquele momento, longe de representar qualquer ameaça mais séria”. O ato fortaleceu a luta armada, pois levou “alguns esquerdistas a mais para a luta armada, gente que até então relutava em aderir”.

Sem a “luta armada, a ditadura teria acabado mais cedo?”. A resposta é negativa, porque o regime autoritário não existia para combater a luta armada. As principais justificativas eram “acabar a corrupção e extirpar a influência esquerdista do governo de Jango”. Mesmo que se falasse em eleição presidencial em 1965, nos dias iniciais ao golpe, a desistência do pleito não existiu por causa do embate por armas, “pouco significativo e quase inexistente”. Além disso, em 1974 a luta armada já havia sido “completamente aniquilada” e a ditadura perdurou mais de uma década, endurecendo novamente em 1977.

A última seção com conteúdos no especial sobre 50 anos do golpe é a de “Artigos”, com três textos sem nenhum recurso multimídia. Matias Spektor, colunista da *Folha de S. Paulo*, fala sobre “A política externa do regime militar”. Já no título, prefere não usar a palavra “ditadura”, ainda que a

primeira palavra do texto seja “golpe”. Ele explica que foi nesse período que o Brasil se tornou emergente, saindo de uma economia rural para urbana. Spektor usa uma citação direta de reportagem do londrino *The Times* para corroborar sua visão: “Como um gigante adormecido, o Brasil está acordando para um período de expansão quase sem precedente. (...) Poderemos vê-lo se tornar o Japão do Terceiro Mundo”.

A luta anticomunista foi a política externa dos militares, que colaboraram até com uma “intervenção” militarista – palavra usada pelo jornalista – na República Dominicana. Essa política se estendeu e operou em países como Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai – todos transformados em ditadura militar, embora não seja dito no texto. Em citação direta, o autor usa a frase de Juracy Magalhães, embaixador do “regime” em Washington: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. O protecionismo dos militares, contudo, passou a “ressentir” o poder econômico estadunidense, que antes se beneficiava com acesso privilegiado. Segundo o texto, quando o Congresso dos Estados Unidos se posicionou contra as torturas, os problemas aumentaram, mas só “desandou” de vez quando o presidente Jimmy Carter, em citação direta, disse que apoiar a ditadura no Brasil “é um exemplo da pior faceta de nossa política externa”.

Spektor tem certeza de que nos governos Médici e Geisel as relações pioraram – mesmo sem citar fontes e pesquisas – porque os “Estados Unidos deixaram de ser a principal fonte de apoio externo à ditadura para transformar-se em ameaça” – não denominada mais de “regime”. De maneira histórica e didática, não citando fontes, critica que o governo militar se aproximou dos países independentes da África que “eram marxistas e recebiam apoio econômico e militar de Cuba”. Em citação direta de Costa e Silva, fala que o Brasil produzia pesquisa e artefatos que podem explodir – “não vamos chamar de bomba”. Essas ações acabaram debilitando a economia, quando, “entre 1973 e 1979, a dívida externa do país quadruplicou, passando de US\$ 12 bilhões para quase US\$ 50 bilhões”.

Apesar de o próprio especial, na seção “A economia”, apresentar dados e infográficos para tratar da questão econômica durante a ditadura militar e desmistificar o “milagre econômico”, o texto conclui que “o Brasil da

ditadura ficou mais rico, sem dúvida alguma”. A ressalva é que, ao fim do governo, “os militares deixaram o país em posição internacional mais fraca, dependente e injusta do que era possível imaginar em 1964”, em outras palavras, mais rico, porém, com mais injustiça.

O colunista do jornal Marcos Gonçalves escreveu sobre “A cultura, da resistência ao showbiz”. Oito meses após o golpe, o musical “Opinião” protestava contra a ditadura e “era um típico produto da esquerda cultural da época, que orbitava em torno do Partido Comunista”. Segundo o texto, a possibilidade de um regime “nacional-popular” por Jango tinha animado esse grupo, ainda que essa visão não corrobore o que foi dito no especial sobre os vieses políticos de João Goulart. Os artistas “dessa vertente” se associavam à União Nacional dos Estudantes (UNE), a fim de criar uma produção “politizada e didática” para “conscientização’ da sociedade”, conforme explicou de forma negativa.

Cheio de aspas, o que chama de esquerda cultural é colocada como derrotada mesmo tentando sua “resistência”, ao aliar “classe média e o ‘povo’”. O tom debochado continua ao dizer que “este, entretanto, não compareceu”, afinal, o musical recebia um “público esclarecido”. Para o autor, o tropicalismo expôs, entre outros pontos, uma “crise do populismo” e a “impotência do intelectual militante”. Com o AI-5 e a hegemonia do Grupo Globo, “foram os anos do ‘sufoco’ e do ‘vazio’, da contracultura, da literatura alegórica, da ‘poesia marginal’”. O nacionalismo e o estado como patrocinador eram políticas comuns da esquerda e da direita – algo que afetou a relação com os Estados Unidos, de acordo com texto anterior –, resultando na acusação, “pelos mais radicais, de ‘adesão’ e ‘cooptação’” para aqueles que migraram para o Grupo Globo e foram financiados pela ditadura.

Oscar Pilagallo toca em um ponto delicado para as empresas de comunicação, ao escrever em seu texto como a “Imprensa apoiou a ditadura antes de ajudar a derrubá-la”. O “entusiasmo” pelo novo governo dos jornais diminuiu na medida em que a ditadura militar endurecia, tendo, ao final, “papel relevante na redemocratização”, diz ao desconsiderar que o principal grupo de comunicação do país apoiou até o último momento os militares, inclusive, com Roberto Marinho, proprietário da empresa, tendo função

destacável. A justificava para o apoio inicial à ditadura é o mesmo do texto anterior: “o radicalismo e a aproximação com setores da esquerda” do governo Jango, ainda que isso tenha sido colocado como falacioso durante praticamente todo o especial.

Se a imprensa estava dividida em 1961, quando João Goulart assumiu após a renúncia de Jânio Quadros – como *Os Diários Associados*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo* –, em 1964 esse posicionamento não foi mantido, afinal, o presidente “estaria caminhando para um golpe de esquerda ou armando uma manobra continuísta” – não comprovado e tido como falsos no especial. Se o *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo* são considerados como pouco influentes para o golpe, respectivamente, por “romper com Jango” – não com a democracia – apenas nos últimos momentos e por seu “limitado peso editorial na época”, ainda que não explicita de onde advém esse conhecimento sobre o veículo para o qual escreveu o texto, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* são apontados como protagonistas.

De fato, Pilagallo afirma que apenas um jornal “esteve ao lado de Jango” – e não da democracia –, o *Última Hora*, que surgiu no início dos anos de 1950 a pedido e apoiado financeiramente por Getúlio Vargas – político padrinho de João Goulart – para operários e classe média baixa – evidenciando o viés do veículo. Mesmo evidente “que a ditadura não seria tão breve quanto fora previsto”, os jornais não recuaram no apoio aos militares, salvo em algumas ocasiões e no tocante à economia liberal. O *Correio da Manhã* foi o primeiro grande veículo a enfrentá-los ao denunciar as torturas – mesmo após “violentos editoriais defendendo a saída de Jango”. O jornal fechou em 1974, uma década depois do golpe que apoiou.

Com o endurecimento da ditadura e do aumento da censura, a *Folha* decidiu acatar as orientações que vinham dos militares, com a *Folha da Tarde* colaborando com a repressão e encobrendo torturas e assassinatos e a *Folha da Manhã* emprestando veículos para os militares. Faz-se uma ressalva, ao colocar sob suspeita a veracidade dos fatos: “Se isso ocorreu, não é possível dizer que a prática foi autorizada pela direção da empresa”. *O Estado de S. Paulo*, por outro lado, enfrentou os excessos dos militares, resultando em muitos materiais vetados e com censores dentro da própria

redação do veículo. O texto, todavia, termina com uma exaltação à *Folha*, que “acreditou no projeto de abertura” ao dar “voz à sociedade civil” ainda no final da década de 1970, sendo o primeiro grande veículo a contribuir com a campanha pelas Diretas Já, em 1983.

\*\*\*

A ideia de golpe e ditadura aparece como a história que deve ser contada, em que se deve confiar, durante todo o especial, ainda que em escassas vezes exista complacência com alguns dos argumentos dos militares, especialmente nos textos opinativos das últimas duas seções, “E se...” e “Artigos”. Além disso, os únicos momentos em que o golpe e a ditadura dos militares aparecem como positivos são quando os depoimentos dos vídeos partem dos próprios militares e de ex-políticos que os apoiavam, publicizando as perspectivas dessas fontes. Mesmo assim, a ênfase nas memórias individuais, ou seja, dos depoentes, pedia mais para aqueles que eram contrários ao regime autoritário, uma vez que, nas duas ocasiões, praticamente 70% dos depoimentos eram destinados a essa perspectiva.

A narrativa de quase todo o especial é distinta daquela do padrão jornalístico, com hierarquia da pirâmide invertida e extensa citação das fontes entrevistadas. As narrativas multimídias, normalmente, possuem uma estrutura cronológica e quase nenhuma citação – restrita aos vídeos com curtos depoimentos, único espaço em que a memória individual prevalece. Como no especial existe pouca citação, direta ou indireta, uma das suas seções é destinada às “Fontes e Referências” utilizadas para a produção, uma vez que seu caráter é até mais histórico e didático. Entre essas referências, aparecem os livros de Elio Gaspari, Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, entre outros pesquisadores relevantes da área, além de uma obra desenvolvida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Entre as fontes, encontram-se ainda as conversas na íntegra e no original em inglês dos presidentes estadunidenses John Kennedy e Lyndon Johnson com seus assessores na Casa Branca.

A produção histórica do próprio jornal praticamente não foi utilizada, citada apenas em um dos artigos de opinião, que enfatizou, de modo amplo, a atuação dos principais meios de comunicação durante o golpe e os primeiros anos da ditadura. Não foram disponibilizadas as publicações da *Folha de S. Paulo* nem dos outros veículos citados neste texto; em outras palavras, a digitalização desses materiais do período da ditadura militar – já encontrados nas seções de acervo ou arquivos nos sites dos grandes jornais e grupos de comunicação do país – é inexistente no especial da *Folha*. A produção jornalística histórica sobre o golpe e o regime autoritário instaurado pelos militares aparece em apenas um vídeo, com uma reportagem da TV Cultura sobre as Diretas Já. Outras produções históricas nesse formato são disponibilizadas, porém, mais próximas de um material de assessoria do que de um jornal de fato, uma vez que partiam do governo militar.

O especial conta com uma grande variedade de formatos midiáticos, como é próprio das narrativas multimídias. As mais de trinta fotos representam situações históricas, como posse de presidentes militares e do presidente Tancredo Neves, mas, principalmente, de atrocidades e crimes cometidos pelos militares, valorizando os militantes ao expor a crueldade nas perseguições, torturas e mortes de Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Vladimir Herzog, guerrilheiros no Araguaia, entre outros. Foram publicadas imagens de acontecimentos relevantes, como do carro-bomba durante show no Riocentro, mostrando “até onde a direita militar estava disposta a chegar para frear o processo de abertura”, pois o explosivo foi “plantado pelos militares”, e de movimentos, como o Comício das Reformas, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e as Diretas Já. As fotos têm como fontes principais os acervos dos Grupos Abril, Folha e Globo, além dos jornais *Jornal do Brasil* e *Última Hora*.

Os quatro áudios no especial são históricos, desde a campanha dos militares na rádio até os discursos e as declarações de políticos e militares em momentos relevantes, como: Auro de Moura Andrade, senador e presidente do Congresso Nacional; Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho; e Ernesto Geisel, ex-presidente militar. O especial possui praticamente 50 vídeos, sendo aproximadamente dez de cunho histórico – registros e

produções da ditadura, realizadas pelo governo ou pelos opositores, além de uma reportagem em vídeo da TV Cultura sobre as Diretas Já – e os demais compostos por depoimentos atuais de intelectuais, jornalistas, políticos, militantes e militares sobre os motivos que levaram Jango a ser deposto e as principais lembranças sobre a ditadura militar.

O uso extenso de infográficos caracteriza as narrativas multimídias, e o especial sobre os 50 anos do golpe possui mais de 20 dessas produções, das quais três se debruçavam sobre os Atos Institucionais 1, 2 e 5 e quase metade sobre questões econômicas, na seção específica para “Do milagre à bancarrota”. Os mais complexos e interativos trataram das atrocidades e dos crimes contra os direitos humanos cometidos pelos militares durante a ditadura: “A escalada da repressão”, “Cinco tons de cinza”, “Terror à direita”, “Hora da reparação”, “Donos do porão” e “Mortos na contramão”, este último com informações sobre todos os 356 considerados oficialmente mortos e desaparecidos. As fontes principais foram a publicação da Câmara dos Deputados, do projeto Brasil: Nunca Mais, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, além de IBGE, Banco Central, Fundação Getúlio Vargas, IpeaData e das obras de Maria Gil Kinzo, do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

## **5.2 Estado dos 50 anos do golpe**

O mais antigo jornal paulistano em circulação, *O Estado de S. Paulo* surgiu ainda durante o Império, como *A Província de S. Paulo*, em janeiro de 1875, com uma tiragem inicial de dois mil exemplares. Foi em 1890 que se tornou *O Estado de S. Paulo*, com uma tiragem quatro vezes maior. A população da cidade de São Paulo era de aproximadamente 30 mil pessoas e contava com dois grandes veículos, hoje extintos: o *Correio Paulistano*, criado em 1854, e o *Diário de São Paulo*, fundado em 1865. Após a Convenção Republicana de Itu, 16 pessoas se reuniram para criar um jornal republicano que combatesse a monarquia e a escravidão, tornando-se o primeiro grande jornal com esse ideal, estimulando as discussões na cidade (Histórico..., s./d.; História do..., s./d.).

Em 1876, o jornal inovou as vendas avulsas com um entregador montado num burro, que levava o diário para toda a cidade. Em 1878, o logotipo no cabeçalho começou a aparecer com letras góticas e dois anos depois a diagramação trouxe seis colunas para os textos. Em 1886, aumentaram o logotipo, o título e o número de colunas – agora com oito. Antes da Proclamação da República, em 1888, quando já possuía quatro mil assinantes, o veículo contratou o jovem Euclides da Cunha – sob o pseudônimo Proudhon –, fazendo o jornal atingir, em 1896, o número de 18 mil exemplares publicados durante a Guerra de Canudos. O aumento se deveu às suas reportagens enviadas pelo telégrafo e a uma nova máquina de impressão – a anterior não permitia uma tiragem maior do que dez mil exemplares.

A influência política se tornou mais forte no jornal em 1909, quando Júlio Mesquita, seu proprietário desde 1902, apoiou a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República, em oposição ao candidato militar Marechal Hermes. Em 1912, uma nova máquina permitiu uma tiragem de 35 mil exemplares e logo passou a publicar edições com 16 e 20 páginas. Dois anos depois, o veículo publicou textos de outro escritor, Monteiro Lobato. Em 1915, a empresa começou a lançar o vespertino do jornal, apelidado de *Estadinho*, com participação de Júlio de Mesquita Filho como jornalista, deixando de circular em 1921. Neste mesmo ano, apoiou uma campanha do poeta Olavo Bilac. Em 1919, novamente apoiou a campanha de Rui Barbosa, agora derrotado por Epiácio Pessoa. Em 1929, o veículo ganhou uma ação contra a União por perdas e danos, devido aos dias que ficou sem circular em 1924.

Em 1930, quando São Paulo estava com praticamente um milhão de habitantes, o veículo publicou mais de 100 mil exemplares diários e resolveu lançar o suplemento dominical *Rotogravura*, destacando imagens e fotografias. Neste ano, o grupo apoiou, com a Aliança Liberal, a candidatura de Getúlio Vargas, que perdeu para Júlio Prestes, mas este não assumiu devido à revolução, ou golpe, de 1930, que pôs fim à República Velha ao depor o presidente Washington Luís. Anos depois se voltaram contra a ditadura que ajudaram a implementar e apoiaram uma revolução constitucionalista. Ainda na década de 1930, os donos e membros do alto escalão de *O Estado*

de *S. Paulo* foram presos, expatriados e exilados. O retorno dos proprietários ao seu comando e ao Brasil só ocorreu depois da deposição do presidente pelos seus ex-apoiadores, em 1945.

Em 1964, o veículo voltou a se envolver em fatos políticos importantes, apoiando o golpe que depôs o presidente João Goulart, com a justificativa de que ele não tinha autoridade suficiente para comandar o país e que a intervenção militar seria transitória. Quando o jornal ultrapassou a veiculação de mais de 300 mil exemplares, em 1967, acusou o regime autoritário de censura ao comentar a morte do ex-presidente Castello Branco. Tornou-se, novamente, oposição a um regime que ajudou a instalar, culminando, em 13 de dezembro de 1968, no impedimento da circulação dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, lançado em 1966 para tratar dos problemas urbanos. Os veículos ficaram conhecidos por utilizar páginas em branco, poemas de Luís de Camões e receitas culinárias para substituir as publicações proibidas. O Grupo Estado disponibilizou, em seu acervo no site, todas as páginas dos seus jornais censuradas durante a ditadura, até 1975.

Em 1970, cinco anos antes de a censura aos seus jornais acabar, surgiu a Agência Estado. No início da década seguinte, o jornal contava com seis colunas para textos e seus representantes ganharam outra ação contra a União pelas perdas sofridas com as apreensões de edições de 1973. Em 1975, quando completou 100 anos, comemorou apenas 95 de vida, ignorando os cinco anos em que foi dirigido na ditadura de Getúlio Vargas. Em 1993, o veículo passou novamente por modificações, no logotipo e nas demais partes da capa. Em fevereiro de 1995, o grupo promoveu a primeira experiência do webjornalismo brasileiro, disponibilizando o conteúdo da Agência Estado naquele novo espaço da internet. Cinco anos depois, o Grupo Estado lançou o seu portal Estadao.com.br para agregar as informações dos seus três sites: *Agência Estado*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. Dois anos depois começou sua atividade editorial ao publicar livros e, em 2003, o site do jornal em circulação mais antigo de São Paulo atingiu a marca de um milhão de visitantes mensais.

\*\*\*

O especial, denominado “Tudo Sobre 1964”<sup>2</sup>, traz sete matérias em destaque no slide e mais dez produções abaixo, todas com chamadas acompanhadas de imagem, em uma página padrão dedicada ao cinquentenário do golpe. Das 17 produções, apenas duas no destaque não possuem imagens históricas, com as visões dos ex-presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso sobre a ditadura militar e suas influências na atualidade. As seis produções ao final de página estão subdivididas em dois temas: “Censura à imprensa” e “Tortura”. Uma publicação ficou de fora da análise, o documentário *O dia que durou 21 anos*.

A produção em maior destaque, ou seja, no primeiro slide do conjunto de imagens, trata das guerras de memórias amplas sobre o período, intitulada “Choque entre 2 visões de Brasil”, embora se possa afirmar que existam várias perspectivas, inclusive, dentro dos dois grandes grupos opostos: militares e militantes. Na reportagem, escrita por Lourival Sant’Anna, é colocado o embate entre comunismo e capitalismo, coadunando-se com o todo do especial, em que é enfatizada a participação estadunidense no golpe de 1964 já em sua segunda reportagem. A intervenção militar ganhou força por causa dessa dicotomia, o que legitimaria a perspectiva de que o comunismo conseguiria ser implementado no país, sob “risco de ‘comunização’”. Ainda assim, o jornalista diz que é “quase sempre arbitrária e discutível a definição do momento desencadeador de um acontecimento histórico”, deixando implícito que diversos fatores influenciaram a tomada de poder pelos militares.

Resolve-se, então, voltar ao momento em que Getúlio Vargas ascendeu ao poder pela primeira vez, em 1930, para falar do populismo, depois de seu segundo momento na Presidência, para enfatizar o suicídio e o momento de ascensão de Juscelino Kubitschek. O foco, na verdade, é João Goulart, presidente deposto em 1964, que, na ocasião da Presidência do idealizador de Brasília, tornou-se vice-presidente, sendo mais votado que seu “superior”, graças ao “apego popular ao getulismo” dos eleitores, uma vez que foi ministro do Trabalho e era herdeiro político direto de Vargas.

---

<sup>2</sup> Tudo sobre 1964. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/tudo-sobre/1964>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

O texto expõe e enfatiza algumas das ambiguidades de Goulart – quase uma nova campanha de desfavorecimento da imagem do ex-presidente –, pois era populista, embora fosse de uma família rica de fazendeiros, definindo o perfil do presidente deposto como “trabalhista híbrido” e “líder indeciso”. Reiteram-se esses traços como os motivos pela sua “renúncia sem resistência, seguida de exílio” – desconsiderando o poder armístico e a força empregada pelos militares no golpe e durante toda a ditadura que seguiria por 21 anos, além do próprio apoio dos EUA, enfatizado posteriormente e silenciado aqui intencionalmente.

O golpe de 1964 começaria a ser ensaiado ainda quando Juscelino era considerado um pouco à esquerda, sendo sua posse assegurada pelo general Henrique Lott. A força de Jango se tornou evidente quando se elegeu vice novamente, mas dessa vez com um presidente conservador como Jânio Quadros, lançando o país “na roda da divergência ideológica”. Jânio teria sido eleito graças ao populismo da direita, quando usou “vassoura para varrer a corrupção” nas propagandas, além de comer sanduíches de mortadela nos comícios.

Os adjetivos “excêntrico, imprevisível e intuitivo” são empregados para construir a imagem de um presidente decente, afinal, “estava longe de ser um líder liberal no sentido clássico”. Com uma política econômica não coerente, renunciou à Presidência após condecorar Ernesto ‘Che’ Guevara, “líder guerrilheiro argentino” ícone da revolução cubana, um insulto não apenas aos brasileiros conservadores, mas aos imperialistas americanos, explorando “o arraigado sentimento anti-imperialista brasileiro”. Quando recebeu a notícia da renúncia, Jango estava em Singapura, após passar pela China em missão acertada com Jânio.

A reportagem aponta a tentativa de não se permitir que Goulart assumisse, sendo o “segundo e mais robusto” ensaio para o golpe de 1964. Para a manutenção do presidente, o país se tornou parlamentarista, com Tancredo Neves como primeiro-ministro. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, ajudou o presidencialismo a retornar em janeiro de 1963 através da “campanha da legalidade”, para que João Goulart, seu cunhado, pudesse governar com mais liberdade, afinal, embora não tivesse

apoio da ala conservadora, era respaldado pelas “massas trabalhadoras”, que estavam “hipnotizadas pela retórica febril de Brizola” – em evidente crítica ao viés esquerdista do ex-governador gaúcho.

O jornalista chega a afirmar que a intenção era impor as reformas de base “na marra”, até com pensamento de “fechar o Congresso”, com um discurso que, obviamente, aproxima-se ao dos militares, afinal, do outro lado, haveria uma ameaça não democrática, uma ditadura da esquerda iminente. Nas palavras do autor, “inaugurando uma ‘ditadura do proletariado’ tropical, aqui chamada de ‘república sindicalista’”. Chega-se a falar que “bandeiras comunistas tingiam de vermelho a multidão” no comício de Jango, “apesar de trabalhismo e comunismo competirem entre si”, isto é, evitando um possível golpe de Jango.

O comunismo é tratado como se a sociedade não o desejasse, sendo comprovado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Jango, um dia antes de ser deposto, atacou os candidatos que recebiam financiamento dos Estados Unidos. Ainda nesse texto é explicitado o apoio bélico estadunidense à intervenção militar ou ao “golpe dentro do golpe”, no qual eles evitaram um “autogolpe” de Jango. Na produção, aparecem duas imagens do Acervo Estadão, ambas de março de 1964, com a primeira de um comício do presidente deposto e a última da Marcha da Família.

Se havia alguma dúvida sobre a influência dos EUA para a intervenção militar no Brasil, o especial parecia querer dirimi-las. Com a primeira produção falando tangencialmente sobre o assunto, a segunda traz o título de que o embaixador estadunidense conseguiu dinheiro e poderio bélico para apoiar o golpe: “Embaixador dos EUA pediu dinheiro, adido militar e armas para apoiar o golpe”. Flávio Tavares, jornalista e escritor do livro *1964 – O golpe*, enfatiza como os EUA buscaram impedir e “barrar” a influência da “Revolução Cubana” nos países da América Latina – com tom mais ameno em relação à esquerda e mais crítico ao imperialismo daquele país. O texto dá a entender que, se não houvesse a polaridade entre comunistas e capitalistas no mundo, não se falaria da “conspiração que desemboca no golpe”, uma vez que, “na paranoia da Guerra Fria, ambos os lados se enfrentavam com fantasias, mentiras e (até) verdades. E tudo assustava”.

A narrativa leva em consideração apenas a memória do profissional, que descreve em primeira pessoa como foi, para ele, ser o último jornalista a estar com João Goulart antes de seu exílio, no dia subsequente ao golpe, presenciando ainda a última sessão do Congresso Nacional, na madrugada do dia 2 de abril, que durou somente três minutos, “em que o senador Auro Moura Andrade declarou ‘vaga a Presidência da República’, sem qualquer debate ou votação”. Uma resposta possível para essa ação histórica estaria no livro de 1976 da historiadora Phyllis Parker sobre os segredos da Operação Brother Sam, que deslocou poderio bélico dos EUA para a costa brasileira, contribuindo com a intervenção militar, com o golpe.

A política de Brizola e Goulart para combater o analfabetismo, com o Plano Paulo Freire, e aumentar a nacionalização das empresas de eletricidade e telefonia, além de outras benfeitorias para a população, assustou os companheiros do presidente John Kennedy, para quem o chefe de Estado brasileiro seria “pró-comunista”. Aqui, outra memória é trazida para legitimar sua visão, o livro do militar Vernon Walters, denominado *Silent Missions*, que afirma que tudo se facilitou com a morte de Kennedy, assassinado em 1963, e a sucessão do seu vice, além da rápida aceitação de Castello Branco.

Lincoln Gordon, embaixador estadunidense no Brasil, chegou a dizer que os comunistas possuíam postos influentes nas Forças Armadas e que o apoio bélico tinha de ser urgente, pois existia um “avanço comunista”, através do qual Jango queria dar um “golpe branco” para manter-se no poder”. Sem buscar sensibilizações, mas ancorado na própria vivência, o jornalista procurou corroborar suas memórias baseado em livros publicados fora do país. O jornalista José Mayrink, por outro lado, inicia seu texto demonstrando que os militares só não massacraram a oposição porque não houve confronto, mas uma confraternização – conforme o título, “Se houvesse confronto, seria um massacre” –, com uma visão um pouco ingênua e apenas repetindo o discurso do militar entrevistado. Entre outros motivos, não teria havido confronto bélico devido ao poder desproporcional entre os dois polos, com, sobretudo, a influência da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no golpe.

As memórias dos militares Geraldo Luiz Nery e Luiz Seldon Muniz são as únicas ouvidas, com uma entrevista em vídeo de pouco mais de 4 minutos e 30 segundos, na qual os militares estão sentados um ao lado do outro em um sofá e com uma câmera estática, sem nenhum recurso sofisticado de edição. Orgulhosos de terem participado do que o jornalista também chama de “movimento”, Nery e Muniz queriam que o “regime militar” tivesse durado menos tempo, embora a recorrência à luta armada pela esquerda tenha impedido essa brevidade – justificativa comum entre os militares e totalmente aceita pelo jornalista Mayrink, porém, contrariada pelos historiadores.

A primeira memória de Geraldo Nery revela que, dentro das Forças Armadas, não existia consenso, com até generais presos, como foi o caso de Euryale Jesus Zerbini, que não quis liberar seus soldados para a marcha. Nery revela que Zerbini não sabia que estava sendo preso: “Um tenente lhe disse que o general Médici o estava convidando para um cafezinho e o arrastou, pelo elevador, para a sala do comandante”. O depoimento de Muniz passa a ideia de benevolência dos militares, que não quiseram atacar os “revoltosos”, embora imaginassem que isso aconteceria, obtendo até caminhões para o Exército, emprestados por empresários. Ao final, segundo o militar, todos “confraternizaram”. Os militares que continuaram apoiando Jango teriam sido transferidos para Mato Grosso.

A entrevista com o ex-presidente José Sarney, realizada pela jornalista Laura Greenhalgh, em texto e vídeo de um minuto – com praticamente metade de filmagens históricas da consolidação do golpe –, inicia com uma aparente contradição do ex-presidente, pois conduziu o país ao retorno da democracia, ao mesmo tempo que apoiou o golpe de 1964. Ao falar do período do “regime militar”, não ditadura, Sarney revelou o que funcionou e o que deu errado no período, sobretudo porque o golpe deu certo, tendo em vista que os militares já haviam tentado “ter o controle da situação” após a renúncia de Jânio Quadros.

Segundo o político, foram primordiais para a tomada de poder: Castello Branco com seu apoio de uma ala menos conservadora; os Estados Unidos, que interferiram na política de países como Argentina, Peru

e Equador; e o erro de João Goulart de “comparecer a um ato de rebeldia militar e ainda fazer discurso a favor da sublevação de cabos e sargentos contra os seus superiores”. Toda a produção se baseia apenas nas memórias do ex-presidente. Embora fosse da base aliada dos militares, não sabia o que estava acontecendo, pois o país passava por “momento de dificuldades, grande insatisfação e agitação”. Em 19 de março de 1964, antes do golpe, fez um discurso na Câmara dos Deputados “pregando a conciliação, alertando que não poderíamos deixar o País marchar para uma ruptura institucional”. Sarney explicou os embates no próprio governo militar, em decorrência da sucessão presidencial, com discordâncias tão preponderantes que poderiam ter levado Castello Branco a ser deposto.

O ex-presidente possui um discurso de vítima, quase como se tivesse sido obrigado a ser contra Jango, pois este era apoiado por Vitorino Freire, um de seus inimigos políticos do Maranhão. Sarney teria medo de cassação permanente por ter sido contra os militares da linha dura, como Costa e Silva e Médici, além da extrema responsabilidade adquirida com a morte prematura de Tancredo Neves, tendo de assumir a Presidência “para ser deposto”, e do arrependimento por ter continuado após a finalização dos governos militares.

A jornalista Laura Greenhalgh entrevista Fernando Henrique Cardoso, colocando-o como um dos heróis da política brasileira, trazendo suas memórias em texto e vídeo de quase dois minutos – com 30 segundos com as mesmas imagens históricas da consolidação do golpe expostas também no vídeo de Sarney. Segundo o ex-presidente, a “confusão” em 31 de março era tanta que não se sabia de qual lado vinha o golpe, se de Jango ou da direita, revelando que alguns preparavam um manifesto contra o golpe do presidente, e não o praticado contra ele. “Muitos dos meus colegas achavam que o golpe era do Jango e dos generais leais a ele (...), estavam preparando um manifesto contra um golpe do presidente. E não um manifesto contra o golpe no presidente!”. Sobre João Goulart, diz que ele “não era de assustar ninguém”, pois era tradicional, populista e latifundiário que nunca quis revolução, mas o contexto da Guerra Fria favoreceu a sua saída. Jango era

“muito mais tranquilo do que qualquer um desses governantes populistas da América Latina”.

Fernando Henrique diz que os militares não tinham projeto e brigavam internamente, não eram harmoniosos como aparecem nos documentos oficiais. Uns eram até chamados de esquerda, “o que era exagero”. Até hoje, os militares não aceitam que seu “regime” não seja visto como democrático, pois seria pelo que sempre diziam lutar. “Nossa transição seguiu a opinião vencedora, diga-se de passagem, do Geisel, de que o País deveria viver uma abertura lenta, gradual e segura”. A discussão sobre o legado da ditadura foi realizada com as lembranças do ex-presidente, que sensibilizavam e se legitimavam pela sua vivência e pelo seu sofrimento, exilado com mulher e filhos, com telefone grampeado, perseguido na USP e quase sendo preso no enterro do próprio pai.

As vítimas, especialmente os desaparecidos, do período em que os militares estiveram no poder, são tratadas no texto do jornalista Gabriel Manzano sem nenhum outro formato midiático. Além dos famosos casos de Eunice Paiva e Zuzu Angel, descreve-se uma rede de mulheres que procuraram notícias sobre filhos e maridos. A estratégia para convencimento da perspectiva negativa sobre o “regime militar” – apesar do título “No segredo dos desaparecidos, uma ditadura ainda de pé”, propaga-se mais a perspectiva de regime do que diretamente de ditadura – é a sensibilização pela explicitação das atrocidades cometidas pelos agentes do Estado, implicando o pai de Marcelo Rubens Paiva, um dos colunistas do jornal. A estratégia se juntou aos enormes números das vítimas no período, aliando sensações e provas. Desde os anos de 1970, ainda durante a ditadura, diversos grupos surgiram à procura de informações sobre mortos e desaparecidos, fazendo “pressão na mídia e em Brasília”.

A Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos aponta que aproximadamente 150 pessoas estão oficialmente desaparecidas. O “regime”, em suas duas décadas de opressão, “prendeu mais de 40 mil pessoas, matou pelo menos 236, forçou cerca de 10 mil ao exílio, levou 7.367 acusados aos tribunais militares, cassou 4.862 políticos, banuiu do País mais 130 cidadãos, expulsou 245 alunos das universidades e puniu 6.592 militares”. Além das

informações históricas, hoje oficiais, e de leis, uma das memórias que aparecem é a de um ex-procurador do Estado sobre a eficácia e importância do Grupo Tortura Nunca Mais.

O historiador Hugo Studart fala sobre a descoberta dos corpos da Guerrilha do Araguaia, um dos episódios que mais vitimaram militantes. “Dos 74 mortos, entre os quais 57 militantes e 17 camponeses, 25 corpos estariam enterrados em Xambioá e Marabá (...). Os demais foram deixados nas matas, mas os locais dessas sepulturas jamais foram registrados”. Em novembro de 2012, a Comissão Nacional da Verdade, por meio de documentos entregues pela filha de um militar falecido, informou que Rubens Paiva foi assassinado por um agente do estado que não está mais vivo. O caso do político foi um dos mais emblemáticos por causa de “papéis forjados, portas fechadas, ameaças”, demorando mais de 40 anos para ser resolvido. Paiva foi levado para a cadeia sem acusação formal ou mandado judicial, e morto após aproximadamente 10 horas de tortura.

A última produção, dentre as principais, de Sérgio Augusto, traz a opinião apenas em texto de que muita coisa estava dando certo no país antes do golpe de 1964, no campo da música (bossa-nova e samba), do esporte – com a conquista de duas Copas do Mundo de futebol masculino, além dos domínios no boxe internacional por Eder Jofre e nas quadras de tênis por Maria Esther Bueno; da economia e da política – “Democracia plena, otimismo econômico, industrialização acelerada, um presidente (JK) sonhador, sorridente e dinâmico”; da literatura – “líamos mais e melhor naquela época”, com os principais poetas ainda vivos, como Drummond e Bandeira, e boas publicações jornalísticas; do cinema – com *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho, e *Deus e o Diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha; e do teatro – com as “estrelas” no apogeu e “ainda sem a concorrência das telenovelas”.

O título entusiasta – “Nunca fomos tão felizes. Então veio o golpe” – dá lugar a uma realidade mais compreensível – “Paraíso não era, nunca foi, mas raras outras vezes tivemos a impressão de que o céu podia ser aqui” –, porém, não sem destacar a negatividade da ditadura, quando muito foi interrompido pela censura. As informações históricas, não de recordações

específicas, aparecem como nostálgicas, afinal, quase tudo parecia bem, o que pode ser percebido pelas referências aos diversos meios de comunicação, jornalísticos ou não.

A produção de Roldão Arruda é uma miscelânea de depoimentos, apenas em texto, de pessoas que viveram o momento do golpe de 1964, discutindo sua constituição. De uma perspectiva neutra, com visões a favor e contra a ditadura, a estratégia para legitimidade é sempre a vivência dos indivíduos depoentes. Em toda a página, tem-se apenas uma foto histórica, do arquivo do *Estadão*, de 19 de outubro de 1963, com Assis Brasil assinando o termo de posse para se tornar ministro da Casa Militar de João Goulart, que está ao seu lado. Dos sete depoimentos, quatro são de políticos: Almino Afonso – ex-ministro do Trabalho de Jango –, Fernando Gabeira, Plínio de Arruda Sampaio e Eduardo Suplicy; além da atriz Nathalia Timberg, do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcello Lavenère Machado, e do general da reserva Luiz Gonzaga Lessa.

Almino Afonso revela que o chefe da Casa Militar do governo de João Goulart disse ao presidente que não havia nada que escapasse à rotina, enquanto o militar Luiz Lessa explica que estava pronto para atuar pela tropa de paraquedistas, caso fosse preciso, isto é, se a oposição resistisse. Nathalia Timberg fala da reação do público ao montar uma peça de contestação, enquanto Gabeira diz que estava participando de uma manifestação, após sair do jornal, quando ouviu tiros no Clube Naval e percebeu que tudo estava acabado. Plínio de Arruda atesta que, no dia do golpe, tinha realizado um comício e depois socorreu o filho que sofreu um acidente, ajudando-o a negar as acusações de que estava comandando um grupo armado. Eduardo Suplicy, no dia anterior, tinha realizado um debate na faculdade sobre a situação política do país, por isso, ficou surpreso com a ação militar. Embora fosse contra o golpe, seus pais se mostravam a favor e haviam até participado da Marcha da Família. Por fim, Marcello Machado soube da saída de Jango quando estava em reunião com aproximadamente 40 líderes rurais sobre sindicalização.

A reportagem de Fábio Fabrini conta a história dos militares Joaquim de Faria, Cupertino Guerra e Marco Felício, em texto e dois vídeos

com depoimentos de Faria, de um minuto, e de Guerra, de seis minutos, ambos em espaço público e sem nenhum corte ou edição. Faria participou do golpe de 1964, mesmo com apenas três meses nas Forças Armadas, chegando a aparecer em uma foto da revista *Manchete*, publicada em 11 de abril de 1964. O militar de 19 anos só se deu conta no futuro de que fez parte de uma “revolução”. “Fui na marcha por obrigação. Hoje, iria de novo como voluntário. Se houve excessos, foi feito como deveria”. Com apenas a instância militar tendo suas memórias representadas, imperou uma visão positiva da “revolução de 1964”, enfatizando o sofrimento de uma mãe ao ver o filho indo à “guerra”, além do estresse e da tensão com que viviam os agentes militares.

Marco Felício disse que foi um dia estressante, mas tudo terminou bem, com os militares contra e a favor de João Goulart não se confrontando. Na época candidato à Presidência do Clube Militar pela chapa de Brilhante Ustra, diz que o apoio popular mostrou que estavam certos e “Goulart teve o mérito de reconhecer que resistir seria um combate entre irmãos”. No dia da “revolução”, Cupertino Guerra afirma que só ouviu um tiro, “dado sem querer por um soldado que tinha fama de atrapalhado”, enquanto Faria exalta o apoio militar, ao dizer que apenas um colega decidiu não sair de Juiz de Fora, o qual “ironicamente morreu semanas depois da queda de Goulart, vítima de um disparo acidental dentro do quartel”. Guerra lembra que o golpe foi um sucesso e eles retornaram a Juiz de Fora com “uma volta triunfal. A cidade cheia, as pessoas nos agarrando nas ruas (...), o povo beijava, se jogava nos carros. Quando colocávamos a farda, não nos deixavam pagar nada”.

O infográfico sobre “os fatos históricos que resultaram no golpe militar de 1964” começa com os acontecimentos que contribuíram para a ação militar a partir de 1960 e só finda em 1990, com a primeira eleição direta para presidente após o término da ditadura. Essa produção é totalmente autorreferencial, pois todo o conteúdo é baseado nas matérias publicadas em *O Estado de S. Paulo*, apresentando perspectivas positivas e negativas sobre o período. O próprio jornal usa uma estratégia de (auto)legitimação, destacando o que foi divulgado por eles. A primeira publicação é de 1960,

com a inauguração de Brasília e as memórias de Juscelino Kubitschek, seguida pela eleição e posse de Jânio Quadros para presidente e de João Goulart para vice. A fim de contextualizar a história da Guerra Fria, há uma fala sobre o russo Yuri Gagarin, primeiro homem a viajar ao espaço, e outra sobre a construção do Muro de Berlim e medidas para restringir o tráfego nos dois lados.

A renúncia de Jânio foi seguida da posse de Jango e da instalação do parlamentarismo no Brasil. Até a vitória de *O pagador de promessas* em Cannes, em 1962, é lembrada. No ano seguinte, foi anunciada a volta ao presidencialismo. Com a pressão da oposição por causa das reformas de base, Jango solicitou ao Congresso Nacional o estado de sítio, ainda em 1963. A morte do presidente estadunidense John Kennedy no final do ano facilitou a ação dos EUA na América Latina. No início de 1964, publicase sobre a Lei de Remessas de Lucros sancionada por Jango. Em março, aparecem o Comício da Central do Brasil do presidente e a Marcha da Família. Enfim, acontece o golpe e é falado sobre o exílio do ex-presidente no Uruguai. Ranieri Mazzilli assumiu novamente a Presidência de forma temporária e, a partir de abril, começaram as publicações sobre os principais fatos da ditadura, como cassação, eleição, bipartidarismo, Ato Institucional, posse e saída dos presidentes, constituição, prisão, morte, censura, guerrilha, sequestro, manifestação e ação da esquerda, entre outros assuntos.

Na primeira matéria sobre “Censura à imprensa”, José Mayrink traz apenas em texto o rompimento de *O Estado de S. Paulo* com a ditadura, após o cancelamento das eleições presidenciais. O início justifica o motivo pelo qual o jornal apoiou o golpe: a possível tomada de poder de Jango, igual a Vargas, logo, teriam apoiado um “contragolpe”. Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal, chegou a declarar: “em defesa da democracia, sou um conspirador”. Apesar de tom condescendente em alguns momentos, a publicação traz uma visão negativa da ditadura militar, mas apenas porque não foi o que se prometeu. Com a memória da família Mesquita e de seu veículo jornalístico, a estratégia era colocar os mandatários do jornal como vítimas, pois “estavam prontos para dar a vida pelo Brasil”, defender

o regime democrático, afinal, foram enganados pelos militares que promoveram um regime autoritário.

Com o título “Estado’ rompeu com regime após cancelamento de eleições”, a vitimização continua, uma vez que só teriam apoiado a deposição de Jango porque descendia politicamente de Vargas, que já havia censurado o jornal e exilado os seus proprietários, nos anos de 1930. A família apostava que os militares chamariam as eleições diretas, que a intervenção seria breve. Embora o entusiasmo tenha diminuído quando militares da linha dura começaram a interferir demais no governo de Castello Branco, o rompimento veio com a promulgação do AI-2, em 1965. Continuando a série ainda com José Mayrink, a segunda publicação apenas em texto diz que a ordem no Grupo Estado era de que os jornalistas continuassem atuando normalmente: “Façam reportagens e escrevam, os censores que cortem”. No lugar dos textos censurados, publicavam poemas, receitas, cartas fictícias, notícias sobre criação de animais e cultivo de flores. Como alguns leitores não entenderam o recado, publicaram partes de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, aparecendo mais 600 vezes. Quando perceberam, ligaram na redação para saber o que tinha sido censurado.

A primeira censura textual veio com o editorial que criticava o presidente Costa e Silva, intitulado “Instituições em frangalhos”. Na manhã de 13 de dezembro de 1968, o jornal foi apreendido porque os editores não quiseram informar, na noite anterior, a Sílvio Correia de Andrade, general e chefe da Polícia Federal, o que publicariam em sua edição. De acordo com a pesquisadora Maria Aparecida Aquino, em dois anos, mais de mil textos foram censurados. Houve um momento em que os censores se instalaram no jornal; antes, “a censura prévia era feita por telefonemas, bilhetes e listas de assuntos proibidos”. Os caminhões de distribuição do Grupo Estado chegaram a ser até interceptados.

As memórias dos donos do Grupo Estado são sempre colocadas como das vítimas, pois a resistência de Júlio de Mesquita Filho “custou caro”. “O preço que pagamos foi, em primeiro lugar, a vida de meu pai”, nas palavras de Ruy Mesquita. Porém, existe espaço para elevar a própria honra, pois nunca se autocensurariam. Em outra ocasião, é revelado que “as

normas de censura que deixavam Ruy Mesquita humilhado, como ele disse ter ficado, proibiam críticas, comentários ou editoriais desfavoráveis sobre a situação econômico-financeira”. Em investigação pela polícia, o proprietário respondeu com ironia, dizendo que não escolhia o que sai no jornal, pois para isso existia a censura – “depois da censura, quem decide o que sai ou deixa de sair no Estado é o professor Alfredo Buzaid”. Em 1975, antes do centenário, a censura findou, embora a situação se regulamentasse somente com o fim do AI-5, três anos depois. Em 1980, o grupo ganhou um recurso contra o governo e foi indenizado.

O último conteúdo sobre a “Censura à imprensa” é uma miscelânea de produções realizadas para a Rádio Jornal do Brasil, de 1964 até 1976, que discutiam os fatos que precederam o golpe e seus primeiros dias. Entre os seis extratos textuais e radiofônicos, encontram-se: a fala de João Goulart de que não aceitará a tomada de poder pelos opositores, enviando, em 31 de março, tropas militares para combater os golpistas, mas “é inútil”, uma vez que os militares “legalistas’ aderem aos rebeldes”; a informação, pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, da prisão do governador de Pernambuco, Miguel Arraes; o deslocamento das tropas de Minas Gerais e de São Paulo para o Rio de Janeiro; a declaração de Auro Moura Andrade de que a Presidência da República estava vaga, com o presidente ainda no país; a posse como presidente da República interino por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara; e a eleição de Castello Branco em 12 de abril, com a posse três dias depois. Com uma perspectiva negativa sobre a ditadura militar, a estratégia de divulgar publicações dos meios de comunicação contribuiu para a legitimação da própria visão.

A primeira produção, apenas em texto, sob a rubrica da tortura, de Marcelo Godoy, mostra um fato novo, como alguns oficiais vítimas dessa violência, com o título “Tapas, socos e choques: a tortura atinge os oficiais”. Com a intensificação do combate à subversão pelo DOI-CODI, diversos militares foram interrogados. O tenente-coronel Vicente Sylvestre foi um desses agentes, pois era contra a ditadura instaurada. “Seu filho da puta, traidor. Hoje você fala!”, foi o que ouviu Sylvestre dos seus colegas militares. “Mandaram-no ficar nu e o sentaram na cadeira do dragão. (...) A energia

dos choques elétricos atravessava-lhe a alma, e a madeira que prendia suas pernas entrava em sua carne”. Ao todo, 70 policiais foram presos, torturados ou mortos. Com memórias negativas advindas somente dos militares, evidencia-se a vivência dos torturados pelos seus colegas com fins de sensibilização.

“A gente passou a ver aquele grupo como traidores que nos matariam se pudessem”, disse o agente do Destacamento de Operações de Informações (DOI) que não se identificou. O DOI foi criado em 1969 para “pôr ordem na repressão” e combater a “subversão no País”, no lugar do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O DOI prendeu mais de 2.500 pessoas, das quais 51 morreram, segundo os militares, embora não sejam incluídos os desaparecidos e os enviados a outras prisões. “O projeto Brasil Nunca Mais listou 876 denúncias de tortura contra o órgão”. Na matéria apenas em texto de Wilson Costa, as informações são de que quase metade dos torturadores era de civis. O projeto Brasil Nunca Mais aparece como fonte reveladora dos casos de tortura e *O Estado de S. Paulo* como um agente importante para essa perspectiva negativa do período, com dados e informações oficiais para legitimação. A pesquisadora Martha Huggins diz que a competição aumentava a tortura, com cada grupo querendo ser o ganhador. As denúncias se concentraram no governo de Médici entre os agentes de patente alta.

Na última produção sobre tortura, o jornalista Marcelo Godoy expõe sobre “O trabalho voluntário dos agentes do DOI-CODI”. As memórias dos militares revelam os atos cometidos nos porões da ditadura, não apenas em texto, mas em entrevistas em áudio e até com uma foto de arquivo pessoal com Carlos Alberto Brilhante Ustra. O policial militar Nelson detalhou as torturas e falou que um dos agentes matou “um cara lá de tijolada (...)”. Eu vi ele fazer isso e achei um negócio chato. Aí pedi minha saída de lá”. Ainda que afirme que nunca tenha gostado de alguém de esquerda, disse que nunca fez mal a nenhum militante.

O agente explica que ninguém era obrigado a ficar no DOI, era uma mera questão administrativa. Nelson, conhecido como Pai Velho, afirmou que quem matou, torturou ou sequestrou fez porque queria, de forma

consciente. A agente militar Neuza não nega a participação nas operações que acabaram com seis mortes, diversas prisões e alguns desaparecidos. A depoente não demonstrou arrependimento, mas orgulho: “Era uma guerra e eu estava defendendo a minha pátria. (...) um amor à pátria que sinto até hoje. Se não fosse nosso trabalho, o Brasil hoje seria uma Cuba”. Segundo a reportagem, “Neuza saiu do DOI no fim de 1975. Jamais se casou. Aposentou-se e vive no interior”. A produção demonstra o caráter negativo da ditadura com as memórias dos próprios militares, que vivenciaram e participaram de atos violentos, finalizando com um glossário das atrocidades do DOI-CODI.

\*\*\*

A ideia de golpe e ditadura está conformada nas publicações, ainda que em diversas produções exista condescendência com os argumentos dos militares, especialmente sobre os “perigosos” Jango e Brizola e uma possível ameaça comunista. Cada produção visava à publicização das perspectivas das fontes entrevistadas, com ênfase estritamente nas memórias dos depoentes – por isso, a favor ou contrário à ação dos militares –, ou do escritor do texto, no caso dos militares, nos moldes dos artigos de opinião. O que está em evidência em toda a produção é o apoio dos Estados Unidos ao golpe e aos militares, citado em muitas ocasiões distintas e com produções específicas para essa finalidade.

O primeiro texto do especial possui um aspecto mais histórico e didático, com uma narrativa cronológica – diferente do modelo jornalístico com hierarquia da pirâmide invertida – e quase nenhuma citação, semelhante aos encontrados nas narrativas multimídias, mesmo que o *Estadão* não tenha realizado um especial desse tipo. Isso fica evidente quando se acessam as outras produções – em formato de reportagem, com estrutura hierárquica de um texto jornalístico padrão, ou de artigo de opinião –, com as fontes sendo citadas como base e fundamento do jornalista, desde pesquisadores e estudiosos do assunto até indivíduos que vivenciaram o golpe e a ditadura, especialmente ex-militares e políticos – com destaque para dois

ex-presidentes, José Sarney e Fernando Henrique Cardoso. A memória individual, de modo geral, prevaleceu como principal embasamento para as publicações, ainda que livros, leis, documentos oficiais e especialistas estivessem presentes.

Os formatos midiáticos do especial trazem, com a digitalização, conteúdos históricos principalmente do próprio Grupo Estado. O único infográfico conta a história do golpe e da ditadura militar por meio de uma autorreferência das produções históricas de *O Estado de S. Paulo*. Os vídeos, por sua vez, são todos de produções atuais, com depoimentos de ex-militares e ex-presidentes, com apenas 30 segundos iniciais de filmagens do golpe e da declaração de vacância da Presidência da República. Enquanto todos os áudios disponibilizados são de momentos históricos advindos da Rádio Jornal do Brasil, especialmente da primeira década da ditadura, as fotografias são praticamente todas históricas do próprio acervo do Grupo Estado ou de acervos pessoais já pertencentes ao Arquivo Estadão. Essas fotos estavam mais restritas não às produções, mas às chamadas na página principal, com poucas atuais, como aquelas para as entrevistas com os ex-presidentes Sarney e FHC e outra para uma matéria com dados recentes sobre as torturas, com pessoas se manifestando em frente a um local não identificado.

A perspectiva histórica aparece até em formato textual, ao serem revelados, por exemplo, diálogos do período da ditadura militar, especialmente nas duas últimas seções do especial: “Censura à imprensa” e “Tortura”. A reprodução dessas conversas transporta o leitor para as violências cometidas pelos militares e pelos seus apoiadores contra as vítimas fontes do veículo – como os proprietários do Grupo Estado e os militares torturados –, a exemplo do diálogo entre agentes militares que serviam ao DOI-CODI voluntariamente.

### 5.3 Portando as notícias dos 50 anos do golpe

O portal de notícias G1 é o produto jornalístico desenvolvido especialmente para a web em 2006 pelo Grupo Globo, substituindo o site GloboNews.com, criado em 2001. O G1 agrega os conteúdos de jornalismo do grupo, ainda que sua intenção seja não se restringir aos conteúdos da Central Globo de Jornalismo, produzidos primariamente para outros veículos do grupo em jornais e revistas impressos, além de programas jornalísticos no rádio e na TV. O veículo é, portanto, nativo digital, com nenhuma amarra ou vício de formato ou mídia predecessora, segundo a lógica de transposição, primeira geração do jornalismo digital, característica que ocorre em outros veículos do próprio Grupo Globo, como os sites do Jornal Hoje, Jornal Nacional, O Globo, entre outros. Em 11 de junho de 2010, o portal G1 ganhou versões em inglês e em espanhol, até com legendas em seus vídeos.

O Grupo Globo teve *A Noite* como primeiro veículo jornalístico, fundado em julho de 1921 por Irineu Marinho. O impresso vespertino prezava pela independência financeira do governo, com venda direta e com publicidade, e pela captação de um público com renda inferior, por meio de linguagem acessível, diagramação moderna, reportagens extensas e campanhas sociais e cívicas com ênfase nos fatos populares, problemas cotidianos e notícias policiais. Em 1924, Marinho foi à Europa para tratar problemas de saúde; ao retornar, deixou o conselho diretor do veículo (História..., s./d).

Um ano depois, em julho de 1925, foi lançado o jornal *O Globo* – nome escolhido em concurso – envolvendo diversos profissionais do *A Noite*, e com duas edições diárias, voltadas, sobretudo, à prestação de serviços. Menos de um mês após a primeira edição, Irineu morreu e seu filho Roberto Marinho assumiu o jornal, tornando-se presidente cinco anos depois. Em dezembro de 1944, foi inaugurada a Rádio Globo com transmissões de shows e programas nos auditórios da Associação Brasileira de Imprensa e do Teatro Rival, ambos no Rio de Janeiro. Na década seguinte, em maio de 1952, Roberto Marinho fundou a Rio Gráfica e Editora e, cinco anos depois, teve a concessão do Canal 4 aprovada pelo presidente Juscelino

Kubitschek. A TV Globo foi inaugurada em 26 de abril de 1965, um ano depois do golpe apoiado e mantido pelo Grupo Globo. Em 1969, com o AI-5 promulgado, o *Jornal Nacional* surgiu já como líder de audiência no segmento, inovando com a “escalada” – uma espécie de apresentação, na abertura do telejornal, das principais matérias da edição daquele dia.

A gravadora Som Livre foi criada em abril de 1971 e, seis anos depois, a Fundação Roberto Marinho – entidade sem fins lucrativos, com o objetivo de promover ações de educação, patrimônio e meio ambiente. O Grupo Globo adquiriu em agosto de 1986 a Editora Globo, fundindo com a Rio Gráfica e adotando o nome daquela. Em 1991, criou a primeira emissora de rádio a transmitir 24 horas de jornalismo – a Central Brasileira de Notícias (CBN) – e a primeira TV por assinatura do Brasil, a Globosat. Antes, com apenas quatro canais, a Globosat possui atualmente mais de 30 canais pagos. Quatro anos mais tarde, em 1995, surgiu a Central Globo de Produção, o Projac, com seu conjunto de estúdios.

Em 1996, a central de jornalismo do grupo realizou duas grandes inovações: GloboNews, primeiro canal de notícias 24 horas; e a entrada no universo digital através do site Globo On-Line, vinculado ao jornal impresso *O Globo*. No ano seguinte, a empresa inaugurou o Canal Futura, primeira emissora educativa do país. Em 1998, foram lançados a revista *Época* e o jornal *Extra*, além da produtora de cinema Globo Filmes. Março de 2000 marcou o lançamento do site do Grupo Globo, o Globo.com; seis anos depois, foi inaugurado o G1 – portal de notícias do grupo independente dos veículos predecessores – e, 12 anos após, surgiu *O Globo a Mais* – primeira publicação vespertina de notícias para tablet no país.

\*\*\*

Os “50 anos do golpe militar de 1964”<sup>3</sup> é um especial multimídia interativo, com três grandes narrativas: a primeira sobre o “Brasil Pré-64”,

---

3 “50 anos do golpe militar de 1964”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

seguida de uma explicação d“O Golpe em 33 Dias” – mais longo e como aba central e padrão ao se abrir o especial – e o “Quem é Quem” dos envolvidos com a ditadura. Ao todo, nove profissionais se dedicaram para edição, design, desenvolvimento e pesquisas do especial, que teve como fontes: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Arquivo Nacional, além dos livros “A democracia nas urnas”, de Antonio Lavareda, “Democracia ou reformas”, de Argelina Figueiredo, e “O jornalismo e o golpe de 1964: 50 anos depois”, de Luiz Antônio Dias.

Uma foto do ex-presidente Jânio Quadros com olhos bem abertos e acenando inicia a primeira narrativa, com um texto explicativo sobre a renúncia de Jânio em 1961 e a série de acontecimentos que levaram ao golpe de 1964. Foram três anos até a deposição de João Goulart, o vice, eleito em chapa oposta, que tramava “um golpe de esquerda, coisa que seus partidários negam até hoje”. O texto da abertura deixa evidente que a culpa foi de Jango, por “radicalizar” a política ao dizer que passaria suas “reformas de base na ‘lei ou na marra’”, inclusive, com apoio das Forças Armadas. Isso culminou numa ditadura de 21 anos, apesar da promessa feita pelos militares de “entregar logo o poder aos civis”. A seção é compreendida por um infográfico interativo para explicar a “Crise no governo Goulart”, através de gráficos de pesquisa, fotos e informações em texto. De 1961 até 1964, pode-se clicar nas imagens para ampliá-las – a maioria das fotos vem do Grupo Estado, com apenas uma do Grupo Globo, empresa da qual o G1 faz parte, e mais uma do Grupo Folha –, além dos quadros com gráficos (ícone de um gráfico) e informações (ícone de uma mão) sobre determinado acontecimento.

“Jânio condecora Guevara” é a primeira imagem, até um pouco acima da linha de tempo vertical. O ex-presidente e o ex-guerrilheiro se encontraram em 19 de agosto de 1961, provocando “indignação em setores civis e militares conservadores”, mas não na população de modo mais amplo. O primeiro momento da linha que levou ao golpe de 1964 é a “Renúncia de Jânio Quadros”, ainda três anos antes, em 25 de agosto de 1961, com a imagem do ex-presidente (a mesma da abertura desta seção do especial) e

da sua carta de renúncia. Sete meses após assumir, Jânio desejava que sua carta fosse um mote para voltar com aclamação popular, mas “a estratégia dá errado”.

Com o vice, João Goulart, em viagem oficial à China e à União Soviética, os militares perceberam o momento como oportuno para “impedir sua posse”. Antes de continuar a linha de tempo, uma caixa informativa explica que os militares começaram uma onda de propaganda contra o novo presidente, através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organizanda pelo general Golbery do Couto e Silva. “A ‘solução’ encontrada”, no entanto, foi instalar o parlamentarismo para diminuir a atuação de Jango, mas “permitindo sua posse”. Embora questionem a ideia de solução – pois seria apenas para os militares –, colocar a posse como permitida cria uma ideia de que ela ocorreu sem disputa, harmonicamente, simplesmente porque resolveram ser legalistas. O texto não evidencia que Jango assumiu oficialmente seu lugar como presidente devido às manifestações de Leonel Brizola, seu cunhado, líder da esquerda e governador do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a impressão é de que os militares simplesmente desistiram do impedimento.

Ao seguir com a linha de tempo, na imagem de João Goulart assumindo a Presidência em 7 de setembro de 1961, explica-se que “os militares conseguem implantar o parlamentarismo”, diminuindo os poderes do presidente que era “apoiado por forças de esquerda”, ainda que “acenando com medidas aos conservadores”. A “Reforma agrária e a U.R.S.S.” fala de uma das principais propostas de Jango, a reforma agrária “sem indenização aos proprietários” – como informa o jornal em tom de espanto, ao dizer que o presidente estava “provocando as elites” e não beneficiando os brasileiros que não possuíam habitação e sustento – e do retorno da União Soviética, embora não se saiba muito sobre a viagem. Esses são principais motivos para a criação do IPES, uma reação dos militares às políticas de Jango.

Em 1962, tem-se uma imagem do presidente em reunião com Tancredo Neves, que controlava a oposição, ainda que tenha restabelecido o presidencialismo. Nesse período, o Brasil não apoiou os EUA pela expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Um gráfico,

baseado no livro de Argelina Figueiredo, mostra como era a “Composição da Câmara dos Deputados”, dividida entre PSD (29%, com 118 políticos), PTB (28%, com 116) e UDN (22%, com 91). Outros partidos de esquerda tinham 49 cadeiras (12%) e os conservadores 35 (9%). O quadro seguinte aborda o plebiscito pelo presidencialismo, agendado para o ano posterior. Com a imagem de Carlos Lacerda dizendo no rádio que o presidente planejava um golpe porque “Jango cria o 13º salário”, revela-se a renúncia de Tancredo Neves, mesmo que sem nenhuma explicação no especial, e uma greve geral – também sem causa aparente – com “centenas de feridos” e 42 mortos. Em dezembro de 1962, a menos de uma semana do plebiscito para a volta do presidencialismo, foi lançado o Plano Trienal para combater a inflação.

O ano de 1963 tem como primeiro quadro, com imagem de Jango caminhando para tomar posse, o “Retorno do presidencialismo”, em 6 de janeiro de 1963, além do acirramento entre direita e esquerda e da ameaça de golpe pelos militares. Jango perdeu “apoio popular” ao tentar aprovar a reforma agrária e outras reformas de base com a inflação em alta. Um gráfico, com informações da obra de Antonio Lavareda, revela que 76,97% da população eram a favor da volta ao presidencialismo e somente 16,88% contrários. Em “Discussões sobre reformas de base”, explicam-se os objetivos do presidente, com mudanças nas áreas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária, além da extensão dos votos aos analfabetos e às patentes mais baixas das Forças Armadas.

Um quadro informativo mostra que o governo de Goulart ficou “frágil” por causa das medidas, como mobilização sindical, redistribuição de renda, reforma agrária, Lei de Remessa de Lucros e congelamento de aluguéis. É citada a “Revolta dos Sargentos”, de 12 de setembro de 1963, que apoiava as reformas de base do presidente. Em infográfico sobre a “Avaliação popular de Jango”, do livro de Lavareda, revela-se que 35% consideravam seu governo ótimo e bom, 41%, regular e 19%, péssimo. Em 4 de outubro de 1963, “Jango tenta decretar estado de sítio”, após ser “impelido por ministros militares”, todavia, o projeto foi “repudiado por líderes sindicais” e, no Congresso Nacional, visto como “tentativa de ‘golpe’, aumentando

ainda mais as conspirações contra o presidente”, uma vez que se atribuíam as decisões do Legislativo e do Judiciário ao Executivo.

O ano do golpe no especial começa com dois infográficos baseados nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), um tratando da “Avaliação de Jango” e outro questionando: “Jango se reelegeria?”. A primeira, feita em apenas três cidades de São Paulo, tinha 15% avaliando o governo do presidente como ótimo, 30% como bom e 24% como regular. Já a segunda pesquisa revela que 47% gostariam da reeleição de Jango, contra 46% de respostas negativas. Nos primeiros meses de governo, Goulart limitou a transferência de divisas ao exterior, com a Lei de Remessa de Lucros, nacionalizou as refinarias particulares de petróleo e desapropriou terras, conforme informação seguinte. O infográfico, baseado no livro de Luiz Antônio Dias, apresenta as “Posições favoráveis sobre a Reforma Agrária nas principais capitais do BR” em março de 1964, como São Paulo, com 66%, Belo Horizonte, com 67%, e Rio de Janeiro, com 82%.

Um quadro informativo, antes do último momento, explica que os EUA apoiaram as alas conservadoras do país com intuito de isolar Jango, ainda assim, o texto praticamente culpa o presidente, uma vez que “suas medidas acabaram servindo de munição para os adversários, que planejavam o golpe”. “O isolamento de Goulart” traz uma imagem do presidente com sua esposa, Maria Thereza Fontella Goulart, no Comício da Central do Brasil, que deixou os militares revoltados. Em tom culposo ao ex-presidente, evidencia que ele “era o estopim para a movimentação que, 33 dias depois, resultaria no Golpe Militar de 1964”.

“O golpe em 33 dias”, parte principal e central do especial, traz como imagem os militares em marcha em frente ao Congresso Nacional com o mesmo texto da seção anterior. De 13 de março até 15 de abril, são elencados os principais acontecimentos pré e pós-golpe, acompanhados de quase 30 imagens dos Grupo Globo (7), Grupo Folha (8), Grupo Estado (9), CP-DOC/FGV, AssisBrasil e Itamaraty, além de fotos de divulgação de alguns dos principais personagens envolvidos com o golpe militar, favoráveis ou contrários. Uma faixa interativa à direita é destinada a falar dos “Envolvidos” nos acontecimentos daquele dia em questão, sempre com uma imagem

que, ao ser clicada, traz informações sobre aquele personagem. Além disso, em muitas datas, existe uma lista de apoiadores das movimentações daquele dia, uma espécie de “olho” – citação direta ou indireta em destaque na página – de um dos envolvidos, vídeos de propaganda feitos pelos militares do evento do dia, capas de alguns dos jornais noticiando o acontecimento da data na seção “Nas bancas de jornal”.

A primeira data, 13 de maio, é apresentada com uma imagem de Jango e sua esposa no “Comício das Reformas”, na Central do Brasil, imagem e história que terminaram a seção anterior. Aqui, são inclusos personagens importantes da política brasileira, como José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e Leonel Brizola, deputado e ex-governador do Rio Grande do Sul. O comício, transmitido ao vivo para todo o país por rádio e TV, foi organizado por sindicatos, com “o presidente, que era fazendeiro”, defendendo suas reformas de base, inclusive, a agrária, que estavam “paradas no Congresso”. Com uma lista de quem apoiou o comício – como Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Frente de Mobilização Popular (FMP) e UNE, além de militares pró-Jango e diversos intelectuais –, pode-se ouvir a convocação original da Rádio Nacional para o comício.

Os envolvidos do dia são: João Goulart, com breve descrição de sua atuação política e com foto em posição presidencial; Miguel Arraes, em foto sorridente e com texto que revela ser “politicamente de esquerda”, apoiador das Ligas Camponesas e de sindicatos, preso em 1º de abril por se recusar a renunciar, não traíndo “a vontade dos que o elegeram”, e exilado em 1965 na Argélia; Leonel Brizola, em foto séria e com histórico político de quem “lutou com Jango pelas reformas de base” e líder da Frente de Mobilização Popular; Darcy Ribeiro, em foto de perfil, o ministro de Jânio que tentou organizar uma resistência ao golpe, sendo cassado e exilado no Uruguai; José Serra, em foto durante discurso, no qual denunciou “o ‘golpe reacionário’” e foi exilado na França; Dante Pellacani, o militante sindicalista e presidente do CGT, que aparece em discurso com microfone e é

colocado como articulador do movimento Jan-Jan, com Jânio e Jango para Presidência do país, sendo exilado no Uruguai.

Destaca-se uma fala de Jango sobre a reforma agrária e as formas como o governo indenizaria os proprietários, antes de uma propaganda em vídeo do comício, de pouco mais de um minuto, feita pelos militares, defendendo que os participantes rasgaram a Constituição ao ameaçar o fechamento do Congresso Nacional, a fim de passar as propostas “obscuras” e mal encaminhadas pelo presidente. Isso seria uma vitória do comunismo internacional, que encontrou apoio na incompetência e corrupção de políticos para “incendiar a nação e nas suas cinzas” construir um Estado totalitário com apoio de subalternos insubordinados que ingressaram nas Forças Armadas com o propósito de promover a subversão. O dia termina com uma foto do comício com muitas pessoas e diversos cartazes de apoio ao ex-presidente.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, “resposta ao comício na Central do Brasil e à ameaça comunista”, marca o dia 19 de março de 1964 no centro de São Paulo, com uma foto da caminhada em que estão marcados: Leonor Barros, esposa de Adhermar de Barros, governador de São Paulo, e os deputados Cunha Bueno e Hebert Levy. Os principais apoiadores foram a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), União Cívica Feminina, Fraterna Amizade Urbana e Rural, Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e parte da Igreja Católica. Em entrevista à *Folha de S. Paulo* durante a marcha, uma fala sobre como impediria que “os comunistas sejam os donos da pátria”, do presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, destaca-se abaixo dos apoios. Os dois registros fotográficos mostram as milhares de pessoas em frente à Praça da Sé e com mulheres segurando a bandeira do estado de São Paulo e cartazes. As imagens são seguidas de uma propaganda de um minuto em vídeo da caminhada feita pelos militares, com uma trilha sonora calma e reconfortante, no qual diziam que pessoas de todas as classes reafirmaram “sua convicção democrática e seu amor à ordem” e fizeram uma marcha “quase sem preparativo (...), espontânea e pura”.

O discurso era de que “a pátria se levanta” contra a esquerda, com um movimento “coeso” que se “limita à manutenção da ordem”, formado por militares, políticos democráticos, jovens e donas de casa, que prestaram uma “contribuição maravilhosa”. O especial coloca como principais envolvidos: Adhemar de Barros – o governador de São Paulo aparece em foto de perfil, com olhar sereno, e como um dos líderes das “conspirações do golpe contra a ‘comunização do país’”, porém, foi cassado em 1966 ao se opor ao “regime militar”; Carlos Lacerda em imagem de quando concedia entrevista a uma rádio – o governador de Guanabara era líder da parte mais radical da União Democrática Nacional (UDN) e defensor da “intervenção militar no estado”, embora depois tenha se voltado contra a extensão de Castello Branco na Presidência; Auro de Moura Andrade, em foto de quando era entrevistado pela imprensa – o presidente do Senado e do Congresso Nacional foi quem declarou vaga a Presidência da República, depondo de fato Jango; Dom Jaime de Barros Câmara, representado como se estivesse apreensivo – o cardeal da Arquidiocese do Rio de Janeiro organizou essa marcha e a “marcha da vitória” após o golpe de 1964.

A “Revolta dos Marinheiros”, que aconteceu em 24 de março, foi uma comemoração dos dois anos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais – considerada ilegal –, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A citação em destaque é do cabo Anselmo, líder do movimento e listado como principal envolvido, ao questionar o porquê de serem denominados subversivos. Depois do golpe, diz-se que ele se tornou agente duplo e entregou “companheiros de esquerda ao regime militar”. Na revolta, Anselmo fez um discurso em favor das reformas de base e da associação, levando o ministro da Marinha, Sílvio Mota, a enviar fuzileiros para prendê-los; os enviados, porém, aderiram ao movimento e o ministro foi demitido pelo presidente. O outro envolvido é o almirante Cândido Aragão, que se asilou no Uruguai durante a ditadura. A última imagem é a dos marinheiros na passeata.

Em 30 de março, Jango realizou o “Discurso no automóvel clube” em lugar repleto de militares a favor do governo, defendendo novamente as suas reformas de base. A citação em destaque é do próprio discurso do

presidente, publicado no *Jornal do Brasil* um dia após o evento, que acusa a “minoria de privilegiados” de temer o “luminoso futuro”. Por fim, tem-se a digitalização das capas dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Correio da Manhã* com destaque para a cobertura do discurso de Jango e as reações a ele. “Mourão Filho dá início ao golpe” é a seção sobre o fatídico 31 de março, com a imagem de um tanque de guerra com militares próximos à residência de Jango, mostrando que o general Olympio Mourão Filho iniciou o golpe ao encaminhar, ainda na madrugada, suas tropas de Juiz de Fora, em Minas Gerais, até o Palácio das Laranjeiras, na Guanabara. Amaury Krueel, comandante do 2º Exército de São Paulo, apoiava o presidente até este dia, quando propõe, por telefone, que Jango dissolvesse o CGT e demitisse os ministros de esquerda. Com a recusa do presidente, a tropa do Rio de Janeiro aderiu aos “militares golpistas”, enquanto se encaminhava a Minas Gerais.

Na lista de apoiadores, o especial prefere dizer que foram apenas os governos de São Paulo e do Rio de Janeiro, sem citar nomes diretos. A citação destacada é do próprio Mourão Filho, publicada no livro “Memórias: a verdade de um revolucionário”, ao dizer que todos apoiam quem está na Presidência, seja ele “mediocre, louco ou semianalfabeto”, convencendo-o de que é “um gênio político e um grande homem”. Abaixo, pode-se ler a capa do *Jornal do Brasil* digitalizada sobre essas movimentações iminentes do golpe. Além desse general, que organizou a “Operação Popeye” para depor Jango e depois se afastou do “regime” ao criticar Castello Branco, estão entre os envolvidos: general Assis Brasil, chefe da Casa Militar apoiador do presidente preso no Forte de Jurujuba, no Rio de Janeiro; Amaury Krueel, ministro de Guerra até se opor ao presidente no dia do golpe; José de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, que ajudou na “derrubada de Goulart”, na escolha de Castello Branco para Presidência e na escrita do AI-5. Todos aparecem fardados em imagens de perfil, olhando para o horizonte. A seção acaba com uma fotografia das tropas militares em marcha.

“O golpe avança” no dia 1º de abril, com tanque e militares em frente ao Palácio Guanabara, casa do governador Carlos Lacerda, como demonstra a imagem. Eles marcharam e tomaram o Forte de Copacabana. O governador Miguel Arraes foi preso em Recife e a sede da UNE, incendiada no Rio de

Janeiro. É assim que inicia o primeiro dia. O embaixador dos EUA no país, Lincoln Gordon, estava com a Operação Brother Sam engatilhada, caso o golpe não desse certo, isto é, uma tropa da marinha americana vinda do Caribe para o Brasil. Na lista de quem apoiou, de forma econômica, colocam apenas os EUA. Entre os envolvidos, apenas Gordon, que solicitou apoio estadunidense desde o governo de John Kennedy e obteve do presidente Lyndon Johnson “reconhecimento do novo regime”, antes mesmo do exílio de Goulart no Uruguai. A invasão do Forte de Copacabana foi divulgada em vídeo de propaganda dos militares de pouco mais de 30 segundos, em que saudavam os colegas que perceberam que indisciplina era ficar ao lado daqueles que criaram a desordem para “implementar o comunismo”. Por fim, podem ser lidas as capas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio da Manhã* na manhã após o golpe.

A “Presidência é declarada vaga” no dia 2 de abril, por Auro de Moura Andrade, presidente do Senado e do Congresso Nacional, conforme imagem da sessão extraordinária de oficialização do golpe. O presidente interino é Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, com o general Costa e Silva se autoproclamando “comandante-em-Chefe do Exército”. A sessão de vacância da Presidência pode ser ouvida na íntegra em áudio através da declaração de Moura Andrade, com parte da fala transcrita e destacada logo abaixo. *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* têm suas capas digitalizadas noticiando a oficialização do golpe, contudo, há também a retratação das Organizações Globo com o link para a leitura do editorial de 2013, onde reconheceram o erro por apoiar o golpe de 1964 e as mais de duas décadas de ditadura. Ranieri Mazzilli é um dos envolvidos nos acontecimentos, assumindo a Presidência da República interinamente em dois momentos: após a renúncia de Jânio Quadros e depois da deposição de João Goulart. O general Costa e Silva, outro apresentado, era da linha dura das Forças Armadas, e não só participou do golpe como assumiu a Presidência com a saída de Castello Branco, instaurando o rígido AI-5. Eles aparecem em fotos institucionais, olhando para frente, como em uma fotografia 3x4. Por fim, há uma foto em que os militares olham para frente, um apontando, outro com binóculo, como se estivessem vendo o futuro.

“Jango parte para o exílio” no Uruguai, em 4 de abril, possui uma foto em que aparece a silhueta do seu corpo, enquanto toma chimarrão e pesca à beira de um lago. Escondido em São Borja, interior do Rio Grande do Sul, o presidente deposto moraria na Argentina, onde morreu por ataque cardíaco em 1976. Em 2013, a Comissão Nacional da verdade decidiu pela exumação do seu corpo e descobriu que ele foi envenenado; enterrado novamente, recebeu as honras de chefe de Estado. A viúva do ex-presidente, Maria Thereza, teve sua fala ao jornal *Zero Hora*, em 2013, destacada, quando enfatizou que o mais difícil para o seu marido foi não poder retornar jamais ao seu país. Em 9 de abril, foi “Baixado o AI-1” por Costa e Silva, segundo a imagem que abre o dia. O primeiro Ato Institucional permitia a cassação de mandatos e a suspensão dos direitos políticos, além da exigência de eleições indiretas em dois dias para presidente e vice. Um trecho do AI-1 aparece destacado, denominando o golpe de “revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da nação na sua quase totalidade”.

Em 15 de abril, “Castello Branco assume a Presidência” e o golpe está completo. Anunciado por Costa e Silva “e um Congresso Nacional com diversas baixas devido a cassações e prisões”, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco assumiu como novo presidente, conforme foto histórica em que o recém-empossado discursa ao lado do general Ernesto Geisel e de Ranieri Mazzilli. Castello Branco criou mais três Atos Institucionais em seu governo, além do Serviço Nacional de Informações (SNI), e os militares permaneceram por 21 anos com uma ditadura que deveria, segundo os golpistas, ter sido transitória para um governo democrático. Porém, foi apenas em 1989 que o Brasil teve outra eleição direta.

O discurso de posse de Castello Branco aparece em destaque – ao evidenciar que não viviam um “golpe de estado”, mas uma “revolução” –, acima das capas do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã*, que noticiavam a posse do novo presidente, e do vídeo que registrou o momento em que Costa e Silva empossava o primeiro de uma série de presidentes militares. Nesse momento, são colocados como envolvidos: Castello Branco, ao destacar sua atuação na Escola Superior de Guerra, tornando-se nome praticamente inconteste para ser o “primeiro presidente pós-golpe”; general Golbery Couto

e Silva, braço direito do novo presidente, estudioso de geopolítica e professor da Escola Superior de Guerra, que assumiu a direção do IPES; general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, ligado à Escola Superior de Guerra e quarto presidente militar da ditadura. Enquanto o primeiro aparece em foto oficial de perfil, os dois últimos aparecem em fotos oficiais olhando para a câmera. A seção é finalizada com uma foto de Castello Branco e outros militares subindo a rampa do Congresso Nacional.

A última seção do especial é o “Quem é quem”, sobre os personagens envolvidos no golpe, explicando a influência de cada um, dos movimentos sociais, dos partidos e das instituições. A página inicia com uma colagem de imagens oficiais desses personagens ao fundo e se desenvolve em seis grupos, divididos entre Pró-Jango, em azul à esquerda, e Pró-Golpe, em verde à direita: Forças Armadas; Governo; Movimentos; entidades e sindicatos; Partidos; Igreja; e Estados Unidos da América. Em cada categoria, encontra-se uma foto com a identificação de cada pessoa ou grupo. As fontes das imagens são Divulgação (18), Grupo Folha (5), Grupo Estado (4), Grupo Globo (2), Diário de Pernambuco (2), Assisbrasil.org, IMS, SEF, Exército (General Jair Dantas Ribeiro), Fundar (Darcy Ribeiro), Flickr (José Serra), PTB (Clodesmidt Riani), PCB (Roberto Morena), Ligas Camponesas.org, Itamaraty e Senado. Seis imagens (na categoria dos partidos) não possuem identificação.

Os membros das Forças Armadas a favor do presidente deposto eram três: Almirante Cândido Aragão, apoiador da Revolta dos Marinheiros, asilado no Uruguai; Peri Bevilacqua, primeiro a alertar Goulart sobre um possível golpe ainda em 1961 – ambos sorridentes nas fotos; e general Assis Brasil, militar que acompanhou Jango ao exílio e preso no Forte Jurujuba. Como golpistas, aparecem 11 militares: general Nicolau Fico, único sem foto, um comandante militar de Brasília que tentou evitar o golpe, mas se tornou “macaco traidor”, nas palavras de Darcy Ribeiro; general Olympio Mourão Filho, principal articulador do golpe com a “Operação Popeye”, afastando-se do “regime” por discordar de Castello Branco; general Justino Alves Bastos, comandante do 4º Exército que “conspirou” com os militares e autorizou a prisão de Miguel Arraes, governador de Pernambuco; general

Amaury Kruel, comandante do 2º Exército e ministro de Guerra do presidente deposto até antes do golpe.

Marechal Artur da Costa e Silva, militar da linha dura que contribuiu com o golpe e foi o segundo presidente da ditadura, quando baixou o AI-5; general Golbery do Couto e Silva foi braço direito de Castello Branco e diretor do IPES, sendo estudioso de geopolítica e professor da Escola Superior de Guerra; general Ernesto Geisel foi da Escola Superior de Guerra e penúltimo presidente da ditadura; general Antônio Carlos Murici, um dos líderes do golpe em Minas Gerais que foi contra o aumento de 100% do salário mínimo em 1953 proposto por Jango, na época ministro do Trabalho de Getúlio Vargas; general Osvaldo Cordeiro de Farias foi o comandante da Escola Superior de Guerra; marechal Castello Branco contribuiu com o golpe na Escola Superior de Guerra, tornando-se o primeiro presidente da ditadura.

Em relação ao governo, entre os sete Pró-Jango, com fotos parecendo oficiais e padronizadas, entre eles: o ex-presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por convite de Getúlio Vargas, quando foi seu ministro do Trabalho, e vice dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros; Franco Montoro foi ministro do Trabalho e Previdência Social de Tancredo Neves, no período do parlamentarismo, tendo lutado ainda na redemocratização nos anos de 1980; Walther Moreira Salles, ministro da Fazenda de Jango, tinha como função apaziguar os empresários; Armando de Moraes Âncora, ministro de Guerra que tentou impedir o golpe até o fim; general Jair Dantas Ribeiro, ministro de Guerra que foi hostilizado e substituído por Âncora; Darcy Ribeiro foi ministro da Educação de Jânio e chefe da Casa Civil de João Goulart, tentou organizar a resistência, sendo cassado e exilado no Uruguai; Waldir Pires foi consultor-geral e último membro a deixar o Planalto no dia do golpe, ao lado de Darcy Ribeiro, exilados no mesmo país.

Do lado golpista, os três com semblantes sérios na foto são: Marechal Odílio Denys, ministro da Guerra que articulou o golpe com Mourão Filho e a impugnação da posse de Jango em 1961, junto com Heck e Moss; Silvio Heck, militar da linha dura e ministro da Marinha de Jânio Quadros,

opondo-se a Castello Branco por considerá-lo “tolerante” com os políticos de esquerda depostos; Gabriel Grün Moss foi ministro da Aeronáutica “parte ativa do movimento golpista”. Eles formaram a Junta Militar que vetou a posse de Jango em 1961.

Na parte de “Movimentos, entidades e sindicatos”, estão oito janguistas: Juventude Universitária Católica (JUC), influente nas universidades ao fornecer líderes para a Ação Popular e UNE; Ação Popular (AP), organização oriunda dos setores de esquerda da Igreja Católica, hegemônica no movimento estudantil, da qual saíram dois presidentes da UNE: José Serra e Vinícius José Caldeira Brant; União Nacional dos Estudantes (UNE) é o principal movimento estudantil do país, perseguido na ditadura militar com sua sede incendiada e participação ativa na Campanha da Legalidade no Comício da Central do Brasil; Frente de Mobilização Popular (FMP), sob liderança de Leonel Brizola, foi criada em 1962 e fechada em 1964 pelos militares, para pressionar o presidente em favor das reformas de base; Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, formada em 1963 pelo ministro da Fazenda San Tiago Dantas, congregava políticos do PTB e do PCB e era considerada a “esquerda positiva” por tentar impedir os movimentos conspiratórios de direita contra o governo.

Comando-Geral dos Trabalhadores (CGT), agregando desde 1960 os líderes dos sindicatos, presos após o golpe, e responsável pelo Comício da Central do Brasil; Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), com parlamentares que pensavam soluções para o desenvolvimento do país, sem atuação após a cassação dos seus membros em 1964; o sindicalista e deputado pelo PTB Clodesmidt Riani foi presidente do CGT, apoiando o Comício da Central do Brasil e a Revolta dos Sargentos, até ser cassado; o deputado pelo PTB Demístocles Batista, o Batistinha, em foto sorrindo, foi líder do CGT e membro do PCB, exilou-se no Uruguai anos depois de liderar a primeira greve após o suicídio de Getúlio Vargas; Dante Pellacani, presidente do CGT exilado no Uruguai, foi um dos principais articuladores do movimento Jan-Jan (Jânio para presidente e Jango para vice) e um dos líderes do Comício das Reformas; Roberto Morena, em imagem com cabeça baixa, foi deputado federal pelo PRT, membro do CGT e exilado no Uruguai;

José Serra foi presidente da UNE e participante do Comício da Central do Brasil, exilado na França por denunciar “o golpe reacionário” em manifesto. Riani, Pellacani e Serra aparecem em momentos de discurso.

Do lado dos golpistas, há o IPES, formado em 1962 por empresários para promover campanhas contra o governo de Jango com “intuito de derrubar o regime” ao associar as reformas de base ao comunismo; Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado por Ivan Hasslocher em 1959, agregava empresários brasileiros e estrangeiros descontentes com a inflação e contra o “avanço do comunismo”, alugando o jornal *A Noite* por três meses para “espalhar suas opiniões”; Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), estimulado pelo IPES, mobilizou mulheres católicas conservadoras em marchas e manifestações contra Jango, como Marcha da Família com Deus pela Liberdade; Grupo de Ação Patriótica (GAP), formado em 1962 por “estudantes de extrema direita” da “classe média-alta” e liderado por Aristóteles Drummond como oposição à UNE e ao governo; União Cívica Feminina (UCF), mais uma vertente do IPES para espalhar ideias contra comunismo entre as mulheres.

O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) incendiou o comitê da UNE, em 1964, e articulou o confronto dos militares com estudantes da USP, em 1968; Movimento Sindical Democrático (MSD), criado em 1961, foi incentivado pelo IPES e IBAD ao agregar sindicalistas de direita e católicos; Ação Democrática Parlamentar (ADP) congregava parlamentares da UDN, PSD e demais deputados de direita e contra Goulart que desejavam aproximação com os EUA; Ação Democrática Popular (ADEP), vertente do IBAD, que apoiava candidatos contra Goulart, tanto no Legislativo como no governo de 11 estados; Escola Superior de Guerra (ESG), de onde saem os militares mais “intelectualizados” como Castello Branco.

Os partidos pró-Jango eram: PST, representado por Francisco Julião, deputado e advogado das Ligas Camponesas em Pernambuco, que defendia uma radical reforma agrária, chamado de “comunista” pelos “conservadores”, sendo preso, cassado e exilado no México; PSB, representado pelo governador de Pernambuco, apoiador das Ligas Camponesas e criador de sindicatos, Miguel Arraes, sendo preso e exilado em 1965 na Argélia; PCB,

dos políticos Luís Carlos Prestes, que lutou pela implementação das reformas de base e foi secretário-geral do partido – na ilegalidade por muito tempo –, e Gregório Bezerra, que participou da Intentona Comunista em 1935, sendo o principal candidato do PCB a deputado em Pernambuco, foi preso ao promover resistência camponesa durante o golpe e fotografado e arrastado pelas ruas de Recife pelo tenente-coronel Darcy Viana Vilock.

O PTB tinha como representantes: Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e líder da Frente de Mobilização Popular, San Tiago Dantas, ministro de Relações Exteriores de Jango, e Amino Affonso, ministro do Trabalho e Previdência Social de Goulart, que escreveu a carta deixada pelo presidente prometendo resistência ao golpe – os três apoiavam ativamente as reformas de base. O PSD vinha com Tancredo Neves, que articulou o parlamentarismo para garantir a posse de Jango e um dos poucos que se despediram do ex-presidente antes do exílio. Miguel Arraes e Leonel Brizola não aparecem em fotos oficiais padrões e posadas, com o primeiro sorrindo e o segundo com o olhar sério e a boca cerrada.

Dos partidos pró-golpe: PSP, com Adhemar de Barros, governador de São Paulo que conspirou em favor do golpe e contra a “comunização do país”, liderando com sua mulher a Marcha da Família, e cassado em 1966 por contrariar o “regime militar”; PSD, com Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e presidente interino do Brasil após a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de Jango, e Auro de Moura Andrade, presidente do Senado e opositor de Jango, o qual declarou vaga a Presidência depois do golpe, além de discursar na Marcha da Família; UDN, principal oposição ao presidente deposto, aparece com José de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais e articulador do golpe que ajudou na escolha de Castello Branco e na escritura do AI-5, Carlos Lacerda, governador da Guanabara e líder da ala mais radical da UDN, defensor por muito tempo de uma “intervenção militar” e um dos líderes do golpe, até romper com os militares por conta da extensão do mandato de Castello Branco, e Afonso Arinos, ministro das Relações Exteriores de Jânio, líder da UDN, partidário do golpe e um dos fundadores da Arena. Auro Moura

de Andrade e Carlos Lacerda são os únicos que aparecem em fotos não oficiais posadas, mas em momentos de entrevista.

Na Igreja, apenas Dom Helder Câmara é apresentado como apoiador de Jango, sendo um dos principais opositores da ditadura militar e defensor dos direitos humanos, recebendo a alcunha de “arcebispo vermelho”, quando assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife, 12 dias depois do golpe. Em seu discurso de posse, disse que não se espantassem se “o vissem com ‘criaturas tidas como envoltentes e perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, antirreformistas ou reformistas, antirrevolucionários ou revolucionários, tidas como de boa ou de má-fé’”. A favor do golpe, aparecem Dom Jaime de Barros Câmara, com foto em olhar preocupado, o qual foi cardeal da Arquidiocese do Rio de Janeiro e um dos líderes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e da marcha da vitória, após a deposição de Jango, e ferrenho opositor do “comunismo”; e padre Patrick Peyton, estadunidense que promovia campanhas anticomunistas através da Cruzada do Rosário em Família.

Na categoria EUA, existem duas pessoas, ambas pró-golpe: Lincoln Gordon, embaixador dos EUA que organizou a Operação Brother Sam, com apoio militar estadunidense caso o país precisasse depor Jango à força, e buscou apoio do seu país com os presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson – que não aparecem nesta parte –, fazendo com que este último reconheça o “novo regime”, antes mesmo do exílio de Jango no Uruguai; e Vernon Walter, que informava os seus superiores sobre o Brasil, especialmente quando Castello Branco assumiu a liderança do “movimento golpista”.

\*\*\*

A concepção de golpe e ditadura permeia praticamente toda a narrativa multimídia, ainda que exista uma transigência, em diversos momentos, com os militares, como no caso citado da posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, parecendo que não houve pressão por parte de Jango e de seu apoiador e cunhado Brizola, ou seja, como se os futuros agentes repressores do Estado resolvessem ser legalistas para manter a

harmonia do país e do Congresso Nacional. A produção foi bastante complacente quando podia culpar Jango, com seu viés esquerdista e comunista, como se houvesse justificativa para o golpe em algumas situações. Como foi colocado, o presidente tentou “radicalizar” a política ao tentar aprovar as “reformas de base na ‘lei ou na marra’”, desta forma, “suas medidas acabaram servindo de munição para os adversários, que planejavam o golpe”.

As memórias individuais quase não foram utilizadas no especial – aparecendo apenas nas citações em destaque, compreendendo uma vez “a cada dia” da parte principal, de “O golpe em 33 dias”. A ênfase principal do especial do G1 incidiu sobre os personagens envolvidos com os acontecimentos, isto é, nas pessoas que apoiaram ou combateram o golpe e a ditadura dos militares. Isso aparece em todas as três grandes partes: em “Brasil pré-64”, com ênfase em Jânio e Jango; em “O golpe em 33 dias”, com destaque nos dias para “Envolvidos” e “Quem apoiou”; e em “Quem é quem”, com a explicitação de “pró-Jango” e “pró-golpe”, associados a Forças Armadas, governo, partidos, Igreja, EUA, movimentos, entidades e sindicatos.

O uso de poucas citações é uma característica observada nas narrativas multimídias, especialmente quando aliadas a uma estrutura narrativa cronológica, diferentemente do paradigma do jornalismo vigente, que preza por uma hierarquia baseada na lógica da pirâmide invertida e um número extenso de citação das fontes entrevistadas. Como não segue essa lógica, o texto aparenta ser mais histórico e didático, com as fontes e referências observadas somente na parte final do especial – não no corpo do texto, como nas reportagens e demais produções jornalísticas –, com exceção das dez citações em destaque. As informações foram obtidas em três livros diferentes, escritos por Antonio Lavarada, Argelina Figueiredo e Luiz Antônio Dias, além dos documentos no Arquivo Nacional e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

Os jornais são fontes históricas fundamentais em toda a narrativa multimídia, especialmente na seção “Nas bancas de jornal”, em que são digitalizadas as capas de quatro dos principais jornais impressos do período da ditadura militar: *Correio de Manhã*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O*

*Globo*. Com as dez datas colocadas no especial, como havendo algo relevante relacionado ao golpe e aos dias iniciais da ditadura militar, era divulgada a capa de alguns desses veículos, demonstrando como esses acontecimentos foram publicados e reverberaram no dia subsequente.

As mais de 70 imagens históricas, ainda que a maioria seja de personagens envolvidos pró e contra o golpe e a ditadura – uma vez que essa é a ênfase do especial –, são advindas, em sua maioria – praticamente 70% –, dos grandes grupos midiáticos. São 16 do Grupo Globo, 17 do Grupo Estado, e 14 do Grupo Folha. Ainda assim, 18 imagens históricas são de divulgação. Os três áudios são históricos: convocação para “Comício das Reformas” com João Goulart e apelo de Rubens Paiva para defender Jango – ambos advindos da Rádio Nacional – e declaração de Auro de Moura Andrade de vacância da Presidência. Os quatro vídeos também são históricos, mas trazem apenas a mesma perspectiva, com três sendo uma “propaganda feita pelos militares” e um com a posse de Castello Branco. Dessa maneira, não são reportagens de telejornais, porém, produções mais semelhantes àquelas realizadas pelas assessorias de comunicação, ainda que com caráter mais persuasivo.

Os seis gráficos que aparecem em “Brasil pré-64” são simples, sendo todos de barra ou de pizza, tendo como fonte um dos três livros citados ou pesquisas do Ibope. As memórias aparecem em formato explícito textualmente, especialmente nas citações diretas destacadas dos “Envolvidos” da seção “O golpe em 33 dias”. No total, 9 dos 10 dias enfatizados possuem destaques em texto, retirado do próprio acontecimento registrado em áudio ou vídeo, de algum documento oficial ou mesmo de uma matéria jornalística, como nos dias 19 e 30 de março – respectivamente, de Auro de Moura Andrade, na *Folha de S. Paulo* em edição de 20 de março de 1964, e de João Goulart, no *Jornal do Brasil* de 31 de março de 1964, – e 4 de abril – de Maria Thereza Cruz, viúva de Jango, no *Zero Hora* em 2013.

## 5.4 Último segundo dos 50 anos do golpe

O iG (Internet Grátis, em seu primeiro ano, e *Internet Group*, posteriormente) é o primeiro portal com provedor de acesso gratuito à internet no Brasil. Nascido em janeiro de 2000, enfrentou concorrentes estabelecidos, como UOL, ZAZ e AOL, mas, ainda assim, tornou-se o portal de mais acesso do país em dezembro, antes de completar um ano de existência, com quase quatro milhões de e-mails cadastrados e mais de dois milhões de visitantes únicos em sua página. Apesar do surgimento em janeiro, foi apenas dois meses depois que o portal apareceria de verdade, uma vez que, no primeiro mês do ano, garantiram apenas a “internet gratuita” (Santos, 2002; Ferrari, 2003). A empresa não foi a estreante do acesso grátis à internet no Brasil, precedida pelos bancos Bradesco – iniciador do movimento – e Unibanco, que ofereciam acesso sem taxas aos seus correntistas.

O objetivo dos criadores do iG era desenvolver um portal de abrangência nacional, atraindo o maior número de usuários da internet no tempo mais curto possível. Para isso, contavam com a “internet grátis” e com o *Último Segundo*, seu site de notícias que possuía a inovadora proposta de redação exclusiva para produção de conteúdo na internet, uma vez que os principais segmentos noticiosos no cenário nacional tinham base nos veículos tradicionais. O site prezava pela velocidade e não pela profundidade do material jornalístico, publicando uma notícia a cada 90 segundos, quando alcançaram mais de mil matérias por dia. Segundo o presidente do iG até 2006, Matinas Suzuki, eles tinham uma pesquisa que apontava que o internauta brasileiro desejava velocidade na atualização das informações jornalísticas na internet, e o portal UOL, um dos seus principais concorrentes, demorava 40 minutos para publicar uma matéria nova (10 anos..., 2010). Antes de escolher, às vésperas do lançamento, o nome *Último Segundo*, o veículo quase se chamou *Último Minuto* e até mesmo *Última Hora*, nome do veículo criado pelo jornalista Samuel Wainer na década de 1950 e fechado na década seguinte, não sem antes ser o único grande jornal da época a ser contra a deposição de João Goulart. Em 2008, o portal voltou a inovar

ao organizar o primeiro debate ao vivo da internet brasileira entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo.

\*\*\*

O especial sobre os “50 anos do golpe”<sup>4</sup> destrincha “a ação militar que mergulhou o País em 21 anos de ditadura”. Na abertura, diz-se que Jango “se viu isolado” diante dos “golpistas” e das suas “tropas” que partiam de Minas Gerais com o apoio dos Estados Unidos, pela Operação Brother Sam. O título e subtítulo do especial no portal iG, no seu site de notícias *Último Segundo*, demonstram um enquadramento com carga negativa sobre o acontecimento em seu cinquentenário ao utilizar palavras como golpe e ditadura. A imagem imediatamente abaixo apresenta João Goulart ao lado do então presidente estadunidense John Kennedy, quase explicitando uma espécie de traição do comandante dos EUA. Antes de adentrar nas partes do especial, o veículo torna evidente o que se encontra nele: conhecer profundamente “como foi a ação que mergulhou em 21 anos de ditadura militar”. O período teve cassação de direitos, censura, tortura e assassinato, com o “aval do governo dos EUA”. A extrema vinculação, já na página de abertura, dos Estados Unidos com o período histórico recente mais violento do Brasil demonstra a intenção da produção.

A palavra “golpe” é o link de acesso para as seções, reforçando a perspectiva que o veículo possui da deposição de João Goulart. Dividido em quatro datas – 31 de março, com duas seções, uma tratando das ações dos “golpistas” e outra de Jango e seus aliados; 1º de abril, com a institucionalização do golpe; 2 de abril, com primeiras ações dos militares; e 9 de abril, com o endurecimento da ditadura, pela promulgação do primeiro Ato Institucional –, o especial conta com duas seções: “Personagens do golpe” – com a história de 12 indivíduos relacionados ao golpe de 1964, e “Operação Brother Sam” – mais uma vez enfatizando o papel fundamental dos

---

4 50 anos do golpe. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-03-29/50-anos-do-golpe-a-acao-militar-que-mergulhou-o-pais-em-21-anos-de-ditadura.html>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

Estados Unidos para a instalação e a manutenção da ditadura militar no Brasil. O primeiro dia, 31 de março, é dividido em duas partes. Na primeira, a movimentação das tropas do general Olympio Mourão Filho é explicada em vídeo, texto e infográfico interativo, demonstrando quem começou a “insurreição militar” com objetivo de “derrubar” o presidente João Goulart. Saindo de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, “as tropas golpistas” da “Operação Popeye” tiveram liderança civil do governador de Minas Gerais da época, Magalhães Pinto. A movimentação das “tropas golpistas” aparece em um infográfico interativo com três mapas e textos.

No primeiro momento, estão os generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, partindo de Belo Horizonte e Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, enquanto no segundo é apresentado o envio de militares a Brasília, também de Minas Gerais, e no terceiro de São Paulo para o Rio de Janeiro. Na capital paulista, o governador Adhemar de Barros teve apoio do general Amaury Kruehl, ex-apoiador de Jango. Um vídeo de quase 20 segundos da TV Câmara traz imagens históricas em preto e branco, acompanhado de uma trilha sonora soturna e lúgubre, de Jango e da locomoção das tropas militares de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro.

A segunda seção do dia 31 de março traz as ações do então presidente em relação ao golpe. Enquanto na primeira parte existe uma imagem histórica distorcida com as tropas militares de fundo, nesta, tem-se um João Goulart com silhueta séria e metade do rosto escondido em sombra, representando a gravidade do período. Apesar das ações dos militares, o presidente não acreditava no que estava acontecendo e “desdenha de golpe”. Com isso, os EUA deflagram a “Operação Brother Sam” com Lincoln Gordon, embaixador estadunidense no Brasil, e seu “apoio logístico aos militares brasileiros”. Em um primeiro momento, a confiança de Jango estava nas “tropas legalistas” e no 1º Exército, que saíram do Rio de Janeiro com a ordem de “combater os golpistas”. Porém, não contava que eles mudariam de lado na entrada de Minas Gerais e se aliariam a Carlos Lacerda, seu opositor e governador da Guanabara. O segundo momento aponta que Jango não conseguiu mobilizar os militares aliados do Palácio das Laranjeiras, tendo de partir para Brasília.

Do Rio de Janeiro para Brasília e depois para Porto Alegre. O dia 1º de abril apresenta as movimentações de Jango, em imagem ao fundo, olhando diretamente para quem acessa o especial. O presidente agora não queria somente a contenção do golpe, mas a sua própria segurança. Como em Brasília não obteve isso, partiu para Porto Alegre, onde seu cunhado Leonel Brizola organizava uma “resistência com apoio de oficiais legalistas”, como “ocorrera em 1961”, quando Jango era vice-presidente de Jânio Quadros, que renunciou ao acreditar que o povo clamaria para que ficasse. O que se sucedeu, todavia, foi uma tentativa de impedir o vice de assumir, mas em nenhum momento foi solicitado que Jânio permanecesse. O texto reitera a traição dos militares aliados a Jango, revelando que “o golpe de Estado se consolida sem a necessidade de intervenção norte-americana”, sempre a postos para apoiar militares e opositores do presidente brasileiro. De maneira crítica, afirma-se que o golpe existiu para restaurar a hierarquia “nas Forças Armadas e proteger o País do ‘perigo comunista”.

O dia 2 de abril é sem volta. A Presidência da República foi declarada vaga, ainda que Jango “estivesse em território nacional”, por Auro de Moura Andrade, presidente do Senado. O presidente da República interino passou a ser Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, e uma Junta Militar foi formada para “garantir o golpe”. A produção, como nas duas datas anteriores, ressalta o fato de Jango não ter lutado para se manter na Presidência, dessa vez, mesmo após a insistência de Leonel Brizola, evitando o confronto com os militares ao se exilar no Uruguai, e só voltaria em 1976, para ser sepultado. O mapa aponta a viagem de Jango para Montevidéu, com a imagem ao fundo de um jornal desfocada e sombreada com a manchete da posse do presidente interino, como se aquilo tivesse de ser apagado da história e da memória. A data conta ainda com o áudio de Auro de Moura Andrade oficialmente declarando vaga a Presidência da República, porque o “chefe de estado abandonou o governo”, e empossando Mazzilli “nos temos do artigo 79 da Constituição”. O fundo sonoro da declaração do presidente do Senado é fúnebre e pesaroso.

Humberto Castello Branco, primeiro presidente da ditadura militar, aparece em foto de destaque – única assim na parte das datas – no fundo da

seção dedicada ao dia 9 de abril, sob o título “40 deputados são cassados”, demonstrando a intransigência e a perseguição que daria o tom nos 21 anos de governo dos militares. A data marca a promulgação do primeiro Ato Institucional, o AI-1, que cassou direitos políticos e mandato de 40 parlamentares, através da Junta Militar criada para “garantir o êxito do golpe”. A partir de 15 de abril, Castello Branco assumiu a Presidência e endureceu a ditadura ao proibir greves e manifestações.

O especial do iG deu atenção e sempre relacionou os EUA com o golpe de 1964 e com a ditadura militar que se instauraria por duas décadas a partir daquele ano. A seção “Operação BROTHER SAM” possui ao fundo uma imagem distorcida e em preto e branco das tropas militares. É composta ainda por um mapa com o caminho que percorreria a “frota americana”, passando pela cidade de Santos e chegando até Montevidéu, no Uruguai, e um infográfico informativo apresentando a tropa estadunidense, com petroleiros, porta-aviões e destróieres, até caças, aviões com mais de 100 toneladas de armas e um navio com helicópteros. Os Estados Unidos estavam compenetrados em “garantir a vitória dos golpistas”, especialmente com a frota marinha a postos no Caribe, segundo o mapa. O poderio bélico seria acionado caso o presidente resistisse ao golpe, invadindo o país pelo litoral do Sudeste, perto de Santos. Esse apoio bélico “foi um dos fatores decisivos de Jango desistir de resistir aos golpistas”.

A seção sobre os personagens do golpe exibe imagem e informações em texto sobre 12 dos envolvidos, considerando desde Jânio Quadros, presidente que renunciou em 1961, permitindo que seu vice, João Goulart, assumisse a vaga naquele momento, mas não sem a resistência do Congresso e das alas conservadoras do governo e de parte da sociedade. Ao passar o cursor do *mouse* em cima da foto de cada um, sabe-se o nome e as informações gerais da pessoa, podendo-se acessar uma página em que a foto e o nome se mantêm, acrescidos de informações biográficas e de sua relação com o golpe, favorável ou contrária.

Entre os 12 personagens, estão: Jânio Quadros, presidente do país em 1961; João Goulart, presidente do Brasil de 1961 até o golpe; Carlos Lacerda, governador do estado de Guanabara; John Kennedy, presidente

dos EUA de 1961 até seu assassinato em 1963; Lincoln Gordon, embaixador estadunidense no Brasil de 1961 até 1969; Lyndon Johnson, presidente dos EUA após a morte de Kennedy, de 1963 até 1969; Leonel Brizola, político do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango; San Tiago Dantas, ministro da Fazenda de João Goulart; Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais de 1961 até 1966; Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar em Juiz de Fora; Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados de 1961 até 1965; Humberto Castello Branco, ministro do Exército no momento do golpe e primeiro presidente da ditadura militar.

Dos 12 personagens apresentados na seção, apenas três eram contra o golpe: o próprio João Goulart, Leonel Brizola e San Tiago Dantas. Jango é apresentado como “afilhado político de Getúlio Vargas”, sendo seu ministro do Trabalho e deputado federal, além de vice-presidente no período de Juscelino Kubitschek, de 1955 até 1960, e de Jânio Quadros, de 1960 até 1961, que renunciou após sete meses da posse. Os opositores do governo “tentaram impedir a posse de Jango, defendida por seu cunhado”, o governador Leonel Brizola, demonstrando que o golpe foi ensaiado antes de 1964. Jango só assumiu a Presidência com o parlamentarismo, quando o presidente reverteu o sistema em um plebiscito dois anos depois. Apesar do caráter populista com os trabalhadores, Goulart “seguiu orientações do FMI e foi conservador na economia”, sendo contraditório acusá-lo de ser uma “ameaça comunista”, tendo como “proposta mais polêmica” as reformas de base.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de 19 de março, é apontada como “o primeiro passo para o golpe do dia 31 de março” dado pela elite e pela classe média conservadora, além de ser sem embasamento pelas próprias ações e propostas do presidente. Apesar da morte oficial de Jango ter sido um ataque cardíaco que sofreu na Argentina, em 6 de dezembro de 1976, o texto põe em suspeição essa versão, através da Comissão Nacional da Verdade, para quem o ex-presidente pode ter sido envenenado. San Tiago Dantas, advogado e membro da Ação Integralista Brasileira, foi apoiador de Getúlio Vargas no Estado Novo e ministro das Relações Exteriores e da Fazenda de João Goulart, sendo um dos principais aliados

do presidente, que alimentava a ideia de que o governo era comunista, especialmente por causa da relação diplomática que desenvolveu com a União Soviética e da reação contrária à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), orquestrada pelos EUA. Morto cinco meses depois do golpe, em decorrência de um câncer no pulmão, Dantas foi um dos articuladores para manter o presidente no poder, ao lado de Leonel Brizola, o outro apoiador representado nesta seção.

“Político do PTB e líder da esquerda nacionalista”, é sob esta alcunha que o cunhado de Jango é apresentado, além de deputado estadual e federal, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul. Brizola não apenas lutou para o golpe não ocorrer em 1964 como foi um dos principais defensores para Goulart assumir a Presidência em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros e as pressões dos políticos opositores, dos militares e dos conservadores da elite e da classe média do país. O político não só apoiou as propostas de Jango, como queria defendê-lo na Presidência até o fim, desistindo após o exílio do presidente no Uruguai. Exilado após o AI-1, Brizola retornou ao país com a Lei da Anistia, em 1979, quando assumiu o comando do PTB e fundou o PDT, pelo qual foi eleito governador do Rio de Janeiro, em 1983, ainda durante a ditadura. Até a sua morte por infarto, em 21 de junho de 2004, assumiu cargos executivos na política e concorreu à Presidência da República em 1989 e 1994, e à Vice-Presidência na chapa com Luiz Inácio Lula da Silva, em 1998.

Prefeito e governador de São Paulo, Jânio Quadros ficou apenas sete meses na Presidência até renunciar. A inflação e o endividamento externo estavam em alta quando assumiu, com o discurso principal de varrer a corrupção, “simbolizado pela vassoura que varreria a bandalheira da política”. Apesar de populista, “era apoiado pelas elites e seguia a cartilha econômica do FMI”; em pouco tempo, congelou os salários, desvalorizou o Cruzeiro e restringiu o crédito, considerado – como seu sucessor, anos depois – inábil gestor, piorando sua popularidade ao proibir o uso de biquíni na TV. Em 23 de agosto de 1961, Carlos Lacerda, seu aliado da UDN, o denunciou na TV por um possível golpe – estratégia semelhante àquela que usou contra o vice. Um dia depois, Jânio renunciou porque “forças terríveis” o forçaram.

No ano seguinte, tentou se eleger governador em São Paulo, mas não obteve sucesso, e durante a ditadura viveu no exterior, voltando ao país para ser prefeito de São Paulo em 1985.

Lacerda é outro personagem apresentado. O jornalista e membro da UDN ficou conhecido pelos seus textos anticomunistas, depois da “militância socialista” na faculdade. Em seu jornal *Tribuna da Imprensa*, de 1949, fez oposição a Getúlio Vargas, sofrendo até um atentado que vitimou um segurança. Uma década depois, tornou-se deputado federal e, durante o golpe, era governador de Guanabara, quando apoiou a “solução anticomunista” dos militares. Em 1966, arrependeu-se e lançou a Frente Ampla em resistência à ditadura, apoiado pelos ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek. Após viajar pela Europa e pelos EUA, teve seus direitos políticos suspensos em 13 de dezembro de 1968. Os presidentes estadunidenses John Kennedy e Lyndon Johnson, além de Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil, são apresentados para reforçar o apoio daquele país aos militares. Kennedy designou Lincoln como embaixador com a ideia de monitorar o governo e impedir a posse de Jango, pois temia uma “guinada à esquerda” do governo brasileiro, chegando a considerar até uma intervenção militar, tendo em vista o “alto endividamento externo e índices galopantes”.

Gordon chegou ao país deixando evidente que o apoio estadunidense estava condicionado ao Brasil seguir a cartilha do FMI. O temor por João Goulart assumir, devido a suas “tendências comunistas”, fez o embaixador garantir suporte aos candidatos da oposição em 1962, através de um “esquema de doações financeiras”. A política econômica de Jango o fez apoiar militares, empresários e políticos de direita numa “conspiração contra o presidente”, oferecendo suporte logístico ao golpe ao viabilizar a “Operação Brother Sam” com o presidente sucessor de Kennedy, Lyndon Johnson, que prosseguiu com o “monitoramento do governo brasileiro”. Em 20 de março, uma semana depois de Jango defender, no Comício na Central do Brasil, que aplicaria as reformas de base, Johnson liberou as tropas da Marinha dos EUA no Caribe para intervir na “crise brasileira” em apoio aos “militares golpistas”, algo desnecessário com o “sucesso do golpe”.

Magalhães Pinto foi um dos presidentes da UDN, elegendose deputado e, de 1961 até 1966, atuando como governador de Minas Gerais. Conhecido por enviar as tropas de Minas Gerais até o Rio de Janeiro em apoio aos militares golpistas, demonstrava oposição aos ideais progressistas ao assinar o Manifesto dos Mineiros contra o Estado Novo de Getúlio Vargas e ao tentar impedir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio. Pinto “conspirou” contra a Presidência ao se aliar com os generais mineiros Carlos Guedes e Olympio Mourão Filho. Depois de contribuir na escolha de Castello Branco como presidente, migrou para a Arena em 1966, tendo sido deputado e senador durante a ditadura militar, além de ministro das Relações Exteriores no governo de Costa e Silva, com quem contribuiu para a formulação do AI-5, “ato mais duro da ditadura”. O general Mourão Filho foi fundamental para o golpe, participando, em 1930, da “conspiração que depôs o presidente Washington Luís” e, em 1932, da repressão ao Movimento Constitucionalista de São Paulo. Fez parte do Plano Cohen, um documento falso sobre a intenção da Internacional Comunista de comandar o Brasil, permitindo que Vargas criasse o Estado Novo. Enviado à Itália durante a Segunda Guerra Mundial, o militar foi o primeiro a levar as suas tropas para “derrubar Jango”, de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, em 31 de março. Em 1969, tornou-se ministro do Supremo Tribunal Militar.

Os presidentes Ranieri Mazzilli e Humberto Castello Branco fecham a seção sobre os personagens do golpe. Mazzilli foi o presidente da Câmara dos Deputados cinco vezes consecutivas, chegando ao cargo de presidente da República interinamente em duas ocasiões: após a “renúncia de Jânio”, em 1961, e depois do “golpe militar” que derrubou João Goulart, em 1964, até a escolha de Castello Branco como primeiro presidente da ditadura militar. Em 1961, Mazzilli articulou com os militares e os políticos conservadores do Congresso Nacional contra a posse de Jango na Presidência; ao não conseguirem o impedimento, transformaram o sistema político em um parlamentarismo, a fim de limitar o poder de Goulart. Após o golpe, o deputado se tornou oposição aos militares pelo partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), morrendo em 1975. Castello Branco assumiu o país como primeiro presidente militar após o AI-1, que cassou direitos

políticos e mandados de diversos parlamentares, proibindo greves e manifestações. O ditador decretou os Atos Institucionais: 2, em 27 de outubro de 1965, estabelecendo o bipartidarismo da Arena e do MDB; 3, em 5 de fevereiro de 1966, aprovando as eleições indiretas para governadores e prefeitos; e 4, em 12 de dezembro de 1966, revogando a Constituição Federal de 1946.

\*\*\*

O título e o subtítulo do especial apontam para a perspectiva negativa que as produções pregam do “golpe” e da “ditadura”, inclusive, com a palavra “golpe” sendo o link de acesso inicial. Aqui, não há indulgência ou compreensão com qualquer aspecto do governo dos militares, nem com memórias individuais de seus apoiadores, uma vez que elas não aparecem. A partir do dia 1º de abril – o segundo abordado no especial –, o posicionamento fica mais evidente ao se narrar a perseguição ao presidente João Goulart. A ênfase da produção do *Último Segundo* está na relação estadunidense com o golpe e a ditadura, uma vez que os militares tinham o “aval do governo dos EUA”. Isso não fica notório somente na seção “Operação BROTHER Sam” – sobre a preparação e o apoio bélico estadunidense para instalação e manutenção do regime autoritário militar no Brasil –, mas desde a abertura do especial, com parte do subtítulo que explicita: “Golpistas tinham ainda ao seu lado os Estados Unidos, com a Operação Brother Sam”. A intenção dos presidentes Kennedy e Johnson era “garantir a vitória dos golpistas” para possuírem um maior controle do país.

O especial não possui uma narrativa semelhante à das produções jornalísticas padrões, com uma hierarquia textual definida pela pirâmide invertida e citação direta e indireta de fontes. Ao contrário, existe uma maior similaridade com as narrativas multimídias, em que a estrutura possui um aspecto mais histórico e didático, com uma narrativa cronológica e nenhuma citação, com exceção, apenas, de um áudio histórico de Moura Andrade sobre a posse do presidente interino Ranieri Mazzilli, após a derrubada de Jango. Além de não existirem citações, não aparece a

identificação de referências em nenhuma parte da produção. De todos os formatos midiáticos, apenas um possui a fonte explícita, que é o único vídeo disponibilizado, na primeira data: 31 de março. A curtíssima filmagem da TV Câmara traz um tom pesaroso ao informar que neste dia as tropas militares de Minas Gerais seguiram para o Rio de Janeiro para depor o presidente João Goulart. O único áudio publicado é o da histórica declaração de Auro de Moura Andrade de que a Presidência da República estava vaga, empossando Ranieri Mazzilli. Das 18 imagens históricas, 12 são fotos oficiais dos “Personagens do golpe”. As outras seis estão na seção “Operação BROTHER SAM” e em cada segmento das datas, uma delas sendo a capa distorcida de um jornal, possível de identificar apenas a informação sobre a posse de Mazzilli, após a derrubada de Jango.

Os infográficos aparecem, em forma de mapa, nas três primeiras datas e suas subdivisões, demonstrando o caminho percorrido pelas tropas dos militares e por João Goulart. Na seção dedicada aos EUA, existem mais dois infográficos: um mapa com o caminho que seguiriam as tropas estadunidenses, em caso de resistência ao golpe dos militares, e outro que detalha as armas e essas tropas. A produção dedica extrema relevância ao papel dos Estados Unidos no golpe e na ditadura não somente com texto no subtítulo e uma imagem de abertura do especial, mas com uma seção específica com foto histórica e infográficos, expressivos, sobretudo, devido ao desenvolvimento de poucos recursos multimídias.

## COLAPSOS DAS GUERRAS

As produções jornalísticas são consideradas os primeiros rascunhos da história que se fazem na atualidade e no cotidiano. Esses produtos são utilizados, posteriormente, por historiadores como documentos e fontes memoriais de determinado período histórico, que já não é mais atual, ao contrário, está no passado. Essas versões do passado nas produções do jornalismo, evidentemente, não se apresentam apenas como espaço de recordação, mas também de silenciamentos e esquecimentos, em função das intenções dos veículos para difusão e estabilização das suas perspectivas ou mesmo dos fatores externos, como as pressões políticas, econômicas e outras.

As influências midiáticas e, especialmente, o entrelaçamento das mídias digitais no cotidiano fazem surgir uma nova ecologia da memória, entendida como conectada, com modos próprios de recordação, silenciamentos e esquecimentos; ou mesmo uma passagem do apagar para deletar. Os arquivos memoriais digitais, de múltiplos formatos midiáticos, tornam-se mais fluidos, reproduzíveis e transferíveis, sendo mais rápida e facilmente indexados, organizados e, principalmente, acessados. O jornalismo produzido nesse (ciber)espaço valoriza a memória, que já era indicada como um aspecto para trazer qualidade ao jornalismo, mesmo que pelas ideias de aprofundar, ampliar, *background* e contextualizar. No jornalismo digital, graças ao hipertexto, as produções e as narrativas se alteram para permitir um maior aprofundamento dos acontecimentos por meio das ligações para os seus desdobramentos. Em outras palavras, os conteúdos são organizados, construídos e apresentados de maneira específica com os links, que possibilitam um tratamento mais detalhado do assunto inicialmente abordado.

Os silenciamentos (midiáticos) criam lacunas entre a narrativa histórica oficial e as memórias de indivíduos e coletivos que se relacionam em alguma medida com a história de determinado período, como, no caso brasileiro, do golpe de 1964, em que as guerras de memórias se tornam evidentes. Nessa ocasião de desencontro, entre o que se impõe como oficial e aquilo que circula à margem, prosperam as guerras de memórias em um ambiente

de confrontos de perspectivas. Em momentos de efemérides – aniversários e promulgação das leis memoriais, que pretendem garantir uma escuta às memórias silenciadas –, as guerras de memórias se tornam mais patentes e lancinantes, como a efeméride dos 50 anos do golpe de 1964 e a lei para criação da Comissão Nacional da Verdade. Os estudos sobre o golpe e a ditadura militar revelam um pensamento memorial bélico das perspectivas e versões, visíveis nas expressões como guerras, batalhas, conflitos, confrontos e embates. O ambiente propício para a deposição do presidente em 1964 foi construído a partir de uma articulação entre conservadores civis, políticos brasileiros e estadunidenses, setores da igreja católica, empresários, latifundiários e, especialmente, a grande mídia jornalística da época.

Os especiais jornalísticos digitais do cinquentenário do golpe se apresentaram como uma oportunidade ímpar, ao fornecerem elementos para uma investigação das guerras de memórias em um (ciber)espaço que proporcionou alterações para as configurações midiáticas e memoriais. Essas produções estão associadas a dois sites de jornais tradicionais, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, relevantes no período do golpe que apoiaram em 1964; e a dois sites de veículos nativos digitais, portal G1, do Grupo Globo, que também contribuiu para o golpe, e *Último Segundo*, do portal iG, sem tradição jornalística e não existente quando o golpe aconteceu. Com isso em perspectiva, foi avaliado neste livro como a mídia conduziu a estabilização da história nos períodos das guerras de memórias nos especiais desses sites jornalísticos sobre a efeméride dos 50 anos do golpe de 1964.

Os especiais – com praticamente todos em formato de narrativa multimídia, com exceção de *O Estado de S. Paulo* – concebem o “golpe” e, por consequente, a “ditadura militar” como algo negativo e pernicioso para a história do país, com os títulos e as primeiras linhas apresentando essas expressões, que carregam uma concepção e uma interpretação desses eventos. Eles apresentaram um período de exceção em que os direitos foram cerceados com arbítrio e a prática de crimes cometidos com apoio e conivência do estado e dos seus agentes armados, como assassinatos, cassações, desaparecimentos, prisões, sequestros e torturas.

O *Último Segundo*, em todo o seu curto especial, não apresenta nenhum aspecto positivo ou mesmo uma justificativa que se coadune com a perspectiva dos golpistas para a deposição ilegal do presidente João Goulart; ao contrário, à medida que os “dias passam”, o posicionamento fica mais evidente e direto, com a palavra “golpe” servindo como a porta de entrada para a sua produção. A *Folha de S. Paulo* também segue essa visão explicitamente, ao apresentar raríssimas partes condescendentes com a perspectiva dos militares, que estavam restritas às duas últimas seções de textos opinativos (“E se...” e “Artigos”) e aos depoimentos dos militares entrevistados. As memórias dos golpistas apareceram em uma menor escala – somente em 30% dos vídeos – se comparadas às recordações daqueles que se opunham à deposição de Jango – em 70% das entrevistas. Esses depoimentos não conformam o discurso do veículo, como se pretendesse apenas mostrar que existem pensamentos e posicionamentos distintos, com o leitor devendo apreender a história sob a perspectiva principal do jornal.

Embora *O Estado de S. Paulo* e o *G1* tenham realizado críticas semelhantes àquelas dos outros dois especiais, não se pode deixar de apontar certa complacência das suas produções. Em algumas ocasiões, o jornal paulista fala de Jango e Brizola como “perigosos” porque implementariam uma “ditadura” comunista, perspectiva próxima àquela dos golpistas, inclusive, do Grupo Estado. Essa contemporização com o golpe pode ser explicada porque os conteúdos prezaram, majoritariamente, pela apresentação estrita da visão dos entrevistados ou do autor dos textos, que se assemelhavam aos artigos de opinião, sem uma confrontação direta de tais visões – fossem elas a favor ou contra a deposição. O *G1* foi indulgente com os militares, quando falaram da posse de Jango e desconsideraram as pressões existentes contra os golpistas naquela ocasião, isto é, como se os militares, pensando na harmonia do país e de maneira espontânea, garantissem a posse do então vice-presidente. Essa complacência transparece nos dois veículos, quando acusam João Goulart de esquerdista e comunista para justificar o rompimento em 31 de março de 1964, especialmente pela perspectiva de alguns entrevistados. Goulart teria radicalizado ao tentar impor as “reformas de

base na “lei ou na marra”, adequando-se também ao que o próprio Grupo Globo defendeu na época.

O G1 trata de maneira histórica apenas o golpe e os fatos em torno desse acontecimento, enquanto a *Folha de S. Paulo* chega até os dias atuais, passando por toda a ditadura militar e os movimentos para a reparação histórica, iniciada nos anos de 1990 com Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos até a Comissão Nacional da Verdade da década 2012-2014. *O Estado de S. Paulo* e o *Último Segundo* enfatizaram o papel dos Estados Unidos no apoio ao golpe, patente na produção dos dois veículos ao detalharem a Operação Brother Sam. O veículo jornalístico do portal iG apresentava essa vinculação estadunidense desde o subtítulo, na abertura do especial, até a seção específica.

O texto jornalístico padrão possui hierarquia de estrutura em algum nível piramidal, seja invertida, deitada ou em fluxos, enquanto as narrativas multimídias, normalmente, possuem uma ordem cronológica e quase nenhuma citação direta ou indireta, distinguindo-se ainda mais daquele modelo do jornalismo. Dos especiais analisados, apenas *O Estado de S. Paulo* não trabalhou com uma narrativa multimídia, possuindo toda uma hierarquia aos moldes do jornalismo tradicional – com reportagens e artigos de opinião –, à exceção da sua primeira produção, praticamente sem citação e escrito de forma histórica e didática, como se fosse a verdade a ser apreendida. Se o tradicionalismo de *O Estado de S. Paulo* transparece em seu especial, com uma estrutura jornalística menos elaborada dentre os avaliados, a história de inovação da *Folha de S. Paulo* se coaduna com o site desenvolvido pelo veículo. As narrativas incomuns dos especiais do G1 e do *Último Segundo* também revelam a sua natureza nativa digital, com o veículo do iG sendo o mais objetivo e sucinto.

Esses três veículos prezaram pela ordem cronológica dos acontecimentos, seguindo as datas mais preponderantes. A *Folha de S. Paulo*, mesmo que tenha expandido as produções para além do golpe, chegando a falar da ditadura e ainda dos resquícios após o seu fim até os dias atuais, não fugiu da cronologia. As citações, nos três jornais que produziram uma narrativa multimídia, são praticamente ausentes, com exceção do veículo paulista,

que trouxe diversos depoimentos em vídeos, uma espécie de citação, que não influenciaram na narrativa guia, aparecendo de maneira mais periférica e ilustrativa. O tom histórico e didático domina nas produções das narrativas multimídias, com as fontes e referências observadas apenas na parte final do especial, não no corpo do texto, mais comum no jornalismo. Os jornais fizeram um compêndio das leituras e apresentaram ao leitor a sua perspectiva dos fatos, a forma como interpretaram o acontecimento de 1964, praticamente sem citações. As memórias coletivas em livros e obras clássicas sobre o golpe e a ditadura prevaleceram, com as memórias individuais ficando mais relegadas ao que não era central na narrativa e no discurso do veículo, aparecendo para trazer a visão de um indivíduo, com exceção de *O Estado de S. Paulo*.

*A Folha de S. Paulo*, o *G1* e o *Último Segundo* demarcaram o seu posicionamento, com as memórias pessoais na periferia, mesmo aquelas que se adequaram à perspectiva do veículo. A mensagem é evidente, corroborando ou não o modo como interpretavam aquele acontecimento: o que importa é a narrativa central do veículo, não as recordações individuais. O *Último Segundo*, além de não realizar nenhuma citação, sequer dispõe referências ao final; a *Folha de S. Paulo* traz memórias individuais, no entanto, as memórias coletivas predominam, com livros e documentos históricos disponibilizados na seção “Fontes e Referências”. No *G1*, as memórias individuais aparecem somente nas poucas citações com a marca gráfica de destaque, com todas as informações da narrativa principal partindo de três livros. Mesmo que a ênfase do especial esteja nos personagens envolvidos com o golpe e a ditadura, as memórias são coletivas, não individuais; as informações baseiam-se em documentos históricos e livros. *O Estado de S. Paulo* é o único a seguir uma estrutura do jornalismo tradicional, citando diversas vezes suas fontes como base para a construção da sua narrativa, desde pesquisadores, estudiosos e políticos opositores até ex-militares. Nele, a memória individual aparece mais forte, como legitimadora, do que a coletiva.

O *Último Segundo* foi o único que não utilizou jornais antigos, do período do golpe, como fontes para o seu especial. O fato de ser o único que não é de um grupo midiático tradicional não impediria esse tipo de utilização,

uma vez que o G1, por exemplo, valeu-se mais de jornais de fora da sua empresa. A *Folha de S. Paulo* citou suas produções anteriores apenas em dois artigos de opinião, não disponibilizando praticamente nenhum conteúdo digitalizado, com exceção de uma reportagem em vídeo da TV Cultura. O *Estado de S. Paulo* produziu um infográfico autorreferencial, fundamentado somente nas matérias publicadas no seu jornal impresso, a fim de fazer uma reconstituição do golpe e da ditadura militar, de 1960 até 1990. O veículo do Grupo Globo, por sua vez, foi o que mais trabalhou esse tipo de memória, com os jornais aparecendo como fontes históricas em toda a narrativa multimídia, com a seção “Nas bancas de jornal”.

O especial da *Folha de S. Paulo*, entretanto, foi o que trouxe mais variedade de formatos midiáticos, com mais de trinta fotos da ditadura militar – originárias de diversos jornais concorrentes –, quatro áudios históricos e mais de cinquenta vídeos, alguns de caráter histórico, porém a maioria de depoimentos atuais. Foram incluídos mais de 20 infográficos na narrativa multimídia do veículo, tendo como fontes diversos órgãos governamentais e independentes. O outro veículo de São Paulo, por outro lado, traz um único infográfico, com sua própria produção jornalística passada para contar a história do golpe e da ditadura. Os vídeos são produções atuais de menos de um minuto, enquanto os áudios são de momentos históricos. Praticamente toda a produção histórica no especial, sobretudo as fotos, advém do arquivo do Grupo Estado, com exceção dos áudios, da Rádio Jornal do Brasil.

O *Último Segundo* disponibiliza apenas um vídeo histórico com perspectiva negativa do golpe pela TV Câmara e um áudio histórico do discurso de vacância presidencial. As quase 20 imagens históricas não possuem fonte ou referência, sendo uma delas a capa distorcida de um jornal, com a posse de Ranieri Mazzilli. Os infográficos são sobre os deslocamentos dos envolvidos, além de dois sobre o apoio estadunidense. O G1, por fim, traz mais de 70 imagens históricas, com a maioria destinada aos personagens do golpe e da ditadura militar e mais de 70% advindas de grupos midiáticos como Grupo Estado, Grupo Folha e Grupo Globo. Os áudios históricos são três, dois da Rádio Nacional e um do Congresso Nacional, e os quatro vídeos pró-militares. Os seis gráficos simples que aparecem estão baseados

nos três livros usados como fontes e nas pesquisas do Ibope. Mesmo com as guerras de memórias presentes, a mídia jornalística destaca e evidencia de modo patente alguns vieses memoriais nos especiais digitais sobre os 50 anos do golpe de 1964, uma vez que desejam constituir e conformar a sua própria perspectiva na história. Todos os jornais apresentam uma visão muito evidente, mesmo que as memórias divergentes apareçam pelas fontes. Os veículos demarcam sua posição, seja como a da *Folha de S. Paulo* e do *Último Segundo*, sem complacência com os golpistas, ou a d'*O Estado de S. Paulo* e do portal G1, críticos a Goulart e Brizola.

Em períodos de guerras de memórias, a mídia digital pode trazer arquivos e conteúdos históricos para constituir e estabilizar suas perspectivas na história oficial. Esses documentos do passado, especialmente aqueles advindos dos meios de comunicação do período do golpe, se tornam predominantes nos especiais do jornalismo digital sobre o cinquentenário do golpe, sobretudo com uma recorrência maior aos próprios arquivos jornalísticos e midiáticos. Todos os jornais trouxeram diversos conteúdos antigos e arquivos históricos originais, mesmo que o nativo digital *Último Segundo* tenha se apropriado menos desse recurso. Essa preponderância é observada mais nos três veículos que fazem parte de grupos midiáticos que já eram predominantes durante o golpe, mesmo com o apoio para a deposição do presidente à época. Todavia, em virtude das novas especificidades das memórias no ciberespaço, esses arquivos jornalísticos e midiáticos também poderiam aparecer no site do veículo nativo digital de um grupo que não tem tradição no jornalismo, como o *Último Segundo*, ainda que em menor escala; porém, o site jornalístico do iG não trouxe nenhum conteúdo de jornalismo ou mídia, com exceção da capa distorcida de um jornal, em que mal se consegue ler o conteúdo.

Com o reconhecimento e a reparação histórica na obra organizada e publicada como resultado da Lei nº 12.528, da Comissão Nacional da Verdade, relacionada ao golpe e à ditadura militar, as memórias coletivas – especialmente as registradas nos arquivos e documentos oficiais históricos ou atuais – tendem a ser mais utilizadas e a assegurar maior legitimidade às narrativas memoriais que buscam cristalizar-se na história oficial, durante os

períodos das guerras de memórias, do que as memórias individuais, proliferadas até na internet. Essas memórias pessoais se apresentam, nos especiais jornalísticos digitais do cinquentenário do golpe, mais como perspectivas pontuais que assegurariam a existência dos conflitos das memórias, porém, não como elementos centrais para o processo de constituição na narrativa.

Nos especiais com narrativas multimídias, as memórias coletivas em livros e documentos históricos apareciam, de fato, como confirmação e constituição das perspectivas defendidas pelos veículos, enquanto as individuais foram utilizadas para embates periféricos e marginais. O único que não apresentou essa lógica estrutural foi *O Estado de S. Paulo*, com uma narrativa jornalística tradicional. Apesar disso, no Brasil, a efeméride dos 50 anos do golpe é algo mais impactante para as guerras de memórias do que a lei memorial da Comissão Nacional da Verdade, tendo em vista que os especiais circundaram mais aquela discussão do que essas reparações históricas recentes em tornos da ditadura militar.

## REFERÊNCIAS

10 ANOS iG. **iG**, publicado em 29 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://aniversario10anos.ig.com.br/10+anos+ig.html>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

ABREU, Jorge; BRANCO, Vasco. A convergência TV-web: motivações e modelos. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**, Portugal, 1999, p. 1-11.

ALDERMAN, Derek. Street Names as Memorial Arenas: The Reputational Politics of Commemorating Martin Luther King Jr. in a Georgia County. **Historical Geography**, v. 30, 2002, p. 99-120.

ALMEIDA, Anderson. A grande rebelião: os marinheiros de 1964 por outros faróis. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 87-96.

ALMEIDA FILHO, Otávio. Comunicação e memória. In: SIMÕES, Maria; VOISIN, Jane (Orgs.). **Expressões culturais, literatura e turismo**: estudos sobre memória, identidade e patrimônio cultural. Ilhéus: Editus, 2011, p. 11-18.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e história: um universo dos possíveis. In: RIBEIRO, Ana; FERREIRA, Lucia (Orgs.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 15-34.

BARBOSA, Suzana. Brasil. In: SALAVERRÍA, Ramón (Org.). **Ciberperiodismo em iberoamérica**. Madrid: Fundación Telefónica, 2016, p. 37-60.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo convergente e *continuum* multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, João (Org.). **Notícias e mobilidade**. O jornalismo na era dos dispositivos móveis. Covilhã: LabCOM, 2013, p. 33-54.

BARBOSA, Suzana. Modelo JDBD e o ciberjornalismo de quarta geração. In: VIVAR, Jesus; RAMIREZ, Francisco (Org.). **Periodismo Web 2.0**. Madrid: Editorial Fragua (Colección Biblioteca de Ciencias de la Comunicación), 2009, p. 1-16.

BARBOSA, Suzana. Modelo Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) em interação com a convergência jornalística. **Revista Textual & Visual Media de la Sociedad Española de Periodística**, v. 1, Madrid, 2008. p. 87-106.

BARBOSA, Suzana; NORMANDE, Naara; ALMEIDA, Yuri. Produção horizontal e narrativas verticais: novos padrões para as narrativas jornalísticas. In: **XXIII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COM-PÓS)**, Belém: UFPA, 2014, p. 1-19.

BERTOCCHI, Daniela. **A narrativa jornalística no ciberespaço**: transformações, conceitos e questões. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade do Minho, Portugal, 2011.

BENEDETI, Carina. **A qualidade da informação jornalística**: do conceito à prática. Florianópolis: Insular, 2009.

BLANCHARD, Pascoal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. Introduction. **Hermès**, CNRS, France, n.52, v. 3, 2008a, p. 13-22.

BLANCHARD, Pascoal. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire, enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques. Paris: La Découverte, 2008b.

BOURDON, Jérôme. Media remembering: the contributions of life-story methodology to memory/media research. In: NEIGER, Motti; MEYERS, Oren; ZANDBERG, Eyal (Eds.). **On media memory**: collective memory in a new media age. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011, 62-73.

CANAVILHAS, João. A internet como memória. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**, Portugal, 2004, p. 1-9.

CANAVILHAS, João. Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: 7 caraterísticas que marcam a diferença. Covilhã, Portugal: Livros Labcom, 2014a, p. 3-24.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: 7 caraterísticas que marcam a diferença. Covilhã, Portugal: Livros Labcom, 2014b.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2006.

CARDOSO, Lucileide. **Criações da memória**: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012.

CERQUEIRA, Luiz. **Qualidade jornalística**: ensaio para uma matriz de indicadores. Série Debates CI, n. 6. Brasil: Unesco, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Concentração de mídia e qualidade do noticiário no sul do Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Vitrine e vidraça**: crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: LabCOM, 2010, p. 127-137.

CIRCULAÇÃO de jornais cai de 1,9% em 2013. **Meio e Mensagem**, publicado em 27 de janeiro de 2014.

Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2014/01/27/Circulacao-de-jornais-cai-de-1-9-em-2013.html>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

CNV chancela versão de que a Folha emprestou carros para a ditadura. **Carta Capital**, publicado em 10 de dezembro de 2014.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/cnv-chancela-versao-de-que-a-folha-emprestou-carros-para-a-ditadura-3323.html>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

COMBE, Sonia. Les archives dans les guerres de mémoires: France, Allemagne, Russie. **Hermès**, CNRS, France, n.52, v. 3, 2008, p. 61-66.

CRANE, Gregory. History, memory, place, and technology: Plato's Phaedrus online. In: KARAGANIS, Joe (Ed.). **Structures of participation in digital culture**. New York: Social Science Research Council, 2007, p. 38-47.

DALMONTE, Edson; FERREIRA, Giovandro. Webjornalismo, critérios de noticiabilidade e efeitos de sentido. **Comunicação: Veredas** (Unimar), v. VII, 2008, p. 117-136.

DELGADO, Lucília. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 28, 2010, p. 123-143.

DIAS, Antonio. Herzog re(a)presentado: notas sobre memória, narrativa e "acontecência". In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 29, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB e UCB, 2015.

DIAS, Luiz. O golpe impresso: análise da participação dos jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* no golpe civil-militar de 1964. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 32, 2014, Santos. **Anais...** Santos -SP, 2014.

DIAS, Luiz. Vozes dissonantes: análise do jornal *Folha de S. Paulo* e de pesquisas do Ibope no golpe civil-militar de 1964. **Verinotio revista on-line**, n. 17. Ano IX, abr.2013.

FELINTO, Erick. Os computadores também sonham? Para uma teoria da Cibercultura como Imaginário. **UNÍrevista**, v. 1, n. 3, 2006, p. 1-15.

FERRARI, Pollyana. **A rizomática aventura da hipermídia**. Uma análise da narrativa no ambiente digital. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2003.

FERRAZ, Luiz. **Epidemia e memória**: narrativas jornalísticas na construção discursiva sobre a dengue. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FERREIRA, Giovandro. Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico. **Pauta Geral**, Salvador, n. 4, 2002, p. 1-19.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-425.

- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela. **1964**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.
- FERRO, Marc. Regard sur les guerres de mémoires dans le monde. **Hermès**, CNRS, France, n.52, v. 3, 2008, p. 83-89.
- FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil (1964/1985)**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60.
- FIDALGO, António. Sintaxe e semântica das notícias online: para um jornalismo assente em base de dados. In: LEMOS, André; PRYSTON, Angela; SILVA, Juremir; SÁ, Simone (Orgs.). **Mídia.Br: Livro da XII Compós 2003**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 1-9.
- FRANCISCATO, Carlos. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- FRANCO, Guilherme. **Como escrever para Web**. EUA, Knight Center for Journalism in the Americas, 2008.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GOULART foi morto a pedido do Brasil, diz ex-agente uruguaio. **Folha de S. Paulo**, publicado em 27 de janeiro de 2008.  
Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/01/367282-goulart-foi-morto-a-pedido-do-brasil-diz-ex-agente-uruguaio.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2017.
- GUERRA, Josenildo. Avaliação de qualidade jornalística: desenvolvendo uma metodologia a partir da análise da cobertura sobre segurança pública. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Vitrine e vidraça**: crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: LabCOM, 2010a, p. 153-171.
- GUERRA, Josenildo. Sistema de gestão de qualidade aplicado ao jornalismo: possibilidades e diretrizes. **E-Compós**, Brasília, v. 13, 2010b, p. 1-16.
- GUERRA, Josenildo. **Sistema de gestão da qualidade aplicado ao Jornalismo**: uma abordagem inicial. Série Debates CI, n.5. Brasil: Unesco, 2010c.
- GUERRA, Josenildo. Instituição e organização jornalística: uma distinção conceitual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 28, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005, p. 1-16.
- GUERRA, Josenildo. O nascimento do jornalismo moderno. Uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 26. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2003, p. 1-18.

- HALBWACHS, Michel [1950]. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HAMILAKIS, Yannis; LABANYI, Jo. Time, materiality, and the work of memory. **History & Memory**, v. 20, n. 2, 2008, p. 5-17.
- HETHERINGTON, Kevin. Rhythm and noise: the city, memory and the archive. **The Sociological Review**, v.61: S1, 2013, p. 17-33.
- HISTÓRIA DO jornal *O Estado de S. Paulo*. **Estadão**, s./d. Disponível em: <[http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada\\_1880.shtm](http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1880.shtm)>. Acesso em: 8 abr. 2017.
- HISTÓRIA. **Grupo Globo**, s./d. Disponível em: <<http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2017.
- HISTÓRICO Grupo Estado. **Estadão**, s./d. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/cont11.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2017.
- HORTA, Ana. Construção da memória social da Europa: o papel da imprensa. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS, 6, 2008, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008, p. 1-13.
- HOSKINS, Andrew. Anachronisms of media, anachronisms of memory: from collective memory to a new memory ecology. In: NEIGER, Motti; MEYERS, Oren; ZANDBERG, Eyal (Eds.). **On media memory: collective memory in a new media age**. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011a, p. 278-288.
- HOSKINS, Andrew. Digital network memory. In: ERLI, Astrid; RIGNEY, Ann (Eds.). **Mediation, remediation, and the dynamics of cultural memory**. Berlin and New York: Walter de Gruyter, 2009, p. 91-106.
- HOSKINS, Andrew. From collective memory to memory systems. **Memory Studies**, v. 4, n. 2, 2011b, p. 131-133.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.
- INSTITUCIONAL. **Folha**, s./d. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/>>. Acesso em: 8 abr. 2017.
- JOHNSON, Steven. **Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- JONCEW, Consuelo. **A participação das fontes formais na qualificação da notícia**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- KITCH, Carolyn. Obamabilia and the historic moment: institutional authority and 'Deeply consequential memory' in Keepsake Journalism. In: NEIGER, Motti; MEYERS, Oren;

ZANDBERG, Eyal (Eds.). **On media memory**: collective memory in a new media age. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011, p. 189-200.

KOSHIYAMA, Alice. O jornalismo e o golpe de 1964. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** (Intercom), v. 11, n. 59, 1988, p. 65-71.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEAL, Bruno. 1964: 50 anos do Golpe. Bate-papo com Carlos Fico. **Café História TV**, publicado em 15 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dm6J7kc3DBc>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

LEAL, Luana. Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs. **Linguagem**, São Paulo, v. 18, 2012, p. 1-8.

LEMONS, André. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LEONG, Susan; MITEW, Teodor; CELLETTI, Marta; PEARSON, Erika. The question concerning (internet) time. **New Media Society**, v. 11, n. 8, 2009, p. 1267-1285.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. edição revista. São Paulo: Unicamp, 2013 [1988].

LIMA, Renato. A qualidade da informação do jornalismo online. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação** (BOCC), Portugal, 2010, p. 1-12.

LINDENBERG, Daniel. Guerres de mémoire en France. **Vingtième Siècle, Revue d'histoire**. n.42, avril-juin, 1994, p. 77-96.

MACHADO, Elias. O jornal digital como epicentro das redes de circulação de notícias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 24, 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 2001, p. 1-15.

MACHADO, Ingrid. Governo muda oficialmente nome de colégio de Médici para Marighella. **G1 Bahia**, Salvador, publicado em 17 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/02/governo-muda-oficialmente-nome-de-colegio-de-medici-para-marighella.html>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

MACHADO, Juremir. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MANCERON, Gilles. La loi: régulateur ou acteur des guerres de mémoires? In: BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris: La Découverte, 2008, p. 241-251.

MARTINS, Allysson. **De volta ao passado nos dez anos de 11/9**: tessitura da memória em uma nova ecologia das mídias. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), Salvador: UFBA, 2013a.

MARTINS, Allysson. **De volta ao passado nos dez anos do 11/09**: tessitura da memória em uma nova ecologia das mídias. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013b.

MARTINS, Allysson; FARIAS, Khauane. Ruas da Ditadura em Vilhena-RO: Memórias nos Espaços Públicos que Homenageiam os Ditadores Militares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 41, 2018, Joinville-SC. **Anais...** Joinville: Univille, 2018, p. 1-15.

MARTINS, Allysson; MIGOWSKI, Ana. Ditadura Militar Brasileira e Novas Formas Cartográficas: Memórias Coletivas e Mapas Digitais Colaborativos. In: ARAUJO, Denize Araujo; MORETTIN, Eduardo; REIA-BAPTISTA (Orgs.). **Ditaduras revisitadas**: Cartografias, memórias e representações audiovisuais. Eletrônico: Suporte, 2016, v. 1, p. 383-402.

MARTINS, Allysson; MOURA, Clarissa. Caso Herzog nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*: história e posicionamento discursivo durante a Comissão Nacional da Verdade. **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 1, abr./jul., 2016, p. 69-86.

MARTINS, Allysson; SILVA, Maria. Salas do Ditador: História e Memórias na Escola Castelo Branco de Vilhena-RO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 41, 2018, Joinville. **Anais...** Joinville-SC: Univille, 2018, p. 1-15.

MARTINS, Elaide; PALACIOS, Marcos (Orgs.). **Ferramentas para análise de qualidade no ciberjornalismo**. v. 2: Aplicações. Covilhã: LabCom, 2016.

MARTINS FILHO, João. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, n. 28, 2002, p. 178-201.

MERZEAU, Louise. Guerres de mémoires en ligne: un nouvel enjeu stratégique. **Halshs-00488408**, v. 1, 2010, p. 1-20.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web**: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. 2003. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MONTENEGRO, Rosilene; SILVA, Fábio. Por uma digitalização da memória jornalística. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**, Portugal, 2005, p. 1-10.

MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n. 1, 2010, p. 54-77.

NEIGER, Motti; MEYERS, Oren; ZANDBERG, Eyal (Eds.). **On media memory**: collective memory in a new media age. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011.

NORMANDE, Naara. **Padrões de narrativas multimídias**: análise de produções premiadas e casos ilustrativos. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

NOGUEIRA, Luís. Jornalismo na rede: arquivo, acesso, tempo, estatística e memória. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**, Portugal, 2003, p. 1-22.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, 1993 [1984].

NO MARANHÃO, escolas que homenageavam ditadores são rebatizadas após 51 anos do golpe militar. **Catraca Livre**, publicado em 1 de abril de 2015.

Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/no-maranhao-escolas-que-homenageavam-ditadores-sao-rebatizadas-apos-51-anos-do-golpe-militar/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

NUNES, Mônica. **A memória na mídia**: a evolução dos memes de afeto. São Paulo: Anablume, 2001.

OLICK, Jeffrey. 'Collective memory': a memoir and prospect. **Memory Studies**, v. 1, n.1, 2008, p. 23-29.

PÄÄBO, Heiko. War of memories: explaining 'Memorials War' in Estonia. **Baltic Security & Defence Review**, v. 10, 2008, p. 5-28.

PALACIOS, Marcos. A memória como critério de aferição de qualidade no ciberjornalismo: alguns apontamentos. **Revista FAMECOS**, v. 37, p. 91-100, 2008.

PALACIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. In: CONGRESO DE CIBERPERIODISMO Y WEB 2.0, 1, 2009, Bilbao. **Anais...** Bilbao, 2009a, p. 1-14.

PALACIOS, Marcos (Org.). **Ferramentas para análise de qualidade no ciberjornalismo**. v.1: Modelos. Covilhã: LabCom, 2011.

PALACIOS, Marcos. Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate. In: WORKSHOP DE JORNALISMO ONLINE, Covilhã, 2002. **Anais...** Covilhã, 2002 p. 1-12.

PALACIOS, Marcos. Marginalia no ciberjornalismo: os comentários de leitores na constituição da memória do tempo presente. In: CONGRESO INTERNACIONAL CIBERPERIODISMO Y WEB 2.0, 2, 2010. **Anais...** Universidad del País Vasco, 2010, p. 1-12.

PALACIOS, Marcos. Memória: jornalismo, memória e história na era digital In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Portugal: Livros Labcom, 2014, p. 89-110.

PALACIOS, Marcos. Putting yet another idea under the Glocalization Umbrella: reader participation and audience communities as market strategies in globalized online journalism.

In: **Anais do First Bi-Lateral Brazil-South Africa Journalism Research Initiative (BSA-JRI)**. 1st Brazil/South Africa Journalism Studies Workshop, Stellenbosch, 2009b, p. 1-13.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo online: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Orgs.). **Modelos do Jornalismo Digital**. Salvador: Editora Calandra, 2003, p. 1-17.

PALACIOS, Marcos; MACHADO, Elias. **Manual de jornalismo na internet**. Salvador: Facom/UFBA, 1997.

PALACIOS, Marcos; RIBAS, Beatriz. Ferramenta para análise de memória em cibermeios. In: PALACIOS, Marcos (Org.). **Ferramentas para análise de qualidade no ciberjornalismo**. v.1: Modelos. Covilhã: LabCom, 2011, p. 183-205.

PAVLIK, John. **Journalism and new media**. New York: Columbia University Press, 2001.

PAVLIK, John. Ubiquidade: o 7º princípio do jornalismo na era digital. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Portugal: Livros Labcom, 2014, p. 89-110.

PEREIRA, Mateus. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, n.57, p. 863-902, set./dez. 2015.

PINHO, José. **Jornalismo na internet: planejamento e produção da informação on-line**. São Paulo: Summus, 2003.

PLATÃO. **Fedro ou da beleza**. Lisboa: Guimarães, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RADSTONE, Susannah. Memory studies: for and against. **Memory Studies**, v. 1, n. 1, 2008, p. 31-39.

READING, Anna. Memory and digital media: six dynamics of the global memory field. In: NEIGER, Motti; MEYERS, Oren; ZANDBERG, Eyal (Eds.). **On media memory: collective memory in a new media age**. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011, p. 241-252.

REIS, Daniel. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 7-17.

REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Ana; BRASILIENSE, Danielle. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO, Ana; FERREIRA, Lucia (Orgs.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 219-236.

RIBEIRO, Ana; FERREIRA, Lucia (Orgs.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 18-28.

RODRIGUES, Lucas. presidentes da ditadura militar dão nome a mais de 700 escolas. **UOL**, São Paulo, publicado em 15 de abril de 2014. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/15/presidentes-da-ditadura-militar-dao-nome-a-mais-de-700-escolas.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

ROEDIGER III, Henry; WERTSCH, James. Creating a new discipline of memory studies. **Memory Studies**, v. 1, n. 1, 2008, p. 9-22.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João. (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: UFSCar, 2006, p. 81-91.

SÁ, Alberto. **Arquivos dos media e preservação da memória**. Processos e estratégias do caso português na era digital. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade do Minho, Portugal, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano**. São Paulo: Paullus, 2003.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paullus, 2007.

SANTOS, Ana. **Informação fast-food**. Um estudo de caso do jornal “Último Segundo” do portal iG. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SCHMIDT, Benito. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, 2007, p. 127-156.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Regina et al. Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano. **E-compós**, Brasília, v. 11, n.1, 2008, p. 1-17

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, Florianópolis: UFSC, 2005, p. 95-107.

SILVA, Helenice. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 425-438.

SILVA, Rubens. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais**: tecnologia e consciência no universo digital. 2002. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Rubens. Informação, ciberespaço e consciência. **Transinformação**, v. 18, 2006, p. 191-201.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 1999.

SMOLKA, Ana. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, ano XXI, n. 71, 2000, p. 166-193.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. Qualidade percebida de quatro jornais on-line brasileiros. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**, Portugal, 2001, s./p.

STORA, Benjamin. La guerre d’Algérie: la mémoire, par le cinéma. In: BLANCHARD, Pi; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris: La Découverte, 2008a, p. 262-272.

STORA, Benjamin. La guerre d’Algérie dans les médias: l’exemple du cinéma. **Hermès**, CNRS, France, n. 52, v. 3, 2008b, p. 33-40.

STORA, Benjamin. **La guerre des mémoires**. La Franceface à son passé colonial (Entretien avec Thierry Leclère). Paris, L’Aube, 2007.

TEDESCO, João. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. **Cadernos do CEOM**, Ano 25, n. 34, 2012, p. 15-44.

TEER-TOMASELLI, Ruth. Memory and markers: collective memory and newsworthiness. In: VOLKMER, Ingrid (Ed.). **News in public memory**: an international study of media memories across generations. Peter Lang, New York: 2006, p. 178-199.

VEYRAT-MASSON, Isabelle. Les guerres de mémoires à la télévision. In: BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris: La Découverte, 2008, p. 273-286.

VEYRAT-MASSON, Isabelle. Mémoire, école et télévision. **Le Débat**. Gallimard: Paris, n° 139, 2006, p. 73-77.

VIANA, Nildo. Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. **Espaço Plural** (Unioeste), ano VI, n. 14, 2006, p. 8-10.

VINITZKY-SEROUSSI, Vered. 'Round up the unusual suspects': banal commemoration and the role of the media. In: NEIGER, Motti; MEYERS, Oren; ZANDBERG, Eyal (Eds.).

**On media memory:** collective memory in a new media age. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011, p. 48-61.

WALKER, Karen. Analyses of post-9/11 media coverage – a review of the communications literature. **Rhetorical Theory**, 2006.

WARD, Mike. **Jornalismo online**. São Paulo: Roca, 2006.

ZELIZER, Barbie. Cannibalizing memory in the global flow of news. In: NEIGER, Motti; MEYERS, Oren; ZANDBERG, Eyal (Eds.). **On media memory:** collective memory in a new media age. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011, p. 27-36.

ZELIZER, Barbie. Why memory's work on journalism does not reflect journalism's work on memory. **Memory Studies**, v. 1, n. 1, 2008, p. 79-87.

ZILLER, Joana. A qualidade de informação em webjornais – conceitos norteadores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 28, Rio de Janeiro-RJ, 2005. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005, p.1-10.

ZILLER, Joana. **Qualidade da informação e produsage:** semiótica, informação e o usuário antropofágico. 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2011.

ZILLER, Joana; MOURA, Maria. Qualidade da informação em portais jornalísticos brasileiros: participação, interatividade e convergência. In: CONGRESSO PANAMERICANO DE COMUNICAÇÃO, 2010. **Anais....** 2010, p. 1-15.

## SOBRE O AUTOR

Allysson Viana Martins é professor de Jornalismo e coordenador do MiDI – Grupo de Pesquisa em Mídias Digitais e Internet da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), fez estágio doutoral no Laboratoire Communication et Politique du Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Jornalista pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), trabalhou como coordenador de comunicação e editor de site jornalístico em Salvador, onde atuou como professor em instituições de ensino superior públicas e privadas. Entre suas publicações, destacam-se os e-books “Crossmídia e Transmídia no Jornalismo” e “Afrodite no Ciberespaço”, este uma co-organização.

